



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA**



**O MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA
E SUA RELAÇÃO COM OS PARTIDOS POLÍTICOS DE
MATRIZ MARXISTA**

André Teixeira Jacobina

ISC-UFBA
2016

Ficha Catalográfica
Elaboração Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

JACOBINA, André Teixeira

O movimento da Reforma Sanitária Brasileira e sua relação com os partidos políticos de matriz marxista
2016.

217 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ligia Maria Vieira da Silva

Tese (Doutorado) - Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Reforma Sanitária Brasileira; 2. Movimentos sociais em saúde; 3. Partidos políticos; 4. Sistema Único de Saúde. 5. Política de saúde I. Título.

CDU 614.2

ANDRÉ TEIXEIRA JACOBINA

**O MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA
E SUA RELAÇÃO COM OS PARTIDOS POLÍTICOS DE
MATRIZ MARXISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva
do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Área de concentração: Política, Planejamento e Gestão em Saúde.

Orientadora: Ligia Maria Vieira da Silva

ANDRÉ TEIXEIRA JACOBINA

**O movimento da Reforma Sanitária Brasileira
e sua relação com os partidos políticos de matriz marxista**

Data da defesa: 29/04/2016

Banca examinadora:

Profa. Ligia Maria Vieira da Silva – ISC/UFBA
Orientadora

Profº Jairnilson Silva Paim – ISC/UFBA

Profª. Monique Azevedo Esperidião – ISC/UFBA

Profª Maria Victória Espiñeira González – FFCH/UFBA

Profº Gastão Wagner de Sousa Campos – FM/UNICAMP

Agradecimentos

Começo os agradecimentos pela pessoa que mais contribuiu para a esse trabalho, minha orientadora, professora Ligia Vieira da Silva. Ela me apresentou a um novo referencial teórico, com o qual dialoguei, o qual inspirou diversas escolhas no processo da pesquisa. Além disso, constantemente realizou sugestões valiosas, mantendo sempre sua porta aberta para o diálogo, contribuindo de muitas formas para a tese.

Agradeço também ao professor Jairnilson Paim, especialmente pelo conhecimento adquirido na disciplina Seminários Críticos, que forneceu importantes sugestões e, no momento em que discutíamos a mudança de escopo do projeto original que previa um estudo de âmbito estadual, para o âmbito nacional, apoiou a decisão. Agradeço a Maria Victoria Espineira Gonzáles, que estuda movimentos sociais e me fez aprofundar minhas leituras de Gohn, Tilly, entre outros, e já havia participado da minha banca de mestrado, colocando-se disponível para a Banca de defesa do doutorado. Agradeço a Patrice Pinell que em conversa posterior a qualificação nos ajudou a perceber que seria mais produtivo que o estudo tivesse âmbito nacional, invés de local.

Agradeço a todos os alunos e professores da graduação e pós-graduação do ISC, em especial, Monique Esperidião, que convidamos para a Banca de defesa pelo interesse manifestado no tema e pela aproximação com o referencial da sociologia reflexiva. Monica Nunes, pelas excelentes aulas. Clinger pela ajuda com os gráficos. Todo o grupo de Análise de Políticas, em especial, Ana, pela ajuda com o manejo do Excel, programa que utilizamos para organizar os dados dos entrevistados. Agradeço aos professores do DMPS, cujo concurso de seleção de professor substituto me deu a ideia para a tese de doutorado. Fora a enriquecedora experiência como docente que tive lá, em especial, ao professor Paulo Pena.

Agradeço também a Ana Souto, pela disponibilidade para minha inserção na atividade de Tirocínio Docente orientado, em horários viáveis para mim, e por ter sido a primeira pessoa, antes mesmo do doutorado, a me convidar para o ISC para falar de História da Saúde, efetivamente abrindo as portas do ISC para mim. Ao professor Zacarias, que me apresentou ao trabalho de Lars Lih, tão importante que acabei absorvendo na tese. Ao professor Jorge Nóvoa, que me fez aprofundar os estudos sobre Marx e marxismo, buscando paralelos e diferenças com a teoria de Bourdieu. Agradeço ainda a Elaine, pela ajuda nas questões do dia a dia, Fernanda Scher, que foi bolsista e ajudou na pesquisa exploratória, Thiale, na transcrição das entrevistas, e muitas outras pessoas que colaboraram com o trabalho.

Agradeço a todos os meus alunos, seja em Medicina Social na Faculdade de Medicina, e aqueles do ISC em Política de Saúde e Introdução a Saúde Coletiva, em especial aos alunos cujo amor pelo conhecimento motiva cada vez mais a opção pela ciência e pela docência.

Agradeço a meus pais, pelo apoio e inspiração. Eles não somente traçaram carreiras acadêmicas exemplares, mas fazem parte da história viva da luta pela RSB. A Carmen Teixeira, em especial, pela contribuição na revisão final do texto.

Agradeço a Débora Meireles, pela alegria e afeto que trouxe para minha vida em meu último ano de doutorado, fornecendo com isso mais força e felicidade em cada dia.

Por fim, agradeço a todos os que lutaram e lutam pela Reforma Sanitária Brasileira, e por todos que lutaram e lutam por um Estado mais democrático, por um Brasil mais justo, pelos direitos sociais para todos os cidadãos. Sem vocês, esse trabalho não existiria, e mais do que isso, seria mais difícil vislumbrar caminhos. Aos que sonham acordados e buscam fazer dos sonhos realidade, dedico essa tese.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AIDS /SIDA –Acquired Immunodeficiency Syndrome -Síndrome da Imunodeficiência adquirida

AIS – Ações Integradas de Saúde

AIH – Autorização de Internação Hospitalar

AP – Ação popular

APSP - Associação Paulista de Saúde Pública

APML- Ação Popular Marxista-Leninista

APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ALN – Ação Libertadora Nacional

CEBES – Centro de Estudos Brasileiro de Saúde

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CDP - Comitês Democráticos e Populares

CISAT - Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho

CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil

CNS – Conferência Nacional de Saúde

CNRS – Comissão Nacional da Reforma Sanitária

CONASP – Conselho Consultivo de Administração Previdenciária

CONASS – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde

CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

CHM - Constituency-based Health Movements

DIESAT -Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DMP - Departamento de Medicina Preventiva

DMPS – Departamento de Medicina Preventiva e Social

ECEM – Encontro Científico de Estudantes de Medicina

EHM - Embodied Health Movements

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

FAMED-UFBA – Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia

FAS- Fundo de Apoio Social

FIOCRUZ- Fundação Osvaldo Cruz

FM – Faculdade de Medicina

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

HIV - Human Immunodeficiency Virus

HAM - Health Access Movements

IMS- Instituto de Medicina Social

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

JUC - Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MRSB – Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira

MS – Medicina Social

MS – Ministério de Saúde

MS – Movimentos Sociais

NHS – National Health Service

NMS – Novos Movimentos Sociais

OMS – Organização Mundial de Saúde

OPS - Organização Pan-americana de Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAIS -Programa das Ações Integradas de Saúde

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCI - Partido Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PESES – Programa de Estudos Econômicos e Sociais em Saúde

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIASS – Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partidos políticos
PPA - Plano de Pronta Ação
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPS - Partido Popular Socialista
PREPS – Programa de Preparação Estratégia de Pessoal de Saúde
PREV-SAÚDE – Programa nacional de Serviços Básicos de Saúde
POLOP - Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
REME - Renovação Médica
RS - Reforma Sanitária
RSB - Reforma Sanitária Brasileira
SABS – Sociedade de Amigos de Bairro
SBPA – Sociedade Brasileira Para o progresso da Ciência
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SEMSAT - Semana de Saúde do Trabalhador
SES – Secretaria Estadual de Saúde
SESAB – Secretaria Estadual de Saúde da Bahia
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SAB - Sociedades de Amigos de Bairro
SC- Saúde Coletiva
SP – Saúde Pública
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UJP – União da Juventude Patriótica
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URSS. – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP- Universidade de São Paulo

Resumo

A presente investigação teve por objetivo analisar a natureza das relações entre o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e os partidos políticos de matriz marxista. Este é um estudo histórico, apoiado, especialmente, em fontes orais, que dialoga especialmente com a sociologia reflexiva de Bourdieu como principal referencial teórico. A fim de objetivar a análise dos agentes da RSB foram aferidos diversos capitais dos entrevistados (científico, burocrático, político partidário, militante), dos quais se elaborou uma trajetória resumida, cruzando-se também informações das entrevistas com outras fontes, como resoluções dos partidos, relatórios de conferências, edições da revista Saúde em Debate, biografias e outras. Os resultados da pesquisa indicam que os partidos de matriz marxista contribuíram para a formulação da proposta bem como para a organização do movimento pela RSB, em especial o PCB. Sua contribuição foi detectada inicialmente, e principalmente, através do impacto que teve na formação de diversas lideranças do movimento pela RSB. A experiência nos partidos trouxe um saber ‘fazer política’, uma disposição para aqueles que tiveram essa experiência. Contribuiu para com a disseminação do referencial marxista junto aos agentes que tinham militância na RSB e em partidos de matriz marxista. Por outro lado, detectou-se importante contribuição de agentes não filiados a partidos tanto na articulação do movimento quanto na sua concepção do ponto de vista teórico. Esse fato permite interpretar a relação entre os partidos e o movimento da RSB como uma dupla verdade. Sendo o movimento da RSB simultaneamente suprapartidário, pois esteve acima dos interesses partidários e conjugou pessoas de diversas filiações e sem filiação, assim como teve nos partidos um papel central, na experiência de diversas lideranças da RSB, que trouxeram para a RSB, habilidades e saberes adquiridos na militância partidária. A influência dos partidos no MRSB pode assim ser considerada como fenômeno complexo, não podendo ser reduzido ao debate clássico entre espontaneísmo e direção consciente, mesmo que essa dimensão mereça investigação.

Palavras-chave: Reforma Sanitária Brasileira; Movimentos sociais em saúde; Partidos políticos; Sistema Único de Saúde; Política de saúde.

Abstracts

This research aimed to analyze the nature of the relationship between the movement by the Brazilian Health Reform (RSB) and the political parties of Marxist matrix. This is a historical study, supported especially in oral sources, which interacts especially with the reflexive sociology of Bourdieu as the main theoretical framework. In order to objectify were measured several capitals of respondents (scientific, bureaucratic, political party, activist), from which it drew up a short path, crossing also information from interviews with other sources such as resolutions of the parties, conference reports, issues Health magazine Debate, biographies and more. The survey results indicate that the Marxist matrix parties contributed to the formulation of the proposal as well as the organization of movement for RSB, especially the PCB. His contribution was detected initially and primarily through the impact, it had on the formation of several leaders of the movement for RSB. Experience the parties brought a knowing 'politics', a provision for those who have had this experience. Contributed to the spread of Marxist framework, along with the agents who had militancy in RSB and Marxist matrix parties. On the other hand, were found to be important contribution unaffiliated agents to parties both joint movement and in its design from a theoretical point of view. This fact allows interpreting the relationship between the parties and the movement of the RSB as a double truth. While being cross-party movement, as was above partisan interests and conjugated people of different affiliations and no membership, and had the parties a central role, in the experience of several leaders of the RSB, which brought to RSB, skills and knowledge acquired in party militancy. The influence of the parties in MRSB can therefore be considered as a complex phenomenon and cannot be reduced to the classic debate between spontaneity and conscious direction, even if this dimension deserves investigation.

Key words: Brazilian Health Reform; Health Social Movements; Political parties; Health policy.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | Introdução | 13 |
| 1.1 | Objetivo geral | 17 |
| 1.2 | Objetivos específicos | 18 |
| 2 | Referencial teórico e estratégia de pesquisa | 19 |
| 2.1 | Renovada história política e a sociologia reflexiva de Bourdieu | 19 |
| 2.1.1 | A sociologia reflexiva de Bourdieu | 20 |
| 2.1.2 | Conceitos fundamentais e sua articulação com a tese: Gênese, Habitus, capital simbólico, campos, e Espaço Social. | 21 |
| 2.2 | Partido Político e Movimento Sociais discussão do conceito | 29 |
| 2.3 | Fato Histórico | 36 |
| 2.4 | Hipóteses | 37 |
| 2.5 | Estratégia de pesquisa | 38 |
| 2.5.1 | As peculiaridades das fontes orais | 40 |
| 2.5.2 | Fontes orais da pesquisa | 43 |
| 2.5.3 | Recorte temporal e objetivação dos agentes. | 44 |
| 3 | A relação entre movimentos e partidos políticos. | 50 |
| 3.1 | A relação entre movimento e partido: resgatando o pensamento de Lênin | 50 |
| 3.1.1 | Rosa Luxemburgo e a defesa da espontaneidade do movimento | 58 |
| 3.2 | A relação entre Movimentos sociais e Partidos Políticos | 62 |
| 3.3 | Health Social Movements (Movimentos sociais de Saúde). | 77 |
| 3.4 | Relação entre o movimento da Reforma Sanitária Brasileira e partidos políticos. | 80 |
| 4. | A emergência da Reforma Sanitária Brasileira e a relações com os partidos políticos | 85 |
| 4.1 | Condições históricas de possibilidade da relação entre partidos e a RSB. | 85 |
| 4.2 | CEBES e o papel da revista “Saúde em debate” na RSB | 91 |
| 4.3 | Democracia, socialismo e saúde: a influência do eurocomunismo | 99 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 4.4 | Concepções acerca da RSB e indícios da relação | 103 |
| 5 | A trajetória de agentes fundadores da RSB e os partidos nas redes de articulação. | 110 |
| 5.1 | Trajетória dos agentes e capitais | 110 |
| 5.2 | Articulações políticas da RSB e os partidos. | 112 |
| 5.3 | Projeto Andrômeda: uma rede de articulação para a RSB | 114 |
| 6 | Relações entre o Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira e os partidos políticos nos anos 70-80 | 129 |
| 6.1 | Relação entre o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e Partidos Políticos nos anos 70: pontos de vista dos agentes | 135 |
| 6.2 | Disputas ao interior do MRSB relacionada aos PP de marxista nos anos 80 | 146 |
| 6.3 | Marxismo e Reforma Sanitária Brasileira | 161 |
| 6.4 | Conflitos políticos na emergência da RSB | 175 |
| 6.5 | Discutindo hipóteses acerca da relação entre o movimento sanitário e os partidos políticos de matriz marxista | 182 |
| 7 | Discussão e Considerações finais | 185 |
| 8 | Referências bibliográficas | 193 |
| | Apêndices | 206 |
| | 1- Termo de consentimento livre e esclarecido | 207 |
| | 2 - Resumo das trajetórias dos agentes entrevistados | 208 |
| | 3 - Lista de entrevistados por ordem alfabética, entrevistador e data da entrevista | 215 |
| | 4 - Distribuição dos capitais dos agentes entrevistados | 216 |
| | A) Capitais dos agentes até 1986. | 216 |
| | B) Capitais dos agentes na data da entrevista | 217 |

1. INTRODUÇÃO

Ao investigar a relação entre o movimento da Reforma Sanitária Brasileira e os partidos políticos é relevante examinar os trabalhos que investigaram esse movimento, dentre os quais destaco o de Sarah Escorel, “Reviravolta na Saúde” (ESCOREL, 1998) e o livro de Jairnilson Paim, “Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica” (PAIM, 2008) são centrais. Embora não discutam explicitamente a relação do movimento sanitário com os partidos políticos, estes tomam o movimento sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira como objeto de investigação e permitem a identificação de possíveis controvérsias em relação à problemática da direção consciente x espontaneísmo¹.

Escorel teve por objetivo analisar as bases do movimento sanitário, a conjuntura em que emergiu e sua origem² institucional. (ESCOREL, 2005, p. 64). Essa autora considera que o movimento sanitário, desenvolvido a partir dos Departamentos de Medicina Preventiva e Social (DMPs) focava tanto na produção de conhecimentos a partir da crítica ao modelo preventivista, como buscava articulação com organizações da sociedade civil se engajando na defesa da democratização do país. Nesse sentido, a autora destaca que o movimento estudantil e a atuação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, o CEBES, seriam vertentes do movimento sanitário que traziam uma ideologia social e profissional, bem como uma estratégia de luta, sendo o CEBES uma “pedra fundamental, embora não a única, do movimento sanitário como movimento social organizado” (ESCOREL, 1998,

¹ A problemática da relação entre partidos políticos e movimentos sociais remonta ao debate entre Lênin e Rosa Luxemburgo, sendo que a questão que emerge como central é a dicotomia “direção consciente” x “espontaneísmo” da ação das massas. Essa dicotomia, longe de ficar restrita à análise do processo que conduziu à revolução russa de 1917, permeia os trabalhos que analisam a relação entre partidos e movimento, como evidenciamos em nossa revisão de literatura sobre a relação entre movimentos e partidos na base do Scielo, apresentada no capítulo 2. De fato, os trabalhos que tratam desta relação, em sua maioria, terminam por se posicionar diante da problemática “direção consciente x espontaneísmo”, mesmo utilizando termos diferentes para se referir a estes processos, termos estes por vezes impregnados do ponto de vista dos autores, como por exemplo, o uso de expressões como “tutela” (dos partidos sobre o movimento), expressão pejorativa que encerra uma crítica a esta relação, ou, inversamente, o uso do termo “autonomia”, para se referir à independência dos movimentos em relação aos partidos, expressão que contém uma visão positiva acerca desse processo.

² Os DMPs foram lócus institucional dos PPG (Programa de pós-graduação) em SC (Saúde Coletiva). MS (Medicina Social), SP (Saúde Pública), gênese do espaço social da Saúde coletiva (VIEIRA-da-Silva e PINELL, 2013). Esse processo constituiu de um espaço da saúde coletiva que propiciou a formulação dos princípios da Reforma Sanitária. Do ponto de vista científico voltado para o estudo do processo saúde-doença tendo como foco não mais o indivíduo ou o seu somatório, mas a coletividade (as classes sociais e suas frações), enfatizando a análise dos determinantes sociais da saúde e da doença, bem como o estudo das práticas de atenção à saúde e da crítica ao processo de privatização das políticas de saúde. A Saúde Coletiva rompeu com a Medicina Preventiva e com a Saúde Pública (AROUCA, 2003). Por isso, uma reformulação teórica acerca do significado da saúde e a prática, no que tange às políticas de saúde, eram centrais para o movimento sanitário que estava se constituindo na década de 70.

p.76). A outra vertente seria o movimento médico, o movimento de Renovação Médica (REME) que coloca essas ideias em um espaço especial da ação, a esfera do trabalho (SCOREL, 1998, p. 87).

A autora não investiga a relação entre o movimento sanitário e partidos políticos, embora destaque o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dos partidos clandestinos, esses últimos que, durante a ditadura militar, particularmente na década de 70, eram essencialmente os partidos de matriz marxista (SCOREL, 1998, p.36). Ou seja, faz parte de sua análise de conjuntura, mas não trata especificamente da relação entre os partidos legais e ilegais com o movimento sanitário, trabalhando em especial com as bases universitárias, estudantil (movimento estudantil) e científica (Departamentos de Medicina Preventiva e Social) e as bases no mundo do trabalho (sindicatos e associações ligados, naquele momento, ao movimento de Renovação Médica, o REME), focando também, além dessas duas vertentes, na atuação do CEBES, entidade aglutinadora do debate político sobre a RSB.

Paim (2008), por sua vez, teve por objetivo analisar a Reforma Sanitária Brasileira, entendida como um fenômeno sócio histórico que contempla diferentes momentos enquanto “ideia-proposta-projeto-movimento-processo”³. Sua análise indica como a ideia da RSB surge no movimento sanitário, vai ganhando forma e se inserindo na luta pela democratização do país. No que se refere à relação entre partidos e entidades do movimento pela RSB, Paim destaca, citando Rodrigues Neto, que apesar “de inicialmente contar com a influência de militantes do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de reunir profissionais de saúde, o CEBES caracterizava-se pelo suprapartidarismo e pelo não corporativismo” (RODRIGUEZ NETO, 2003 apud PAIM, 2008, p.79). Essa observação em relação ao CEBES, ou seja, que as perspectivas deste estariam acima da ideologia de qualquer partido, é estendida ao próprio movimento. Embora Paim reconheça a presença e uma influência inicial do PCB, se apoiando em Rodrigues Neto, destaca o suprapartidarismo do movimento, aspecto que discutimos no decorrer deste trabalho.

³No sentido de “se fazer presente em termos de fatos produzidos na atualidade e de certas acumulações de natureza política, econômica e cultural que podem gerar novos fatos” (MATUS, 1997). Desse modo, a Reforma Sanitária, enquanto fenômeno histórico e social poderia ser analisado como ideia-proposta-projeto-movimento-processo: ideia que se expressa em percepção, representação, pensamento inicial; proposta como conjunto articulado de princípios e proposições políticas: movimento como articulação de práticas ideológicas, políticas e culturais; processo enquanto encadeamento de atos, em distintos momentos e espaços que realizam práticas sociais – econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas” (PAIM, 2008, p.36).

Sergio Arouca, um dos mais importantes formuladores e articuladores do movimento, em entrevista realizada em 2002, explicita seu ponto de vista, enfatizando que o PCB teve um papel central⁴, e não apenas no início do movimento pela Reforma Sanitária (MRSB). Pode-se pensar que esta perspectiva estaria influenciada pelo fato dele próprio ser um militante do PCB e da RSB, atuando com destaque em ambos⁵, questão que será abordada mais profundamente nos capítulos dedicados aos resultados da pesquisa.

Na revisão da literatura sobre movimento sanitário e Reforma Sanitária Brasileira, buscamos trabalhos que tratassem da relação entre movimento sanitário e partidos políticos, ou Reforma Sanitária Brasileira e partidos políticos. Como nenhuma combinação desses descritores que incluísse os partidos políticos deu resultados, fizemos, em dezembro de 2015, uma busca pelo descritor Movimento Sanitário, que retornou 22 resultados, e Reforma Sanitária Brasileira, com 64 resultados. Excluídas as repetições (3), obtivemos 83 resultados, sendo que não foi encontrado nenhum trabalho tratando da relação entre o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira e partidos políticos, indicando a existência de uma significativa lacuna no conhecimento sobre a RSB.

De fato, o único trabalho encontrado que trata da relação entre movimento sanitário e partidos políticos na emergência do movimento foi um ensaio de Lacaz, qual seja “A atuação do PCB e a Reforma Sanitária Brasileira”⁶, no qual o autor reflete justamente sobre a atuação do PCB e sua relação, teórica e prática, com a RSB. Esse ensaio não utiliza fontes empíricas, trabalha apenas com revisão bibliográfica e, provavelmente, com as observações e memórias do autor, apresentando uma visão do debate que marcou a atuação do PCB naquela conjuntura, dividido⁷ entre uma perspectiva política identificada com a corrente “prestista” e outra alinhada com a perspectiva “eurocomunista”. Sua conclusão central é que os eurocomunistas que compunham a direção do PCB à época optaram pela atuação por dentro de alguns sindicatos e os ‘prestistas’ lançaram-se na construção de um órgão de assessoria intersindical (LACAZ, 2011). Lacaz também sinaliza que muito pouco

⁴ Arouca em entrevista de 2002, trecho na página 7-8. Acessado em 11/12/2015.
<http://bvसारouca.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=275>

⁵ Temos evidências, entretanto, de que no PCB nos anos 70, a posição de Antônio Sérgio Arouca era subalterna à orientação predominante no partido. Apenas nos anos 80 ele galga uma posição de maior destaque, algo que veremos no capítulo 6.

⁶ Acessado em 10/12/2015

http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2956:a-atuacao-do-pcb-e-a-reforma-sanitaria-brasileira&catid=1:popular

⁷ As divisões internas no PCB nos anos 70 são apresentadas e discutidas no capítulo 6.

é discutido pelos estudos da Reforma Sanitária Brasileira quanto à luta do movimento sindical e sua relação com a RSB (LACAZ, 1994).

Existem trabalhos que, embora não abordem a relação da RSB com partidos políticos, enquanto seu objeto de investigação apontam para a existência dessa relação ou destacam a importância de partidos para a RSB. Exemplos de trabalhos desse tipo são “A criação de Saúde em Debate, revista do CEBES Saúde em Debate” (PAULA et al, 2009), ou ainda mais recentemente “O CEBES e a Reforma Sanitária Brasileira (1976-1986)” (SOPHIA, 2015).

Existem também trabalhos que analisam a luta nos anos 80 como o trabalho de Dantas (2014) “Do Socialismo à Democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira.”, que analisa o lugar da RSB nas lutas da esquerda, com suas divisões, no processo de democratização. O autor, ao sinalizar o protagonismo do PT nos anos 80, acaba tocando na relação entre RSB e um partido, mas não a aborda enquanto objeto, nem especialmente na emergência do movimento. Já com relação ao movimento sindical e sua interface com a RSB há a tese de Santos (2014), “O Fantasma da Classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS”.

A filiação de fundadores do espaço da saúde coletiva e lideranças do Movimento pela RSB a partidos políticos de esquerda são reconhecidas em outros trabalhos como o de Vieira da Silva e Pinell (2013). Em seu estudo sobre a gênese da Saúde Coletiva no Brasil, esses autores identificaram a vinculação dos seus fundadores a um amplo espectro político, embora com predomínio de partidos de esquerda clandestinos como o PCB, PC do B e Ação Popular⁸ assim como a importância desses partidos na direção de entidades da sociedade civil como CEBES e ABRASCO (VIEIRA-DA-SILVA, PINELL et al, 2013). Nesse trabalho os autores registram que existiram lideranças filiadas a partidos de esquerda e existiam integrantes do movimento, médicos e sociólogos de esquerda, que não estavam filiados a partidos, apontando a complexidade de posições que foram aglutinadas em torno da luta pela Reforma Sanitária Brasileira. Embora não tenha investigado enquanto objeto as relações entre os partidos políticos e o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, esse

⁸“A organização clandestina denominada Ação Popular Marxista Leninista (APML) surgiu da transformação do grupo de orientação católica, a Ação Popular, em agremiação de diretrizes marxistas. A matriz da APML, a antiga Ação Popular (AP), por sua vez, foi formada em Belo Horizonte (M.G.), em 1962, a partir de grupos de operários e estudantes ligados à Igreja Católica: a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC).” (KUPERMAN, 2003)

estudo aponta que a relação existia, sem indicar suas características, e é justamente buscando detalhar mais essa relação que tratamos de desenvolver nossa pesquisa, como um primeiro passo nessa direção.

Além dessa justificativa de uma lacuna no conhecimento, incluímos a importância de compreender, através desse exemplo, de que forma os partidos políticos influenciam um movimento social, e ainda o propósito de compreender melhor a própria RSB, processo que exerce grande influência nas lutas políticas do setor saúde, e cujo projeto não se restringe à saúde, mas sim busca reformar o Estado Brasileiro, em uma direção democrática, universalista, que signifique uma ruptura com o patrimonialismo e autoritarismo que o caracterizam historicamente. A controvérsia aludida a pouco, entre uma visão estritamente suprapartidária, que minimiza o papel dos partidos, e o ponto de vista expresso por Arouca, por exemplo, que sinaliza o PCB como tendo um “papel central”, também justifica o nosso trabalho. Ou seja, o nosso trabalho ao analisar a relação, enfrenta essa controvérsia, e a existência da controvérsia, de pontos de vista distintos no que tange o papel dos partidos junto a RSB, também justifica o trabalho.

Ao buscar a relação dos movimentos sociais em saúde que lutaram pela Reforma Sanitária com os partidos políticos, pretendemos contribuir para o preenchimento parcial de lacunas referentes à natureza dessa relação, durante o período caracterizado como “distensão”⁹ (1974-1979), abertura e redemocratização (1979-1986), focalizando, especificamente, a relação dos partidos com o movimento que conduziu à ideia-proposta-projeto-processo (PAIM, 2008) da Reforma Sanitária Brasileira. A pergunta que norteou a presente investigação, apoiada na sociologia de Bourdieu, indaga: qual a natureza das relações entre o movimento sanitário e os partidos políticos durante a distensão e abertura política, tempo que corresponde à emergência da RSB?

1.1 Objetivo geral

Analisar as características da relação entre o movimento sanitário e os partidos políticos de matriz marxista no período correspondente à emergência do espaço social¹⁰ da RSB.

⁹ Existem controvérsias com relação ao uso do termo “distensão” que examinamos no capítulo 4.

¹⁰ Espaço Social é discutido no capítulo seguinte.

1.2 Objetivos específicos:

Analisar as condições históricas de possibilidade das relações entre partidos e movimento sanitário no momento da emergência deste movimento.

Analisar as trajetórias políticas, sociais e profissionais dos agentes selecionados, participantes do movimento da RSB bem como o espaço de relações entre eles.

Analisar as disputas e conflitos ao interior do movimento sanitário e suas relações com os partidos.

Identificar se os partidos contribuíram para o movimento de Reforma Sanitária Brasileira e analisar as formas que essa influência ou contribuição, assumiu.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

2.1. Renovada história política e a sociologia reflexiva de Bourdieu

Ao longo do século XX, principalmente após a fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*¹¹, em 1929, na França e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo como presidente Lucien Febvre, em 1948, ocorreu uma crítica à historiografia do século XIX que elegia o político como fator predominante (FERREIRA, 1992, p. 265). Essa nova tendência passou a priorizar o aspecto econômico e o cultural, além de exercitar um diálogo com outras perspectivas como a sociológica e antropológica, assim fortalecendo o intercâmbio de conhecimentos entre as diversas áreas disciplinares. O estudo da dimensão política passou, por muito tempo, a ser associada com a superada historiografia do século XIX, que não levava em consideração os aspectos mais duradouros que, segundo essa nova corrente, seriam os mais decisivos. Por isso a História política, foi deixada de lado pela Nova História.

Nos últimos 25 anos, entretanto, ocorreu uma retomada da análise do fenômeno político, não como um retorno à História Política do século XIX, descritiva e determinista, mas uma história “que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político para frente do palco. ” (REMOND, 1994, p.13). Essa história não apenas destaca a importância da dimensão política, assim como indica a valorização dos estudos dos problemas mais relevantes para o presente¹². O estudo da política partidária, assim como o estudo dos movimentos sociais, são alguns dos objetos dessa renovada História Política.

Com efeito, Rémond está recuperando para a História Política, sua área de investigação, o que Bloch já defendia muito antes, ao destacar que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65). Não apenas o presente e passado estão interligados, ou como diz Bloch, interpenetram-se,

¹¹ Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, essa revista foi o símbolo de uma nova historiografia (forma de escrever a história), conhecida como Escola dos Annales.

¹² René Rémond comenta sobre a importância de superar o medo de pesquisar a história mais recente. No artigo “Em defesa de uma história abandonada” de 1957, fez essas reflexões por ocasião do seu interesse pelo estudo da Segunda Guerra Mundial. Ver também o texto “Uma história presente” (REMOND, 2003, p.13-37).

mas são as perguntas do presente, que podem lançar luzes sobre o passado. Bloch é ainda mais claro quando trata da interpretação da história, enfatizando que esta deve partir da observação, análise, e perguntas acerca do presente¹³.

Sendo fiel à tradição da Nova História, no que se refere ao intercâmbio disciplinar, e da renovada História Política, que se coloca aberta ao enriquecimento e sofisticação de seus estudos com contribuições de outras áreas, para os estudos de história política, adotamos a sociologia reflexiva e genética de Bourdieu como uma referência teórica central, para realização de um estudo sócio histórico. Bourdieu considera a história fundamental para o estudo sociológico de uma dada realidade observando que os limites entre as disciplinas são artificiais. Esse autor desenvolve uma teoria original sobre as práticas sociais, buscando realizar uma articulação dos determinantes estruturais com as subjetividades dos agentes (BOURDIEU, 2011). Nessa perspectiva a contribuição circunstancial de outros referenciais como os referenciais marxistas, na medida em que são úteis, pode ser utilizada, ainda que buscando-se evitar contradições porventura existentes.

2.1.1 A sociologia reflexiva de Bourdieu

Wacquant talvez seja a pessoa mais adequada a perguntar sobre o legado de Bourdieu, não apenas porque escreveu um texto exatamente sobre isso, mas porque escreveu obras em parceria com Bourdieu. Sobre a teoria que Bourdieu propôs a sociologia reflexiva, Wacquant resumiu assim a síntese que Bourdieu desenvolveu ao longo de sua carreira:

Ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística¹⁴ de Weber sobre os *Lebensordnungen*¹⁵ em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty. O resultado foi um quadro teórico original, elaborado por meio de e para a produção de novos objetos de pesquisa, objetivando desvendar a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação (WACQUANT, 2002, p. 98-99).¹⁶

¹³ “... interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma idéia (sic) deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir. Não, decerto, que se trate — tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem — de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado, da montante à jusante” (BLOCH, 2001, p.67).

¹⁴ Agonística: comportamento agonístico é qualquer comportamento social relacionado à luta a conflito.

¹⁵ Ordens de vida

¹⁶ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci_arttext&tlng=en

2.1.2 Conceitos fundamentais e sua articulação com a tese: Gênese, Habitus, Capital simbólico, Campos, Espaço Social e Trajetória social.

No livro “Razões práticas”, Bourdieu fornece, no capítulo 4, intitulado “Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático”, uma possível pista que contribui para compreender a sua construção teórica.

Uma das contribuições de Bourdieu é que na medida em que somos indivíduos nascidos no seio do Estado, ao pensarmos essa instituição reproduzimos visões interiorizadas na relação que temos com essa instituição, visões essas naturalizadas. Por isso, Bourdieu discute que um esforço inicial deve ser o de nos libertarmos dos nossos pressupostos acerca do Estado, no intuito de minimizar esse risco, absolutamente inerente do fato de sermos todos, indivíduos formados na “escola do Estado”, o que inclui especialmente, mas não se restringe, ao sistema educacional (BOURDIEU, 1996a, p.92). Desse modo, Bourdieu buscou demonstrar como e porque a análise da gênese foi necessária na sua investigação sobre o Estado. Esse recuo histórico permite ao pesquisador identificar as disputas iniciais que estão explicitadas na gênese e que depois, ao serem institucionalizadas, são esquecidas.

Realizar essa distinção, entre o consciente e não consciente, partindo de uma realidade muito próxima, na qual muitas dos aspectos que formam as estruturas já foram naturalizados pelo produto e desfecho das lutas ao interior dos campos sociais é, para Bourdieu, um risco demasiado grande. Especialmente por ele se preocupar, não apenas com as estruturas objetivas, mas por se preocupar também com a subjetividade humana, aspecto que o conceito de “habitus” busca articular. O conceito de *habitus*, central na sua teoria das práticas, corresponde às disposições que orientam as práticas de cada campo, permitindo a integração entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, que se naturalizam e muitas vezes já estão naturalizadas no momento que o produtor de conhecimento se debruça sobre seu objeto e que, por isso, é mais difícil compreender, sem recuar para um tempo onde as opções históricas ainda não tinham se institucionalizado, ao mesmo tempo nas estruturas sociais e nas estruturas mentais, momento crucial, que seria exatamente o momento da gênese.

Antecipando os resultados da análise, e modificando a célebre fórmula de Max Weber (“O Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado”), eu

diria que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente. Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna **tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na "subjetividade" ou, se quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento.** Dado que ela é resultado de um processo que a institui, ao mesmo tempo, nas estruturas sociais e nas estruturas mentais adaptadas a essas estruturas, a instituição instituída faz com que se esqueça que resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência do natural.

Eis porque, sem dúvida, **não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurgam os conflitos e os confrontos dos primeiros momentos** e, concomitantemente, os possíveis excluídos, ela reatualiza a possibilidade de que houvesse sido (e de que seja) de outro modo e, por meio dessa utopia prática, recoloca em questão o possível que se concretizou entre todos os outros. Rompendo com a tentação de análise da essência, mas sem renunciar à intenção de distinguir invariantes, gostaria de propor um modelo de emergência do Estado, visando dar conta, de modo sistemático, da lógica propriamente histórica dos processos ao termo dos quais se instituiu isso que chamamos de Estado (BOURDIEU, 1996a, p.97-98).

Para Bourdieu não há instrumento mais poderoso de ruptura do que o estudo da gênese. A gênese permite ver os conflitos quando se operaram, sem o véu da naturalização que se processou posteriormente. Esse véu, essa nuvem que obscurece a visão, longe de afetar apenas os agentes estudados, afeta o próprio produtor de conhecimento. Logo, o estudo da gênese permite uma ruptura com o senso comum, com as perspectivas naturalizadas, pelo produtor de conhecimento e permite que ele as estranhe, perceba o momento histórico em que elas ainda não tinham sido naturalizadas e possa compreender como ocorreu essa naturalização. A história, então, é o instrumento central que permite isso. Bourdieu utiliza diversos exemplos, como a ortografia, que se apresenta como natural, mas que foi um processo de conflitos em que o Estado foi o campo no qual as decisões, que formataram a escrita de uma forma e não de outra, foram sendo tomadas.

Em nosso trabalho a questão da gênese influencia dois dos nossos capítulos. Primeiro o capítulo “A relação entre movimentos e partidos políticos”, no qual retornamos ao debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo, retomando a disputa entre uma concepção de direção consciente do partido, defendida por Lenin, e de espontaneidade do movimento, defendida por Luxemburgo, com parte das nuances desse debate, que emergiu no período pré-revolucionário (Revolução Russa). Esse momento, de emergência do debate marxista acerca da relação entre partido político revolucionário e o movimento de massa, é duplamente importante. Primeiro, pois permite que busquemos qual era a grande questão

em debate, qual o grande conflito referente a esta relação, antes que ela fosse naturalizada, como adverte Bourdieu, e em segundo lugar, porque o movimento sanitário se insere no espectro político da esquerda, sendo, portanto influenciado pelo marxismo, fazendo parte de nossas hipóteses, após a revisão bibliográfica e exploração do campo, que o papel dos partidos comunistas seria o aspecto central de nossa investigação, e esses são devedores da tradição marxista da qual fazem parte Lenin e Rosa Luxemburgo.

Outro capítulo influenciado pelas análises de Bourdieu acerca da gênese é o capítulo “A emergência da Reforma Sanitária Brasileira e as relações com os partidos políticos”. Ainda que a gênese da RSB não tenha sido objeto de estudo sistemático procurou-se apreender as relações entre partidos e movimento nesse período, decisão motivada pelo nosso referencial teórico. Nesse capítulo examinamos brevemente as condições históricas de possibilidade da RSB, que foram objeto de outros estudos, embora não com o mesmo enfoque, principalmente a fundação do CEBES (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde), e sua revista Saúde em Debate, entidade e revista, centrais na militância do movimento sanitário. Nesse caso, entendíamos que investigar as ideias presentes na gênese da RSB, e examinar suas origens, poderia lançar luzes sobre a relação entre movimento sanitário e partidos políticos.

Outro conceito fundamental para a sociologia reflexiva é o de *habitus* e Bourdieu assim o expressou:

Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes (como Balzac ou Flaubert sugerem através de descrições do cenário – a pensão Vauquer em “O pai Goriot” ou os comes e bebes consumidos pelos diferentes protagonistas de “Educação sentimental” -, que são uma maneira de evocar os personagens que o habitam). O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (BOURDIEU, 1996a, p. 21-22).

Bourdieu acrescenta que os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas e também esquemas de classificação. Em outras palavras os *habitus* adquiridos por um operário e um empresário são distintos, em decorrência das diferentes trajetórias sociais bem como das diferentes posições que estes agentes ocupam no espaço social. Essas práticas distintas estabelecem o que é bom ou ruim, entre o que é distinto ou vulgar, para cada agente ou classe de agentes.

Cada campo produz um tipo de *habitus* específico, logo, o campo científico produz um *habitus* científico. Se diminuirmos a escala, podemos perceber o *habitus* de uma

determinada instituição, que tem um conjunto articulado de práticas, de escolhas, que dentro dessa instituição, com o passar do tempo, se naturalizam, e que, tendem a deixar de ser examinadas, tidas como auto evidentes, para os que fazem parte desse espaço (BOURDIEU, 1996a).

Entre as espécies de capital analisadas por Bourdieu está o Capital Simbólico. Para Bourdieu o capital simbólico corresponderia à transformação das diversas espécies de capital em um capital de reconhecimento. Os agentes atribuem valor a uma propriedade qualquer (capital cultural, social, econômico) e essa atribuição de valor influenciam nas relações entre eles. Para exemplificar, Bourdieu destaca a honra em sociedades mediterrâneas, uma forma típica de capital simbólico, que existe apenas mediante a representação que outros fazem dela. “Um conjunto de *habitus* em comum faz com que identifiquem certas condutas como honrosas, outras como desonrosas, e isso influencia a forma como que se relacionam¹⁷ (BOURDIEU, 1996a, p.107).

Para compreender os Campos, por sua vez, é fundamental entender os agentes. Nesse sentido Bourdieu trabalha com pesquisas empíricas coordenadas por ele ou realizadas por outros autores, fundamentando continuamente a importância de testar empiricamente hipóteses teóricas¹⁸. Bourdieu argumenta que o mesmo vale para o Estado, ou seja, para compreender a dimensão simbólica do efeito do Estado é preciso “... compreender o funcionamento específico do microcosmo burocrático; é preciso analisar a gênese e a estrutura desse universo de agentes do Estado, particularmente os juristas” (BOURDIEU, 1996a, p.121), pois esses se constituíram na nobreza do Estado. Ou seja, para compreender os campos, com seus *habitus* específicos, a constituição histórica do campo, é necessário estudar os agentes que lá atuam e relacionar suas posições com as tomadas de posição. Aliás, ao demonstrar que é possível compreender tanto o campo religioso, como o campo burocrático, através da análise dos agentes de cada campo, Bourdieu fornece um dos elementos essenciais para compreendermos o conceito de campo,

¹⁷ Para maiores detalhes, ver “Poder Simbólico” (BOURDIEU, 1989b).

¹⁸ Weber lembra que, para compreender a religião, não basta estudar as formas simbólicas de tipo religioso, como Cassirer ou Durkheim, nem a estrutura imanente da mensagem religiosa, do corpus mitológico ou dos “discursos”, como os estruturalistas, ele se detém nos produtores da mensagem religiosa, nos interesses específicos que os animam, nas estratégias que empregam em suas lutas (por exemplo, a excomunhão). E basta, então, aplicar o modo de pensar estruturalista (que lhe é estranho) não apenas aos sistemas simbólicos, ou melhor, ao espaço de tomadas de posição simbólicas (que não se reduz aos discursos) e também ao sistema de agentes, que os produzem, ou melhor, ao espaço de posições que eles ocupam (o que chamo, por exemplo, de campo religioso) na concorrência que sofrem, para termos os meios de compreender esses sistemas simbólicos tanto em sua função quanto em sua estrutura e em sua gênese (BOURDIEU, 1996a, p.120-121)

que é a presença de elementos universais, mesmo que cada campo tenha autonomia relativa, e características específicas próprias. Bourdieu afirma, inclusive, que concluiu isso após o estudo empírico de campos diferentes (BOURDIEU, 1996b)

Sobre o conceito de campo, Bourdieu propõe, baseado em diversos estudos de microcosmos sociais com características semelhantes, que os campos “se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1976, p.1). Argumenta que existem leis gerais dos campos, que os estudos empíricos são capazes de avançar a compreensão desses mecanismos gerais, ao mesmo tempo em que cada campo tem propriedades específicas¹⁹. Com efeito, a análise dos campos implica em estudar os agentes, suas relações, posições e tomadas de posição. As posições são definidas pelas características dos agentes em diálogo com as estruturas em que se desenvolvem (BOURDIEU, 1996b).

Ao mesmo tempo em que existem elementos que podem ser generalizados de um campo para outro, Bourdieu adverte que existem elementos particulares de cada campo, sendo a investigação histórica e empírica essencial para fazer essa apreensão. Assim, a perspectiva da interseção dos campos colabora com nossa pesquisa na medida em que ao estudar a trajetória dos agentes identificou-se que eles não estavam fixados, unicamente, em um campo, mas ao contrário, eles próprios circulavam pelos diversos campos, científico, político, militante, entre outros.

Compreender como se deu essa interação, e que impacto teve sobre a relação entre partidos políticos e movimentos sociais em saúde, pode fornecer elementos para compreensão da luta pela Reforma Sanitária Brasileira. Vale destacar que estudo anterior indica que a RSB foi produzida ao interior do espaço da Saúde Coletiva por agentes com inserções e trajetórias nos campos em disputa com o campo médico (VIEIRA DA SILVA e PINNEL, 2013).

¹⁹Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião, possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia idiográfica e a teoria formal e vazia). Cada vez que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda atual ou da religião da Idade Média, descobre-se propriedades específicas, próprias a um campo particular, ao mesmo tempo em que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias (BOURDIEU, 1976, p.1).

Também importante para nosso estudo é o conceito de Espaço Social que, em determinados momentos, Bourdieu utiliza como sinônimo de campo, mas que, quando utiliza de forma diferenciada, pode ser útil. De fato, o autor, discutindo que deve haver um esforço de compreender as relações entre estruturas e subjetividade e rompendo com o pensamento substancialista que atribui a esta última propriedades intrínsecas atemporais, considera que se trata “em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos” (BOURDIEU, 1996a, p.18).

Além de destacar a importância da temporalidade, com “em cada momento”, Bourdieu destaca que uma leitura adequada deve conter a relação entre “as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou os *habitus*) e as tomadas de posição, as "escolhas" que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática” (BOURDIEU, 1996a, p.18). Nesse sentido é necessário articular as estruturas e a posição na estrutura, com as disposições, uma dimensão predominantemente não-consciente, e por fim com as práticas, com as ações dos sujeitos, que são influenciadas e condicionadas por ambas as dimensões, e por isso, não são escolhas feitas com total autonomia dos agentes, mas escolhas inscritas nas condições de possibilidade concretas em que estes se inserem.

Um dos conceitos centrais para a nossa análise é o conceito de Trajetória social, até porque traçamos a trajetória de 30 agentes cujos depoimentos utilizamos, e essas trajetórias foram instrumentos utilizados a fim de melhor compreender seus pontos de vista. Bourdieu diferencia biografia de trajetória social e explicita que os acontecimentos biográficos ganham valor quando vistos na relação com as estruturas, ou seja, nos campos, nas quais o agente ocupou e ocupa.

Compreende-se por que a biografia construída não pode ser mais que o último momento da progressão científica: com efeito, a trajetória social que ela visa reconstituir define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (a mesma coisa valeria para uma instituição, da qual há apenas história estrutural: a ilusão da constância do nominal, consiste em ignorar que o valor social de posições nominalmente inalteradas pode diferir nos diferentes momentos da história própria do campo). E com relação aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento o sentido e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço ou, mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo, capital econômico e capital simbólico como capital específico de consagração. Tentar compreender uma

carreira ou urna vida como uma serie única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que não associação a um "sujeito" cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metro sem levar em conta a estrutura da rede, isto e, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estacoes (BOURDIEU. 1996b, p.296)

Ainda sobre trajetória social ele destaca os “galhos mortos” (BOURDIEU. 1996b, 292), ou seja, as possibilidades que não se materializaram. Assim, além da relação com as disposições que vem dos *habitus*, algo que sinaliza que as ações dos agentes não podem ser explicadas apenas no plano consciente, mas existem disposições não conscientes que, adquiridas nas relações sociais, se manifestam em tomadas de posição ao longo da vida, ele chama a atenção para que toda tomada de posição exclui possibilidades. Vejamos como ele complementa o conceito de trajetória social:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da arvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida (BOURDIEU. 1996b, p.296)

Os conceitos de *Habitus*, Campos, as diversas espécies de Capital (científico, político, burocrático e militante²⁰), Espaço Social e Trajetória social são fundamentais para o desenvolvimento da análise apresentada no capítulo 4 e seguintes. Utilizamos esses conceitos para diferenciar os diferentes tipos de capitais, sabendo que na realidade muitas vezes essa separação nem sempre é tão clara, o campo burocrático, o campo científico, o campo militante, e o campo político partidário. Cada um com seu capital correspondente, e *habitus* específicos do campo. Com isso, buscamos articular sujeitos e estruturas, seguindo a indicação explicitada por Bourdieu, em “O Senso Prático”:

Basta ignorar a dialética das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas que se opera em cada ação prática para se enclausurar na alternativa canônica que, renascendo incessantemente sob novas formas na história do pensamento social, destina aqueles que pretendem tomar o caminho inverso ao do subjetivismo, como fazem hoje os leitores estruturalistas de Marx, a cair no fetichismo das leis sociais: converter em entidades transcendentais, que estão nas práticas na relação da essência com a existência, as construções as quais a ciência deve recorrer para explicar conjuntos estruturados e sensatos que o acumulo de inúmeras ações

²⁰ Para capital militante utilizamos a mesma formulação de Garrido (2013). Para quem “O capital militante cobre um conjunto de saberes e práticas mobilizados durante as ações coletivas, as lutas inter ou intra partidárias, é incorporado sob a forma de técnicas, de disposições de agir, intervir ou simplesmente obedecer” (GARRIRO,2013, p.37). Podendo em algumas circunstancias se converter em capital político.

históricas produz, significa reduzir a história a um ‘processo sem sujeito’ e substituir simplesmente o “sujeito criador” do subjetivismo por um autônomo subjugado pelas leis mortas de uma história da natureza. Essa visão emanatista que faz da estrutura, Capital ou Modo de produção, uma enteléquia (finalidade interior) que se desenvolve a si mesma em um processo de auto-realização, reduz os agentes históricos ao papel de “suportes” (Trager) da estrutura e suas ações a simples manifestações epifenomenais do poder que pertence a estrutura de se desenvolver segundo suas próprias leis e de determinar ou sobre determinar outras estruturas” (BOURDIEU, 2009, p. 68-69).

Finalmente, para interpretar as razões da ação dos agentes sociais, levamos em conta as indicações de Bourdieu, especialmente sua teoria da ação, explicitada claramente no texto a seguir:

A teoria da ação que proponho (com a noção de habitus) implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo (é aí que o “tudo ocorre como se” é muito importante). O melhor exemplo de disposição é, sem dúvida, o sentido do jogo: o jogador, tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento em que é preciso fazê-lo, sem ter a necessidade de colocar explicitamente como finalidade o que deve fazer. Ele não tem a necessidade de saber conscientemente o que faz para fazê-lo, e menos ainda de se perguntar explicitamente (a não ser em algumas situações críticas) o que os outros podem fazer em resposta, como faz crer a visão do jogo de xadrez ou de bridge que alguns economistas (especialmente quando aderem à teoria dos jogos) atribuem aos agentes (BOURDIEU, 1996a, p.164).

Depois de destacar os riscos do silêncio acerca das condições econômicas e sociais dos sujeitos analisados para estudos políticos e, com isso, conferindo fundamental importância a se levar em conta essas condições, Bourdieu aponta que:

Seria um erro subestimar a autonomia e eficácia específica de tudo que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenomênica das forças econômicas e sociais de que os atores políticos seriam, de certo modo, os títeres (BOURDIEU, 1989, p.175).

Nem títeres totalmente determinados, nem seres imunes aos condicionantes econômicos e sociais. Essa é a característica central da forma como interpretamos a ação humana. O ser humano tem um grau de autonomia, mas essa não existe no vácuo, ele é condicionado pelo contexto em que vive, ou como escreveu Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua

escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”²¹.

2.2 Partido Político e Movimento Sociais: discussão dos conceitos

Adotando a concepção de que a teoria é como uma caixa de ferramentas²² para o cientista e nem sempre a mais adequada necessariamente se encontra no seu referencial central para explicar e compreender a realidade, buscamos, em outros autores, não necessariamente marxistas, nem bourdieusianos, alguns conceitos que, longe de substituir o referencial teórico central, agregam elementos complementares, e por isso foram destacados na discussão teórica, continuamente dialogando com nosso referencial central, buscando evitar contradições.

Levando adiante essa visão acerca da teoria enquanto uma ferramenta que deve ser adequada ao que estamos estudando, discutimos primeiro o conceito de movimentos sociais, a partir da sistematização feita por Gohn (1997). Essa autora realiza uma revisão das teorias e formas de se estudar os movimentos sociais, tomando como ponto de partida a noção de que os movimentos sociais se referem à ação dos homens na história e esta ação envolve um fazer, por meio de um conjunto de procedimentos, e um pensar, por meio de um conjunto de ideias, que motiva ou fornece fundamentos a essas ações, concluindo que se trata de uma práxis. Outra observação da autora é que os movimentos não têm um curso necessariamente etapista-evolucionista, mas ao contrário, a luta social dos movimentos tem um caráter dinâmico de fluxos e refluxos, de modo que mesmo que seja possível separar o curso de um movimento em momentos, não se deve ter em relação a esses uma visão teleológica de que caminham para um final pré-definido.

Segundo a autora, os movimentos sociais são um dos meios utilizados em processos de mudança e transformação sociais, em cuja análise é importante a noção de força social, sintetizada em uma demanda, ou uma ideia-chave, formulada por um ou alguns sujeitos e apropriada por um grupo, de modo a se tornar um eixo norteador e estruturador da luta

²¹ MARX, Karl, 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Acessado em 05/09/2011 http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_02.pdf

²² Essa expressão Deleuze utilizou para descrever a função da teoria para o pesquisador em uma conversa com Foucault, posteriormente convertida em um capítulo do livro “Estratégia, Poder-Saber”, intitulado “Os intelectuais e o poder”. Nessa conversa Deleuze lembrou Proust, que comparou seus livros a lentes para entender a realidade, comentando que se estas não servem, deve-se buscar outras (FOUCAULT, 2010 [1972], p.39).

social desse grupo (GOHN, 1997, p.247-248). Observação que encontra muita identidade com a ideia da RSB, que surge como uma ideia de militantes do setor saúde, engajados em entidades como CEBES e ABRASCO.

Sobre a categoria luta social, Gohn, deixa evidente que se trata de uma categoria mais abrangente que classe social. As classes sociais²³ são uma das formas de agrupar as ações dos homens na história, mas não a única. Por isso, a autora desenvolve a categoria dos atores, utilizada enquanto categoria de análise (GOHN, 1997) recorrendo a Thompson, historiador marxista, para deixar mais evidente, que um conceito se transforma ao longo do tempo, podendo-se estudar como são criados e uma noção seria um esforço sintético para produzir uma ideia que se desenvolve pela contradição e superação.

Cabe ressaltar que essa noção de atores²⁴, em Gohn é contraditória com o conceito de agente em Bourdieu, ainda que em ambos os casos o esforço seja, ao menos em parte, não reduzir os indivíduos à sua classe social. A contradição é que a noção de “ator” implica a teoria da ação racional, do cálculo estratégico enquanto agente das práticas não, implicando que muitas ações sociais, longe de ser fruto de uma ação racional, são fruto de disposições não conscientes. Por isso preferimos, por coerência, utilizar o conceito bourdiesiano de agentes, para caracterizar os indivíduos que desenvolvem a ação social.

O estudo de Gohn fornece elementos para justificar a utilização de um referencial que busca compreender a subjetividades dos indivíduos, ao destacar que:

... a apreensão da maioria dos fenômenos sociais envolvidos nos chamados ‘novos’ movimentos sociais abrange dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macroobjetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outra ordem, morais, ou radicais, no dizer que Heller (1981). A amalgama das ações que ocorrem nesse plano é de ordem subjetiva, expressa pelo sentimento e por ações de solidariedade (GOHN, 1997, p. 249).

A autora sintetiza seu conceito de movimentos sociais, qual seja:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos

²³ As classes se referem a agentes enquanto produtores e reprodutores socioeconômicos.

²⁴ A noção de ator remete a ideia que a vida social seria um palco pois atores encenam algo. Por outro lado agente, usado tanto por Weber como Bourdieu remete a ação social.

interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam (sic), portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser um tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política com agendas de atuação construídas ao reder de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 1997, p.151-152).

Esse conceito tem problemas para o nosso estudo, pois indica que o movimento compartilha esses valores em espaços não-institucionalizados. Pensamos que entidades da sociedade civil, ainda mais uma entidade nacional como o CEBES, é uma entidade da sociedade civil organizada, e tem características de uma instituição.

Encontramos o conceito de movimentos sociais também em Charles Tilly, para quem:

Um movimento social consiste em um desafio sustentado aos detentores do poder em nome da população vivendo sob a jurisdição desses detentores do poder através de repetidas demonstrações públicas dos números da população em comprometimento, unidade e valor. Um movimento social incorpora interação contenciosa; ele envolve reivindicação mútua de demandas entre os desafiantes e os detentores de poder (TILLY, 1993-1994, p.7, tradução nossa)²⁵.

Tilly segue defendendo que esse conceito exclui outras formas de luta, como guerra civil, competição eleitoral e insurreições²⁶. Embora ativistas, às vezes realizem ações diretas contra as autoridades, em geral, a ação dos movimentos sociais centra-se em formas indiretas de ação, pressionando os detentores do poder em realizar ações que respondam às suas demandas.

Bobbio, por sua vez, indica que os “movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados” (BOBBIO, 1991, p.787). Vale destacar que além de influir,

²⁵ Social Movements as Historically Specific Clusters of Political Performances
Charles Tilly, *Berkeley Journal of Sociology*, Vol. 38 (1993-1994), pp. 1-30. Published by: Regents of the University of California Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/41035464>

²⁶ Vale distinguir movimentos reivindicatórios (sindical, por questões específicas), dos políticos: Diretas Já.

os membros de um movimento social podem, ao inserir-se na estrutura do Estado, produzir resultados.

Bobbio busca sintetizar um conceito a partir de diferentes tradições de forma a não comprometer a análise nem esquecer as diferenças entre as tradições. Essa síntese indica que perceber quais os valores comuns, o que em nosso referencial se chamaria *habitus* em comum, ou seja, a incorporação de valores e percepções nas práticas, e acrescentaríamos, as divergências internas, podem ajudar a entender melhor o que leva os agentes a se vincularem aos movimentos, para assim compreender as razões para suas ações sociais.

Nessa perspectiva, entendemos que o movimento sanitário, que defende a Reforma Sanitária Brasileira, se formou justamente por agregar um conjunto de agentes com valores em comum, que buscaram influenciar e produzir uma reforma democrática do Estado Brasileiro, e uma reforma do sistema de saúde, de forma que fosse universalizado o direito a saúde. Assim sendo, o conceito sintetizado por Bobbio é coerente com nosso referencial teórico, e se adequa ao movimento que investigamos, assim como o de Tilly, porém o de Gohn, pelas contradições apontadas, decidimos não utilizar.

Já o conceito de partido político, encontramos em Weber, para quem:

A ação social típica dos "partidos", em oposição àquela das "classes" e dos "estamentos" que não apresentam necessariamente este aspecto, implica sempre a existência de uma relação associativa, pois pretende alcançar, de maneira planejada, determinado fim seja este de natureza "objetiva": imposição de um programa por motivos ideais ou materiais, seja de natureza "pessoal": prebendas, poder e, como consequência deste, honra para seus líderes e partidários, ou, o que é o normal, pretende conseguir tudo isto em conjunto (WEBER, 1999, p.185).

Vale a ressalva que mesmo entendendo que os partidos implicam em uma relação associativa para alcançar um objetivo de maneira planejada, como Weber aponta, isso não significa que os agentes que constituem o partido realizam todas as suas ações de maneira consciente e planejada. Ao contrário, muitas das suas ações são guiadas pelos *habitus*, como indica Bourdieu, como um processo de incorporação não conscientes das estruturas. Porém, isso não implica em uma postura passiva dos agentes. De fato, refletindo sobre a dimensão criadora da gramática de Chomsky (*Generative grammar*), Bourdieu aponta que “queria colocar em evidência as capacidades ativas, inventivas, “criadoras”, do *habitus* e do agente (que o termo hábito não exprime).”. Com efeito, o processo de incorporação não consciente, que é seu caminho para sair da filosofia da consciência, não pode “anular o agente em sua verdade de operador prático de construções do real” (BOURDIEU, 1996b, p.205-206).

Nossa inferência é que os agentes passam por um processo de incorporação não consciente, porém, sua ação, ativa, inventiva, tem efeitos sobre esse processo, e dependendo do capital do agente, ou do conjunto de agentes, podem gerar novos *habitus*, a depender das disputas nos campos. Dessa forma o *habitus* tem uma dimensão não apenas condicionante, mas ativa e dinâmica na sua relação com os agentes, que se modifica ao longo do tempo.

Ainda sobre o conceito de partido político é duplamente relevante lembrar-se da contribuição de Gramsci. Para esse:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornarem universais e totais (GRAMSCI, 1978, p.6).

É duplamente relevante, por um lado porque a elaboração de Gramsci acerca do partido revolucionário de novo tipo, foi uma influência relevante para parte dos agentes que militaram a favor da RSB, como veremos no capítulo 5. O referencial gramsciano mais amplo certamente influenciou agentes, principalmente aqueles vinculados ao PCB, mesmo que alguns dos partidos de matriz marxista se baseassem na leitura das obras de Stalin e Lenin. Por outro lado, é importante compreender que, para Gramsci, a vontade coletiva nem existe de forma inteiramente latente, nem é uma criação totalmente original do partido revolucionário²⁷. O partido revolucionário cria o “novo”, uma vontade coletiva dirigida pela classe operária nacional-popular²⁸ em condições que permitem o desenvolvimento dessa vontade coletiva. Gramsci destaca como condição fundamental para esse desenvolvimento a existência de um grupo social jacobino eficiente²⁹, e a ausência desse

²⁷ É possível pensar em uma contradição com Bourdieu. Já que considerar o príncipe como o partido corresponde a fetichizar as estruturas. Transformar uma instituição em sujeito. Também, o partido como representante da classe operária corresponde a incorporar as classes sociais como categoria analítica central, e se ela é fundamental em análise de conjuntura, nessa investigação não utilizamos esse conceito. Entretanto, pode-se entender que Gramsci fez uma metáfora, e falava mais do papel do partido como podendo ser análogo ao do príncipe, sendo o sujeito coletivo que poderia agora em nova conjuntura construir uma nova hegemonia, daí a ideia do Moderno Príncipe.

²⁸ Nacional-popular é entendido como a aliança entre burguesia nacional e as classes subalternas, uma estratégia de alguns partidos marxistas.

²⁹ Esse grupo social jacobino, ou força social, como chama Gramsci, seria o setor mais progressista que iria organizar a vontade coletiva nacional-popular. As condições mais adequadas para seu surgimento seriam nos grupos sociais urbanos, que alcançaram certo nível de desenvolvimento de cultura histórico-política. Porém, Gramsci destaca que a formação de uma vontade nacional-popular não é possível sem a participação das

grupo seria a principal razão de fracassos na tentativa de criar uma vontade coletiva nacional-popular e por consequência fundar um novo tipo de Estado (GRAMSCI, 1978, p.7-9 e p.21-22).

Nesse sentido, vontade coletiva não implica em uma unidade total nem no partido³⁰ nem na sociedade, mas um processo dinâmico que tornaria possível, em determinadas condições, que o partido político revolucionário, na categoria de príncipe moderno, seja o protagonista e “o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 1978, p.8-9). A contradição entre campo do poder em Bourdieu e classe dominante³¹ (Burguesia) vontade coletiva em Gramsci não existe, pois tratam de coisas distintas. Haveria contradição se a noção de vontade coletiva em Gramsci implicasse em uma unidade latente na sociedade, ignorando as contradições e disputas existentes nessa, mas como se trata de uma criação em condições históricas favoráveis, o confronto com as classes tradicionais e dominantes está presente.

Gramsci deixa claro esse confronto ao discorrer sobre o “esforço das classes tradicionais³² para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo” (GRAMSCI, 1978, p.8). Bourdieu analisa a forma através da qual os dominantes reproduzem seu poder, indicando que as grandes escolas não apenas garantem essa reprodução favorecendo que seus filhos ascendam a posições de poder, mas que existe uma homologia estrutural³³ entre as grandes escolas e o “campo de poder”³⁴ sendo a principal função das grandes escolas reproduzem uma estrutura um sistema de diferenças e

grandes massas na vida política, em seu exemplo, que falava da superação da sociedade feudal, era a massa dos camponeses cultivadores (GRAMSCI, 1978, p.7-9).

³⁰ Vale destacar que Gramsci incorpora a ideia do partido de novo tipo como vanguarda do movimento revolucionário ao menos no início quando os níveis de educação política são muito distintos, porém isso não se opõe a ideia de partido de massas, já que a ideia era educar as massas de forma a constituir uma ampla vanguarda operária (DEL ROIO, 2006).

³¹ Vale destacar que há contradição entre o conceito de campo do poder que Bourdieu propõe como alternativa a classe dominante. No caso de Gramsci seriam as classes tradicionais. Recorremos a Gramsci, apesar dessas contradições, por entender que o seu referencial, embora não oriente essa investigação, orientou boa parte da reflexão da esquerda durante o período que investigamos, logo refletir sobre sua contribuição fornece bases para o exame do empírico

³² As classes tradicionais são os grupos sociais que se opõem a mudança, se opõem a revolução. Na Itália, Gramsci se referia à aristocracia latifundiária, como exemplo dessas classes tradicionais que se opõem tanto a revolução burguesa, como à revolução proletária.

³³ Bourdieu indica uma semelhança entre diferentes estruturas, haveria propriedades em comum.

³⁴ O campo do poder é o local dos dominantes de todos os campos que lutam pelo controle do Estado.

distâncias, resolvendo outro problema com que se confrontam as “elites”, qual seja, a administração de suas divisões internas (BOURDIEU, 1993, p.19). Ambos destacam o esforço conservador dos dominantes. Gramsci estava refletindo em como enfrentar esses desafios no sentido de transformar a realidade, já a preocupação central de Bourdieu é desenvolver uma forma de melhor compreender essas disputas. Em ambos existe a percepção das disputas e da ausência de uma unidade homogênea.

Bourdieu, no entanto, destaca uma diferença importante do seu pensamento com o pensamento marxista e com o pensamento funcionalista. Ele indica que enquanto marxistas desenvolvem teorias sobre a classe dominante e os funcionalistas sobre as elites, existe uma semelhança entre estas teorias que, segundo ele, deveria ser excluída da ciência social. Ambas estudam população de agentes que ocupam posições de poder e não estruturas de poder. Bourdieu deixa claro que é impossível compreender as estruturas sem estudar os indivíduos. Mas que o objeto de análise deve ser não os indivíduos, nem uma classe de indivíduos, nem as instituições que eles pertencem, mas o espaço de posições que pode ser caracterizado pelas suas propriedades (BOURDIEU, 1993, p.21).

Retomando a questão do partido, Gramsci, ao refletir sobre como escrever a história de um partido faz observações especialmente úteis e convergentes com uma análise complexa das estruturas e sua relação com os indivíduos que formam o grupo social do partido, quais sejam:

Mas, será esta massa constituída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existir através dos quais uma massa de partido manifesta sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo social não é isolado: tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultara a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país (GRAMSCI, 1978, p.24-25).

Embora destaque a importância do grupo social do qual o partido é expressão, Gramsci aponta a complexa relação desse grupo com seus amigos (área de influência) e seus adversários, assim como sua relação com conjunto social, estatal e até de interferência internacional, algo que no caso da ditadura militar brasileira, que contava com apoio dos EUA, é especialmente relevante. Essa perspectiva de análise leva em conta o grupo social,

mas não vê o partido isoladamente, e sim dentro de uma rede complexa de relações. Consideramos que essa perspectiva não é contraditória com a proposta de Bourdieu na medida em que iremos focalizar, não nos partidos, mas na relação entre partidos e movimentos sociais em saúde pelo prisma da dinâmica dos campos sociais que são relativamente autônomos, sendo o campo político um campo social como os demais (o científico, o burocrático, o cultural) com *habitus* em comum específicos do campo.

Nessa perspectiva, na análise dos dados foi interrogada a divisão social do trabalho político no interior dos movimentos e do partido bem como seus determinantes sociais, a serem compreendidos por meio das trajetórias dos agentes, seguindo pistas fornecidas por Bourdieu. Assim, a articulação entre a trajetória dos agentes e a análise das condições históricas de possibilidade em que viviam foi considerada o instrumento que permite interligar os determinantes econômicos e sociais com a subjetividade dos agentes, levando em conta seu grau de autonomia, mesmo que relativa³⁵.

2.3 Fato Histórico

Fato Histórico é o acontecimento singular ou um processo, que ao ser integrado na trama complexa de circunstâncias que conduziram a sua realização se tornou objeto da ciência da história pela sua importância ao desencadear outros fatos³⁶ e ao contribuir para explicar a causa deles. Segundo Schaff (1995), existem dois tipos de fatos históricos:

Fatos históricos que são reconhecidos como fatos históricos por todos os “sistemas técnicos” (“sistemas de referência”³⁷) (SCHAFF, 1995 p. 238). São os fatos históricos que por ocuparem uma centralidade naquele período, por modificarem a história de forma ampla, são reconhecidos por todos os sistemas de referências, exemplos: Revolução Francesa, Revolução Russa, Golpe civil-militar de 1964 no Brasil, e os processos igualmente centrais, a exemplo da transição do feudalismo para o capitalismo e a revolução industrial. Ao tratar dos períodos em que acontecimentos ou processos tão centrais ocorreram, se o sujeito do conhecimento localiza seu recorte no país, ou países e região, em que esse processo ou acontecimento ocorreu, ele não pode ignorar fatos históricos

³⁵ Sobre a importância de não ignorar nem supervalorizar os determinantes econômicos e sociais ver BOURDIEU, 1989, p.163-175.

³⁶ Fatos são acontecimentos do passado que temos evidências que se produziram efetivamente.

³⁷ Para Schaff, um “sistema de referência” diz respeito a uma determinada área de conhecimento (história política, por exemplo) e supõe uma teoria definida que enquadra os fatos históricos analisados.

dessa magnitude, mesmo que eles não sejam o centro do seu estudo. A ditadura militar, por exemplo, que compreende a maior parte do nosso recorte temporal, é um fato histórico, reconhecido por todos os sistemas de referência, devido à sua centralidade para o Brasil, durante esse período.

Outro tipo são os fatos históricos reconhecidos apenas pelo sistema de referência utilizado. Ou seja, esses fatos históricos, embora relevantes, não afetam de forma marcante todas as relações sociais do período. Seja por estarem mais circunscritos a uma região, ou mais restritos a uma área, ou por se referirem a lutas em que foram derrotados, ou por outras razões que levam esses acontecimentos ou processos a não terem uma centralidade. Sendo inclusive desconhecidos por pesquisadores de outras áreas, logo, é impossível exigir que esses façam referência a esses fatos históricos. A luta pela RSB, fundamental para a análise do nosso objeto, é um fato histórico para aqueles que usam um sistema de referência vinculado ao setor saúde, ou que leva esse em conta, não sendo um fato histórico reconhecido por todos os “sistemas técnicos”, utilizando a conceptualização de Schaff.

A discussão de “fato histórico” é relevante para a análise desenvolvida no capítulo 4 quando discutimos o fato histórico da ditadura militar no período conhecido como “distensão”, termo que também é discutido nesse capítulo. Esse fato histórico, reconhecido por todos os sistemas de referência, é um elemento central para a compreensão desse período e tudo aquilo que ocorre nele, e isso inclui a emergência do movimento pela Reforma Sanitária, a fundação do CEBES, da ABRASCO, e a relação desse movimento com os partidos políticos. Dito de outra forma, não é possível tratar dessa relação sem levar em conta o fato histórico da ditadura militar, e suas particularidades em diferentes conjunturas, ao analisar o movimento pela RSB e sua relação com os partidos políticos.

2.4 Hipóteses

Nossa hipótese central, relacionada com a pergunta acerca da natureza da relação entre partidos políticos e o Movimento pela RSB é a seguinte: Talvez a influência dos partidos políticos no movimento da Reforma Sanitária Brasileira, em especial os de matriz marxista, tenha contribuído no processo de formulação das principais teses, bem como na articulação do movimento sanitário. A formulação das propostas bem como a direção política do movimento sanitário também teria recebido a contribuição de agentes não

filiados a partidos. Uma das dúvidas reside na “direção consciente do partido”, ou se a contribuição se deu mais na formação dos agentes da RSB que tinham militância partidária.

Desdobrando esta compreensão, partimos para formular uma hipótese relativa à ação dos agentes que participaram da emergência do movimento e da influência dos partidos de base marxistas sobre estes. Assim, entendendo que cada um dos agentes atua de forma predominante em um campo, em um determinado momento de sua trajetória, seja no campo político, militante, científico, burocrático, no campo médico ou no nascente “espaço da Saúde Coletiva”, é provável que o posicionamento dos agentes filiados a partidos políticos legais ou clandestinos ao interior do espaço de lutas pela RSB decorra da composição das suas diversas espécies de capital. Por outro lado, os partidos de origem marxista viam nos movimentos populares em geral e também na luta pela RSB um espaço para acúmulo de forças do movimento popular e enfraquecimento do regime militar, por isso algumas de suas lideranças se inseriam nos movimentos sociais em saúde. Assim, esses partidos estimularam que os intelectuais orgânicos a suas causas, também se tornassem agentes de destaque nos movimentos sociais em saúde. Ou, alternativamente, os próprios agentes viam a atuação nos movimentos como uma extensão dos objetivos partidários, pois em essência, muitos dos objetivos eram convergentes.

O centro das nossas dúvidas reside, portanto, na maneira através da qual os partidos políticos de matriz marxista contribuíram para a RSB, e em especial, para parte das lideranças da RSB.

2.5 Estratégia de pesquisa

Foi realizado um estudo histórico que dialoga com a sociologia reflexiva de Bourdieu, no período compreendido entre 1976, fundação do CEBES, e 1986, ano de realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde. As fontes orais foram eleitas como fundamentais, realizando-se uma articulação entre a análise das trajetórias dos agentes, apoiadas em entrevistas em profundidade, e as condições históricas de possibilidade do movimento sanitário como as principais abordagens para responder à questão central da pesquisa.

Com o trabalho realizado mais recentemente pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)³⁸, outros documentos que vieram à luz podem subsidiar pesquisas futuras. Além disso, jornais como Voz da Unidade do PCB³⁹, Tribuna da Luta Operária do PC do B⁴⁰, entre outras fontes de arquivos pessoais ou raros, também poderiam ter sido utilizados, entretanto, limites de tempo, incluindo a mudança de escopo do projeto original para o âmbito nacional posteriormente ao Exame de Qualificação do projeto, assim como a riqueza significativa das fontes orais com as quais trabalhamos e das fontes que encontramos na exploração do campo, fez com que nos restringíssemos a elas, porém reconhecemos que existem mais fontes, e que futuros trabalhos podem fazer usos delas a fim de ampliar a compreensão dessa dimensão da RSB.

O primeiro passo para a construção do problema consistiu em um retorno a gênese da problemática da relação entre partido e movimento no âmbito da literatura marxista, retornando ao debate clássico entre Lenin e Rosa Luxemburgo, especificamente ao debate acerca da direção consciente do partido ou do espontaneísmo do movimento. Em seguida, realizamos uma primeira aproximação à literatura internacional e nacional sobre a relação entre movimento e partido, em diversas bases bibliográficas. Concentramo-nos em uma revisão de literatura na base Scielo⁴¹, buscando inicialmente trabalhos que abordassem

³⁸ Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado" brasileiro, ocorridas no Brasil e também no exterior. A lei que a instituiu (Lei nº 12.528/2011) foi sancionada em 18 de novembro de 2011 e a comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, em cerimônia que contou com a participação de todos os ex-Presidentes da República desde o restabelecimento da democracia. A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar (1964-1985).

³⁹ Voz da Unidade foi um jornal utilizado como instrumento pelo Partido Comunista Brasileiro na luta pela redemocratização do Brasil. A primeira edição do fascículo data da semana de 30 de março a 5 de abril de 1980. Ao longo dos 11 anos, 516 edições do jornal foram publicadas, ainda que as duas últimas edições, de 1991, contassem com um novo nome, isto é, "*Partido Novo*", anunciando mudanças no velho PCB. O nome original do jornal remete à ideia da necessidade da esquerda política brasileira, às voltas com a ditadura militar, unir forças, voz e unidade a fim de restaurar a democracia no país. Existe, inclusive, trabalhos sobre este jornal, como "A memória da Voz e a voz da Memória o jornal Voz da Unidade (1980-1991)" (TORRES, 2009).

⁴⁰ Tribuna da Luta Operário foi o jornal oficial do Partido Comunista do Brasil. Começou a circular em 1979, período de retomada das greves operárias e da anistia política, e encerrou seu trabalho jornalístico em 1989, ano das primeiras eleições presidenciais após o fim da ditadura militar. Encontramos recentemente, a coleção de suas edições em formato digital, o que facilita pesquisa futuras. Ver <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/tribuna/> Essas e outras fontes, encontradas na fase final, não foram utilizadas na tese, e ficam como possibilidades para futuras pesquisas.

⁴¹ Utilizando o descritor "Movimentos sociais e partidos políticos" obtivemos 10 entradas. Utilizando o descritor "partidos políticos e movimentos" tivemos 18. Todos os 10 da primeira busca reapareceram na segunda busca. Utilizando o descritor em inglês "*movements and political parties*" obtivemos 57 entradas. 11 foram excluídos por repetição (estavam entre os 18 anteriores).

movimentos sociais em saúde e sua possível relação com partidos políticos. Por fim, fizemos um recorte, procurando trabalhos que analisassem a relação entre movimento sanitário brasileiro e partidos políticos, em uma revisão também na base Scielo. O conjunto de descritores utilizados assim como os resultados obtidos estão detalhados no capítulo 3.

2.5.1. As peculiaridades das fontes orais

Alessandro Portelli, no artigo “The Peculiarities of Oral History” (PORTELLI, 1981) examina, como o título indica, as peculiaridades da história oral, abordando de modo mais específico os benefícios do uso dessa fonte e a sua singularidade para o historiador, porém entendemos que suas observações são válidas para todas as pesquisas que usam fontes orais. Logo no título, uma nota nos remete ao cuidado que Portelli tem ao tratar do tema. Na nota, acerca da expressão “Oral History”, Portelli escreve que a expressão História Oral é aberta a crítica, já que essa expressão pode implicar que pesquisa histórica pode ser baseada inteiramente em fontes orais, o que, para o autor, é um equívoco, embora possa ser baseada predominantemente em fontes orais, como é o caso da nossa pesquisa (PORTELLI, 1981, p.96). Uma expressão mais correta, na visão de Portelli, seria o uso de fontes orais na história. Por ser de uso generalizado, ele utiliza a expressão história oral, porém deixa claro qual o sentido que dá a esse termo. A Portelli interessa demonstrar que nem a história oral deve ser um mero suporte a uma história tradicional que santifica as fontes escritas, nem a história oral deve ser vista como a solução para todos os problemas. A história oral tem sua especificidade, tanto no que diz respeito às suas limitações quanto em relação ao que oferece para o pesquisador.

Entramos em contato com a expressão “memória dividida” no texto de Alessandro Portelli “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum” (PORTELLI, 1996). Nele Portelli cita Giovanni Contini que descreveu a ideia de “memória dividida” (PORTELLI, 1996, p.105) evidenciando como uma série de acontecimentos pode ter diferentes interpretações ou valorização pelos que dela participaram. A memória construída por cada grupo também difere, não apenas entre grupos, mas ao longo do tempo no mesmo grupo de indivíduos ou na mesma comunidade, tendo o próprio tempo um efeito mediador sobre a memória.

Portelli segue analisando as peculiaridades da história oral, valendo a pena, portanto, discutir aqui algumas de suas observações nesse trabalho. Para ele o narrador do

evento não é a mesma pessoa hoje que era quando o evento do distante passado aconteceu (PORTELLI, 1996). Isso significa que o tempo modificou o entrevistado, sua visão dos acontecimentos, sua análise, e embora isso não torne as informações menos valiosas, o relato não deve ser tomado como sendo o que aconteceu, e sim como uma versão dos acontecimentos, e uma interpretação dos acontecimentos, segundo esse entrevistado. Por isso é fundamental confrontar seu relato com outras fontes e outras entrevistas, para fortalecer argumentos construídos a partir de informações retiradas de entrevistas.

Muitas vezes aquilo que o narrador busca esconder é uma informação mais preciosa do que o que ele quer nos dizer e muitas vezes o que dizem sem ter a intenção é igualmente valioso, algo que Bloch (2001) já havia apontado. Nesse caso, o pesquisador deve estar atento para aspectos sobre os quais o entrevistado não fornece detalhes, e introduzir perguntas extras que muitas vezes fazem o entrevistado dizer aquilo que queria guardar sem nem perceber.

Nesta pesquisa, não usamos o método de entrevista narrativa, que tem como objetivo uma situação que estimule o entrevistado a contar uma história sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social, com a menor interferência possível do entrevistador (JOVCHELOVITCH, S. & BAUER, 2002). Porém, algumas das recomendações dessa proposta são úteis e nesse caso existe concordância entre Portelli e os autores que defendem essa técnica.

Portelli indica que quando a voz do pesquisador é suprimida, a voz do informante é distorcida (PORTELLI, 1981). Um exemplo disso é quando na publicação de uma entrevista não aparece a pergunta realizada, ausência que cria uma distorção, logo, é fundamental explicitar qual a pergunta e em qual contexto o agente forneceu a resposta. Por isso, em nossa pesquisa, fizemos o esforço de resumir a pergunta ou o contexto do diálogo, a fim de minimizar essas distorções.

Portelli chega à conclusão de que “a história oral, até pela influência da memória, nos dá a imaginação da testemunha e nos diz mais sobre o significado dos eventos para essa testemunha, do que sobre os eventos em si”. O que não significa dizer que fontes orais não possuem interesse factual, pois o uso de fontes orais pode lançar luzes sobre algo desconhecido, ou aspectos desconhecidos, para os quais não se encontram evidências claras em outras fontes (PORTELLI, 1981, p. 98-99). Essas observações são fundamentais, pois, por se tratar do período da ditadura militar, a censura limitou muito o uso de outras fontes, e o cruzamento dos depoimentos foi essencial e de interesse factual.

A memória de muitos entrevistados é falível em relação a acontecimentos específicos e especialmente acerca de sua sequência no tempo. Conseguir informações sobre sentimentos, opiniões do entrevistado em relação a períodos distantes também apresenta problemas, pois os entrevistados estão sujeitos a deformações das lembranças do passado em decorrência de experiências posteriores. Na maioria das vezes vai caber ao pesquisador fazer essa diferenciação e nem sempre esse pode ter fontes ou evidências que permitam que isso seja realizado. Por isso, e a fim de superar esse problema da memória utilizamos uma constatação de Hall acerca das pesquisas utilizando fontes orais, qual seja, que “a história oral parece ser mais confiável para os acontecimentos de grande impacto que impressionaram muito o entrevistado, ou para rotinas e fatos regularmente repetidos.” (HALL, 1992, p.158). Por isso, hábitos rotineiros, práticas do trabalho, da militância e eventos de grande impacto ou importância, estiveram no centro das entrevistas realizadas e no nosso olhar sobre as entrevistas utilizadas mesmo as que não realizamos.

Tratando das fontes possíveis, lembramo-nos de Portelli, quando este ataca a santidade da palavra escrita, defendendo que essa não tem o monopólio da credibilidade, como é comum se acreditar. Existem exemplos altamente convincentes, como o do relatório policial que começa da seguinte forma: “De acordo com informação verbal colhida” (PORTELLI, 1981, p.101). Muitos documentos oficiais são produto de processo similar, não apenas tomando como sua fonte original um testemunho oral, mas em outros casos fruto de manipulação, distorção, em muitos casos intencionais com motivação ideológica ou de classe. Porém, por estarem escritos, ganham, infelizmente para muitos, o status de verdade. Portelli descreve uma ilusão que é formada pelo fato do texto ser imutável e chama a atenção que isso fortalece a ideia de credibilidade da palavra escrita⁴². Porém a experiência, ou o que é visto, ou ouvido, está sujeito a distorções antes mesmo de estar no papel, seja pela testemunha, por quem produziu o documento, ou por quem tem autoridade sobre ele (PORTELLI, 1981). Essas observações, se não nos afastam das fontes escritas, já, que toda a fonte tem limitações e são criticáveis, colocam em relevo a crítica excessiva sobre fontes orais.

⁴² Aliás, as limitações das fontes escritas, algo discutido por Bloch (2001), segundo o qual o historiador dispõe apenas de vestígios sobre os fatos. A recomendação mais relevante de crítica às fontes de Bloch, se refere a buscar nas fontes não necessariamente o que elas querem dizer, mas o que dizem, sem ter a intenção.

2.5.2 Fontes orais da pesquisa

As fontes orais produzidas e utilizadas, porquanto estavam disponíveis a partir da pesquisa conduzida por Ligia Maria Vieira da Silva sobre a constituição do Espaço da Saúde Coletiva (VIEIRA-DA-SILVA, 2015), durante a exploração do campo, pareciam as mais adequadas para responder nossas perguntas e atingir os objetivos. Por essa razão, assumiram centralidade e foram combinadas com entrevistas realizadas pelo Autor visando preencher as lacunas identificadas. Vale destacar que a lacuna em relação a estudos sobre a relação entre a RSB e partidos políticos foi reconhecida por Jairnilson Paim em entrevista realizada por Ligia Maria Vieira da Silva, e utilizada nessa pesquisa.

Foram realizadas 9 entrevistas pelo Autor. Os critérios de seleção dos agentes foram aqueles que ou militaram em movimentos sociais em saúde que estavam lutando pela RSB ou políticos que possam ter informações acerca da relação entre partidos e movimentos sociais em saúde. 21 entrevistas foram utilizadas entre aquelas realizadas por Vieira-da-Silva, entre 2008 e 2011, com fundadores do Espaço da Saúde Coletiva, sendo que muitos deles participaram diretamente das articulações do movimento da RSB (VIEIRA-DA-SILVA, 2015).

As entrevistas foram gravadas, transcritas e revisadas. A análise da trajetória social de cada entrevistado foi feita por meio da identificação da ocupação dos pais e avós; a trajetória profissional por meio dos diversos postos ocupados e a trajetória política por meio da participação em partidos e entidades ligadas ao movimento sanitário. Esses resultados foram sumarizados para cada entrevistado, para servir como base para a análise de sua trajetória pessoal, profissional e política.

A análise das entrevistas indicou quais fontes documentais deviam ser buscadas para complementar, fortalecer, enfim, confrontar informações. Cabe ressaltar que ao utilizarmos trechos das falas dos entrevistados para ilustrar seus pontos de vista, especialmente, embora não exclusivamente, nos momentos que os entrevistados revelam aspectos específicos da organização de partidos clandestinos, suprimimos seus nomes, a fim de protegê-los. Já nos momentos que avaliamos que não havia riscos para o entrevistado, mantivemos a identificação nominal.

As outras fontes, quais sejam, jornais e revistas de entidades, foram utilizadas para confirmar aspectos de interesse factual, para reforçar argumentos, e para fornecer uma ideia mais clara das condições de possibilidade em que estavam inseridos os agentes. Além

disso, essas fontes foram utilizadas para iniciar a narrativa e análise dos eventos e dos pontos de vista dos entrevistados, desde que o uso das entrevistas fornece elementos que provavelmente as demais fontes não têm condições de trazer.

Ademais, cabe explicitar que outras fontes foram consultadas na medida da necessidade. Para realizar uma contextualização e para apreender tomadas de posição dos entrevistados a época e dos temas debatidos pelos militantes da Reforma Sanitária Brasileira. Foi utilizada, por exemplo, a revista Saúde em Debate (editada pelo CEBES). Investigamos como cada agente trouxe capital do seu campo específico, seja ele político, médico, burocrático, para intervir em outros campos. A forma através da qual, analisamos a interseção dos campos, foi através da trajetória profissional e política dos agentes, já que esses por vezes, circulam pelos diferentes campos. Nesse sentido, os agentes e seus depoimentos serviram como um guia para a pesquisa, para buscar melhor compreender a natureza da relação entre movimento sanitário e partidos políticos.

2.5.3 Recorte temporal e objetivação dos agentes.

A justificativa para o recorte temporal é que em 1976 foi criado o CEBES (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde), entidade que aglutinava lideranças, veiculava um debate teórico e político e participava da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Foi nesse momento que o movimento sanitário começou a ganhar forma, ou expressando de outra maneira, foi nesse momento que o movimento sanitário começa a estabelecer suas características específicas e sua atuação política articulada em entidades da sociedade civil que representam suas causas, como o CEBES, ou especialmente o CEBES, entidade criada para editar uma revista, a revista Saúde em Debate que se constituiu em veículo das ideias e propostas da RSB.

Como nos concentramos nesse momento de emergência, até 1979, quando o marco foi o documento “A Questão Democrática na Saúde”, foram os partidos de matriz marxista que apareceram com maior destaque, especialmente nas entrevistas, e na fala de militantes que eram lideranças, como Antonio Sérgio Arouca, Nelson Rodrigues dos Santos, Luiz Umberto Pinheiro, José Ruben de Alcântara Bonfim e Francisco Machado. Isso acabou nos levando a concentrar nossa atenção nesses. Porém, como veremos, outros partidos aparecem, a exemplo do PT, que aparece nas falas de Flavio Goulart e Gastão Wagner de Souza Campos. De fato, vários partidos participaram do processo da RSB, porém, a nossa

investigação, pela ênfase no período de emergência do movimento e formulação da proposta, acabou se concentrando nos partidos de matriz marxista, mas posteriormente, não apenas o PT, mas o PDT e outros, são relevantes para a análise.

Embora o período 76-79 fosse o foco, fomos além do ano de 1979, pois os relatos das entrevistas trouxeram acontecimentos dos anos 80, assim, definimos como marco final o ano de 1986 o ano em que foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde⁴³, evento central no processo de RSB. Ela foi central porque reuniu quase 5.000 pessoas em Brasília, culminando um processo de debate que envolveu quase 50 mil pessoas em dezenas de municípios. O Relatório Final desta Conferência incorpora a concepção de Saúde como direito de cidadania e dever do Estado, lançando as bases políticas para o debate sobre Saúde na Assembléia Nacional Constituinte, que resultou na elaboração do capítulo Saúde da Constituição Federal de 1988, donde consta os princípios e diretrizes do que viria a ser o SUS (BUSS, 1991).

Aferimos os capitais dos agentes entrevistados em dois momentos, para finalidades distintas. Em um primeiro momento, medimos os capitais de 1976 até 1986, ano de realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde e nosso recorte temporal final. O outro momento se refere aos capitais acumulados até o momento da entrevista. Enquanto os capitais até 1986 remetem à emergência da RSB e às tomadas de posição dos agentes nesse período, aferir os capitais até o momento da entrevista constituiu uma ferramenta para interpretar a fala dos agentes no momento em que eles forneceram as informações.

Baseando-nos tanto em Bourdieu, quanto em Portelli, defendemos que a memória é mediada pela experiência, e assim sendo, para compreender o que um entrevistado diz hoje, não basta saber quem ele era, quais os capitais que acumulou em relação à época que nos interessa, pois o fato desse agente hoje ter acumulado, por exemplo, muito mais capital militante, pode ter alterado seu ponto de vista, e para compreendermos e explicarmos seu ponto de vista, fornecido no momento da entrevista, é essencial compreender sua trajetória até esse momento. Agora, para compreender escolhas, decisões, tomadas de posição, na época, o outro recorte, até 1986, foi fundamental.

A utilização da análise da trajetória dos agentes, buscando medir seus capitais, em cada espaço social, assim como analisando quem é dominante, quem é dominado, decorreu da escolha da sociologia reflexiva enquanto teoria do social para buscar compreender esse

⁴³ Acessado em 04/01/2016.
http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf

fenômeno. A fim de objetivar as informações obtidas nas 30 entrevistas que utilizamos, analisamos os capitais acumulados pelos nossos entrevistados, e sua trajetória, tanto social, profissional e política, buscando identificar as diversas posições ocupadas pelos agentes nos diversos campos e espaços relacionados com o MRSB.

Desse modo, através de elementos objetivos, a exemplo da coordenação de projetos de pesquisa, reconhecimento internacional, ou ocupação de cargos na direção do CEBES, buscamos identificar elementos na trajetória que possibilitem explicar melhor os pontos de vista dos entrevistados, visando compreender porque determinados entrevistados dão ênfase a determinados aspectos e outros não.

Essa objetivação da trajetória tem por propósitos identificar as diversas posições ocupadas pelos agentes nos diversos campos e espaços relacionados com o MRSB. Desse modo, através de elementos objetivos, a exemplo da coordenação de projetos de pesquisa, reconhecimento internacional, ou ocupação de cargos na direção do CEBES, buscamos identificar elementos na trajetória que possibilitem explicar melhor os pontos de vista dos entrevistados, visando compreender porque determinados entrevistados dão ênfase a determinados aspectos e outros não.

O cruzamento das fontes, utilizando informações fornecidas pelos diferentes entrevistados já fornece uma primeira tentativa de objetivar as entrevistas, já que quando informações são confirmadas por múltiplos entrevistados essas ganham força enquanto argumento. Porém, essa pode ser uma narrativa compartilhada construída através do efeito do tempo sobre a memória, como alerta Portelli. Assim sendo, buscar medir os capitais, e utiliza-los na análise, terminou sendo uma segunda tentativa de objetivar, já que permite saber com mais clareza de que lugar cada agente fala, quais suas experiências de vida, e quais tomadas de posição foram centrais para a sua formação enquanto agente da RSB.

Aferimos os capitais de cada um dos 30 agentes que constituíram as fontes primárias de nossa pesquisa, segundo os seguintes critérios, adaptados de Vieira da Silva e Pinell (2014). Para medir o capital científico levamos em conta o nível alcançado pelo entrevistado na carreira como docente e/ou pesquisador, bem como a atuação na coordenação de projetos de pesquisa e/ou cursos de graduação e pós-graduação na área de Saúde Coletiva (fonte CV registrados na Plataforma Lattes); para aferir o capital político consideramos a participação em cargos eletivos e/ou participação em cargos dos partidos políticos; para o capital burocrático buscamos identificar se os entrevistados ocuparam cargos técnicos e/ou administrativos no âmbito do Estado; finalmente, para o capital

militante, relativo à atuação no movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, identificamos se os entrevistados ocuparam cargos na direção do CEBES e/ou ABRASCO, assim como levamos em conta a noção de “cebiano”, ou “abrasquiano” históricos, atribuída a aqueles que participaram da fundação destas entidades, integraram diretorias ou participaram das primeiras edições da revista Saúde em Debate.

Com base nas informações coletadas, aferimos os diversos capitais dos entrevistados em uma escala: pequeno, médio, alto e muito alto. Posteriormente utilizamos as informações sobre os agentes, em conjunto com a medição dos capitais acumulados, para traçar uma trajetória resumida de cada um. Assim, utilizamos estas informações para objetivar os pontos de vista dos nossos entrevistados, buscando compreendê-los melhor, à luz de suas trajetórias⁴⁴, relacionando, portanto, a posição e os capitais acumulados aos pontos de vista sobre as relações entre os partidos e os movimentos sociais e a RSB (BOURDIEU, 1989). O Quadro 1 sistematiza as informações que utilizamos para aferir e classificar os níveis de capitais de cada um dos agentes entrevistados⁴⁵.

Utilizamos, além das entrevistas, consulta aos currículos inseridos na Plataforma Lattes para medir os capitais, ou informações em páginas de entidades. Interessou-nos a trajetória dos entrevistados, e como essa trajetória tem impacto sobre seus pontos de vistas. Dito de outra forma, os capitais acumulados, os cargos ocupados⁴⁶, as tomadas de posição dos agentes, fornecem elementos que favorecem a interpretação das entrevistas realizadas, por isso, é a totalidade acumulada que nos interessa para entender as tomadas de posição no momento presente.

Finalmente, tratamos de sistematizar a análise e interpretação das evidências relativas à influência dos partidos políticos de base marxista sobre o movimento da RSB, levando em conta os resultados alcançados através da análise dos capitais e da trajetória dos agentes que atuaram em diversos campos no período estudado. Vale destacar que outras forças políticas, como o “Brizolismo”⁴⁷, e partidos, como o PMDB, que embora relevantes para o período, quase não foram mencionados nas 30 entrevistas que utilizamos.

⁴⁴ Utilizamos diversas fontes, como o “PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA DO CEBES” que apresenta a composição de diversas diretorias da entidade, além de entrevistas, biografias, entre outras informações. <http://CEBES.org.br/site/wp-content/uploads/2014/02/diretorias-nacionais-do-CEBES-1976-a-2006.pdf>

⁴⁵ Adaptado de Vieira-da-Silva et al. O Espaço da Saúde Coletiva. Relatório de Pesquisa, 2010 e tese de Sandra Garrido de Barros (2013).

⁴⁶ Considerando que a ocupação de cargo técnico requer títulos (capital cultural adquirido) adequados ao cargo em questão.

⁴⁷ Corrente política vinculada a Leonel Brizola, líder do Partido Democrático Trabalhista, herdeiro do trabalhismo getulista, fundado por Brizola quando do seu retorno do exílio, após a Anistia.

O PCB, e partidos de matriz marxista, ao contrário, se fizeram presentes nos depoimentos, e por isso, buscamos aprofundar e compreender essa relação. Ou seja, foi a investigação empírica que nos levou a priorizar os partidos de matriz marxista ao buscar a relação da RSB com partidos políticos.

Quadro 1- Critérios para aferição do Volume de capital, por tipo de Capital, dos agentes entrevistados.

| Volume do Capital/ Tipo de Capital | Muito alto (AA) | Alto (A) | Médio (M) | Pequeno (P) |
|---------------------------------------|---|---|--|--|
| Capital Científico**. | Reconhecimento Internacional Prêmios internacionais. Coordenar projetos de pesquisa financiados por Organismos internacionais | Reconhecimento Nacional Prof. Titular Coordenar projetos financiados por organismos nacionais | Reconhecimento Local. Doutorado Participação em projetos de pesquisa relacionados à Saúde Coletiva | Mestrado |
| Capital Burocrático*** | Cargos de direção em Organizações internacionais (Unaid, OPAS, OMS) | Direção de Programas Estaduais Coordenação Ministério da Saúde. | Cargos de direção intermediários em Secretarias Municipais de Saúde (Programas Municipais) Assessor em Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde. | Cargos técnicos (Assessor, consultor) |
| | Ministro da Saúde, Presidentes de Agências | Secretários Estaduais Saúde Secretaria Executiva Ministério da saúde. | Secretários Municipais de Saúde | Outros cargos Técnicos de Indicação política. |
| Capital Político-partidário**** | Senador, Deputado Federal | Deputado estadual | Vereador | Não tem. |
| | Dirigente Nacional | Dirigente Estadual de Partido político | Dirigente Municipal de partido político Fundador. | Filiado a partido político |
| Capital Militante ***** | Presidente do CEBES, ABRASCO. Cebianos e/ou Abrasquianos históricos (membros fundadores). | Dirigente de entidade da sociedade civil ou movimentos sociais. Diretoria CEBES Nacional, Diretoria ABRASCO Nacional. Membro Fundador | Quadro intermediário de entidade da sociedade civil ou movimentos Sociais. CEBES Local. | Militantes de ONGs ou movimentos sociais. Filiação a entidade sem assumir cargos. |

** Reconhecimento pela comunidade científica, em função do nível alcançado na carreira como docente e/ou pesquisador, bem como coordenação de projetos de pesquisa e cursos de graduação e pós-graduação. ***Participação em cargos eletivos e/ou Participação em Partidos Políticos. ****Ocupação de Cargos técnicos e/ou administrativos no âmbito do Estado. *****Militante da Reforma Sanitária Brasileira. Cargos ocupados no CEBES e/ou ABRASCO.

3. A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Para analisar as relações entre os partidos políticos e o movimento da RSB impôs-se como preliminar indagar qual a relação existente entre partidos e movimentos sociais de maneira geral. A fim de responder essa questão começamos por resgatar a emergência do debate sobre a relação entre partidos e movimento, em um momento especialmente importante da contemporaneidade⁴⁸, qual seja, o momento que antecede a Revolução Russa e os debates acerca da direção consciente do partido, e a defesa da espontaneidade do movimento social.

Tendo isso em mente começamos por um exame de uma das primeiras reflexões sobre a relação entre partido e movimento contidas no texto de Lênin, “Que Fazer?” (LENIN, 1977), entendendo que para compreender esse trabalho é necessário discutir, mesmo que brevemente, algumas interpretações acerca desse trabalho, sendo a contribuição de Lars Lih essencial para esse fim. Além disso, resgatamos a contribuição de Rosa Luxemburgo, teórica que nos oferece uma visão do outro lado do debate que aconteceu naquele momento inaugural da nossa problemática.

3.1 A relação entre movimento e partido: resgatando o pensamento de Lênin

Lenin vivia em um contexto de efervescência política e ele próprio era um dirigente, no sentido marxista-leninista, desse momento pré-revolucionário. Com o texto o “Que Fazer”, elaborado em 1904, ele pretendia apontar as tarefas fundamentais do Partido social-democrata russo que, segundo ele, deveria ser revolucionário por excelência (LENIN, 1977). Nesse sentido, uma das suas tarefas consistia em afastar as interpretações internas que poderiam prejudicar a luta revolucionária. Por isso Lenin começa o texto criticando a vertente de interpretação do marxismo proposta por Bernstein, que, em sua visão, poderia levar o partido social-democrata a se tornar um partido de reformas que introduziria “ideias burguesas e elementos burgueses” em sua prática, reduzindo a luta de classes aos elementos meramente sindicais (LENIN, 1977, p.86).

⁴⁸A revolução francesa é fundamental para a contemporaneidade, mas, para fins do nosso estudo, a Rev. Russa é mais relevante.

Lenin critica também o culto da espontaneidade chamando a atenção para a “apreciação diferente da importância relativa do elemento espontâneo e do elemento conscientemente ‘metódico’” (LENIN, 1977, p.100). Para Lenin valorizar “tudo o que seja inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do ‘elemento consciente’, o papel do partido da social-democracia, significa – independentemente da vontade de quem o faz – fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários. ” (LENIN, 1977, p.106). A espontaneidade é a forma embrionária da consciência e para Lenin a ação do partido social-democrata para produzir uma consciência de classe operária é fundamental, ela não irá brotar por si própria, por isso uma tarefa fundamental é “empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento de sua consciência política. ” (LENIN, 1977, p.119).

Outra tarefa fundamental implicava a denúncia da autocracia em todos seus aspectos e da luta pela expansão da liberdade política, como fica claro no trecho reproduzido a seguir:

A social-democracia revolucionária sempre incluiu e continua a incluir no quadro das suas atividades a luta pelas reformas. Mas usa a agitação ‘econômica’ não só para exigir do governo toda espécie de medidas, mas também (e em primeiro lugar) para exigir que ele deixe de ser um governo autocrático. Além disso, considera seu dever apresentar ao governo, não só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações em geral da vida política e social. Numa palavra, subordina, como a parte ao todo, a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo (LENIN, 1977, p.123).

Sua crítica ao “economicismo” era relativa a uma corrente dentro dos setores progressistas que, na visão de Lenin, reduziam a luta da socialdemocracia a uma luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, a luta econômica. Com efeito, a constatação da ausência de liberdade política na Rússia czarista é essencial para se compreender o pensamento de Lenin. Sobre a situação da Rússia e a importância da luta democrática por liberdade política, ele afirmou:

No nosso país, não temos parlamento, nem liberdade de reuniões com os operários, mas sabemos, no entanto, organizar reuniões com os operários que querem ouvir um social-democrata. Porque não é social-democrata aquele que, na prática, esquece que ‘os comunistas apoiam todos os movimentos revolucionários’⁴⁹, que devemos, portanto, expor e destacar perante todo o povo os objetivos democráticos gerais, sem dissimular um só instante as nossas convicções socialistas. Não é social-democrata aquele que, na prática, esquece que o seu dever consiste em ser o primeiro a levantar, acentuar e resolver todas as questões democráticas gerais (LENIN, 1977, p.138).

⁴⁹ Nesse momento Lenin está citando K.Marx e F.Engels, Manifesto Comunista, capítulo IV.

Essa questão é retomada por Lenin em diferentes momentos lembrando que as associações operárias e organizações social-democratas estavam proibidas, que a greve, a principal arma de luta econômica dos operários era considerada um crime passível de punição pelo direito penal e por vezes também um delito político (LENIN, 1977, p.158-159).

A questão da liberdade política⁵⁰ é ainda mais evidente quando Lenin retoma a referência do partido Social-Democrata Alemão:

Não se passam melhor as coisas em relação à segunda característica da democracia: o caráter eletivo. Nos países que gozam de liberdade política, esta condição subentende-se por si própria. ‘Considera-se membro do partido todo aquele que aceite os princípios do seu programa e ajuda o partido na medida das suas forças’, diz o artigo primeiro dos Estatutos de organização do Partido Social-Democrata Alemão (LENIN, 1977, p.177).

Mas, ao colocar essa questão tendo em vista a realidade russa, Lênin destaca a impossibilidade desse arranjo justamente devido a falta de liberdade política. Lenin então enfatiza a importância da organização do partido e de sua atuação na educação política da classe operária, inclusive reforçando a importância da criação de um jornal nacional social-democrata que visse a circular em toda a Rússia. Em suas palavras, é “preciso que a maioria das organizações locais pense, principalmente, na criação de um órgão para toda a Rússia, e trabalhe principalmente para ele.” (LENIN, 1977, p.185).

Assim temos um quadro de Lênin, confiante na luta contra a autocracia, propondo uma revolução socialista, na qual o partido social democrata teria um papel fundamental, de vanguarda, na organização das denúncias, dos conflitos, de forma a galvanizar todas as forças contra o regime autocrático, em prol da construção de um novo regime. Para Lênin, criticar os economicistas, os marxistas legais, e outras tendências que ele considerava prejudiciais, que levavam a introdução de elementos burgueses, era também um elemento fundamental nessa luta política e teórica. Para Lênin o partido social-democrata construiria o vínculo entre a luta econômica dos operários e a luta pelo socialismo, teria um papel simultaneamente educador, organizador, de profissionalização da atividade revolucionária, imprimindo um caráter político e socialista às lutas econômicas que, sem a atuação do partido, poderiam ficar reduzidas a uma luta sindical.

⁵⁰ Não apenas em “Que Fazer?”, mas no texto “Tarefas urgentes do nosso movimento” Lenin afirma que “a tarefa política mais imediata do partido operário russo deve ser a derrubada da autocracia, a conquista da liberdade política” (LENIN, 1979, p.7)

Esta, entretanto, não é a única interpretação das ideias contidas em o “Que Fazer? ”. Pelo contrário, segundo Lars Lih⁵¹, autor de “Lenin Redescoberto: Que Fazer? em contexto” (LIH, 2008), foi construída uma “interpretação didática” do texto de Lênin, que imprime ao “Que fazer?” um sentido bem distinto do que expomos acima. Essa “interpretação didática”, de forma resumida, indica um Lênin que não confia nos trabalhadores, que enfatiza o papel dos intelectuais, considerando que as convicções que formam a consciência socialista seria algo que apenas poucos teriam acesso, não as massas, que não poderiam ascender a esse nível. Enfim, se baseia em especial nas críticas que Lenin lançou contra o culto da espontaneidade e na discussão acerca da formação da consciência revolucionária.

Lih separa os proponentes da interpretação didática em acadêmicos e ativistas. Os acadêmicos são constituídos de historiadores e os ativistas são trotskistas que, embora simpáticos a Lenin, reproduziram boa parte da interpretação didática (LIH, 2008, p.14-15).

A interpretação didática imputa a Lenin um mal-estar com o fato dos trabalhadores tomarem seu destino em suas próprias mãos, rejeitando a tutela da “intelligentsia” (LIH, 2008, p.16), leitura que parece ignorar o que Lênin disse sobre a importância dos operários cultos no processo de formação de dirigentes. Lênin admite que os operários cultos travem a luta quase que exclusivamente econômica, mas não nega seu papel junto as massas. Vejamos:

... as massas aprenderão jamais a travar a luta política enquanto nós não ajudarmos a formação de dirigentes para esta luta, procedentes tanto dos operários cultos como dos intelectuais: e estes dirigentes podem formar-se, exclusivamente, iniciando-se na apreciação sistemática e quotidiana de todos os aspectos da nossa vida política; de todas as tentativas de protesto e de luta das diferentes classes e por diferentes motivos (LENIN, 1977, p.193).

A interpretação “didática” não apenas ignora o papel de destaque que ele atribui aos operários cultos, provenientes da própria classe operaria, que poderiam se tornar dirigentes, mas ignora tudo que Lenin pensou e escreveu sobre a ausência de liberdade política na Rússia. Segundo Lih, é exatamente por ignorarem o que Lênin diz sobre liberdade política que os autores da “interpretação didática” puderam encontrar em sua obra um Lenin elitista, que defende a tutela dos trabalhadores, algo que veem como uma fonte para o Stalinismo que se configurou posteriormente. Lih assume o ponto de vista de que essa

⁵¹Lars Lih não apenas examina o contexto em que Lenin escreveu “Que fazer?”, senão que trabalha com diversas traduções desse texto para língua inglesa, e com textos de estudiosos da obra de Lênin.

“interpretação didática”, como ele a chama, é tão equivocada quanto inconsequente, justamente pela centralidade da defesa de liberdade política na obra de Lênin, no contexto restritivo à organização sindical e a realização de greves que existia na Rússia.

Lih não aceita nenhuma dessas proposições e se encarrega de questioná-las, indicando que uma das razões para a construção dessa interpretação reside na recusa ao pensamento de Lenin acerca da espontaneidade (LIH, 2008, p.21). Nesse sentido, é importante recuperarmos algumas das citações utilizadas pela “interpretação didática” para fundamentar sua leitura da obra de Lênin. Uma delas, certamente, é a que remete à idéia de que a consciência somente poderia vir de fora do movimento operário. Vejamos:

Dissemos que os operários *nem sequer poderiam ter* consciência social-democrata. Esta só poderia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operaria, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.⁵² Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa (LENIN, 1977, p.101).

Sem dúvida interessava a Lênin valorizar a contribuição dos intelectuais, mesmo que fossem provenientes da intelectualidade burguesa, embora não orgânicos⁵³ a essa classe. Interessava também enfatizar a importância do partido político de novo tipo na educação e direção da luta. Esses elementos, aparentemente separados, não o são. O culto da espontaneidade⁵⁴, no qual a luta econômica se converteria por si só em luta política (o “economicismo”), para Lenin, prescinde do trabalho do partido para se realizar, prescinde do trabalho dos intelectuais, prescinde até do trabalho dos operários cultos que poderiam se tornar dirigentes. Quando para Lenin esse trabalho é fundamental e cabe ao partido um papel central.

Isso poderia levar o leitor a pensar que ele subestimava as massas os operários não cultos. Isso também não procede. A nosso ver, o trecho reproduzido abaixo, no qual Lenin se coloca como voz dos operários revolucionários, criticando o culto da espontaneidade e

⁵² Lenin explica que “O trade-unionismo não exclui de modo algum toda a ‘política’, como por vezes se pensa. As trade-unions conduziram sempre uma certa agitação e luta política(mas não sociais-democratas). “Trade-union são os sindicatos.

⁵³ A utilização da concepção “intelectual orgânico” que vem de Gramsci é um aporte nosso não de Lih.

⁵⁴ Lenin retoma K.Kautsky em especial quando ele diz o portador da ciência não é o proletariado, mas a intelectualidade burguesa, por isso a consciência socialista é introduzida de fora e não algo que surge espontaneamente, a tarefa da social democracia é levar ao proletariado a consciência de sua situação e da sua missão. “Não haveria necessidade de fazê-lo se esta consciência derivasse automaticamente da luta de classes” (KAUTSKY, apud Lenin, 1977, p.107).

os limites do economicismo, demonstra o quanto ele valoriza os operários, explicitando a razão fundamental para que se tornem revolucionários.

Nossa "atividade" de operários, atividade que os senhores se obstinam a querer apoiar lançando reivindicações concretas, que prometem resultados tangíveis, já existe entre nós; e em nossa ação profissional ordinária, de todos os dias, apresentamos nós próprios essas reivindicações concretas, a maior parte das vezes sem qualquer ajuda dos intelectuais. Mas essa atividade não nos satisfaz; não somos crianças que podem ser alimentadas apenas com a "sopinha" da política "econômica"; queremos saber tudo o que os outros sabem, queremos conhecer em detalhe todos os aspectos da vida política e participar ativamente de cada acontecimento político. Para isso, é necessário que os intelectuais nos repitam um pouco menos do que já sabemos (10), e que nos deem um pouco mais do que ainda ignoramos, daquilo que nossa experiência "econômica", na fábrica, jamais nos ensinará: os conhecimentos políticos. Esses conhecimentos apenas os senhores, intelectuais, podem adquirir, é seu dever fornecer-nos tais conhecimentos em quantidades cem, mil vezes maior do que o fizeram até agora, e não apenas sob a forma de raciocínios, folhetos e artigos (os quais frequentemente costumam ser - perdoem a franqueza! - maçantes), mas - e isto é imperioso - sob a forma de revelações vivas sobre o que fazem nosso governo e nossas classes dominantes exatamente no momento atual, em todos os aspectos da vida. Portanto, ocupem-se um pouco mais ciosamente da tarefa que lhes; pertence, e fazem menos "de elevar a atividade da massa operária". Da atividade, sabemos muito mais do que os senhores pensam, e sabemos mantê-la através de uma luta aberta, dos combates de rua, e até através das reivindicações que não deixam entrever nenhum "resultado tangível"! E não lhes compete "elevar- nossa atividade, pois, é exatamente atividade que lhes falta. Não se inclinem tanto diante da espontaneidade, e pensem um pouco mais em elevar sua própria atividade, Senhores!⁵⁵

Imaginar que Lenin não valoriza os operários, como fazem os proponentes da interpretação criticada por Lih⁵⁶ a partir do texto de Lenin, é inconcebível ao se confrontar com "Que Fazer?", o que ele deixa claro é que existem distintos graus de conhecimento político. Com efeito, sobre a questão da educação dos operários, Lênin, escreveu outros trabalhos, como "Confusão entre política e pedagogia", onde afirma:

Toda comparação examina apenas um aspecto ou certos aspectos dos objetos ou conceitos confrontados, fazendo abstração temporária e condicionalmente dos demais aspectos. Recordemos ao leitor esta verdade por todos conhecida, mas constantemente esquecida, e comparemos o partido social-democrata com uma grande escola, ao mesmo tempo elementar, secundária e superior. Nunca, em circunstancia alguma, esta grande escola poderia esquecer a necessidade de ensinar o a-bê-cê, de transmitir os rudimentos do conhecimento e de criar o hábito de

⁵⁵ Acessado em 12/06/2014. No "The Marxists Internet Archive". <http://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>

⁵⁶ Referimos a Lih sobre esse debate, não examinando os proponentes da interpretação criticada por Lih, pois as nuances dessa polêmica ultrapassam nossa problemática.

pensar por conta própria. Mas se alguém tivesse a lembrança de evitar os problemas do conhecimento superior lançando-se ao a-bê-cê, se alguém contrapusesse os resultados precários, duvidosos e ‘estreitos deste conhecimento superior (acessível a um círculo muito menor em comparação com o círculo que aprende o a-bê-cê) aos resultados firmes, profundos, amplos e sólidos da escola elementar, daria provas de uma incrível falta de perspicácia. Poderia, inclusive, contribuir para desfigurar completamente o sentido dessa grande escola, pois o evitar os problemas do conhecimento superior somente serviria para facilitar aos charlatães, demagogos e reacionários seu trabalho de desorientar os que tenham aprendido apenas o a-bê-cê (LENIN, 1979, p.36).

Ao partido cabia justamente ser essa escola, uma escola que reconhece os diferentes níveis de consciência e de conhecimento político, mas que tem por objetivo elevar os operários à condição de revolucionários, de possuidores dos conhecimentos políticos que não estão tão acessíveis a classe como um todo. Exatamente por isso é que o culto da espontaneidade é perigoso para Lenin, pois esse culto vê na luta de classes não as contradições a serem aproveitadas pelo trabalho do partido, mas a dinâmica que por si própria levaria ao socialismo e que produziria naturalmente uma consciência de classe. Há de ir aos operários, diz Lênin, repetidas vezes, de ir a todas as classes e organizar a luta contra a autocracia. O reconhecimento de diferentes níveis de conhecimento político implica na importância da educação política, para Lenin um dos papéis centrais do partido de novo tipo.

A despeito de trazer contribuições, a análise de Lih minimiza a importância da discussão da questão da espontaneidade em Lênin, pois ele não teria se dedicado textos exclusivos para tratar dessa questão. Mas, a nosso ver, a crítica da espontaneidade e do economicismo estão não apenas vinculadas, mas estão no âmago de sua defesa das tarefas do partido social democrata revolucionário e seu trabalho educador e agitador, que deve realizar o vínculo entre social democracia e movimento operário. Não apenas no “Que Fazer? ”, mas em “Tarefas urgentes do nosso movimento” diz Lênin:

...a história mostra que na Rússia a separação entre o pensamento socialista e os representantes avançados das classes trabalhadoras é muito maior que em outros países e que, se continuar esta separação, o movimento revolucionário russo está condenado à impotência. Daí se deduz logicamente o dever a que está chamada a cumprir a social-democracia russa. Levar as ideias socialistas e a consciência política à massa do proletariado e organizar um partido revolucionário ligado indissolavelmente ao movimento espontâneo (LENIN, 1979, p.10).

Realizar o vínculo entre movimento espontâneo e social-democracia é considerado como central por Lenin. Já a questão da educação das massas depende das circunstâncias.

Em “Novas tarefas, novas forças”, o trabalho de despertar as massas “politicamente inconscientes” deixa de ser prioridade tendo em vista que o nível de instrução política se elevou muito. Por isso devem se concentrar as forças “nos objetivos social-democratas mais diretos da direção organizada da torrente revolucionária” (LENIN, 1979, p.24). A questão do vínculo entre espontaneidade do movimento operário e o trabalho do partido, que é justamente aproveitar as contradições, compartilhar conhecimento político, é fundamental, porém uma vez que o nível de instrução se eleva, outras tarefas se tornam prioritárias, mesmo que a educativa não deva ser negligenciada. Lênin expressa claramente no trecho reproduzido a seguir:

Mas - perguntar-nos-ão e perguntam-nos já os partidários excessivamente zelosos da – estrita ligação orgânica com a luta proletária- se nos devemos encarregar da organização de denúncias dos abusos cometidos pelo governo, dirigidas realmente a todo o povo, em que se manifestará então o caráter de classe do nosso movimento? – Pois precisamente em sermos nós, os sociais democratas, quem organizará essas campanhas de denúncias dirigidas a todo o povo; em que todas as questões levantadas na nossa agitação serão esclarecidas a partir de um ponto de vista invariavelmente social-democrata, sem a menor indulgência para com deformações, intencionais ou não, do marxismo; em que esta ampla agitação política multiforme será realizada por um partido que reúne, num todo indivisível, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando ao mesmo tempo a independência deste, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que põem de pé e atraem sem cessar para o nosso campo novas e novas camadas do proletariado (LENIN, 1977, p.143).

Considerando os esforços que Lih dedicou a compreender e criticar a “interpretação didática” de Lênin, cabe explicitar a importância desse debate para o desenvolvimento do nosso estudo. Afinal, porque é importante resgatar a obra de Lênin? Por que é necessário incorporar a crítica à “interpretação didática” do pensamento desse autor? Qual o vínculo que este debate tem com a abordagem ao nosso tema?

A resposta para isso é que este debate está na base de duas visões contrapostas acerca das relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Uma delas valoriza positivamente a espontaneidade, a autonomia dos movimentos e vê a relação do partido com movimento necessariamente como uma relação de tutela, dominação. Do outro lado, existe uma visão que reduz o movimento a algo necessariamente limitado, que sem a atuação do partido seria incapaz de desenvolver uma luta para além dos limites

estabelecidos pelo econômico ou pelo setorial. Essas duas visões⁵⁷ marcam dois pontos de vista sobre a relação entre movimentos e partidos, os quais além de implicações políticas, têm inflexões acadêmicas e científicas.

Investigamos essa problemática, a fim de verificar se a questão da dicotomia autonomia/subordinação dos movimentos aos partidos permeia os trabalhos que analisam a relação entre partidos políticos e movimentos, e conseqüentemente se nestes predomina uma visão da positividade ou da negatividade dos vínculos entre estas organizações. Entendemos, nos inspirando em Lênin, que apenas a análise concreta de uma situação concreta, ou seja, de como se configura historicamente esta relação, pode oferecer respostas. Ou, dito de outra forma, é a análise de cada objeto, em conjunturas específicas, que irá oferecer respostas à questão acerca do que predominou, se vínculo ou autonomia, e em cada caso, quais os efeitos da relação estabelecida.

3.1.1 Rosa Luxemburgo e a defesa da espontaneidade do movimento

É importante recuperar a visão de Rosa Luxemburgo nesse debate, tendo em vista sua concepção sobre a noção de espontaneidade do movimento, que como veremos, não é nem a expressão preferida por ela. No texto “Greve de Massas, partidos e sindicatos”, depois de criticar a concepção que “a luta sindical é a única ‘ação direta das massas’ e, portanto, a única revolucionária – esta é, como se sabe, a mais nova esquisitice dos ‘sindicalistas’ franceses e italianos” (JINKINGS-SADER, 2012, p.218), Rosa Luxemburgo começa a fornecer elementos de sua crítica à noção de uma ação consciente dirigida, fosse por partidos ou sindicatos.

Ela critica em especial a noção que a “greve de massas” possa ser decidida. Vejamos:

As duas tendências partem da concepção puramente anarquista, comum a ambas, de que a greve de massas é um meio de luta meramente técnico, que pode ser ‘decidido’ ou então proibido ao bel-prazer e conforme a melhor ciência e consciência, um tipo de canivete que se leva dobrado no bolso, preparado ‘para qualquer eventualidade ou que se pode abrir e usar sempre que se decidir faze-lo’ (JINKINGS-SADER, 2012, p.219).

Ela reforça sua argumentação utilizando o exemplo da revolução Russa.

⁵⁷ Obviamente que existem nuances e gradações e essa dicotomia não se apresenta de forma totalizante nem na realidade nem nos estudos.

Se dependesse da ‘propaganda’ inflamadora dos românticos da revolução ou de resoluções confidenciais ou abertas das direções dos partidos, não teríamos tido, até agora, nenhuma greve de massas séria na Rússia. Como já enfatizei em março de 1905, na *Sachsischen Arbeiter-Zeitung* (*Gazeta Operaria da Saxônia*), em nenhum outro país se pensou tão pouco em ‘propagar’ ou até mesmo ‘discutir’ a greve de massas como na Rússia. Os exemplos isolados de resoluções e acordos feitos pela direção do partido russo, que realmente visavam proclamar a greve de massas de livre e espontânea vontade, como a última tentativa em agosto desse ano, após a dissolução da Duma (câmara baixa da Assembleia Federal), malograram quase totalmente. Portanto, se a Revolução Russa nos ensina algo, é sobretudo isto: a greve de massas não pode ser ‘feita’ artificialmente, não pode ser ‘decidida’ a esmo, não pode ser ‘propagada, mas constitui um fenômeno histórico que, em dado momento, resulta das relações sociais por necessidade histórica (JINKINGS-SADER, 2012, p.220).

Aqui fica evidente que o argumento central de Rosa Luxemburgo é que a greve de massas nasce a partir das relações sociais existentes na sociedade, e que não pode ser decidida artificialmente⁵⁸, se essas relações não construírem as condições históricas para que isso ocorra. De fato, para Luxemburgo greve de massas, revolução, são uma forma exterior da luta de classes e somente ganham sentido em situações políticas bem determinadas (JINKINGS-SADER, 2012). Luxemburgo considera ser inutilidade a criação, segundo ela, artificial da greve de massas.

Se alguém tentasse transformar a greve de massas, em termos gerais, como forma de ação proletária, em objeto de uma autentica agitação, se fosse vencer essa ‘ideia’, visando ganhar pouco a pouco, o apoio do operariado para ela, isso seria uma ocupação tão inútil, quanto maçante e de mau gosto; equivaleria a querer fazer da ideia da revolução ou da luta de barricadas o objeto de uma agitação específica. A greve de massas foi parar no centro do vivido interesse do operariado alemão e internacional porque representa uma nova forma de luta e, como tal, o sintoma certo de uma reviravolta interna profunda nas relações de classe e nas condições da luta de classes (JINKINGS-SADER, 2012, p.221).

Esses trechos, vistos fora de contexto, poderiam levar o leitor a imaginar que Rosa Luxemburgo não dava grande importância aos partidos políticos. A primeira pista de que isso não procede aparece no mesmo capítulo, quando diz: “No que se refere à aplicação prática da greve de massas na Alemanha, sobre isso a história decidirá, assim como decidiu sobre ela na Rússia, história na qual a social-democracia, com suas decisões, sem dúvida, é um fator importante, mas apenas um fator, entre muitos” (JINKINGS-SADER, 2012,

⁵⁸ Vale destacar que Lenin não dizia o contrário. Destacava que a deflagração de uma greve dependia de condições objetivas (as condições históricas) e das condições subjetivas – a propaganda e o trabalho ativo do partido.

p.222). Mas foi no texto “Sobre a Revolução Russa” que seu reconhecimento ao papel do partido foi ainda mais contundente:

O partido de Lenin foi o único que compreendeu as exigências e os deveres de um partido verdadeiramente revolucionário e que assegurou a continuidade da revolução com a palavra de ordem de todo o poder às mãos do proletariado e do campesinato. Os bolcheviques resolveram assim a célebre questão da ‘maioria do povo’, pesadela que sempre oprimiu os sociais-democratas alemães. Pupilos incorrigíveis do cretinismo parlamentar, eles simplesmente transpõem para a revolução a sabedoria caseira do jardim de infância parlamentar: para fazer alguma coisa, é preciso ter antes a maioria. Portanto, também na revolução, conquistemos primeiro a ‘maioria’. Mas a dialética real das revoluções inverte esta sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não leva à tática revolucionária pela maioria, ele leva à maioria pela tática revolucionária. Só um partido que saiba dirigir, isto é, fazer avançar, ganhará seus seguidores no ímpeto. A resolução com que Lenin e seus companheiros lançaram no momento decisivo a única palavra de ordem mobilizadora – todo o poder ao proletariado e campesinato! – fez de uma minoria perseguida, caluniada, ‘ilegal’, cujos dirigentes, como Marat, precisavam esconder-se nas caves, praticamente de um dia para o outro, a dona absoluta da situação (JINKINGS-SADER, 2012, p. 245).

A visão positiva da ação dos bolcheviques segue:

Tudo o que, em um momento histórico, um partido pode dar em termos de coragem, energia, perspicácia revolucionária e coerência, foi plenamente realizado por Lenin, Trotski e seus companheiros. Toda a honra e capacidade de ação revolucionária, que faltaram à social-democracia ocidental, encontravam-se nos bolcheviques. Com sua insurreição de outubro não somente salvaram, de fato, a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional (JINKINGS-SADER, 2012, p.245-246).

À primeira vista pode parecer uma contradição, mas de fato não é. No nosso entendimento, Rosa Luxemburgo reconhecia o papel do partido, porém entendia que esse fator, importante, não atuava no vácuo, e que eram as relações sociais existentes na sociedade, na dinâmica da luta de classes, que forneciam ou não as condições para a Revolução ou para Greve de massas, algo presente em Marx e Lenin também. Em outras palavras, as relações sociais existentes são uma pré-condição, mas se não houver um partido político, que tenha a perspicácia necessária, para galvanizar essas forças, tais condições podem não ser suficientes.

Com efeito, nesse particular, embora existam diferenças entre Lenin e Luxemburgo, muito mais de ênfase, ou no partido ou nas massas, não é essa questão, o epicentro de sua

polêmica, é ao contrário, na questão da ditadura e da democracia⁵⁹. Rosa Luxemburgo defende a ditadura da classe operária, não a ditadura de um partido, e isso significa para ela uma ampla participação das massas populares, em uma democracia sem limites.

Na sequência, Rosa Luxemburgo, ao discutir os limites da democracia formal, exprime sua defesa da democracia socialista e aí aparece a grande polêmica entre ela e Lenin a que nos referimos.

‘Nunca fomos idólatras da democracia formal’ só pode significar que sempre fizemos a distinção entre o núcleo social e a forma política da democracia burguesa; que sempre desvendamos o áspero núcleo de desigualdade e da servidão sociais escondido sob o doce involucro da igualdade e da liberdade formais – não para rejeitá-las, mas para incitar a classe trabalhadora a não se contentar com o involucro, incita-la a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo. A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, consiste em instaurar a democracia socialista, no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda democracia (JINKINGS-SADER, 2012, p.247).

Por fim, a crítica final de Rosa Luxemburgo, nesse texto, passa por dois aspectos, a transplantação da tática, e o esconder do mérito de Lenin e seus companheiros, elementos interligados.

Pode-se compreender tudo o que se passa na Rússia como uma cadeia inevitável de causas e efeitos, cujos pontos de partida e de chegada consistem na omissão do proletariado alemão e na ocupação da Rússia pelo imperialismo alemão. Seria exigir de Lenin e seus companheiros algo de sobre-humano pedir-lhe que, nessas circunstâncias, ainda criassem, por um passe de mágica, a mais bela democracia, a mais exemplar ditadura do proletariado e uma economia socialista florescente. Com sua atitude decididamente revolucionária, sua energia exemplar e sua inabalável fidelidade ao socialismo internacional, eles, na verdade, realizaram o que era possível, e condições diabolicamente difíceis. O perigo começa quando querem fazer da necessidade uma virtude, fixando em todos os pontos da teoria uma tática que lhes foi imposta por essas condições fatais e recomendando ao

⁵⁹O erro fundamental da teoria de Lenin-Trotsky consiste precisamente em opor, tal como Kautsky, a ditadura à Democracia. ‘Ditadura ou democracia’, assim é posta a questão tanto pelos bolcheviques quanto por Kautsky. Este se decide naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia burguesa, visto que é a alternativa que propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lenin-Trotsky se decide pela ditadura em oposição à democracia e, assim sendo, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura burguesa. São dois polos opostos, ambos igualmente muito afastados da verdadeira política socialista. Quando o proletariado toma o poder, não pode nunca, seguindo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, com o pretexto de que ‘o país não está maduro’, e consagrar-se apenas à democracia, sem trair a si mesmo e sem trair a Internacional e a Revolução. Ele tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais dura, por conseguinte, exercer a ditadura, mas a ditadura da classe, não a de um partido ou de uma clique (sic, provavelmente claque); ditadura de classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação se entraves, a mais ativa possível, das massas populares, em uma democracia sem limites (JINKINGS-SADER, 2012, p.246).

[proletariado] internacional que a imite como modelo de tática socialistas. Assim, põem-se desnecessariamente como exemplo e escondem seu mérito histórico, que é real e incontestável, sob os passos em falso impostos pela necessidade; ao querer fazer entrar em seu arsenal, como novas descobertas, todos os equívocos introduzidos na Rússia por necessidade e coerção, e que, no fim das contas eram apenas irradiações da falência do socialismo internacional nesta Guerra Mundial, prestam um mau serviço ao socialismo internacional, por amor do qual lutaram e sofreram (JINKINGS-SADER, 2012, p.248).

Foram as condições, as necessidades, que forçaram o partido e o regime ao endurecimento, ao negar isso, e defender a tática na Rússia como modelo, para Luxemburgo, Lenin-Trotsky estariam cometendo um grave erro, erro que esconde o mérito de ter conseguido lidar com circunstâncias tão adversas. Essa polêmica é muito mais aguda, especialmente nos escritos de Luxemburgo que nos debruçamos, do que a questão da direção consciente e espontaneísmo.

A divergência entre Lenin e Rosa Luxemburgo, quando se trata do papel do partido, é de importância ou ênfase. Enquanto Lenin vê o Partido como central para imprimir direção consciente, e sistematiza noções de educação para as massas, com atuação do partido, dedicando esforços inclusive detalhando essa educação, Rosa Luxemburgo enfatiza a noção de relações sociais, de condições, necessidades históricas, recuperando Marx, para destacar o aspecto espontâneo, embora reconheça o partido enquanto um fator importante, que pode, como foi o caso da Revolução Russa, galvanizar essas forças que nascem espontaneamente da luta de classes existente na sociedade. Já a divergência na questão democracia-ditadura, e a divergência no que tange modelo e tática, para se pensar a construção do socialismo, são mais profundas, e os trechos destacados demonstram isso.

3.2 A relação entre Movimentos sociais e Partidos Políticos.

A relação entre partidos e movimentos tem sido analisada em estudos internacionais e nacionais. Devemos deixar claro que não subscrevemos necessariamente as conclusões dos trabalhos selecionados, até porque vários deles não se relacionam diretamente com o objeto de estudo e, portanto, não foram examinados detalhadamente. De todo modo, parte deles evidencia, em maior ou menor grau, questões relativas ao vínculo entre partidos políticos e movimentos sociais. Nesse sentido, um primeiro ponto diz respeito a se há ou não relação entre estas organizações, e em havendo, coloca-se em

debate o grau relativo de autonomia dos movimentos em relação aos partidos, e se discute a natureza dessa relação, positiva ou negativa, dinamizadora ou subordinadora, dependendo do ponto de vista do autor⁶⁰ e sua relação com o objeto de estudo.

O trabalho de Rhiannon (2009) analisa justamente a relação entre partidos políticos e movimentos sociais, focalizando o exemplo no movimento verde na Austrália, ou seja, o movimento ambientalista. Conclui expressando que existe uma relação dinâmica entre ambos, já que os movimentos precisam dos partidos para influir na política e os partidos precisam dos movimentos para ampliar sua base de apoio. Expressa por fim, que o movimento verde buscou equilíbrio entre ser um movimento e um partido, reconhecendo que ambos têm limites, porém o movimento conseguiu isso, pois, segundo o autor, não perdeu contato com suas bases sociais. Nesse sentido, o trabalho analisa positivamente tanto o vínculo quanto a independência relativa mantida pelo movimento.

Cott (2005) estudou a transformação, segundo o autor, “bem-sucedida”, de movimentos étnicos indígenas em partidos políticos nos anos 90, em quatro países: Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela, e em dois outros países em que esse intento fracassou: Peru e Argentina⁶¹. Trata-se de um estudo histórico comparativo, da emergência dessas clivagens étnicas em movimentos e em partidos, examinando a relação entre esses movimentos e as estruturas institucionais desses países. Conclui que esses novos partidos, que emergem da ligação com movimentos de pessoas pertencentes a grupos sub-representados, ao oferecer programas que atendem as necessidades desses grupos sociais, melhoraram a qualidade da democracia e do governo representativo, sendo um reflexo mais fiel dos interesses populares. Com efeito, o trabalho indica uma das perspectivas propostas por Lênin, isto é, que o elemento espontâneo do movimento seria a forma embrionária da consciência da classe proletária que tinha potencialidade de se tornar socialista (LENIN, 1977, p.100). O que, apesar de diferente da análise de Cott, contém a ideia de emergência de um partido a partir de um movimento, ou seja, a compreensão de um movimento como um proto-partido.

⁶⁰ Com efeito, a escolha do objeto de estudo muitas vezes está vinculada ao ponto de vista, havendo uma relação entre ambos, o que não significa que esse ponto de vista comprometa a análise, mas não pode ser ignorado. Nesse sentido, o nosso ponto de vista deve, e será incluído no espaço de pontos de vista sobre a relação (BOURDIEU, 1996).

⁶¹ Vale destacar que não necessariamente subscrevemos as conclusões dos autores que destacamos na revisão, em especial no caso do relativo sucesso de transformação de movimentos em partidos, até porque existe um debate acerca desse tema, o que relativiza essas conclusões.

Hoffman (2003) examinou a mobilização popular nos Estados Unidos em prol de uma transformação do sistema de saúde no início do século XX até meados do século, descrevendo e narrando o processo histórico. Destaca o movimento trabalhista, os movimentos pelos direitos civis, o movimento feminista, o movimento de combate a AIDS, considerando que foram movimentos ativistas que buscaram mudanças mais imediatas dentro do sistema, sem mudar a configuração do sistema de saúde. Mas esses movimentos também possuíam a semente de uma crítica mais ampla ao sistema de saúde americano. A autora destaca que nos EUA, são as elites que, na disputa política partidária, de forma reacionária, reagindo e se defendendo desses movimentos, conduziram as campanhas por mudanças no sistema de saúde, ao longo do século XX, em uma direção distinta daquela pretendida pelos movimentos citados. Nesse caso a relação foi antagônica, pois trouxe o que há de mais reacionário nos partidos, embora, em questões específicas os movimentos tenham conseguido algumas conquistas. Com efeito, o estudo mostra que o enfrentamento entre movimentos e partidos pode provocar uma reação adversa e por envolver projetos de classe, solidificar uma posição das elites políticas, no caso, os interesses vinculados ao grande capital investido no setor saúde.

A relação entre partidos políticos e movimentos sociais é um aspecto central, do livro “O Partido, A Igreja e o Estado nas Associações de Bairros” de Maria Victoria Espineira Gonzáles, que analisa justamente a influência de “agentes externos” sobre os movimentos sociais, entre eles o Partido Comunista Brasileiro, na realidade baiana (GONZALES, 1997). A autora trabalhou com fontes diversas como jornais, fichários, boletins informativos, arquivos particulares e realizou dezenove entrevistas em profundidade com o que autora chamou de “informantes qualificados”, ou seja, ex-militantes, dirigentes de associação, parlamentares, religiosos, que tivessem conhecimento dos movimentos, associações e do PCB. Sua análise conclui que foi a atuação dos “agentes externos” que dinamizou as ações dos movimentos sociais baianos, seja o Estado, a Igreja ou o PCB.

Sobre movimentos sociais, Gonzáles indica que em dezembro de 1976, foi organizado o Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador, reunindo múltiplas entidades e organizações populares, com uma diversificada composição social, consistindo numa “espécie de ‘pronto-socorro comunitário’, diante das ameaças cada vez mais frequentes de expulsão dos moradores de locais públicos: ‘os bairros viam-no, muitas vezes, como agência de prestação de serviços.’” (GONZALES, 1997, p.49). No estudo, Gonzáles

assinala a relação entre o PCB, a Igreja, através das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) e da JUC (Juventude Universitária católica) e ação do Estado, para com os movimentos sociais urbanos em Salvador. Sobre o PC do B a autora destaca que depois da derrota para o exército, esse partido, que tinha optado pela guerrilha na região do Araguaia, vai orientar suas ações para atuação em áreas urbanas, em especial no que autora chama de “setores médios”. O Trabalho Conjunto, com uma composição ampla, e uma organização de proteção aos moradores de bairros periféricos com relação à sua expulsão dos locais públicos, se torna o “ponto de encontro do PC do B com um trabalho mais popular” (GONZALES, 1997, p.52).

Uma das importantes conclusões de Gonzáles sobre a relação entre movimentos sociais urbanos e forças organizadas externas (Partido, Estado, Igreja), é que foram nos momentos em que essas forças estiveram mais atuantes que as reivindicações dos movimentos ganharam forma, rompendo com a visão romântica de movimentos sociais “puros” ou “espontâneos”. Ao contrário, Gonzáles⁶² destaca a importância da relação com partidos, Estado e Igreja, embora não se furte a uma postura crítica, apontando quando essa relação reproduz práticas clientelistas (GONZALES, 1997). Fica evidente na conclusão a conexão com a controvérsia entre espontaneidade e organização que Lenin havia se posicionado, e o trabalho de Gonzáles tem uma conclusão que claramente fornece suporte ao ponto de vista favorável ao vínculo entre partido e movimento, ou movimento e outras instituições (Estado e Igreja).

Ruscheinsky (1999) em “Atores políticos e lutas sociais: Movimentos sociais e partidos políticos” apresenta uma reflexão e análise sobre as diferentes perspectivas na sociologia no que se refere à relação entre movimentos sociais e partidos políticos, nos anos 80 e 90 no Brasil. O trabalho analisa esses movimentos sociais e partidos políticos na luta pela democracia, em diversas dimensões dessa relação, utilizando estudos existentes, observação participante e entrevistas com militantes, além de boletins informativos e documentos diversos. A questão da autonomia ou cooptação, que aludimos com ênfase na introdução, permeia esse trabalho, porém o autor propõe não ver essa relação de forma unilateral.

Se há algo de relacionamento instrumental, ele será configurado acima de tudo como mutuo, e não de forma unilateral tal como apresentado pela controvérsia dualista entre autonomia ou

⁶² Gonzáles não discute a origem dos movimentos, a autora aponta que os movimentos sociais estudados têm suas ações dinamizadas pela ação dos agentes externos. Dessa forma ela questiona não a questão de uma origem espontânea ou não, mas a questão a efetividade dos movimentos sociais isolados e aqueles articulados a outras instituições.

cooptação. Pretendemos assim, superar também a visualização da autonomia, da construção da identidade, como perspectiva principal dos movimentos sociais, enquanto postura anti-institucional, de costas para o partido político (RUSCHEINSKY, 1999, p.18).

Uma dualidade absoluta resulta em um reducionismo desnecessário. O autor também destaca a questão da dupla militância, elemento que é relevante para nosso estudo, já que buscamos obter informações acerca desta relação entre movimentos sociais e partidos políticos a partir de entrevistas com agentes que militaram simultaneamente em ambas organizações. Vale destacar que o ponto de vista e informações dos que não tinham dupla militância também é relevante para evitar que a seleção das fontes comprometa as conclusões.

Ruscheinsky utiliza como critério de diferenciação das interpretações sociológicas o ponto de vista dessas sobre a relação, indo da puramente instrumental de um lado, até a que considera como formas irrefutavelmente distintas de organização, trabalhando, portanto, com a distinção subordinação/tutela ou vínculo/dinamizador (RUSCHEINSKY, 1999, p.30).

O trabalho de Ferreira (1994) que discute a relação entre os Novos Movimentos sociais e os partidos políticos na conjuntura dos anos 70 no Brasil, também tem nas suas conclusões o debate referido, e é importante para demonstrar a diversidade de pontos de vista dos agentes envolvidos. Após destacar os surgimentos dos Novos Movimentos Sociais (NMS) o autor indica que este também foi o período da rearticulação dos partidos de esquerda:

Será também neste momento histórico que os partidos políticos de esquerda se reorganizam, após o longo tempo em que estiveram desarticulados, vivendo na clandestinidade. Desta forma, com o surgimento dos movimentos sociais e a reorganização dos partidos políticos, impunha-se a estes últimos a tarefa de assimilar as novas formas de representação e participação política colocadas pelos NMS, bem como aos primeiros apresentava-se a necessidade de repensar a perspectiva partidária inicialmente assumida por eles (FERREIRA, 1994, p.166).

Esse trabalho, se não defende a visão de total autonomia, certamente critica o papel de vanguarda atribuído aos partidos por Lênin, expressando o ponto de vista do autor sobre a necessidade de os partidos reformularem seu papel com relação aos movimentos sociais. Vejamos:

A cada momento ganha corpo a ideia de que os partidos precisam rever o papel de vanguarda a que se atribuem, e assumir o “papel de retaguarda” dos movimentos sociais. Quem sabe de se tornarem servidores e não os seus donos, como tem sido a

prática corrente. Para tanto, eles teriam que reconhecer as especificidades da sociedade civil brasileira, em toda sua complexidade, não visualizando o seu associativismo como mera base para “operações partidárias”. Com isso, não estamos defendendo uma visão basista nem espontaneísta de organização popular, mas tão-somente fazendo eco ao desafio que a ensaística especializada vem fazendo aos partidos de se modernizarem, reformulando a cultura política que os tem inspirado desde o seu nascedouro (FERREIRA, 1994, p.174).

A diversidade de pontos de vista sobre a relação fica evidente, e quando se fala em relação entre movimentos e partidos políticos uma questão emerge como central, qual seja, a autonomia dos primeiros ou seu vínculo ao partido, espontaneidade ou direção consciente, uma visão de que a relação produz cooptação e outro que considera que esta relação pode dinamizar as ações. Esses dois extremos não precisam se manifestar nos estudos havendo ponderações e pontos de vista intermediários, mas é nessa linha que os pontos de vista se localizam e se movem.

Na revisão realizada na base Scielo utilizando os descritores “Movimentos sociais e partidos políticos” “Partidos políticos e movimentos” em inglês “Movements and political parties”, obtivemos um total de 62 artigos, que foram distribuídos segundo a forma como abordam o tema conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Artigos localizados sobre a relação entre movimento sociais e partidos políticos indexados na base Scielo em 2015.

| Tipo | Tema | Nº | % |
|--------------|---|-----------|--------------|
| A | Relação movimentos e partidos políticos | 17 | 27,4 |
| B | Estudos teóricos ou metodológicos que não se encaixam no tipo A. | 5 | 8,1 |
| C | Estudos específicos sobre movimentos ou partidos, que não tratam da relação. | 20 | 32,3 |
| D | Estudos que tratam de ambos partidos e movimentos, mas não tratam da relação. | 9 | 14,5 |
| E | Outros. | 11 | 17,7 |
| TOTAL | | 62 | 100,0 |

A leitura dos resumos possibilitou a identificação de um elevado número de estudos que tratam ou de movimentos ou dos partidos, mas não abordam a relação e também um elevado número que aborda a relação, mesmo que este não seja o tema central. Já estudos

que tratam de ambos, ou estudos teóricos e metodológicos apareceram em número menor. A seguir analisamos os trabalhos⁶³ que tratam, de alguma forma, da relação entre MS e PP.

O artigo “A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário” (MOREIRA, 2000), faz uma comparação da Frente Ampla uruguaia e do Partido dos Trabalhadores, tanto em sua trajetória quanto articulações com os movimentos sociais. A autora destaca várias semelhanças destacando que nos dois países, as esquerdas “tem fortes vínculos com o movimento sindical, e com vocação política e governamental” (MOREIRA, 2000, p.49). Além disso, Moreira se referindo a essa esquerda que chegou ao poder diz “ambos “transcenderam o discurso comunista e marxista que as sociedades brasileira e uruguaia não pareciam dispostas a adotar” (MOREIRA, 2000, p.50). A autora não menciona a avaliação que vem sendo feita por alguns autores, que apontam o transformismo do PT, o qual seria justamente esse processo que pode ter ocorrido no âmbito PT ao “transcender” o marxismo, talvez porque no ano 2000 esse processo ainda não estivesse tão evidente⁶⁴.

Com efeito, a autora, ao contrário da linha crítica adotada por Coelho, justifica as mudanças e as vê positivamente, vejamos:

O risco inerente à condição de partido que busca situar-se como alternativa de governo nacional não é novo para a esquerda. Em seu exemplar trabalho, Pizzorno (Interesses y partidos em el pluralismo) havia antecipado, diante da experiência europeia (e as experiências das esquerdas francesa e espanhola o mostram com clareza), que a necessidade de respaldar as regras da competição política, de conquistar o apoio do empresariado e de transformar-se em "confiáveis" em plena revolução conservadora obrigaram e obrigarão as esquerdas a distorções ideológicas pouco suportáveis para bases que não entendam a necessidade de tais movimentos. Em nossos países não será diferente: as pesquisas permanentes de opinião pública mostram que, em ambos os casos, os eleitorados de esquerda são fortemente refratários e desconfiados da política (MOREIRA, 2000, p.52) ⁶⁵.

O risco, para a autora, seria a incapacidade dos movimentos em perceber a necessidade dessas mudanças. Entretanto, Moreira destaca que a grande novidade da Frente Ampla e do PT se dá justamente na relação com os movimentos sociais e em sua capacidade

...de convocação quase hegemônica sobre os movimentos sociais da mais variada natureza, e em sua condição quase indiscutível de representantes das "classes

⁶³ Não analisamos em profundidade os estudos do grupo B, C e D pois eles não se incluem na nossa problemática, tendo sido excluídos por não tratarem da relação entre movimento social e partido político.

⁶⁴ Essa perspectiva, acerca do possível transformismo do PT, é argumentada por Coelho (2005), na tese “Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e mudanças nos Projetos Políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998) ”.

⁶⁵Essa era “a essência do reformismo”.

populares". Em ambos os casos, esses partidos gozam da enorme credibilidade de não se verem comprometidos com o sistema de dominação vigente (MOREIRA, 2000, p.50).

Essa credibilidade, se hoje está em xeque, como aponta o trabalho já citado de Coelho (2005), para a autora é claramente de grande importância. Ou seja, a capacidade de galvanizar forças dos movimentos sociais, é o elemento central da análise de Moreira, para explicar como esses partidos se tornaram “de massas”. A relação entre partidos políticos e movimentos sociais, e a capacidade do partido se colocar como representante dos interesses dos movimentos é central para seu fortalecimento, e claramente objeto de estudos.

Silva e Oliveira (2011) em um trabalho intitulado “A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul”⁶⁶ Propõem a análise das relações entre partidos políticos, Estado e movimentos sociais, a partir de um estudo de caso, traçando a trajetória dos militantes do movimento de economia solidária. Realizaram uma reconstituição das trajetórias de onze militantes através da ocupação de cargos em setores relacionados às políticas públicas na Prefeitura de Porto Alegre e no governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Utilizaram como fontes também foram entrevistas temáticas com quatro indivíduos (um membro de empreendimento, um membro de entidade religiosa e dois pesquisadores do tema) que mantêm um vínculo orgânico com o Movimento de Economia Solidária. O trabalho reconstitui suas trajetórias no movimento e conclui, constatando, através da análise dessas trajetórias, uma profunda intersecção entre movimentos, Estado e partido políticos⁶⁷, concluindo que a organização da economia solidária⁶⁸, longe de estar desvinculado do Estado se dá fomentada por políticas estatais e por agentes dos governos.

⁶⁶O artigo tem como base teórica os pressupostos “relacionais enfatizados por diversos autores contemporâneos” (Goldstone, 2004; Tarrow e Tilly, 2007; Tilly, 2006), adota-se neste artigo o argumento desenvolvido por Banaszak (2005) de que, ao invés de assumir a perspectiva de que existiria um padrão único de relações entre movimentos sociais e Estado, o mais correto seria pensar tais relações como conformando um *continuum*” (SILVA e OLIVEIRA, 2011, p.92).

⁶⁷ O que pode ser apontado “como uma condição de possibilidade da própria constituição do Movimento de Economia Solidária tal como ele se apresenta. De outro lado, através do trânsito institucional mediado pelo pertencimento partidário, conforma-se um processo constante de deslocamento entre posições nas organizações do Movimento de Economia Solidária e posições na gestão pública que produzem uma relativa diluição das fronteiras institucionais” (SILVA e OLIVEIRA, 2011, p.118).

⁶⁸ Compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Acessado em 05/01/2016.

<http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/>

Além disso, Silva e Oliveira destacam que não enxergam esse processo apenas como cooptação, instrumentalização do movimento de economia solidária pelo Estado, mas como um complexo processo de relações mediado por partidos políticos, especialmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa perspectiva e conclusão sem dúvida situam mais uma vez o trabalho no debate dos pontos de vista sobre a natureza desta relação, quais sejam, o “vínculo é positivo e dinamizador” ou configura “cooptação/subordinação” (SILVA e OLIVEIRA, 2011).

Um trabalho que busca relação entre ativismo, movimentos sociais e partidos políticos é o artigo “Os usos da educação no militantismo ambientalista” (OLIVEIRA, 2009). As fontes foram entrevistas ”com três gerações distintas de ativistas do Rio Grande do Sul” traçando as trajetórias sociais e dos itinerários escolares, militantes e ocupacionais de indivíduos que atuam na defesa de causas ambientais. O autor conclui que ambientalismo se tornou um espaço social de reconversão da formação escolar e universitária para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade. A atuação profissional na "área de meio ambiente" acaba resultando de uma articulação de vínculos com movimentos sociais, partidos políticos, e outras organizações, assim como a formação escolar e universitária, formando valores em comuns. O artigo utiliza o referencial bourdiesiano, tanto em termos teóricos, utilizando o conceito de espaço social, por exemplo, quanto em sua estratégia de pesquisa. De fato, utilizar a trajetória para objetivar as entrevistas é um procedimento análogo ao que realizamos em nossa pesquisa. O artigo conclui expressando que:

Muito antes de ocupar uma função profissional em determinada organização e instância de proteção ambiental, os atores já contam com um conjunto de valores, de definições prévias e de recursos sociais que possibilitam ver em tal tipo de atividade uma forma autêntica de exercício e de realização profissional. O exame dos padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional no ambientalismo foi uma estratégia analítica que possibilitou apreender como determinadas formas de percepção e de avaliação relativas à atuação profissional na "área de meio ambiente" se constituíram no decorrer do tempo e sob determinadas condições sociais. Desse modo, essa análise nos coloca diante das disposições e dos recursos sociais que tornam possível o encontro entre determinada formação e o exercício profissional efetivo. A descrição dos padrões de carreiras de ambientalista permite dar conta de como as concepções militantistas (sic) que fundamentam esse tipo de atuação estão relacionadas às disposições e aos respectivos recursos adquiridos com base em vínculos estabelecidos através da inserção dos atores em diferentes esferas sociais, no decorrer de suas trajetórias sociais e de seus itinerários escolares, militantes, ocupacionais e profissionais. Dessa forma, foi possível demonstrar que a atuação profissional na "área de meio ambiente" está respaldada em concepções, recursos e práticas profissionais que resultam da articulação entre

posição social, formação universitária e inserção em diversas redes de organizações e "movimentos sociais" no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais.

O texto “A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais” (GOHN, 2014) analisa as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Uma das questões chave é quais as relações com estado, partidos e outros movimentos sociais. As fontes vêm dos arquivos sistematizados via diferentes mídias, entrevistas, pesquisas de opinião pública, e publicações recentes. O trabalho conclui que a grande diversidade de propostas e concepções sobre a política, a sociedade e o governo, e a ausência de líderes-chave, dificultou o diálogo com os poderes constituídos. Nesse sentido, esses “novíssimos movimentos sociais” para a autora construíram significados novos para as lutas sociais, e se diferenciam muito do movimento que estudamos, que contou não apenas com lideranças chave claras, mas também com entidades civis que representam seus interesses, como CEBES e ABRASCO. Entretanto, por se tratar de um processo ainda recente é difícil ter segurança dos desdobramentos ainda em curso.

O trabalho “A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos” (MONTEIRO, 2012) analisa a agenda política de descriminalização do aborto em Portugal, destacando a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a articulação entre movimentos e partidos políticos no que tange a essa questão. A autora conclui que a questão do aborto foi uma bandeira de alguns movimentos de mulheres portuguesas, apoiados, ainda que de forma “tímida e inconsistente pelos partidos de esquerda contra os partidos de direita e os setores mais conservadores da sociedade portuguesa neles representados” (MONTEIRO, 2012, p.601). O artigo minimiza a influência dos partidos nessa questão. Esse não foi o único artigo com essa temática em nossa revisão, aparecendo também o trabalho “Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia” (MONTEIRO, FERREIRA, 2012).

O trabalho “À sombra de José Carlos Mariátegui: socialismo e movimentos políticos de esquerda no Peru (1960-1980)” analisa como a referência que Mariátegui representa para a esquerda latino-americana foi ressignificada a partir dos anos 60 e passou a ser uma herança reivindicada pelos partidos e movimentos políticos que compunham a Nova Esquerda Peruana. O trabalho, que foi uma revisão bibliográfica, conclui que as interpretações do legado de Mariátegui foram tão diversificadas que o mariateguismo construído ao longo das décadas de 1960 e 1970 se expandiu para além dos marcos

ideológicos da cultura política peruana e passou a influenciar também políticos de correntes centristas ou direitistas (PINHEIRO, 2009).

Um trabalho que tem por objetivo analisar a relação entre movimentos sociais e partidos políticos na América Latina é “Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina: una relación cambiante y compleja” (SOMUANO VENTURA, 2007). Para esse fim é realizada uma revisão teórica e se destacam vários exemplos dos tipos de estratégias e relações que se processaram entre partidos políticos e movimentos sociais. Os autores comentam que “a criação de eleições livres e justas não foi acompanhada por uma forte institucionalização democrática através de uma concorrência efetiva dos partidos, liberdade de expressão e associação, respeito e observância da lei, garantia dos direitos humanos, prestação de contas e transparência governamental” (SOMUANO VENTURA, 2007, p.51, tradução nossa). Segundo os autores, o perigo de um retorno ao autoritarismo, desconfiança institucional é combinada a uma crise de representação política e uma crise, portanto, do sistema partidário. Os movimentos sociais tradicionais “desapareceram”, e foram substituídos por "novos movimentos sociais" ligadas a formas mais difusas de interesse, tais como o ambiente, a transparência e componentes étnicos. O trabalho conclui, com base nas entrevistas e no exame de experiências latino americanas dos movimentos sociais, que são esses que mostram mais dinamismo do que os partidos de esquerda da região, porém alertam para não se ser otimista em relação à interação entre essas organizações, já que essa pode ser dificultada pelo corporativismo dos movimentos, ou pela incapacidade dos partidos em dialogar com os movimentos, se tornando refém desses⁶⁹.

Um artigo que analisa a mobilização e representação política dos principais movimentos sociais do Peru atual é “- Movimientos sociales y políticos en el Perú de hoy”⁷⁰. Em um contexto de reformas estruturais e persistência de consensos autoritários, que chama de “pós - fugimorismo” (DURAND GUEVARA, 2014) ele aborda o processo em que movimentos sociais criam confluências com “atores políticos institucionais” que buscam a via eleitoral. O trabalho conclui que embora partidos políticos possam desempenhar um papel importante, “não é o único ator que pode articular vontades coletivas” e afirmam que luta pelos direitos humanos e como essa representou uma luta

⁶⁹Outro trabalho que trata da crise de representação é “Partidos, movimientos y facciones en las elecciones populares de alcaldes en Barranquilla (Colômbia), 1988 – 2007 (GARCIA ONORO,2007).

⁷⁰ Durand Guevara. *Latinoamérica*; (58); 59-84; 2014-06

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742014000100004&lang=pt

contra as ditaduras na América Latina e essa representação política adquiriu expressividade, e foi reconhecida, sem contar necessariamente com um partido político. Nesse sentido, o artigo cita outros exemplos como “Paro Amazónico de mayo de 2009 y los sucesos de Bagua o de las protestas contra el proyecto Conga en 2011” (GUEVARA, 2014, p.82). Por fim, o trabalho indica que na relação com os partidos políticos, longe de uma mera “correia de transmissão”, os movimentos sociais podem influir no processo eleitoral e processos políticos.

Outro trabalho que examina movimentos e partidos na América Latina é “Las estrategias «desde arriba» y «desde abajo» del movimiento de Hugo Chávez”⁷¹. Esse analisa o movimento e a presidência de Hugo Chavez a partir de duas estratégias, uma de cima em que os partidos e o Estado buscam conservar o poder servindo como instrumentos para trocas, e uma estratégia vinda de baixo vinda dos movimentos sociais que tem uma agenda própria. Examinando o MVR⁷², uma frente heterogênea de forças políticas, e realizando uma revisão dos trabalhos sobre esse tema, o trabalho conclui que o sucesso do regime se deve a um ato de equilíbrio entre as duas estratégias de cima e de baixo, sucesso esse em entendido como manter como exemplo de governo anti-neoliberal. As duas estratégias, embora não sejam contraditórias estão, segundo o autor, carregadas de tensões, isso se deve ao fato de entre os militantes dos movimentos de esquerda que apoiam o regime terem fortes críticas aos partidos políticos, e existir uma concepção de uma revolução dentro da revolução vinda de baixo. Ou seja, uma crítica à concentração de poder na burocracia estatal. Esse trabalho mostra a difícil relação entre partidos políticos e movimentos que, mesmo estando aliados, tem diferenças em relação ao encaminhando das políticas públicas, e nas relações de poder, tendo o partido e suas lideranças, no caso tencionando por mais controle, e os movimentos, em uma perspectiva mais popular, tencionando em outra direção.

Um trabalho que demonstra como essa relação pode ser antiga, entre movimento e partidos é “O pássaro e a sombra: instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão” (VITORINO, 2008). Esse trabalho focaliza nas revoltas escravas como sendo movimento social, certamente não no conceito de movimento social de Gohn, Tilly ou Bobbio que discutimos anteriormente, mas com um olhar inovador sobre as revoltas. Trabalhando com fontes

⁷¹ ELLNER, Steve. CDC; 23(62); 76-95; 2006-05

http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082006000200005&lang=pt

⁷² Se lê Movimento Quinta República (MVR), fundado por Hugo Chávez, na Venezuela, em 1997.

primárias de jornais da época, o artigo busca mostrar que nas disputas partidárias da província de São Paulo, nas últimas décadas da escravidão no Brasil, o partido de oposição utilizava as revoltas escravas para criticar, através da imprensa, as ações empreendidas pelo partido da situação que visavam combater as revoltas. O trabalho indica como os escravos conseguiram, com fugas em massa, porém “pacificas e ordeiras”, conquistar apoios e a simpatia das pessoas até mesmo das forças policiais encarregadas de capturá-los, destacando que “as fugas maciças e pacíficas empreendidas pelos escravos expressavam sua inconformidade com a ordem vigente, mas naquele momento elas alimentavam a sensibilidade moral da maior parte da sociedade de finais do século XIX, que não mais desejava compactuar com a escravidão negra” (VICTORINO, 2008, p.320).

O autor destaca a pressão, o jogo político-partidário da oposição, os casos de indisciplina militar, a pressão de abolicionistas, o “posicionamento da população a favor dos escravos fugitivos e contra a atitude das autoridades provinciais, a crise dentro do Partido Conservador que levou ao pedido de exoneração do Barão de Parnaíba do cargo de presidente de província (VICTORINO, 2008, p.316). Porém, é em suas conclusões, que termina sendo de interesse ao nosso estudo, como vemos a seguir:

Como Célia Azevedo, Maria Helena Machado pensa que havia um “espocar” de rebeliões escravas por toda a província; mas diferentemente daquela, considera-as expressões do anseio dos negros de alcançar a liberdade dentro de uma concepção própria. Contrapondo-se, assim, à noção de “coisificação” do negro, o que a autora procura afirmar é a autonomia do escravo na sua busca por liberdade (VICTORINO, 2008, p.318).

O autor, ao ressaltar a importância de outros trabalhos enfatizarem a autonomia dos escravos, e de suas revoltas como “movimento social”, algo feito também pelas autoras destacadas, coloca o seu trabalho no âmago do debate entre a relação entre movimento e partido, e/ou Estado.

Um trabalho que trata da conversão de um movimento em um “ator público” significativo é “La migración del Movimiento Urbano Popular a la política de partido em el México contemporâneo”⁷³. O autor faz uma revisão de literatura sobre o assunto, sistematizando informações que retraçam a trajetória do movimento urbano popular (MUP) que emergiu nos anos 70, alcança seu auge nos anos 80 e entra em declínio a partir dos anos 90 com o processo de liberalização, quando partidos políticos substituíram os movimentos sociais como veículo para organização da esquerda no México (HABER,

⁷³ Paul, Haber. Rev. Mex. Sociol; 71(2); 213-245; 2009-06.

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032009000200001&lang=pt

2009). O artigo termina concluindo que os movimentos sociais desempenham papéis que as ONGs e que os partidos políticos não desempenham e que o futuro da justiça social está na relação entre esses três “atores” coletivos.

O artigo “A política fundiária do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul – Brasil (1999-2002)”⁷⁴ tem por objetivo analisar a política fundiária executada pelo governo Olívio Dutra, no estado do Rio Grande do Sul. A dimensão inédita se dá pelo fato desse governo ter sustentado e apoiado por uma coalizão de partidos de esquerda e por um conjunto de movimentos sociais e entidades sindicais do campo, o que foi determinante na apresentação de um programa antagônico às políticas neoliberais em vigor em âmbito nacional. O autor conclui que apesar dos compromissos assumidos e, em face das limitações legais, institucionais, econômicas e políticas existentes, “a responsabilidade maior na execução de uma reforma agrária compete à União, demonstrando que a complementaridade da atuação dos estados depende de uma convergência mínima de objetivos políticos entre ambos. Por essa razão, nos casos em que a demanda por terra se apresenta de forma bastante intensa e não há uma disposição favorável por parte do governo federal à adoção de uma política fundiária mais abrangente, a atuação dos governos estaduais não só é justificável como necessária” (DA ROS, 2007, p.21).

No trabalho “Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50” (DUARTE, 2008) o autor estuda os Comitês Democráticos e Populares (CDPs) e das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), no final do Estado Novo, e tem por objetivo compreender as conexões desses com os novos partidos que surgiram no contexto do pós-segunda guerra mundial. O trabalho usou fontes de jornais, como o Jornal Hoje “órgão oficial do PCB na cidade de São Paulo”⁷⁵, entrevistas com militantes, e trabalhos que examinaram o período e o PCB. O autor conclui que CDPs e SABs não foram problematizados não apenas devido ao “problema do populismo”, visto isoladamente, mas ao contrário associando esse ao fato dos movimentos sociais se tornaram importantes objetos de estudo, no fim dos anos 1970, trazendo como novidade uma suposta autonomia em face dos partidos políticos e do Estado. Já os movimentos de bairro das décadas de 40 e 50 não se encaixam nessa concepção. Segundo o autor,

⁷⁴César Augusto, Da Ros. Mundo agrar.; 8(15); 0-0; 2007-12.

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942007000200001&lang=pt

⁷⁵ Mais uma fonte que futuras pesquisas podem utilizar.

...autonomia não significava manter-se imune às influências partidárias ou do Estado, e sim transitar por elas sem se perder em apenas uma, aproveitando, com um forte senso de oportunidade, todos os estímulos e as possibilidades abertas, independentemente da sua orientação ideológica. A idéia de autonomia como independência dos partidos e do Estado não parece ter tido muita relevância para os movimentos sociais nas décadas de 1940 e 50. Naquele momento, o que importava era conquistar os serviços urbanos que colocassem os pobres também como beneficiários do desenvolvimento econômico, os tornassem parte da cidade e lhes dessem "um lugar no mundo". Não importava de onde viria o benefício, e por isso todos os canais (políticos, partidos, sindicatos etc.) eram acionados, dando a esses movimentos uma enorme capacidade de adaptação. Por muito tempo se acreditou que, por conta dessa grande plasticidade, as organizações populares seriam limitadas na sua ação, dependentes do Estado e submetidas aos interesses de políticos carismáticos. Assim, elas somente adquiririam visibilidade e existência sob a lógica do populismo. (DUARTE, 2008, p.213-214).

Várias observações do autor são de interesse: o contexto discursivo nos anos 70 favorável a uma noção de autonomia significando independência dos partidos, que é um discurso análogo ao que encontramos nas entrevistas dos militantes da RSB da nossa pesquisa. Retornando a Duarte⁷⁶ esse questiona inclusive a noção de "autonomia", "espontaneismo", "cooptação", que como estamos vendo, são temas recorrentes quando se analisa a relação entre movimentos e partidos.

Todas as noções clássicas de espontaneismo, riscos de cooptação, aparecem, e nos 80 caracterizariam, ao menos em parte, na visão dos autores, muito dessa relação. Seria isso aplicável a RSB? Cada vez mais, fica evidente a necessidade de estudos para averiguar, em relação ao movimento da Reforma Sanitária Brasileira a centralidade do debate em torno do papel dos partidos, nosso objeto, e até outros objetos possíveis, como, por exemplo, o impacto sobre o movimento sanitário, e suas entidades, da migração dos militantes do movimento sanitário para o espaço da burocracia estatal.

⁷⁶ Entretanto, em meados dos anos 1980 já se evidenciavam os limites da suposta autonomia dos chamados "novos movimentos sociais". As organizações que emergiram na década de 1970, sob a égide da "autonomia" e do "espontaneismo", já encenavam um acentuado refluxo, em que se percebia uma clara tendência à sua institucionalização, fosse numa convergência para o Estado, fosse numa subsunção aos reestruturados partidos políticos, depois da abertura. Isso se deu, em parte, pela sua própria dinâmica interna, e em parte pela transformação do contexto político: "cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e as agências públicas em geral, por outro. Começa a haver um fenômeno que foi muitas vezes chamado de cooptação" (CARDOSO, 1994). Ou seja, os novos movimentos sociais estavam ficando cada vez mais parecidos com os antigos. Essa inflexão produziu, no fim da década, o desabafo de Eder Sader, ao reconhecer que o projeto político implícito nos "novos" movimentos sociais sofrera uma derrota. Sader sugeria que os novos movimentos foram portadores de promessas inovadoras no cenário político nacional; as interpretações acadêmicas, contudo, premidas pelas necessidades imediatas da política, haviam se iludido quanto ao seu potencial (SADER, 1988) (DUARTE, 2008, P.215).

Duarte finaliza defendendo a superação da ilusão sobre os movimentos sociais da década de 40 e 50, através de novos estudos empíricos, e a carência deles, devido ao “caldeirão desqualificador da "República populista", que, segundo ele, faz com que a política engula a História. De forma análoga, o **senso comum** que considera o movimento sanitário simplesmente como suprapartidário, pode, talvez, esconder as formas através das quais os partidos, em especial os de matriz marxista, contribuíram para a Reforma Sanitária, especialmente em sua emergência. Isso, pode levar a uma compreensão mais profunda da dimensão suprapartidária que faz parte do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, tanto enquanto uma possível tática política, quanto sua abertura para indivíduos de diferentes pontos de vista e filiação ou não a partidos, percebendo assim, a questão da dimensão suprapartidária da RSB de outra maneira.

Os diferentes trabalhos sinalizam diferentes formas que a relação entre movimentos e partidos assumem. Desde movimentos se tornando partidos, como movimentos aproveitando os estímulos e as possibilidades abertas pela relação, até movimentos cooptados pelos partidos, e os riscos de tutela e se tornarem correias de transmissão dos partidos. Em suma, os trabalhos revelam a diversidade de formas que a relação assume, longe de ser sempre uma relação de tutela, ou de autonomia, em cada realidade, dependendo das circunstâncias históricas, dos agentes envolvidos, a relação entre partidos e movimentos assume diferentes formas. Logo, o que os estudos não respondem, ou não permitem, é universalizar seus resultados, cada resultado tem suas especificidades, e apenas buscando elementos de contato é possível traçar algum paralelo, que terá profundos limites, já que, essa relação, pelo que indicam os estudos, não tem uma forma que tende a se reproduzir em diferentes circunstâncias, ao contrário, os estudos nos levam a entender que diferentes circunstâncias histórico-sociais, e as diferenças entre partidos, e movimentos, demandam estudos empíricos específicos, devido à complexidade e variedade de formas que a relação entre eles assume.

3.3 Health Social Movements (Movimentos sociais de Saúde).

Na literatura internacional, os trabalhos que tratam dos movimentos sociais em saúde (Health Social Movements) podem ser incluídos na tipologia sugerida por Brown (BROWN, 2004). Este autor destaca três tipos ideais de movimentos sociais em saúde, sendo que no mundo real é esperada e ocorre a *interseção* entre os tipos: a) Movimentos de

acesso à saúde (Health Access Movements); b) Movimentos de saúde corporificados (Embodied Health Movements- EHM; c) Movimentos sociais constituintes (Constituency-based Health Movements).

Os primeiros seriam aqueles que buscam acesso a cuidados de saúde e melhoria na produção de serviços de saúde, incluindo movimentos que propõem reformas no sistema de saúde, para, por exemplo, estender seguro de saúde aqueles que não possuem. Os Movimentos de saúde corporificados questionam o conhecimento científico em relação à etiologia, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças, buscando incluir, na agenda de pesquisas, doenças cuja causa está em disputa⁷⁷, por exemplo, aquelas para as quais existem explicações ambientais. Por fim, os Movimentos sociais constituintes (Constituency-based Health Movements) são aqueles que problematizam a iniquidade no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos, baseada em raça, etnia, gênero, classe, ou outra diferença. Nesse grupo podem ser incluídos movimentos pelos direitos da mulher, movimento gay, entre outros (BROWN, 2004, p.52-53).

Em nossa revisão, encontramos trabalhos que se incluem nessa tipologia, a exemplo de artigos como os de Emily Kolker sobre o movimento de combate ao câncer de mama (KOLKER, 2004). Nesse trabalho Kolker analisa quais as estratégias discursivas utilizadas pelo movimento de combate ao câncer de mama nos EUA. Utiliza dois referenciais teóricos centrais: a análise social construtivista de Spector e Kitsuse e a ideia de enquadramento de Goffman, que é uma produção de sentidos que tem objetivos políticos de convencimento, persuasão e constrangimento das forças políticas a fim de tomada de posição em uma determinada direção. Usa como fontes testemunhos no Congresso americano e notícias na mídia acerca do movimento do início da década de 90. A principal conclusão da autora é que movimentos sociais podem utilizar recursos culturais múltiplos e diversificados, e até mesmo contraditórios⁷⁸ para produzir um enquadramento da questão e assim persuadir a população, os políticos, a fim de buscar financiamento federal para suas causas. A autora aponta que houve um aumento substancial de financiamento de pesquisa em câncer de mama no período estudado, embora não reivindique causalidade exclusiva para a estratégia de enquadramento. Ou seja, o movimento ao combate do câncer de mama, conseguiu influenciar, através dessa estratégia, os partidos políticos nos EUA a modificar

⁷⁷Entre os integrantes dos EHM existem aqueles que não estão doentes, mas entendem que são vulneráveis a determinadas doenças. Muitas ativistas do movimento de combate ao câncer de mama podem ser incluídas nesse grupo (assim como movimento contra AIDS, por controle do cigarro...).

⁷⁸No caso, trata-se de usar a bandeira da desigualdade de gênero, provinda do feminismo e erosão familiar, uma bandeira tradicional. Embora contraditórias, ambas foram utilizadas pelo movimento.

sua política. Isso é relevante, pois percebemos que existe a possibilidade não apenas de influência dos partidos sobre o movimento, mas da influência do movimento sobre os partidos, modificando seus pontos de vista, e conseqüentemente levando a formulação de diferentes políticas.

O trabalho de David J. Hess também é um trabalho de EHM. Nele, Hess argumenta que os movimentos sociais em saúde e medicina complementar colocam desafios para a autoridade do conhecimento médico. O trabalho conclui que há uma nova rede complexa no que se refere ao conhecimento científico e ao invés da transmissão de ciência a um público que a desconhece, emerge uma modelagem pública da ciência com interferência de movimentos sociais. Redes de pesquisadores não-dominantes tem resultados incorporados às correntes dominantes, levando a mudanças no processo de construção do consenso no âmbito de comunidades de pesquisa (HESS, 2004).

Um exemplo de estudo sobre iniquidade é o trabalho de Marmot “A social movement, based on evidence, to reduce inequalities in health”, portanto exemplo de movimento constituinte. Nesse trabalho o autor se propõe a reunir evidências tanto estatísticas quanto análises de outros autores, a fim de demonstrar que é possível agir sobre as iniquidades em saúde. Porém, para isso entende que é necessário que um movimento se forme, que tenha essa causa como central. O artigo é, assim, profundamente político, pois sua análise é voltada a contribuir com a formação de movimentos sociais que buscam reduzir as desigualdades em saúde (MARMOT, 2010).

Os trabalhos que estudam movimentos que buscam realizar uma reforma no sistema de saúde, ou demandam melhoria no acesso são muito escassos. Um dos poucos trabalhos que encontramos que abordam esse tipo de movimento é o livro “A Second Opinion: Rescuing America's Health Care” (RELMAN, 2007), que embora seja um livro que claramente expressa uma opinião, incidindo na luta política, examina movimentos que reivindicam reformas, já que o autor busca examinar o sistema americano e propor alternativas. O livro tem três componentes centrais: uma revisão histórica do Sistema de saúde americano, uma crítica das ideias atuais de reforma, e uma proposta para o futuro. Sua proposta deriva da análise que a raiz do problema do sistema de saúde americano é sua mercantilização. Tanto a dimensão de atenção, hospitais, e outras instituições que produzem serviços, quanto o modelo de gestão financeira, através dos seguros. A sua proposta eliminaria instituições voltadas para o lucro e criaria o que nos EUA é chamado de “único pagador”, que seria o Estado.

3.4 Relação entre o movimento da Reforma Sanitária Brasileira e partidos políticos.

Na literatura nacional, por seu turno, dois trabalhos que tratam do movimento sanitário e da luta pela Reforma Sanitária Brasileira são centrais para o nosso estudo. O trabalho de Sarah Escorel, “Reviravolta na Saúde” (ESCOREL, 1998) e o livro de Jairnilson Paim, “Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica” (PAIM, 2008) que examinamos na introdução. Além desses, “Reforma Sanitária em busca de uma teoria” (FLEURY, 2011) contém uma coletânea de textos sobre a RSB. Sobre o REME (Renovação Médica), o livro “Os Médicos e A Política de Saúde” (CAMPOS, 1989), um componente da RSB que não analisamos, por não fazer parte do objeto, mas que é relevante para o entendimento do movimento.

Além desses, foram localizados outros trabalhos que focalizam movimentos específicos, como a dissertação de Miranda, “Movimentos sociais, AIDS e Cidadania: O direito a saúde no Brasil a partir das lutas sociais” (MIRANDA, 2007). Nesse trabalho a autora analisa a possibilidade dos movimentos sociais e organizações não-governamentais interferirem no fenômeno jurídico. Utilizou como fontes artigos, dados oficiais do governo brasileiro, de organismos internacionais, e material informativo produzido por instituições não-governamentais além de sua memória por ter trabalhado em assessoria jurídica de pessoas atingidas pela epidemia HIV/AIDS. Sua conclusão é que os movimentos sociais “instauraram, efetivamente, práticas políticas novas, em condições de abrir espaços sociais inéditos e de revelar novos atores na cena política capaz de criar direitos.” (MIRANDA, 2007, p.130).

A tese de doutorado de Garrido, “A Política Nacional de luta contra AIDS e o espaço AIDS no Brasil” (GARRIDO, 2013), também tratou da epidemia HIV/AIDS, porém com enfoque distinto. Analisou a consolidação da política nacional de controle da aids no Brasil, e realizou um estudo sócio histórico no período compreendido entre 1981 e 2001 apoiado no referencial teórico da sociologia reflexiva de Bourdieu. A autora analisou as trajetórias políticas dos agentes, concluindo que o espaço AIDS brasileiro se constituiu historicamente como um espaço de luta pela organização da “resposta à epidemia e de intervenção sanitária, onde o que está em disputa é a autoridade de falar sobre o significado da doença, suas formas de prevenção e tratamento, bem como sobre as estratégias mais adequadas para o seu controle” (GARRIDO, 2013, p.180).

Molesini (2011) em sua tese “A Reforma Sanitária na Bahia: Um lugar na História” teve por objetivo analisar a implantação da Reforma Sanitária na Bahia no período entre 1987 e 1989, priorizando os processos ocorridos no espaço institucional da Secretaria de Saúde do Estado (SESAB) em uma análise histórica. Adotou como abordagem a micro história recorrendo ao jogo de escalas entre micro e macro, em que a redução para o micro se dá para compreender o macro, o contexto. Na coleta das informações foram utilizados documentos e entrevistas com sujeitos vinculados ao processo de implantação da RS na Bahia. A autora conclui que o projeto de implantação da Reforma Sanitária através da SESAB iniciou um processo que não avançou pelos impasses criados pelo jogo político partidário e por não se constituir em prioridade para o governo da mudança. Para autora “não houve substituição de forças políticas na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, mas, apenas, a ocupação temporária do espaço institucional por pessoas comprometidas com a Reforma Sanitária. Em suma, não houve institucionalização das mudanças” (MOLESINI, 2011, p.249). O isolamento do Secretário de Saúde e o predomínio das elites políticas que pretendiam privatizar os interesses públicos, limitaram o impacto das mudanças pretendidas.

Esse trabalho exemplifica, com o caso local da Bahia, as dificuldades do movimento sanitário quando adentra a burocracia estatal, quando saí do campo militante, para o campo burocrático, e com isso enfrenta o patrimonialismo do Estado, o uso privado do bem público, característica estruturante do Estado Brasileiro, e as práticas clientelistas típicas desse Estado, assim como o enfrentamento com as elites econômicas e políticas, as quais, pelo menos no exemplo da Bahia, representam entraves para as mudanças propostas pelo movimento da RSB. Isso sinaliza, na relação entre partidos e movimento social, algo relevante, a insuficiência do movimento em colocar suas lideranças em cargos de poder, algo que, embora relevante, e melhor do que estar entregue aos seus adversários, representantes do grande capital na saúde, não garante transformações, se não estiver acompanhando por uma rede de apoio, tanto da sociedade civil, quanto do governo que está no poder. Em suma, aponta a necessidade da construção de fatores que viabilizem o exercício de poder de forma a modificar as características e o papel do Estado.

Complementando a revisão bibliográfica geral realizamos uma revisão no banco de dados do Scielo, em dezembro de 2015, buscando trabalhos que tratassem da relação entre o “movimento sanitário e partidos políticos”, ou “Reforma Sanitária Brasileira e partidos políticos”. Como nenhuma combinação que incluísse “partidos políticos” deu resultados

utilizamos apenas o descritor “Movimento Sanitário”, e localizamos 22 resultados, bem como, utilizamos o descritor “Reforma Sanitária Brasileira”, obtendo 64 resultados. Excluindo trabalhos repetidos obtivemos 83 resultados. A leitura dos resumos permitiu a identificação do tema abordado bem como do enfoque adotado em cada trabalho, permitindo a classificação dos trabalhos em vários grupos, conforme Tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos identificados na Scielo. Dezembro 2015.

| Tipo | Tema | Nº | % |
|-------|--|----|-------|
| A | Relação do MS com partidos políticos. | 0 | 0 |
| B | Luta política da RSB para construção do SUS. | 40 | 48,2 |
| C | RSB do ponto de vista teórico. | 5 | 6,1 |
| D | Análises de aspectos específicos da RSB/MRSB | 20 | 24,1 |
| E | RSB do ponto de vista histórico. | 9 | 10,8 |
| F | Outros | 9 | 10,8 |
| TOTAL | | 83 | 100,0 |

Não encontramos nenhum trabalho que tratasse da relação entre RSB e partidos políticos, porém quase a metade (48,25) dos trabalhos encontrados abordam aspectos da luta política da RSB e do processo de construção do SUS. Como exemplo dos trabalhos incluídos neste grupo, temos “*O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS*” (CORDEIRO,2004), que estuda o processo da Reforma Sanitária Brasileira e suas relações com a produção de conhecimentos que influenciaram a aprovação do Sistema Único de Saúde, na Constituinte de 1988, e sua implementação na década de 90. Utiliza como fontes revistas, documentos de eventos (como os da 8ª Conferência Nacional de Saúde) e conclui apresentando dez formas com as quais o Instituto de Medicina Social e as instituições de ensino e pesquisa em Saúde Coletiva podem contribuir para a produção de conhecimentos, formação de pessoal e exercício de práticas inovadoras voltadas para a qualidade e equidades das ações e serviços de saúde, de modo a contribuir para a implementação dos princípios constitucionais do SUS e a efetiva realização do direito à saúde.

Dos demais, foi possível distinguir certo número de trabalhos que discutem a RSB do ponto de vista teórico (6,1%), histórico (10,8%), ou que analisam aspectos específicos do movimento da RSB (24,15). Um exemplo de trabalho considerado teórico é o “Usos da noção de subjetividade no campo da Saúde Coletiva” (FERREIRA NETO, 2011), que discute três funções no uso do conceito de subjetividade, associando-as primariamente às

suas variáveis externas (trajetória do movimento sanitário e institucionalização do SUS), e secundariamente às variáveis internas (lógica do campo teórico-conceitual), argumentando que há uma ampliação do diálogo interdisciplinar no campo da Saúde Coletiva, na medida em que a produção de conhecimentos neste campo inicialmente privilegiava o “materialismo histórico”, porém mais recentemente tem “ampliado a incorporação de outros referenciais das ciências humanas, com destaque para a filosofia e para a psicanálise” (FERREIRA NETO, 2011, p.839).

Já os trabalhos considerados históricos dão ênfase à história do CEBES, da revista Saúde em Debate, da formação do movimento sanitário, da ABRASCO, a exemplo do trabalho “Memória de um movimento: a revista Saúde em Debate e a Reforma Sanitária Brasileira” (AMARANTE, et al, 2015) que analisa diversos momentos da publicação da revista Saúde em Debate, utilizando como fontes documentos, estudos históricos, números da revista, trabalhos acadêmicos e depoimentos de sanitaristas feitos especialmente para a construção do artigo. Aparecem também estudos históricos, que tratam de um componente específico da luta pela RSB, como um setor profissional específico, como enfermagem os quais foram agregados no grupo D, sendo um exemplo destes o trabalho “A Reforma Sanitária e a participação do enfermeiro” (XAVIER, et al, 1988).

Percebe-se que compreender a RSB é essencial para o nosso estudo, pois ela é o conteúdo que unifica os diferentes movimentos sociais em saúde. Além disso, existe vinculação entre uma base teórica marxista e a RSB, nossa investigação busca compreender a vinculação entre partidos de cunho marxista e as lutas dos movimentos sociais em saúde. Ainda é uma questão pouco investigada a natureza da relação dos movimentos sociais em saúde com os partidos de cunho marxista (que estavam na ilegalidade pela maior parte do período que estudamos). Seria uma relação tênue, que existia fundamentalmente porque muitas das lideranças dos movimentos sociais em saúde engajados na luta pela RSB, também militavam em partidos marxistas, ou a luta pela RSB seria uma dimensão importante da atuação partidária e, com isso, implicaria no desenvolvimento de uma relação mais estreita destes partidos com os movimentos sociais em saúde?

É possível pensar em aspectos particulares da luta pela RSB ao propor, como é o ponto de vista de Paim o entendimento desse processo como uma “revolução no modo de vida” (PAIM, 2008), ao estabelecer como prioridade não apenas a democratização do Estado, mas de diferentes setores, inclusive da saúde. Tendo suas propostas sido

desenvolvidas durante um período ditatorial, a RSB sem dúvida inspirou-se em outras experiências históricas entre as quais pode-se citar a criação do National Health Service - NHS na Inglaterra no pós-guerra, a partir da aprovação do relatório de William Beveridge também conhecido como “Las bases de la seguridad social”⁷⁹ (BEVERIDGE, 1943, p.41) e a Reforma Sanitária italiana, na década de 70 do século passado (BERLINGUER, 1988).

Vale destacar que a luta pela Reforma Sanitária, travada pelo Partido Comunista Italiano, em conjunto com outros partidos, sindicatos e movimentos populares, foi uma luta na qual o próprio Berlinguer, militante partidário, atuou (POSSAS, 1988). Sobre a importância do PCI para a Reforma Sanitária italiana e a relação com a RSB, é importante retomar Lacaz, autor e participante do processo, que aponta como características importantes da RS italiana, o fato de ter contado com uma ampla base social de apoio, que coroou todo um processo de arregimentação de forças políticas hegemônico pelos partidos políticos de esquerda, tendo à frente o Partido Comunista Italiano (PCI) (LACAZ, 1994).

Pelo exposto, constata-se que a lacuna existente, em termos de trabalhos que analisam o papel e/ou a relação da RSB com partidos políticos, é profunda⁸⁰. Trata-se de um tema pouco estudado. Em nossas diversas revisões não conseguimos encontrar um único estudo, em termos de artigo científico, sobre o tema, apenas o ensaio já citado de Lacaz, e o estudo de Vieira da Silva, que aponta a existência dessa relação, mas não aprofunda a análise, na introdução, destacamos trabalhos que tocam na questão da relação, mesmo que esse não seja seu objeto. Assim sendo, procedemos em nosso trabalho, à caracterização da problemática, isto é, à relação entre o MRSB e os partidos políticos no período de sua emergência, partindo da compreensão da RSB à luz de alguns dos estudos que revisamos, buscando enfatizar as lacunas existentes no conhecimento científico disponível.

⁷⁹ Este relatório foi o ponto de partida para a realização de reformas sociais que visavam reduzir a desigualdade de riqueza e instituir os princípios da seguridade social e implicou na construção do chamado Estado de Bem-estar social, não só na Inglaterra, senão que em outros países europeus.

⁸⁰ Embora essa não seja nossa única justificativa, identificamos uma polemica, entre aqueles que minimizam a participação dos partidos, destacando apenas o caráter suprapartidário da RSB, e aqueles que defendem que o partido teve um papel central.

4. A EMERGÊNCIA DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA E A RELAÇÕES COM OS PARTIDOS POLÍTICOS.

4.1. Condições históricas de possibilidade da relação entre partidos e a RSB.

O período denominado, na literatura da área de história política brasileira contemporânea, como de “distensão” pode ser entendido tanto quanto uma conjuntura histórica iniciada em 1974, com a chegada de Geisel ao poder, coincidente com a vitória do MDB nas eleições, quanto um projeto militar de transição política, isto é, de mudança “lenta e gradual” do regime político inaugurado com o golpe civil-militar de 1964, tendo em vista a restauração da democracia. As características dos processos políticos que ocorreram neste período, portanto, precisam ser compreendidas para fins do nosso estudo, pois é nesse período que surge a principal entidade da sociedade civil vinculada à RSB, o CEBES, e posteriormente a ABRASCO, em 1979.

A definição de Distensão enquanto processo político, que ocorreu não apenas no Brasil, provem dos trabalhos de O'Donnell e Schmitter (1998), os quais dividem esse processo em dois momentos: o primeiro marcado pela diminuição da repressão, pelo estabelecimento de alguns direitos, e o abrandamento da censura e o segundo momento, que pode ou não ocorrer, caracterizado pela abertura dos canais para a realização de eleições livres. No caso brasileiro, nossa referência principal no estudo da distensão é o trabalho de Mathias “Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979) (1995)”⁸¹.

As nuances existentes no regime militar foram analisadas por Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins (1983). Para o fim de melhor compreender o projeto militar da distensão, Mathias (1995), simplifica a análise, propondo uma dicotomia entre “castelistas” (que seguiam a linha delineada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco) e o grupo militar da chamada “linha dura”. Para esta autora, o projeto da linha castelista terminou por ser vitorioso, pelo fato de ter se efetivado. O processo político da

⁸¹ Esse trabalho utilizou como fontes jornais, como O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil, revistas, principalmente a Veja, Visão e Isto é e, além disso, analisou discursos dos parlamentares entre 1972 e 1979, pronunciamentos e entrevistas de militares e textos de auxiliares próximos a Geisel, como Golbery e Hugo Abreu, e discursos de Geisel.

distensão e abertura foi lento e gradual sendo encaminhado pelos castelistas que tinham por estratégia a saída dos militares do exercício direto do poder político, sem que isso significasse a volta dos militares aos quartéis. O que indica não somente a intenção de dotar o processo de uma direção conservadora, mas também o desejo dos militares de continuar participando do poder, ainda que não controlassem o executivo. Institucionalizar diversos mecanismos do regime militar de forma que esses elementos permanecessem no novo governo civil que viria gradualmente (MATHIAS, 1995).

Reconhecer o papel desses setores militares não significa assumir seu ponto de vista, nem significa negar que a luta democrática acelerou o processo e produziu derrotas para a ditadura militar, como as eleições de 1974. Significa, reconhecer que um setor militar, os castelistas, teve por objetivo a distensão, como meio para diminuir as insatisfações com o regime, e buscava manter poder e relevância para os militares em um governo civil.

Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo, sustenta que:

O processo de redemocratização que ocorreu no País entre meados dos anos 70 e 1984 foi o resultado de um profundo processo político. A democracia resultante não é um presente ou uma concessão do regime militar, mas sim uma conquista da sociedade civil. Baseou-se na consolidação de um tipo moderno de capitalismo, que dispensa o uso da violência direta para apropriação do excedente (BRESSER PEREIRA, 1988, p.48).

O autor reconhece que existem duas interpretações opostas e as caracteriza como segue:

Pode-se dizer que, primeiro, a distensão de Geisel e, segundo, a abertura de Figueiredo, demonstram que o processo de redemocratização foi uma iniciativa do regime militar; a sociedade civil pode ter tido algum papel ao protestar ou pressionar pela democracia, mas o processo de redemocratização foi essencialmente o resultado de uma estratégia política do regime autoritário (MARTINS, 1983; DINIZ, 1985). Minha interpretação dirige-se no sentido contrário (BRESSER PEREIRA, 1978; 1985). O que de fato ocorreu no Brasil foi um processo dialético entre a redemocratização exigida pela sociedade civil e a lenta estratégia de abertura conduzida pelo regime militar (BRESSER PEREIRA, 1988, p.48).

Tendemos a concordar com a última parte do texto de Pereira. Assim, consideramos que ao mesmo tempo que a distensão foi um projeto militar, mais especificamente dos castelistas, a implementação desse projeto não esteve imune às pressões da sociedade civil, e foi na relação entre essas forças que foi sendo modificado, construindo-se o caminho para o retorno ao regime civil. Assim, não foi nem exclusivamente um projeto da sociedade civil, interpretação que transformaria a ação dos militares uma reação sem um

projeto, nem o projeto desse setor militar se deu no vácuo, já que teve que lidar com os desgastes do regime e as derrotas promovidas pela ação popular contrária ao regime, como foi o caso das eleições parlamentares de 1974.

Ao estudar o período da distensão é relevante ter clareza em relação à distinção entre liberalização e democratização. Liberalização pode implicar em, por exemplo, “menos censura da mídia; um espaço um pouco maior para a organização de atividades autônomas da classe trabalhadora”, salvaguardas jurídicas, como *habeas corpus*, libertação dos presos políticos, retorno dos exilados e tolerância para com a oposição. Já a democratização implica na liberalização, porém requer também a competição aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que, por sua vez, exige eleições competitivas livres, cujo resultado determinará quem irá governar. Assim sendo, pode ocorrer liberalização em um regime ainda autoritário, e foi o que aconteceu durante a distensão no Brasil. Parte dessa liberalização veio a se completar apenas na abertura a partir de 79. A democratização efetivamente ocorreu apenas quando eleições livres decidiram o controle do poder executivo, seguindo essas definições (LINZ,1999).

Vale apontar que nem todos os autores usam essa distinção. Bresser Pereira, por exemplo, chama todo o período de distensão e abertura, de um processo de redemocratização. Entendemos que houve foi um processo de liberalização e de defesa da democratização, como Mathias. A partir de 1984, com as “Diretas Já”, a luta pela democratização se intensifica, e a democratização ocorre apenas com a elaboração da Constituição cidadã, em 1988 e, efetivamente, com eleições livres em 1989.

Parte dessa luta pela democratização ocorreu pela via eleitoral, ainda que, neste período existissem apenas dois partidos legalizados, a Arena e o MDB. O MDB, partido da “oposição consentida”, saiu vitorioso das eleições parlamentares de 1974. Vale a ressalva que esta vitória deve ser compreendida no sentido das expectativas frustradas da Arena e do crescimento significativo obtido pelo MDB. O MDB obteve 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa, crescendo também na Câmara, pois em 1970 obteve 87 cadeiras e em 1974 conquistou 161, enquanto a Arena desceu de 233 para 203 cadeiras na Câmara dos Deputados (ALVES,1985). O crescimento do MDB em 1974, especialmente quando comparado ao das eleições de 1970 foi significativo. Se isso significava identificação com o partido, uma oposição à ditadura, ou apenas o comportamento eleitoral típico do brasileiro quando votando em condições de menor excepcionalidade, como argumenta Santos (1978), há debate.

Em síntese, as eleições de 1974 sinalizaram uma insatisfação popular para com o regime, mas elas também aconteceram em um clima, que embora ainda fosse de exceção, era, na avaliação de Santos (1978) menos repressivo em termos eleitorais do que o existente em 1970. Avaliamos que nem as eleições de 1974 significaram um repúdio total ao regime, nem podem ser explicadas inteiramente apenas por teorias como a da tendência oposicionista do eleitor brasileiro. Elas indicam uma relativa insatisfação, mas seus resultados somente são extraordinários se comparados com os de 1970, cujas vitórias da Arena estavam profundamente vinculadas à repressão vigente nos chamados “anos de chumbo” (JACOBINA, 2010)⁸².

A análise dos partidos criados pela ditadura, MDB e Arena, tem relevância em nosso estudo, principalmente o MDB e posteriormente o PMDB, porque contaram com participação de militantes da RSB que ingressaram no campo político, a exemplo de Luiz Umberto Pinheiro e Antonio Sergio Arouca, que fizeram carreira política no âmbito do Legislativo. Luiz Umberto Pinheiro, por exemplo, define como atuava o PCB, então na ilegalidade, dentro do MDB.

É. E aí nós então saímos, mas nós atuávamos dentro, os partidos comunistas, atuavam dentro. E aí nós então, resolvemos, quando todos saíram se identificaram, porque eram clandestinos, você não sabia a maioria das pessoas que participavam e quando nós saímos, reunimos saí todo mundo foi chamado: - “quem conhecia quem, quem conhecia quem?” Juntou todo mundo e teve uma discussão que foi aquela famosa lei de que quando você atua em partido clandestino, quando você sai fazendo a crítica aos que ficaram, você tenta demonstrar mais força do que o que ficaram para mostrar que eles é que estavam errados. E realmente nós saímos e se definiu a candidatura e a disputa para Deputado Federal, dois para estadual e três para Vereador da Capital. Elegemos todos. E o que ficou (PCB) só elegeu um Deputado Federal que já existia, era Fernando Santana e um Deputado Estadual e um Vereador. Quer dizer, os que saíram tinham mais força na sociedade. Aí eu fui um dos dois Estaduais (Luiz Umberto Ferraz Pinheiro, entrevista, 2014).

Perguntamos na sequência se essa eleição foi pelo PMDB em 1982, ao que Luiz Umberto respondeu que “o MDB inicialmente era a única avenida eleitoral possível nos anos 70 para os membros dos partidos comunistas, já que a Arena era o partido que apoiava a ditadura militar” (Luiz Umberto Ferraz Pinheiro, entrevista, 2014). Mas, em

⁸² As eleições parlamentares de 1974 foram parte central da nossa investigação na dissertação de mestrado “Clivagens Partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de distensão”. Trabalhamos com fontes dos jornais “A tarde”, “Jornal da Bahia”, “Tribuna da Bahia”, assim como discursos dos parlamentares da Assembleia Legislativa, e entrevistas.

1979, com o fim do bipartidarismo, novos partidos surgiram, porém, os de matriz marxista só se tornaram legais em 1985.

Depois do crescimento do MDB em 1974 os militares e a Arena estavam determinados a evitar que o fato se repetisse na eleição seguinte. A Lei Falcão, que levava o nome do ministro da justiça Armando Falcão, foi um exemplo dessa intenção. Essa lei levou à redução drástica da propaganda eleitoral na televisão e rádio. O objetivo era diminuir o espaço para que a oposição continuasse suas críticas ao regime, além de esfriar o debate político. Algo que colunistas veiculados pelo jornal *A Tarde*⁸³, como Marcos Sá Correia, admitiam sem problemas⁸⁴. A experiência de 1974 demonstrara que, quando houve maior debate, grande parte da população fora em peso às urnas, especialmente nos centros urbanos, para votar no MDB.

As eleições apresentaram, nos resultados, vantagem para a Arena, porém uma vantagem pequena, o que acabou demonstrando que as iniciativas do governo e do seu partido de sustentação não foram nacionalmente suficientes para conter a insatisfação que progressivamente ia se acumulando. O MDB manteve e fortaleceu sua presença nos centros urbanos. A vitória da Arena veio em grande medida de áreas mais empobrecidas e por isso mais dependentes do governo, notadamente das regiões Norte e Nordeste. Embora a votação tenha sido equilibrada em outros Estados, a Arena teve um desempenho mais forte nas regiões mais dependentes do governo (OLIVEIRA, 1994).

Depois da derrota em 1974, especialmente nas eleições para o Senado, e do crescimento do MDB em 1976, mesmo com o advento da Lei Falcão e do envolvimento do presidente Geisel, os militares perceberam que a estratégia da realização de eleições para busca de legitimidade estava ameaçada. Em 1º de abril de 1977, utilizando como pretexto o não apoio do MDB a uma lei de reforma do Judiciário, Geisel fecha o Congresso e anuncia uma série de medidas que ficariam conhecidas como o “Pacote de Abril”. Essas medidas foram a resposta dos militares à possibilidade de vir a se configurar um governo com maioria emedebista no Legislativo. Esse “pacote” era composto de 14 emendas, três artigos novos e seis decretos-leis que tinham por objetivo manter a maioria governista na Câmara e no Senado, incluindo medidas como eleição indireta para 1/3 dos senadores, eleições

⁸³ Jornal diário publicado em Salvador, Bahia, utilizado como fonte na pesquisa anteriormente referida (JACOBINA, 2010)

⁸⁴ *A Tarde*, 03/11/1976, p.5

indiretas para governadores ampliando o colégio eleitoral e extensão das restrições de propaganda eleitoral da Lei Falcão às eleições estaduais e federais⁸⁵.

A luta pela democracia, pela liberdade de expressão, de imprensa, foi gradualmente se intensificando, e é nessa conjuntura que surge o CEBES, em 1976⁸⁶. O movimento sanitário, e a RSB, tem como aspecto central, a adesão à luta pela democratização, e soma forças com as demais forças democráticas da sociedade. O MDB, por concentrar tanto os protestos contra o regime, e constituir um espaço para a luta democrática (PCB, [1975],1980, p.239), sendo o partido que viabiliza uma oposição, acaba beneficiado, cresce e se fortalece.

Apesar disso as mudanças nas leis eleitorais existentes no Pacote de Abril conseguiram seu intento e evitaram que o MDB alcançasse a maioria no Congresso. A Arena manteve controle sobre as duas casas, bem como sobre a indicação dos Senadores conhecidos como “biônicos”, como eram designados os políticos que assumiam estes cargos dessa forma (SKIDMORE, 1988).

Geisel continuou afastando membros da linha-dura, e no final de 1978, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), dispositivo que fornecia uma série de instrumentos autoritários de exceção (como cassar congressistas, declarar recesso do congresso, etc.) foi abolido. Geisel assumiu medidas liberalizantes como parte de uma estratégia cujo objetivo era a transição lenta e gradual para um regime civil, transição essa que deveria manter diversas das conquistas da “Revolução”⁸⁷, além de evitar que grupos de extrema esquerda chegassem ao poder. Ou seja, o objetivo era institucionalizar aspectos da ditadura que iriam permanecer em um regime civil, assim como a permanência da influência do alto comando militar na vida política, sem que esse exercesse diretamente o poder executivo (MATHIAS, 1995).

O fim do bipartidarismo e a liberação para criação de novos partidos, ainda que limitada, já que os partidos de matriz marxista puderam se legalizar apenas posteriormente, e especialmente a Anistia, é de grande relevância para o nosso estudo da relação entre partidos políticos e movimento sanitário, pois em nossa investigação temos evidências que essa nova conjuntura implicou em alterações nessa relação, particularmente com a Anistia.

No contexto político nacional apareciam novas lideranças como o presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio “Lula” da

⁸⁵ MOTTA, Marly, “O Pacote de Abril”, em (consultado pela ultima vez 08/01/2016: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>

⁸⁶ Isso já foi analisado em PAIM (2008), ESCOREL (1998) E FLEURY (1989).

⁸⁷ Obviamente que o termo “Revolução” fazia parte a terminologia militar. Entendemos que houve um golpe civil-militar, como indica Dreyfus (1981)

Silva. A liderança sindical deixa claro que não adianta o governo propor um pacto social com o trabalhador, sem que este tenha primeiro, liberdade e autonomia sindical. O espaço conquistado por Lula é indicativo da força que novos atores sociais começavam a adquirir no final da década de 70. A sociedade civil organizada começava a dar os primeiros passos para, posteriormente, de forma mais unificada, organizar o movimento em defesa das eleições diretas.

A proposta das “Diretas já”, que ganha força nos 80 até culminar em 1984 com maciça mobilização representava:

... um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura institucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país (SILVA, 2010, p. 273).

As massas tomavam as ruas e o regime parecia não ter projetos para lidar com as transformações que ocorriam no país. Para Silva a transição final entre a ditadura e um regime democrático-representativo organizou-se em um contexto no qual o “governo perdia toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura”. (SILVA, 2010, p. 273). Essa visão é, em boa medida, compartilhada por Skidmore, segundo o qual, nem Figueiredo, nem a liderança do PDS (Partido Democrático Social, herdeiro da Arena) pareciam ter formulado alguma estratégia viável em longo prazo (SKIDMORE, 1988).

Foi na conjuntura caracterizada pela implementação do projeto de distensão do setor militar castelista, pelo crescimento eleitoral do MDB, enfraquecimento do regime militar, fortalecimento da sociedade civil organizada, e início de uma luta pela democracia, que nasce o CEBES e a Revista Saúde em Debate, ambos centrais para o movimento sanitário. Já na conjuntura da abertura, da Anistia, das “Diretas Já”, dos anos 80, o movimento sanitário se fortaleceu, até o marco da 8ª Conferência Nacional de Saúde, evento que sinalizou o projeto do movimento para o Estado Brasileiro e para a saúde.

4.2. CEBES e o papel da revista “Saúde em debate” na RSB

Um momento fundamental para o movimento sanitário foi a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), em julho de 1976 durante a trigésima segunda Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, “realizada na UNB (Brasília), trazendo para a discussão a questão da democratização da saúde e constituindo-

se como um organizador da cultura capaz de reconstruir o pensamento em saúde. ” (PAIM, 2008, p.78) O CEBES além de se constituir em um espaço para denúncia dos problemas decorrentes da privatização dos serviços de saúde, participava da luta pela redemocratização do país. Promoveu encontros e seminários, editou a Revista Saúde em Debate, publicou vários livros, funcionando como um centro aglutinador do espaço acadêmico com funções intelectuais e também políticas. Pode-se dizer que sua criação contou com participação importante de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ((SOPHIA, 2015), tendo sofrido influência dessa força política em grande parte de sua existência. Era, porém, considerado como uma organização essencialmente “suprapartidária e não corporativa”, por diversos dos entrevistados e também por outros autores (PAIM, 2008, p.79).

Anteriormente demos destaque à conjuntura política, mas existiam aspectos econômicos como a crise do petróleo, que fazem parte desta conjuntura. O enfraquecimento do regime militar se dava pela via eleitoral, com crescimento do MDB, e na dificuldade de se justificar com resultados econômicos. Vejamos como os autores analisam esse período.

Em meados de 1970 já se faziam anunciar os primeiros sinais de esgotamento do regime militar com o fim do chamado milagre brasileiro e as consequências da crise do petróleo de 1973, que elevou a inflação a níveis muito altos comparados ao período anterior: de 2,4% na década de 1960 passou para 7,1% nos anos de 1970. A insatisfação no campo econômico e a ressaca dos “anos de chumbo” da ditadura, com vítimas em quase todos os setores da sociedade, constituiu o substrato para a emergência de movimentos contestatórios e culturais transgressores nas artes e na ciência. É nesse caldo que nasce, em 1976, a revista Saúde em Debate, com o propósito de ser um meio para **divulgar o pensamento crítico sobre a evolução histórica e a forma institucional da saúde; interpretar a íntima relação existente entre a saúde, a lógica social de poder e os movimentos de resistência e ser um espaço democrático para divulgar novos ideais sobre saúde, originadas desse emergente pensamento no Brasil e no continente latino-americano** (AMARANTE, RIZZOTO e COSTA, 2015, p. 2024).

A caracterização do CEBES como um espaço de resistência e difusor de um pensamento emergente, não somente brasileiro como latino-americano, que relaciona saúde e poder, são aspectos importantes para entender o papel da revista, que ao mesmo tempo em que divulgava um pensamento crítico em relação às questões de saúde assumia um papel crítico à ditadura.

Na articulação que viria criar o CEBES já se pode perceber uma influência do PCB. A fala da médica Rosa Barros, em entrevista concedida ao “Projeto Memória e a História da Atenção Básica em São Paulo” (PAULA ET all, 2009), em abril de 2007, indica:

No início dos anos 1970 havia discussão sobre a saúde no Partido Comunista Brasileiro, já um tanto amadurecida, exigindo das lideranças partidárias uma posição incisiva sobre a atenção à saúde da população. Vindo do Rio de Janeiro, David Capistrano da Costa Filho[1948-2000], um jovem pediatra, procurou formação na especialidade sanitária com Sergio Arouca, então professor de Medicina Preventiva e Social na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador de um Projeto docente-assistencial, no município de Paulínia, base de apoio aos residentes da cadeira de medicina preventiva. David Capistrano, José Ruben de Alcântara Bonfim, José Augusto Cabral de Barros, Roseli Ziller de Araújo (residentes em 1974) e Francisco Campos (residente em 1975) e outros residentes com os quais fiz amizade, levaram-me, como sextanista de medicina, a participar de inúmeras rodas de discussões, na Unicamp, tendo o próprio Arouca como um dos grandes problematizadores do debate sobre saúde no Brasil (PAULA et al, 2009, p.150).

O grupo que viria formar o CEBES se encontrou na reunião da SBPC em Brasília, atraindo pessoas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como destaca Escorel “muitas delas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (SCOREL, 1998, p.75). Arouca em entrevista concedida a Escorel indica que a articulação veio do grupo de São Paulo, e também sinaliza a importância da SBPC já que essa era

...o grande espaço de debate político e que para trabalhar nele a gente precisava de uma entidade. Para trabalhar esse novo momento político que estava começando para a sociedade brasileira, era fundamental ter uma instituição que começasse de uma forma ampliada um debate das questões políticas de área da saúde [...]. Já na assembleia final da SBPC começamos a colocar a questão da política da saúde. É a partir disso que, principalmente, o grupo de São Paulo, faz a proposta de criação do CEBES (Arouca,1986 apud SCOREL, 1998, p. 75)

O depoimento de Rosa Barros, indica outro aspecto fundamental, da atuação do CEBES, que é a luta pela democracia e sua articulação com a saúde. Vejamos:

...assistimos à articulação dos colegas, liderados por David Capistrano da Costa Filho, em torno da idéia de criar uma revista que discutisse a temática Saúde e Democracia, traçando um caminho para novas conquistas sociais. [...] O CEBES na verdade era a parte visível, era a parte que podia ser mostrada, mas por trás existiam as reuniões, as discussões dos sanitaristas para conquistar os sindicatos, existiam reuniões, e tinha esse grupo de sanitaristas que regularmente se encontrava num bar-restaurant na Capote Valente com a Teodoro Sampaio, onde ainda hoje é o Degas, quase toda noite; também todas as sextas-feiras esse grupo de

sanitaristas se reunia para discutir quais deveriam ser os encaminhamentos para assegurar essa reforma sanitária (Barros, 2007 apud PAULA et al, 2009, p.152).

É importante lembrar que a composição do CEBES, em seu início, era predominantemente de membros do PCB. Alguns dos militantes mais importantes para a criação do CEBES, para a publicação da revista, como David Capistrano, cujo o pai era dirigente do PCB, tinham filiação ao PCB (SOPHIA, 2015). Arouca um dos sanitaristas mais respeitados “... construiu sua identidade política com base na experiência que teve como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB” (SOPHIA, 2015, p. 96). Começamos a perceber a presença do PCB como predominante entre vários dos militantes de maior destaque da RSB.

O CEBES e a Revista Saúde em Debate se confundem, não apenas pela ideia de a revista anteceder a entidade, mas porque a revista e a entidade são duas partes de um mesmo projeto.

Mas, para circular, a revista necessitava de uma entidade jurídica que lhe desse respaldo legal. Assim nasceu o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, o CEBES, um sujeito coletivo que, desde então, responde pela sua direção política e intelectual. Um caso original na história, no qual não foi a entidade que criou um veículo de divulgação, mas a revista que deu origem ao movimento social. Embora essa seja a referência histórica que alguns atores fazem em depoimentos, certamente na práxis não se observou uma distinção entre a revista e o CEBES, mas uma complementariedade (sic) de estratégias e metas⁸⁸ (AMARANTE et al, 2015, p. 2024).

O CEBES promovia a discussão das políticas de saúde e divulgava que a reforma sanitária não deveria ficar restrita apenas à reforma de serviços, à reorganização administrativa do setor, mas implicava a ampliação do conceito de saúde com a noção de saúde como direito, como participação e como democracia. Essas ideias fundamentadas no trabalho de Garcia (1972) nas teses de Donnangelo (1975;1976) e Arouca (1975), estavam presentes no documento “A Questão Democrática na Área da Saúde” (CEBES, [1979], 2008, p.149-151) elaborado por Hésio Cordeiro, José Luís Fiori e Reinaldo Guimarães (Guimarães, entrevista 2010). Considerando que pelo menos dois dos três redatores eram vinculados ao PCB (Reinaldo e Hésio)⁸⁹, uma hipótese a ser examinada é se a noção “saúde como democracia” traduzia a tática do PCB para aquela conjuntura ou era a forma

⁸⁸ Acessado em 13/10/2015.

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n7/1413-8123-csc-20-07-2023.pdf>

⁸⁹ Vale dizer que Reinaldo Guimarães caracteriza Hésio como simpatizante, mas Hésio, em sua entrevista, declarou que era filiado, mas se afastou.

com que militantes da RSB, que eram do PCB, trouxeram essa dimensão do partido, para dentro da luta no movimento. Cabe acrescentar que a ênfase na democracia era uma palavra de ordem e opção tática do PCB, sendo compartilhada por outros partidos de esquerda e diversos segmentos liberais que compunham a frente contra a ditadura. Isso pode ter ocorrido de forma não consciente e não ditada pela direção dos partidos. Vejamos o que Guimarães ressaltou, em contato posterior conosco, e que reforça a perspectiva de que essa ideia não partiu da direção do partido, e que sua participação se dava através daqueles que tinham com dupla militância, isto [é, eram filiados e simultaneamente agentes do MRSB]:

'A Questão Democrática na Área da Saúde' foi escrito por Hésio Cordeiro, José Luís Fiori e Reinaldo Guimarães, num exercício de organização de ideias sobre a RSB. Até onde vai minha memória, não tinha um destino definido previamente. Sua elaboração não teve nada a ver com atividades partidárias (de qualquer partido). À época eu era militante do PCB, Hésio era um simpatizante e José Luís nada tinha a ver com qualquer partido. Como lhe sugeri na mensagem de setembro passado, o PCB não tinha uma posição orgânica sobre a RSB. Sua participação no processo derivava da participação de seus militantes no campo da saúde. O documento foi solicitado a nós por Sérgio Arouca⁹⁰ para servir de âncora político-documental no seminário sobre a reforma sanitária realizado na Câmara dos Deputados (Reinaldo Guimarães, contato posterior à entrevista em 2016).

No entendimento de Sonia Fleury os primeiros números da revista, especialmente os primeiros vinte, contêm um “tesouro inestimável”: os fundamentos da Reforma Sanitária (AMARANTE et al, 2015). Por isso, não se pode falar de emergência da reforma Sanitária sem se falar do CEBES, e isso aparece em Escorel (1998) e Paim (2008) e especialmente no livro “Saúde e Democracia: A luta do CEBES” (FLEURY, 1997).

O posicionamento da revista, como destacamos anteriormente, não se resumia a um questionamento das interpretações sobre a saúde, mas uma crítica à ditadura através do que esse regime provocava no âmbito da Política de saúde, especialmente a transferência de recursos para o setor privado – a chamada privatização – e a reprodução do modelo de organização dos serviços centrado na assistência médica hospitalar, Esses aspectos são destacados por Paulo Amarante, na análise que faz da atuação do Estado naquele período:

Ativistas da luta contra a ditadura, os jovens profissionais da saúde que formularam a ideia da revista pensavam num instrumento de debate, de reflexão e de construção de um pensamento original em saúde que viesse a questionar a política nacional do neodesenvolvimentismo liberal, própria da elite militar. Não se tratava

⁹⁰ Existem dúvidas se foi uma demanda de Arouca, esse é o ponto de vista de Reinaldo Guimaraes, um dos redatores, porém Paim questiona isso, indicando que seria uma iniciativa desses três professores da UERJ.

apenas de questionar a política de saúde, na medida em que, em última instância, esse campo era entendido como um dos mais expressivos indicadores da forma como o Estado lidava com a vida das pessoas. Era o modelo de Estado burocrático autoritário que estava em questão.

Como consequência deste tipo de Estado, a área da saúde era marcada por um modelo especialmente centrado na doença, isto é, assistencialista, especialístico, hospitalocêntrico e curativista. Tais características eram acentuadas pelas distorções oriundas do regime, fundamentalmente em decorrência da privatização do sistema previdenciário e do modelo de atenção instituído. O regime se fazia presente muito fortemente no âmbito das políticas de saúde, com um processo jamais visto de privatização, particularmente após o uso dos recursos do Fundo de Apoio Social (FAS-CEF) para a construção subsidiada de hospitais privados a serem conveniados pela Previdência Social e do Plano de Pronta Ação (PPA) do então Ministro Leonel Miranda, conforme denunciava à sociedade brasileira o médico Carlos Gentile de Mello já nos primeiros números da revista (AMARANTE et al, 2015, p. 2025).

O editorial da primeira revista do CEBES, publicada no final de 1976, mesmo ano da fundação do CEBES, contém duas observações relevantes. Uma é que “A ideia dessa publicação veem preencher uma lacuna há muito sentida entre aqueles que se interessam pelos problemas de saúde do nosso país, dentro de uma perspectiva mais ampla” (Saúde em debate, 1976, nº 1, p. 2). O editorial, ao mesmo passo que reconhece a existência de outras revistas da área da saúde, entende que existe uma lacuna, quando se trata de uma perspectiva mais ampla, vinculada à noção dos determinantes sociais do processo saúde-doença, que atribui não apenas a fatores biológicos, as causas do adoecimento, mas inclui fatores sociais, econômicos e culturais, assim como determina as possibilidades de acesso a serviços de saúde pelos diversos segmentos da população.

A outra observação se refere aos trabalhos enviados para a revista, e os pontos de vista neles contidos. Vejamos o que diz o mesmo editorial:

Tais trabalhos e todos que nos são enviados não devem ser necessariamente subordinados a uma linha de pensamento. Ao contrário, somente a discussão em termos de diferentes posições possibilitará o encontro de propostas mais adequadas a nossa realidade. Reafirmamos, no entanto, o posicionamento dos integrantes do atual conselho de Redação, que ficou caracterizado no discurso da oradora do primeiro curso de Especialização em Saúde Pública em nível local, para médicos, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, publicado neste número (Saúde em Debate, 1976, nº 1, p.3).

A fala referida é da oradora Sandra Roncali Mafezolli que fez parte do conselho editorial da revista Saúde em Debate 1976-1977. Sua fala questiona a eficácia de ações isoladas, concentradas no setor saúde. Para então afirmar:

Afirmamos que modificações profundas na saúde do nosso povo estão na dependência de alterações significativas no modelo de desenvolvimento econômico e social em vigor, que permitam a maior parte dos brasileiros o acesso aos frutos do crescimento da produção. Tais alterações incluem necessariamente condições favoráveis à ampla participação popular na definição dos rumos do país. Entender que o condicionamento econômico- social do nível de saúde não significa, no entanto, cair no imobilismo. Há os que justificam as ações médico-sanitaristas a pretexto de reduzir as tensões sociais: não é necessidade nossa, nem nosso propósito. Justificamos nosso trabalho como médicos e sanitaristas partindo da premissa de que seria um erro primário acreditar que, automaticamente, o desenvolvimento traz a saúde. Traz, mas não prescinde da atividade de um sistema organizado, com recursos materiais e humanos, voltado para as necessidades da coletividade (Saúde em Debate, 1976, nº 1, p.8).

Conectar a saúde à questão do modelo de desenvolvimento, apresentando uma crítica ao capitalismo, e defendendo a ampla participação popular no processo de redemocratização é algo que, supera uma visão meramente instrumental da democracia. Nessa perspectiva, a noção de direito a saúde aparece, para se contrapor a mercantilização, as leis de mercado, inspirando-se nas democracias ocidentais que universalizaram o acesso a ações e serviços de saúde. Diz a oradora

Concordamos com Eduardo de Mello Kertész: 'A intervenção governamental no campo da saúde, nos países ocidentais, tem um forte conteúdo social, na medida em que trata de enfraquecer ou mesmo suprimir, para os continentes populacionais menos favorecidos, as frias relações de mercado que determinam a possibilidade de compra de todos os bens e serviços, inclusive os de saúde, considerados eticamente como um direito de todos e não um privilégio de alguns (Saúde em Debate, 1976, nº 1, p.8).

Na sequência, a crítica ao processo de mercantilização da medicina se torna central na fala de Sandra Roncali:

Professor Reinaldo Ramos: a escolha de seu nome como paraninfo representa nosso reconhecimento à sua 'simbiose' conosco e com nossas aspirações. O senhor conquistou a nossa turma desde o início. Professor Carlos Gentile de Mello: escolhemos para esta homenagem especial um sanitarista que vem defendendo, as vezes quase só, princípios que também são nossos. O senhor é quase uma instituição, particularmente no combate à mercantilização da medicina (Saúde em Debate, 1976, nº 1, p. 8).

Para além das homenagens a outros sanitaristas relevantes, o que mais chama a atenção, é a noção de “combate à mercantilização da Medicina”. Fica evidente que a crítica

à penetração da lógica da produção capitalista na saúde, especialmente a transformação dos serviços em mercadoria, termina por ser um veículo a crítica ao capitalismo nacional, ou “modelo de desenvolvimento vigente”. O fato de que naquele período, a censura e repressão ainda estavam presentes, mesmo que em menor intensidade do que nos “anos de chumbo”, provavelmente contribuía para que determinadas palavras fossem evitadas, utilizando-se subterfúgios na expressão das ideias. Porém, nessa fala de Sandra Roncali, que a Revista Saúde em Debate destacou como sendo a síntese das posições do comitê editorial, percebemos um esforço para deixar clara a posição do grupo do qual ela, naquele momento, era porta-voz.

Uma interpretação socioeconômica do processo saúde doença, a defesa da democratização, a crítica ao capitalismo na saúde, que termina sendo uma crítica ao capitalismo em geral, pode ser vista como a síntese das principais ideias que germinavam nos primeiros momentos da gênese da RSB, e que estão muito claramente na fala da oradora Sandra Roncali Mafezoli, fala que segundo o editorial da primeira edição da revista Saúde em Debate, melhor expressa suas posições

O editorial da segunda publicação da revista Saúde em Debate (jan/fev/mar 1977) critica as novas modalidades de prática médica, especialmente as empresas médicas, “cujo produto a vender é assistência médica”, enfatizando que estas estariam impondo sua visão ao conjunto dos profissionais. O trecho a seguir evidencia este ponto de vista:

O grupo ligado aos interesses das empresas médicas, fortemente organizado e influente, apesar de minoritário entre os profissionais, tem conseguido impor seus pontos de vista. Obtém apreciáveis recursos, advindos de descontos na remuneração de milhões de assalariados, por meio do INPS, para manter em funcionamento, hospitais e clínicas privados, "empresas de medicina de grupo", pseudocooperativas, responsáveis por práticas condenáveis, como decorrência da sede de lucros. Assalariou milhares de médicos, de fato, negando-lhes, entretanto, os direitos que os demais assalariados já conquistaram no país (Saúde em Debate, 1977, nº 2 p. 3).

Depois de caracterizar outras posições o editorial se posiciona no que tange o assalariamento, porém, e aí nos interessa especialmente, já anuncia a defesa por um sistema nacional de saúde, que fosse público e direito de todos os brasileiros.

Em vez do apego a práticas médicas, provindas de outra época histórica, adotamos o novo modo de ser, o assalariamento, propondo uma luta para torná-lo honrado, digno e útil à população. Assalariados, mas com direitos trabalhistas atendidos, com salário condigno, com a consciência de que a medicina de lucro impede a organização de uma assistência médica racionalizada e adequada à população. Assalariados com disposição de lutar por um Sistema Nacional de Saúde, público,

institucional, sem fins lucrativos, cuja definição e rumos sejam dados pelas entidades legitimamente representativas dos usuários. Esta é a única posição que, como escreveu respeitada socióloga "implica na recomposição, em outro nível, da identidade entre profissional e trabalhador". Ou seja, que é capaz de conciliar as exigências éticas fundamentais da profissão com a elevação do nível de saúde da população, e com o preceito, também ético, e com o qual nos identificamos, de que a saúde é um direito de cada um e de todos os brasileiros. (Saúde em Debate, 1977, nº 2, p.3-4).

Pelo exposto, entende-se que a RSB, em sua concepção original, não pode ser reduzida à reorganização do sistema de saúde, ou seja, à criação do SUS, à noção de direito a saúde, nem mesmo à defesa dos direitos de cidadania. Mas esses são componentes integrais da luta do movimento da RSB, e podemos ver, desde seu início, desde primeiros editoriais, da principal revista ligada a RSB.

Tendo em vista, como apontamos anteriormente, que a composição do CEBES era, em seu início, especialmente de pessoas ligadas ao PCB (SOPHIA, 2015), é relevante examinar um pouco o que se passava no âmbito do partido, especialmente o fortalecimento da tendência eurocomunista, pois essa foi influente no direcionamento da ação do PCB, em especial nos anos 70.

4.3. Democracia, socialismo e saúde: a influência do eurocomunismo

O tema relativo aos caminhos para se chegar ao socialismo e ao comunismo, sua relação com a democracia, está no centro dos debates, desde meados do século XIX com manifesto de 1848, e especialmente na virada para o século XX (MOTTA, 2014).

Embora esse debate remonte a emergência do pensamento marxista, e dos partidos de matriz marxista subsequentes, o que nos interessa é sua retomada nos anos 70, período da nossa pesquisa, e sua influência sobre o PCB brasileiro, e possível influência sobre a RSB.

O tema da ditadura do proletariado, ou da via democrática do socialismo, de fato retornou com intensa força em meados dos anos 1970 na Europa, sobretudo na Itália e na França, com a participação de intelectuais vinculados aos partidos comunistas e socialistas, e das pequenas agremiações revolucionárias. Participaram desse debate Norberto Bobbio, Pietro Ingrao, Santiago Carrillo, Enrico Berlinguer, Valentino Gerratana, Rossana Rossanda, Christine Buci-Glucksmann, Luciano Gruppi, Lucio Lombardo Radice, Bernard Edelman, Giacomo Marramao, David Kaisergruber, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, entre outros. No entanto, o destaque maior foi o debate interno no marxismo althusseriano entre os defensores

da ditadura do proletariado, Althusser e Balibar, e o mais consistente defensor do socialismo democrático, Nicos Poulantzas.

Esse debate, que ultrapassou as fronteiras da Europa, foi principalmente motivado, a partir do sucesso eleitoral do Partido Comunista Italiano, por sua defesa do socialismo pela via democrática parlamentar, cuja posição influenciou os demais partidos comunistas europeus, particularmente o francês e o espanhol, e por sua autonomia diante das posições políticas da URSS. Esse fenômeno foi denominado de "eurocomunista". "Eurocomunismo", com efeito, é um termo vago que abrange diferentes posições dos partidos comunistas europeus, e uma associação ao socialismo democrático, embora a concepção de socialismo democrático estivesse presente em outros partidos, como os socialistas da Itália e da França (este com uma forte corrente de caráter auto gestor que representava sua ala esquerda) (MOTTA, 2014).

O PCB brasileiro⁹¹ apostou na via eleitoral, mesmo durante a ditadura, ao ver o MDB como possibilidade de atuação legal na vida política. O PCB brasileiro foi influenciado pelo PCI (Partido Comunista Italiano) e vale lembrar que a Itália realizou sua própria Reforma Sanitária, que embora tenha suas particularidades, foi inspiradora para a RSB (BERLINGUER, 1988). O PC do B, de forma análoga apostava na luta institucional, a partir de sua VII conferência, que ocorreu na Albânia entre 1978 e 1979⁹².

O eurocomunismo buscava articular democracia e socialismo (MEDINA, 2011), entendendo que a transição para o socialismo poderia se dar como o aprofundamento da democracia para formas mais diretas de participação, como defendido por Poulantzas (MOTTA, 2014). O texto de Motta indica as diversas nuances desse debate, mas esse não é nosso foco. Porém, entender o eurocomunismo é relevante, já que temos evidências, examinadas especialmente no capítulo 6, que estas ideias exerceram uma influência relevante para a RSB.

Então, as elaborações particulares realizadas por estes partidos comunistas do Ocidente europeu – as quais giravam ao redor da busca independente de uma série de “vias nacionais” ao socialismo – acabam por convergir para a afirmação de uma proposta de dimensões bem maiores, isto é, uma via que contemplasse uma parte significativa do continente europeu, uma “via europeia” ao socialismo. Tal via teria seu ponto de encontro na localização de “um objetivo político de transição ao socialismo”, ou melhor, “no aprofundamento da dimensão democrática da temática de transição”. Em outras palavras, a “via europeia ao socialismo”, ou seja, o eurocomunismo, resultou da ampliação do consenso inicialmente formulado em

⁹¹ Não somente o PCB, mas o PC do B e segmentos da Ação Popular e depois o Partido dos trabalhadores (PT). O destaque ao PCB se dá, em parte nesse aspecto, por ter apostado primeiro na via eleitoral, sem ter segmentos na luta armada, caso do PC do B.

⁹² Atualmente está disponível, de forma resumida em um documentário. Acessado em 13/02/2016. <https://www.youtube.com/watch?v=zktATUeQh3w>

torno, por um lado, da necessidade de uma escolha autônoma pelos partidos comunistas do caminho para o socialismo a ser seguido, e, por outro lado, da opção pela ideia de que socialismo e democracia se auto-implicavam como que numa relação umbilical, devendo estabelecer entre si uma relação de consubstancialidade.

Dessa forma, no eurocomunismo, a premissa de que a experiência da Revolução Russa de outubro de 1917 não poderia ser transposta para um grande número de países – em especial para aqueles países economicamente desenvolvidos do mundo capitalista – deveria desaguar obrigatoriamente na “possibilidade teórica de uma transição bastante prolongada, de um período de transição para o socialismo que não seria nem rápido, nem dramático, nem resolvido pela tomada do poder [...]”. Assim, neste tipo de transição, levada a cabo através da conquista da hegemonia por partidos e movimentos identificados com a classe operária, seria possível “prever um longo período (de transição ao socialismo) marcado pelos fluxos e refluxos, como ocorre no desenvolvimento do capitalismo”, sem se atravessar uma situação revolucionária do tipo insurrecional, mas sim um grande intervalo de lutas democráticas, numa inquestionável aproximação em relação à estratégia reformista da socialdemocracia europeia (MOTTA, 2014) ⁹³.

Essa ideia da impossibilidade de transposição da experiência russa guarda muita identidade com a análise de Gramsci acerca da diferença entre as sociedades do Oriente e do Ocidente, entre um Estado que usa muito mais os aparelhos repressivos, e um Estado que usa mais os aparelhos ideológicos, sem precisar recorrer constantemente à coerção. A proposta gramsciana da construção do socialismo em sociedades ocidentais exige que as forças progressistas sejam dirigentes, antes de serem dominantes, ou, dito de outra maneira, que é necessário vencer a batalha pela direção moral e cultural, antes de ter o controle político, influenciou a definição das estratégias utilizadas pelos militantes da RSB. A noção de guerra de movimento, de tomada brusca do poder, poderia ser adequada para uma realidade onde o Estado concentra o poder nos aparelhos repressivos, mas um Estado que efetua a dominação ideológica⁹⁴, que exerce sua hegemonia de forma mais complexa, exigiria uma estratégia de guerra de posição (COUTINHO, 1988).

Vale lembrar que Gramsci foi uma influência relevante para diversos agentes da RSB, e Carlos Nelson Coutinho foi o principal tradutor e divulgador da obra de sua obra no país. Foi o intelectual brasileiro que refletiu sobre a contribuição de Gramsci e a trouxe para que se disseminasse no Brasil, tendo participado, inclusive de debates e publicações

⁹³ Acessado em 7/10/2015. <http://www.acesa.com/gramsci/?id=535&page=visualizar>

⁹⁴ Bourdieu não considera esses dois elementos como separados (BOURDIEU, 2014).

organizadas por militantes da RSB, a exemplo do capítulo (COUTINHO, 2011) incluído na coletânea “Reforma Sanitária: em busca de uma teoria” (FLEURY, 2011).

Uma evidência forte da existência desse debate no âmbito do PCB, aparece na fala de Gastão Wagner, que não apenas destaca a presença dos eurocomunistas no “Partidão” (PCB), mas indica como essa concepção influenciou as formulações da RSB. Perguntamos inicialmente como ele via a contribuição do Partido Comunista e dessas tendências de esquerda na Reforma Sanitária Brasileira, ao que ele respondeu:

Grande parte da teoria e da proposta que deveria se construir no SUS **tem origem na esquerda, no Partidão, nesses grupos de esquerda, tanto esquerda católica, inclusive a esquerda que depois foi socialdemocrata, não é?** Alguns, da ação popular, que uma parte virou marxista, outra parte, o Professor Seixas, o próprio Serra, o José Serra, depois eles ficaram esquerda moderada, mas se ajudaram a construir essa coisa do conceito de direito a saúde, sistema de saúde, reforma sanitária.... Esses eram muito democratas, radicais, a coisa da gestão participativa, não é? Parte desses Trotskistas tinha discurso autonomista, a Professora Marilena Chauí influenciava muito, **a ideia da democracia direta e os eurocomunistas também, a ideia de que a democracia não era depois da revolução, era sempre, era no Partido, era na família** (Gastão Wagner Campos em entrevista, 2014).

Então indagamos se foi isso que o aproximou de Trotsky⁹⁵ e ele agregou o seguinte:

Isso, por isso me aproximei de Trotsky, li tudo de Trotsky, Minha Vida, História da Revolução Russa, tive uma.... É uma coisa que foi saudável na minha vida. E, do Partidão, eu me aproximei dos, na época, **eram chamados de eurocomunistas**, fiz curso de... Era estudante, fiz curso clandestino com Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, que faleceu agora.....(Gastão Wagner em entrevista, 2014)

É importante perceber que Gastão Wagner também destaca a presença de outras correntes de esquerda, que teriam certa confluência de ideias em relação à questão democrática, e que por isso conseguiram se articular. Gastão não teve militância no PCB por muito tempo, se afastando e se aproximando do PT, apesar disso, destaca a sua importância como uma contribuição no plano das ideias da RSB.

No CEBES, em seu início, era predominante a presença de membros do PCB e da tendência eurocomunista, e ao analisar o eurocomunismo, e as proposições existentes nas primeiras edições da revista, a identidade entre a tendência eurocomunista e esta

⁹⁵Vale destacar que haviam cisões entre a defesa ou não do centralismo democrático e da importância dada à luta democrática como etapa para o socialismo, algo estudado em trabalhos como “História das Tendências no Brasil: Origens, cisões e propostas” (SILVA, 1989).

organização, que incluía diversas das principais lideranças da RSB, fica bastante evidente. A fim de entender a influência do eurocomunismo sobre o CEBES e a Revista Saúde em debate, e a participação do PCB, vejamos a análise de Daniela Carvalho Sophia, que diz:

A proposta de edição de Saúde em Debate, pode ser entendida-pelo menos em parte, à luz da atuação do PCB naquele período, pois estava centrado na conquista progressiva da democracia por meio de reformas, aproveitando-se das brechas oferecidas pelo regime militar. Assim é que, apesar de jamais não ter sido um braço do Partido, o Centro atuava, por meio da revista, no quadro da busca por uma política democrática proposta pelo PCB. As discussões realizadas no CEBES eram levadas às reuniões do PCB pelos militantes do partido que eram cebianos e que naturalmente discutiam nas reuniões do CEBES propostas de políticas oriundas do partido, bem como apresentavam ao PCB as que surgiam no âmbito do CEBES. Naquele momento, o partido defendia a instituição da democracia da saúde a partir de um processo político por dentro do Estado (SOPHIA, 2015, p.104).

O CEBES, como as diversas organizações de massa legais (associações, sindicatos, centros de estudos) eram a forma possível de atuação para os partidos clandestinos que possuíam maior ou menor influência sobre as mesmas a depender da liderança dos seus membros e da ocupação de cargos-chave. O CEBES de fato, entendemos que não pode ser reduzido a um braço do partido, mas como Sophia aponta, a dimensão partidária, sua contribuição para o CEBES, também não deve ser negligenciada.

O trabalho de Sophia contribui para o nosso estudo ao destacar a importância do PCB e da defesa da conquista progressiva da democracia, que como vimos era bandeira do eurocomunismo e do CEBES⁹⁶. Segundo, por destacar que havia intercâmbio entre o partido e CEBES, como atesta José Gomes Temporão, que ao ser questionado sobre este mesmo tema, disse que havia trocas entre movimento e partido, comentando que esta era, “... obviamente uma relação dinâmica e dialética”, atribuindo a inserção de conteúdos ligados à defesa pela democratização a uma atuação do partido.

4. 4. Concepções acerca da RSB e indícios da relação

Após analisar as condições históricas de possibilidade da RSB e a fundação da principal entidade ligada a ela, entendemos que é relevante examinar a concepção que

⁹⁶ Vele destacar que essa tática também faz parte das ações do PC do B e de outras organizações de esquerda que deslocaram a direção da luta armada para a luta institucional e democrática. Sobre a reorganização da esquerda brasileira nesse período ver (SILVA, 1989A; 1989B).

nossos entrevistados têm da RSB⁹⁷, a fim de examinar se existe convergência de pontos de vista, ou diferentes concepções da RSB entre os militantes. Considerando que o entendimento do que foi e é a RSB é um ponto de partida para analisar a fala de seus militantes, tratamos de buscar indícios da influência partidária, quando os entrevistados expressam seus pontos de vista sobre o significado da RSB na época inicial e na atualidade. Esses elementos nos preparam para analisar a relação do movimento sanitário com partidos políticos que realizamos em mais detalhes nos capítulos seguintes.

Em uma conversa sobre o CEBES, questionado se havia discussão no partido antes das reuniões do CEBES, Luiz Umberto destaca não apenas sua concepção da RSB, mas também do papel do PCB nesse processo. Perguntamos se não apenas do ponto de vista nacional, mas até mesmo no local, no PCB local, não havia discussão sobre, por exemplo, o que aconteceria no CEBES local, ao que ele respondeu:

Não. Nunca passou. Ele era inteiramente independente, por exemplo eu atuava no CEBES como uma maneira de colaboração, não era uma linha minha na época, mas participava, discutia porque eu tinha um papel de liderança. Mas não existia isso, quem era eleito, quem não era, não éramos nós dentro do partido que definíamos. Isso é inteiramente diferente, a grande contribuição foi esse entendimento que o partido passou, e que nós incorporamos, quer dizer, a **luta democrática foi uma decisão do partido, por isso que ele assumia essa liderança, qual era a luta democrática que você deveria articular com várias forças, progressistas, força isso etc. etc. esse tipo de articulação que permitiu o partido a enfrentar a ditadura desse modo, que o movimento sanitário incorporou essa luta democrática, reformadora para dentro da saúde.** Está entendendo bem? Quer dizer, não é um mando, estava muito mais para uma concepção, e essa concepção trazia muito, tanto que nos discutíamos, interpretávamos, **que dizer a luta democrática da saúde, hoje é a reforma sanitária, junto com a reforma...** A luta democrática era um termo que se teve para toda a luta contra a ditadura. Mas eu diria o seguinte, que não é a democrática no sentido que hoje se entende, até porque hoje sistema democrático e representativo está falido no meu ponto de vista, está se esgotando e está inteiramente decadente (Luiz Umberto Pinheiro em entrevista, 2014).

Na sequência, Luiz Umberto expressa um ponto de vista com relação ao movimento sanitário considerando que este acabou, visão que não é unânime entre nossos entrevistados. A fim de esclarecer esse ponto de vista questionamos se, em sua visão, foram os adversários da RSB que conseguiram esvaziar o movimento, ao que Luiz Umberto explicitou:

⁹⁷ Utilizamos apenas as concepções da RSB dos nossos 9 entrevistados. Não utilizamos as concepções da RSB dos entrevistados de Ligia Vieira, pois essas entrevistas já estão sendo utilizadas por Jairnilson Silva Paim, em outro estudo, ainda não publicado.

LUP⁹⁸ – Não, o movimento acabou, o movimento acabou.

ATJ⁹⁹ – Se fragilizou...

LUP – Eu não sei se existe o movimento, eu não conheço, eu sou um cidadão interessado a distância...

ATJ – O CEBES ainda existe, mas muito fragilizado, eu diria que o movimento sanitário ainda existe, mas está em um momento fragilizado.

LUP – Não existe. Várias coisas existem, podem ter várias coisas, não tem mais papel relevante na ação (Luiz Umberto Pinheiro em entrevista, 2014).

Vejamos que o próprio agente caracteriza sua atuação atual como sendo de “um cidadão interessado à distância”. Aparentemente o critério utilizado pelo entrevistado para definir a existência do movimento foi o movimento assumir um papel relevante na luta política em saúde. Considerando que em determinadas conjunturas o movimento sofreu derrotas, e reduziu seu poder de influência, o entrevistado conclui pela sua inexistência. Caso essa interpretação esteja correta, esse critério não parece dos melhores para definir a permanência do movimento, mas talvez seja útil para indicar, como dissemos no momento da entrevista, o quanto o movimento sanitário se encontra fragilizado. Entendemos que o movimento existe, pois existem pessoas e entidades, que defendem as ideias projetos originais. A posição do entrevistado, nesse momento, pode ser compreendida até pelo seu afastamento do movimento.

Vejamos a fala de Gastão Wagner, que contrasta com a fala de Luiz Umberto em alguns pontos. GW respondia à seguinte questão “o movimento sanitário, os profissionais de saúde, ao longo dos anos 70 e 80, conseguiram levar alguma coisa para dentro dos partidos, para dentro do PT, o que é que eles levaram, se é que levaram alguma coisa? ” Apesar da pergunta se referir aos anos 70 e 80 o entrevistado extrapolou esse período, porém sua fala é relevante para perceber seu ponto de vista, o de que o movimento sanitário ainda existe, contrastando com a visão de Luiz Umberto.

O movimento sanitário foi influenciado e ganhou autonomia, passou a ser maior que os partidos, o PC acabou, PCB, não é? PCdoB continua e tal. Eu acho que o movimento sanitário tem um projeto de política pública para saúde, mas mais geral, de meio ambiente, mais completo, mais integral e mais radical do que a maioria dos partidos, do que o PCdoB, do que o PT. O SUS não é consenso no PT, no

⁹⁸ LUP-Luiz Umberto Pinheiro

⁹⁹ ATJ- André Teixeira Jacobina

discurso é, mas quando é a gestão, os dirigentes do PT, a maior parte não acredita no SUS, tanto que fazem projetos, chamava programas de saúde, faziam programas verticais, depois passou a se chamar linha de cuidado, agora se chama linha de rede temática, nome chique. É a velha tradição da saúde pública brasileira, de priorizar algumas doenças, alguns problemas de saúde ou algum grupo de risco e dirigir uma...não é inútil, isso nem é, sou contra, mas é insuficiente para fazer uma reforma de consolidação, de construção, do direito a saúde, com integralidade, com equidade. Eu acho que os partidos não assumiram, os vários dirigentes que nós tivemos, não assumiram essa radicalidade, que foi mantida no Cebes, na ABRASCO, nos porta-vozes do movimento sanitário, no Instituto de Saúde Coletiva da Bahia, pelo Jairnilson, pelo Naomar, por mim, enfim, por um conjunto de pessoas (Gastão Wagner em entrevista, 2014).

Houve, segundo Gastão Wagner, uma incapacidade de fazer os partidos absorverem a radicalidade da proposta da RSB, que seria uma proposta mais integral, diríamos que se trata de uma proposta de transformação do Estado Brasileiro, do Estado em uma visão ampliada, ou seja, sociedade política e sociedade civil. A direção da transformação seria da democratização, e da socialização, que começa com os direitos de cidadania, os direitos sociais, mas com objetivo ainda mais ambicioso, por isso radical, que vai a raiz dos problemas, ou seja, o próprio sistema econômico. Na visão de GW, apesar das derrotas, a RSB continua viva, nas entidades, CEBES, ABRASCO, e nas pessoas que a defendem, e compartilhamos dessa visão.

Vejamos o que Sarah Escorel disse quando perguntamos. “O que você entende por Reforma Sanitária Brasileira?”

Bom, aí também eu falo já baseada no próprio livro, na própria tese do Jairnilson, não é? Eu acho que é um projeto de transformação social, a minha visão, é um projeto de transformação social que tem como eixo a saúde das pessoas e a justiça social. Então isso está muito amplo, muito vago. Assim, o Sérgio fala de um projeto civilizatório, o Jairnilson fala sobre a passagem do projeto, na ideia, o projeto. Ele tem aquelas, acho que quatro ou cinco momentos, que eu acho muito interessante e incorporei no capítulo sobre a história das políticas de saúde no Brasil. Eu gostei muito do livro dele. Da tese dele. Mas eu acho isso. O que é que é a Reforma Sanitária? É um projeto de transformação social que tem por eixo justiça social e a saúde das pessoas (Sarah Escorel em entrevista, 2014).

Vemos que ela cita o trabalho de Paim (2008) como influencia importante para sua concepção de RSB, incorporando a compreensão acerca dos cinco momentos: ideia-proposta-projeto-movimento-processo. Proposta por este autor.

Outros entrevistados agregam termos e definições da RSB, a exemplo de Jose Gomes Temporão que concebe a RSB como “Um processo político de longo prazo de

construção de uma consciência política sobre saúde na sociedade brasileira. ”. (José Gomes Temporão em entrevista 2015). Marcio Almeida, por sua vez, a definiu como “Um movimento cultural. ” (Márcio Almeida, em entrevista, 2015 e Flavio Goulart diz que a “Reforma Sanitária Brasileira foi um movimento de intelectuais sediados em universidades e instituições públicas, geralmente nos grandes centros do país, o qual mais tarde se tentou legitimar com um movimento social, de massas – o que ele nunca foi...” (Flavio Goulart em entrevista, 2015).

O que fica evidente é a diversidade de concepções acerca da RSB, sendo que muitas não são necessariamente contraditórias. Pode-se dizer que a RSB foi simultaneamente muito do que esses entrevistados dizem, já que, resolveram destacar aspectos distintos, mas existem também diferenças e mesmo divergências na compreensão acerca do processo, principalmente com relação à sua abrangência e também com relação a se ele já se esgotou ou não.

Considerando sua abrangência, cabe destacar a resposta dada por Nelson Rodrigues dos Santos, que retoma diversos aspectos da RSB, como segue:

A Reforma Sanitária brasileira eu diria que é o recado da saúde, da militância a favor de uma saúde de direitos e cidadania, então esse valor dessa sociedade como bandeiras de luta da sociedade que tem o nome próprio de Reforma Sanitária Brasileira, isso é o recado que a saúde tá dando, estou aqui na reforma de toda a sociedade (...) isso implica cultura, educação. (...) Direitos de cidadania (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Na sequência perguntamos sobre como isso se articulou à sua filiação ao CEBES, e sua resposta agrega mais elementos acerca de sua compreensão da RSB, partindo da experiência concreta de militância política no âmbito municipal e apontando como se deu a articulação do movimento, em diversos espaços, envolvendo diferentes agentes:

A minha filiação ao CEBES foi por tabela, porque nós, dos Encontros Municipais, era um movimento político também só que político de um pluralismo muito grande, Encontros Municipais de Saúde, não podíamos rotular como encontros de esquerda, não era encontro de esquerda, Secretarias Municipais de Saúde tinham todos os matizes do espectro ideológico, tinha só uma coisa em comum, a vontade consciente que só o município tinha condição de atender as necessidade imediatas da população das periferias urbanas pobres. Então esse Encontro Municipal de Saúde foi uma tendência política de criar sistemas municipais de saúde que trocando experiências e se fortalecendo eles teriam uma grande chance de vir a se construir na base de um novo sistema público de saúde, piramidal, como comprometimento dos estados e da união, então nós sabíamos que paralelamente aos Encontros Municipais de Saúde esse movimento municipal de saúde,

paralelamente estava acontecendo o início da Reforma Sanitária, que era um movimento **mais baseado em origem universitária acadêmica, um movimento baseado nos estudos dos sistemas públicos no mundo inteiro**, a Linha Bismarquiana Alemã, Beveridgeana inglesa, o sistema público, [atenção] primária a saúde como base do sistema, então esses novo conceitos, essas novas visões doutrinárias, que [desembocariam] em propostas concretas de novo sistema público de saúde, vinha para um debate da reforma sanitária que é um debate iniciado no meio acadêmico, era a Fiocruz liderada pelo Arouca, em Brasília a UNB em Brasília, liderada pelo Eleutério Rodrigues Neto, a Cecília Donnangelo em São Paulo, em São Paulo tinha o Guilherme Rodrigues da Silva, era titular da (Medicina Preventiva da USP) em São Paulo, tabelando junto com a Cecília Donnangelo. Essa triangulação ou quadrangulação de São Paulo e Brasília, **é um movimento intelectual, de intelectuais orgânicos, não é intelectual academicista puro não, intelectuais orgânicos, aí sim tipicamente de esquerda e quando muito, centro esquerda, quase todos numa linha gramsciana inclusive, já trazendo para o Brasil, uma criatividade na realidade brasileira do que já estava acontecendo na Europa, e em sistemas públicos de saúde, a Itália estava com [um movimento de] Reforma Sanitária, uma expressão também importada da Itália (...)**, em São Paulo tinha o David Capistrano, o Guilherme Rodrigues da Silva, a Cecília Donnangelo e vários outros, o Zé Rubens, então São Paulo, Rio e Brasília basicamente triangularam o início do movimento da Reforma Sanitária ao qual o movimento municipal de saúde se engajou, mas se engajou sem perder a autenticidade (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Muitos dos elementos antes destacados, origem universitária, defesa dos direitos de cidadania, reforma da sociedade, são elencados por Nelson Rodrigues dos Santos nessas passagens, e muitos outros são importantes como luta pela democracia, democratização do Estado e da Sociedade, combate à mercantilização da saúde, como uma parte do combate ao capitalismo. Longe de contraditórios, entendemos que são esses e outros elementos destacados ao longo desse capítulo que caracterizam a RSB.

No capítulo anterior, indicamos várias obras que estudaram o movimento sanitário, como Reviravolta em Saúde (Escorel, 1998), a concepção da RSB e uma análise de sua contribuição à mudança nas políticas de saúde, como Paim (2008), entre outros. Nossos entrevistados acrescentam elementos à compreensão do movimento e ao debate acerca da permanência ou não do processo de RSB. Nesse sentido, o ponto de vista que a RSB acabou é contraditória com a noção que está em processo. O fato de Paim ser um “cebiano” histórico, ainda ligado ao CEBES, tendo mais capital militante e Luiz Umberto ter maior capital político-partidário, pode explicar essa diferença de perspectiva. Enquanto Paim defende a permanência da luta, até pelo seu engajamento, Luiz Umberto, afastado da militância, e da política, percebe a diminuição de poder e impacto.

Já outra contradição se refere à percepção que a RSB se resume ao SUS, que foi uma reforma parcial que foi defendida pelo movimento, é distinta da perspectiva que entende que o SUS foi o resultado possível levando-se em conta a correlação de forças da época, em uma defesa permanente de reforma geral do Estado Brasileiro, algo que não examinamos, até por ser uma pesquisa em andamento de Paim.

O exame do CEBES, à luz do resgate das concepções e propostas do eurocomunismo, já permite começar a perceber formas de influência dos partidos, na formulação da ideia da RSB e perceber que essa influência, não deve ser vista de forma mecânica, nem exclusiva, porém, como um fator que contribui para melhor compreender a natureza dessas relações, podendo ser indireta, ou seja, na formação dos agentes e não necessariamente, uma ingerência do comitê central dos partidos (mesmo que essa forma não possa ser descartada). Outro ponto de aproximação é analisar as trajetórias dos nossos entrevistados, examinando os capitais acumulados e as estratégias de articulação, o que fazemos no capítulo seguinte.

5. A TRAJETÓRIA DE AGENTES FUNDADORES DA RSB E OS PARTIDOS NAS REDES DE ARTICULAÇÃO.

5.1. Trajetória dos agentes e capitais¹⁰⁰

A análise da trajetória dos agentes¹⁰¹ permitiu a construção de dois quadros (Apêndices 4A e 4B) que contemplam a distribuição dos capitais burocrático, científico, militante e político-partidário, de cada um dos entrevistados em dois momentos distintos, quais sejam: os capitais que possuíam no período em que participaram da emergência da RSB até 1986, ano da 8ª Conferência Nacional de Saúde, e os capitais que detinham no momento da entrevista. Com base nesses quadros construímos o Gráfico 1. Vale destacar que esse gráfico não é uma análise do espaço social da RSB, para isso teria que ser uma arquitetura de posições x tomadas de posições, articulando os capitais acumulados com tomadas de posição dos agentes¹⁰². Apesar disso, o gráfico serve para perceber entre os nossos entrevistados, quais capitais tinham até 1986, e quais os tipos de capitais foram acumulados até a data da entrevista, o que tem utilidade analítica.

A análise da quantificação dos capitais dos 30 entrevistados, revela que ocorreu, no período 1986 a 2015, uma acumulação de CB (capital burocrático) e CC (capital científico), o que tem a ver, provavelmente, como o fato dos entrevistados desenvolverem sua carreira acadêmica e também ocuparem postos na burocracia do Estado. Com relação ao CM (capital militante), visualiza-se uma tendência à acumulação, porém isso provavelmente está relacionado com o viés de seleção dos entrevistados, que privilegiou militantes da RSB, que, ao longo dos 30 anos entre 1986 a 2015, passaram a ocupar cargos de direção nas entidades que conduzem o debate político sobre a RSB (CEBES e ABRASCO). Chama a atenção, entretanto, o fato de que praticamente não houve alteração no que diz respeito ao Capital político-partidário. O que evidencia que os entrevistados não

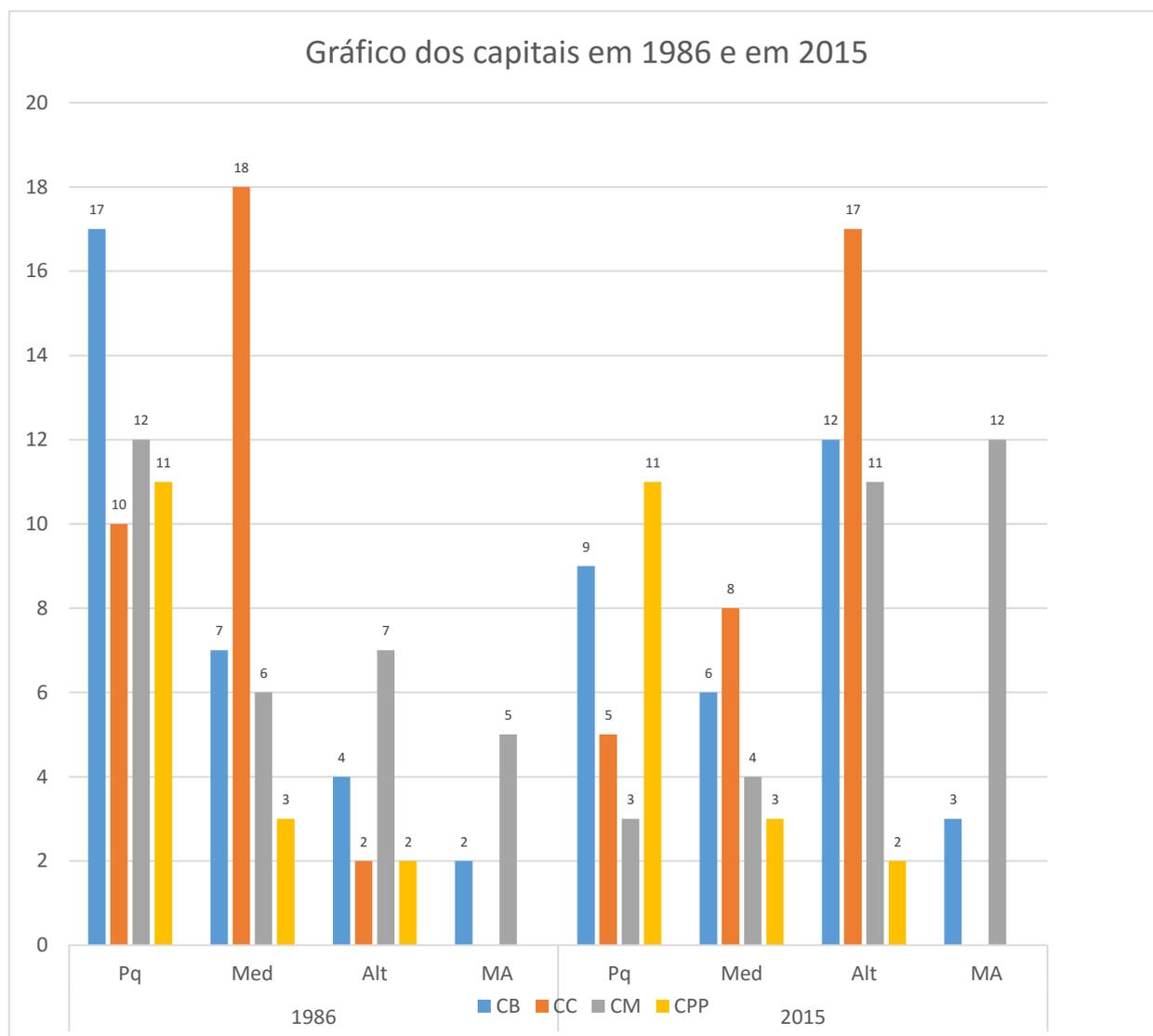
¹⁰⁰ CB-Capital Burocrático; CC-Capital Científico; CM-Capital Militante; CPP-Capital Político Partidário.

¹⁰¹ Lista dos entrevistados em ordem alfabética: Ana Maria Costa, Anamaria Testa Tambellini, Carlyle Guerra de Macedo, Cecília Minayo, Carlos Everaldo Alvares Coimbra Junior, Euclides Aires Castilho, Everardo Duarte Nunes, Fabíola de Aguiar Nunes, Flavio A de Andrade Goulart, Francisco de Assis Machado, Gastão Wagner de Sousa Campos, Hésio Cordeiro, Jairnilson Paim, José Gomes Temporão, José Paranaçu de Santana, José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim, Luiz Umberto Ferraz Pinheiro, Madel Luz, Marcio Almeida, Maria Andrea Loyola, Maria Dutilh Novaes Moisés Goldbaum, Nelson Rodrigues dos Santos, Paulo Elias, Reinaldo Felipe Nery Guimaraes, Rita de Cássia Barradas Barata, Roberto Passos Nogueira, Sarah Escorel, Sebastião Antônio Loureiro de Souza e Silva, Sonia Fleury.

¹⁰² Isso não foi feito por falta de tempo, mas está previsto para artigos futuros.

priorizaram a inserção e militância em partidos políticos, permanecendo praticamente a mesma situação de 30 anos atrás.

GRAFICO 1:



Legenda: CB (Capital burocrático), CC (Capital Científico), CM(Capital militante), CPP (Capital político partidário). Pq: Pequeno, Med: Médio, Alt: Alto, MA: Muito Alto.

Isso indica que nossa amostra apresenta um peso maior nas dimensões burocrática, científica, e militante dos agentes, significando militância no movimento da Reforma Sanitária Brasileira, e não militância político partidária, já que essa, não foi tão presente na trajetória dos nossos entrevistados. Caso encontremos evidências nesse universo, que suportam a tese de uma relação entre partidos políticos de matriz marxista e do movimento

pela Reforma Sanitária, elas são fortalecidas pelo fato da baixa militância político partidária. Já que, inversamente, se encontrássemos alta militância político partidária entre os entrevistados, isso poderia fazer com que levantássemos a hipótese que estaríamos reproduzindo o viés dos nossos entrevistados na defesa de uma participação relevante dos partidos. Como encontramos uma baixa presença de capital político partidário, teoricamente o viés se inclina na direção da defesa da autonomia do movimento.

5. 2 Articulações políticas da RSB e os partidos

Um aspecto da nossa investigação foi averiguar se os partidos tiveram algum papel na articulação do movimento sanitário. Quando perguntado sobre as reuniões do movimento sanitário inclusive a experiência no Projeto Montes Claros¹⁰³, Francisco Machado responde:

Sim, sim, nesse movimento em Montes Claros. Eu senti que o Partidão ou os membros do Partidão começava a se aproximar de mim e fazer um trabalho comigo, hoje eu percebo essa intenção digamos, de me conquistar, vamos dizer, mas eu estava muito vinculado, eu era Justiça (...) e era anti-comunista de certa forma. Eu, a gente confrontava com partido comunista não, na militância estudantil. Mas ali em Montes Claros eu comecei a ser amigo de algumas pessoas que foram me conquistando. Pessoas que se aproximaram em (...) em Montes Claros, conheceu o nosso trabalho lá. A gente começou com ideia de participação comunitária **muito cristã, um grupo cristão**. Mas aí, começou esse pessoal, foi despertado, ficaram interessados com algumas inovações que a gente foi fazendo, uns cursos de formação de auxiliar em saúde, mais aberto, mas assim, alto gestão e coisas assim. **E o Partido comunista parece que alguns membros da saúde de cada partido, parece que se interessaram e se aproximaram**, por exemplo, Pelegrini. Cesar (...)que eu conheci na militância do Partido Comunista. Então, então eles se aproximaram de mim lá, naturalmente, gostaram, mesmo sem experiência e vamos dizer, eu tinha referência, como era comunista, eu era tímido, mais aberto a essa discussão, e nós (...) como nós fomos criados; com aproximação de Partidos de Estudo. Tanto PCdoB, como PCB. Só que por afinidade, eu fiquei mais próximo do PCB. Mesmo assim, eu não militei não, fiquei por ai andando, ouvindo tudo, assim como se fosse; um anarquista (...). Muitos anos depois de formado. Não tive militância, foi sempre a esquerda, mais, muito católico e muito por ações populares (Francisco Machado em entrevista, 2011).

Percebemos nesta fala, a dimensão da militância católica, e dos grupos cristãos, mas também a aproximação de membros do Partido Comunista e também do PC do B a um trabalho de base que consistia na experimentação prática de ideias que começavam a

¹⁰³ O Projeto Montes Claros foi uma experiência inovadora que buscava um novo modelo de organização de serviços de saúde, novas práticas pedagógicas e participação cidadã. Para mais ver Teixeira(1995).

germinar no âmbito do movimento sanitário. Durante a investigação foi ficando evidente que eram os partidos de matriz marxista que tinham mais presença nesse movimento, com clara dominância do PCB.

Na sequência, averiguando a participação de Francisco Machado na RSB esse destaca a importância de Erick Jenner Rosas, militante já falecido. Segundo o entrevistado, Erick “tinha uma missão, primeiro a de me converter ao comunismo. Eu era militante e ele tinha essa atribuição. Como comunista, ele se aproximou e criou uma influência grande.”. Para além de uma influência grande, e a aproximação com o comunismo, Erick Rosas teria sido fundamental para que Francisco Machado fosse presidente do CEBES. Na sequência a resposta de Machado quando questionado sobre a criação do CEBES.

Então, o Eric, foi a maneira que ele encontrou, eu acho. **Uma estratégia que ele adotou para me aproximar do partido; foi me convencer a ser candidato a Presidência do CEBES.** Porque, eu já tinha um reconhecimento, (...) nacional como Sanitarista, como experiente nessas áreas e tal. E ele então fez um trabalho assim e o CEBES naquele momento (...) tinha muitos comunistas. (...) católicos, comunistas e tal. E ele me conversou que precisava de um presidente que fosse conhecido, que tivesse mais respeitabilidade, pratica nisso, ensino, tivesse uma visão mais moderna, como sanitarista e tal. Enfim, fizeram lá e tal, me fez o convite para participar na chapa e tal. **E eu aceitei. Fizemos a eleição,** pouco eleitores. (Risos) E era reunião da ABRASCO(...) (Francisco Machado em entrevista 2011).

Vale dizer que embora a pergunta se referisse à criação do CEBES, o entrevistado tratou do ano de 1985, quando foi vice-presidente na chapa que tinha na presidência Erick Jenner Rosas. A ligação entre partido, no caso o PCB, e o CEBES, uma entidade civil que visava se tornar de massa, fica evidente na fala de Machado. Quando questionado sobre sua gestão na entidade. Machado aborda justamente a questão do CEBES pretender ser uma instituição de massa. Vejamos:

E acho que na minha gestão no CEBES (...) [demos] muita ênfase, a ideia de tornar o CEBES (...) uma instituição de massa. Ficava muito restrito a certos grupos: sanitaristas, escolas nacionais de saúde e tal; e a gente fez um grande esforço para [transforma-lo em entidade de massas] e foi uma campanha muito interessante. Para dar uma certa extensão do CEBES para todos que militavam no campo da Saúde Pública, para o CEBES abraçar uma causa da reforma sanitária. De peito aberto mesmo (Francisco Machado em entrevista, 2011).

5. 3. Projeto Andrômeda: uma das redes de articulação para a RSB

Durante a pesquisa realizada por Vieira da Silva sobre a construção do Espaço da Saúde Coletiva (VIEIRA da SILVA, 2015), surgiram informações acerca da existência de um o projeto, denominado por alguns entrevistados, de “Projeto Andrômeda”, que veio a ter um papel relevante na articulação do MRSB. Daí incluímos em nossa pesquisa, a análise das falas que descrevem em que consistiu esse projeto para discutirmos o seu significado político. Em entrevista publicada pela Unirio, Nelson Rodrigues explica o que foi o projeto Andrômeda, e quem participava dele.

Foi nessa época que eu e o Arouca participamos do Projeto Andrômeda, que era um projeto completamente clandestino que era composto por algumas pessoas da saúde, de instituições federais... nossos encontros eram em saguão de aeroporto (Nelson Rodrigues, entrevista 2015)¹⁰⁴

Quando perguntado sobre como e em que circunstâncias ele encontrou Arouca, Nelson Rodrigues fornece mais detalhes do projeto Andrômeda.

No final dos anos 70 esse movimento da Reforma Sanitária com base no CEBES e na ABRASCO já tinha núcleos enraizados em várias capitais brasileiras e em vários centros urbanos do país, das várias regiões, Nordeste, Sudeste e Sul, principalmente, mas ganhando já todo o território nacional, as lideranças desse movimento já tinham necessidade de intercâmbios um pouco mais pretensiosos, os intercâmbios de poucos anos atrás de dirigentes e lideranças dos movimentos municipais de saúde se fortalecerem e foram dando lugar ao movimento, ou foram sendo acrescentados ao movimento de reforma sanitária, outros tipos de intercâmbio de mais qualidade política e estratégica. Então esses intercâmbios sequenciais, depois de 78, 79, 80 e 81, no finalzinho dos anos 70 e início dos anos 80, já várias lideranças, vários formuladores de estratégia da área da reforma sanitária e da saúde pública já estavam fazendo encontros interestaduais, a nível nacional, trocando ideias e experiências já ao nível da condução nacional desse fenômeno da reforma sanitária. E aí já tínhamos um grupo numericamente menos, mas muito expressivo, com capacidade de condução e conquistas. Estrategistas estaduais ou regionais, ou universitários, ou no antigo Ministério da Previdência, no INAMPS, do antigo Ministério da Saúde desta época. Então lideranças do antigo Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, várias universidades, da Organização Pan-americana da Saúde, de prefeituras municipais, não éramos mais que uns 15 a 20, mas tínhamos uma possibilidade de mobilidade vívida, porque na contagem desses 15 a 20 participavam de congressos, participavam de mesas redondas, participavam de projetos de pesquisa que financiavam viagens. Então

¹⁰⁴ Acessado em 10/11/2015.

<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentonelsonrodrigues.htm>

nós fizemos vários encontros clandestinos, dois deles no Rio Grande do Sul, em saguões de aeroporto, nós conseguimos pegar nossa viagem ali do técnico de administração pública, conduzíamos os horários das viagens para ir fazer encontros em aeroportos ou em residências de algumas capitais, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em São Paulo, e esses 10 a 15 se encontravam com certa frequência e foi até gozado porque nos chamamos na época de Projeto Andrômeda, era uma gozação em cima de um projeto verdadeiramente clandestino. Nós éramos acobertados por viagens oficiais explícitas com objetivos claros e cumpríamos os objetivos institucionais, mas garantindo nessas viagens alguns esparsos momentos para trocarmos idéias pessoais¹⁰⁵.

O projeto Andrômeda era um projeto fictício, sem conteúdo real, que existia apenas para dar uma justificativa legal aos encontros clandestinos organizados por algumas lideranças da Reforma Sanitária Brasileira com seus aliados, com o objetivo de analisar a conjuntura e definir estratégias de ação política. Nelson Rodrigues, em sua entrevista, explicita as características da conjuntura política em que foi gerado este projeto:

Esse Projeto Andrômeda, eu acho que nunca poderia ser escrito e descrito nos seus detalhes por não poder ter toda essa informação, mas ele foi muito importante, ainda que dentro da sua clandestinidade, porque foi gerado, tinha alguns deputados do antigo MDB da época também nesse projeto e esse projeto não foi a causa principal, mas ele em muito contribuiu para o I Simpósio de Política Nacional de Saúde, de 1979, realizado na Câmara dos Deputados Federais por iniciativa da Comissão de Saúde. (...) a ditadura já estava começando a enfraquecer de forma lenta e gradual, processo que começou em 75, com o assassinato do Manoel Fiel Filho e do Herzog em São Paulo, aquilo sacudiu um pouco, reaglutinou as forças democráticas e em 79 nesse clima lento e gradual, de desmanche lento e gradual da ditadura, em 79 houve então um espaço conquistado pelo Poder Legislativo, junto com entidades da sociedade civil e essas entidades eram as entidades da Reforma Sanitária e esse Simpósio na Câmara dos Deputados teve uma importância muito grande porque em 79 acontecia a grande crise da Previdência no país e essa crise da Previdência extrapolava a saúde, todo o sistema previdenciário do país estava em crise de financiamento, e isso repercutia na saúde. Esse simpósio foi uma discussão muito aberta onde todo o movimento da reforma sanitária contribuiu muito para busca de saídas, nesse Simpósio. Ele deu algumas orientações que geraram no ano seguinte, em 80, o decreto do presidente Figueiredo, da ditadura, que era o CONASP, Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária que era o reflexo da saída da crise na área da saúde. Desse CONASP nasceram as Ações Integradas da Saúde que foram o patamar seguinte, fundamental para a constituição do sistema de saúde que foi gerado já nos anos 90¹⁰⁶ (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

¹⁰⁵ Acessado em 10/11/2015.

<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentonelsonrodrigues.htm>

¹⁰⁶ Acessado em 10/11/2015.

<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentonelsonrodrigues.htm>

Por fim, o entrevistador questiona se este projeto fazia parte de uma articulação política, estratégica, e quais eram as pessoas que faziam parte, conforme o diálogo reproduzido a seguir:

Guilherme: Então, esse projeto de que você fala aí, ele na verdade era uma articulação política estratégica, né?

Nelson: Política e estratégica que já tinha um vislumbre, porque aí já era um pessoal mais politizado, estrategista.

Guilherme: Você pode falar um pouco sobre quem eram as pessoas?

Nelson: Eu não sei, eu ainda estou com um peso da ditadura, passados tantos anos, o Arouca era um deles, eu era outro, o Eleutério era novinho na época ainda, recém-saído da universidade, tava entrando, mas posso citar nomes que eles não vão achar ruim hoje, mas o Guilherme, o “baiano”, da Universidade de Medicina (...), que tinha acabado de assumir no curso de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, em São Paulo, Carlyle Guerra Macedo, da OPAS, os dois que estão (...) ainda hoje (...) Daqui a pouco eu lembro, tem um nome de origem espanhola, de Ribeirão Preto, da Medicina de Ribeirão Preto, tá na OPAS até hoje, ele voltou pros EUA, daqui a pouco eu lembro o nome dele, e o outro era do nosso grupo aqui da OPAS, o Carlyle Guerra de Macedo, tinha um em Brasília, depois eu acabo lembrando, depois eu digo no finalzinho.

Carlyle de Guerra Macedo confirmou os fatos rememorados por Nelson Rodrigues, falando espontaneamente sobre o projeto Andrômeda ao ser entrevistado sobre a reunião de fundação da ABRASCO. Segundo ele, não se falava ainda de Reforma Sanitária, mas se elaborava a crítica e se debate de propostas para a reforma do sistema de saúde, conforme trecho reproduzido a seguir:

Eu, o Nelson, o Arouca, e vários outros que comungávamos um pensamento idêntico sobre a Saúde e Sociedade, o papel do Estado, etc., um sentimento rotulado de esquerda, mais ou menos no rumo de um socialismo democrático, não podíamos falar publicamente. Todos ocupávamos cargos institucionais ou posições institucionais sujeitos a qualquer coisa que pudesse vir do poder ditatorial. Então uma maneira da gente continuar discutindo isso foi fazê-lo na sombra, na “surdina” e para isso criamos o projeto Andrômeda uma “associação” informal para permitir comunicação, tacões, reuniões, etc. como ninguém tinha dinheiro, aproveitamos as viagens oficiais, as reuniões oficiais, as oportunidades que nossas funções oficiais nos proporcionavam. Não queríamos vender ideologia, estávamos querendo criar um canal de discussão e de promoção para a revisão do que era a saúde no País nessa época. Havia naquela época uma Sociedade Brasileira de Higiene, que teoricamente representava os trabalhadores de Saúde Pública, os chamados sanitaristas. Era inclusive dirigida por uma pessoa que eu respeitei muitíssimo

como pessoa, mas que não estava preocupado com criar problema ou promover mudança que era o Maneco Ferreira. Não sei se você ouviu falar Maneco Ferreira, uma figura humana, extraordinária, da Fundação Osvaldo Cruz (Carlyle Guerra de Macedo em entrevista, 2008).

O caráter clandestino da articulação entre os participantes desse processo fica evidente, o que se deve provavelmente ao temor com relação às medidas de repressão à mobilização e organização política adotadas pela ditadura militar, que era o fato histórico dominante, e que interferia em qualquer cálculo dos militantes da RSB. Por conta disso, fica claro nas entrevistas a importância do Projeto Andrômeda, concebido como um dos espaços de articulação da RSB e da ABRASCO, conforme aparece no trecho abaixo:

Através do Andrômeda, nós concluímos que era necessário criar um fórum, um instrumento institucional que fosse capaz de promover a necessidade da mudança e mobilizar apoios a sua implementação. Então numa reunião que organizamos aqui na OPAS, dentro do PREPS, convocamos muita gente das universidades e das instituições públicas de saúde, porque uma das linhas de ação do PREPS era promover a integração docente-assistencial. Então as universidades eram um dos interlocutores do Programa. Convocamos o Maximo de participantes, dentro da disponibilidade de recursos, e durante a reunião apresentamos a proposta de criação dessa nova associação, fora da agenda oficial da reunião. Foi realmente uma surpresa para a maioria dos participantes. Havia muita gente que já tinha conhecimento do que ia ser apresentado, mas a grande maioria foi surpreendida com a proposta na reunião, mas todo mundo apoiou entusiasticamente. O primeiro problema era que nome se dava a essa associação. Higiene não poderia ser porque tinha uma Sociedade Brasileira de Higiene e o termo era muito limitativo. Saúde Pública naquele momento tinha uma conotação muito limitada, era quase, era uma extensão de Higiene. Então surgiu o nome: sinceramente eu nem sei quem foi, dentre todos, quem veio com o nome de Saúde Coletiva, e daí o nome ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Carlyle Guerra de Macedo em entrevista 2008).

Na sequência, a conversa passa a abordar os nomes que faziam parte da composição da reunião que daria origem a ABRASCO, o que, mais uma vez, evidencia a importância do projeto Andrômeda, como espaço de articulação dos militantes da RSB.

Lígia – Mas o senhor deve lembrar quem articulou, além do senhor, a reunião para a criação [da ABRASCO]?

Carlyle¹⁰⁷ – A reunião isso eu sei. Foi pensada dentro do Andrômeda, eu estava, o Arouca, o Nelson.

¹⁰⁷ Isso é o ponto de vista de Carlyle. Paim indica que a ABRASCO foi articulada em outros fóruns também e antes da reunião de Brasília em Salvador, depois em uma reunião em um hotel no Rio de Janeiro e em Ribeirão Preto e não no Andrômeda. Há dúvidas, portanto, acerca dessa articulação.

Lígia – Quem mais participava do Andrômeda?

Carlyle – Muita gente, apesar de que era uma coisa mais ou menos clandestina, (...).

Carlyle – O Hésio foi uma pessoa importante nisso. O Nelsão, o Arouca, o Hamilton (Mário)

Lígia – A ABRASCO (...) foi criada como uma associação vinculada a um projeto? Esse projeto já era a idéia da Reforma Sanitária?

Carlyle – Em tese sim. O próprio Andrômeda girava ao redor de discussões sobre a mudança no Sistema de Saúde. Não se usava ainda o substantivo “Reforma Sanitária”. Mas a ideia estava presente (Carlyle de Guerra Macedo em entrevista, 2008).

A análise do conteúdo dessa interação revela algumas coisas importantes. Em primeiro lugar, a participação de Hésio Cordeiro, Sergio Arouca, Nelsão (Nelson Rodrigues dos Santos), três das lideranças da RSB, os quais tinham em comum o fato de serem todos três militantes do PCB. Isso vai reforçando a hipótese de que o Andrômeda foi articulado predominantemente pelo PCB, através de seus militantes da área da saúde, não necessariamente pela cúpula do partido. O fato da articulação ter sido feita predominantemente por pessoas do PCB¹⁰⁸, entretanto, não exclui aqueles que não eram vinculados ao partido, na medida em que a opção tática na época, implicava na agregação de forças com todos que compartilhassem dos ideais relacionados à “mudança no Sistema de Saúde”.

Contudo, diversos outros militantes do PCB que participaram de outros fóruns de articulação da RSB não conheciam nem haviam ouvido falar do Andrômeda. Conclui-se que o Andrômeda era apenas uma das articulações nas quais se discutiu as propostas e estratégias para o desenvolvimento da RSB, porém não foi o único espaço em que ocorreu esse tipo de articulação e discussão. Nesse sentido, cabe registrar a importância de reuniões que agregavam docentes e pesquisadores da Saúde Coletiva, ocasiões em que se discutia, além de questões mais diretamente acadêmicas, os encaminhamentos políticos, a exemplo da reunião de criação da ABRASCO, realizada em Salvador, em 1978, relatada na entrevista concedida à pesquisa por Jairnilson Paim

¹⁰⁸ Embora outras lideranças do PCB não tivessem conhecimento do Andrômeda

De fato, esse relato de Paim é um dos achados da investigação de Ligia Vieira (VIEIRA da SILVA, 2015) que expressa o ponto de vista desse agente sobre a Saúde Coletiva. Isso nos interessa por fornecer informações sobre a criação da ABRASCO, pois essa entidade, que tem uma dimensão científica, também tem uma dimensão de militância política no âmbito do movimento sanitário. O conflito entre essas duas dimensões foi inclusive objeto de polêmica entre os entrevistados, alguns ressaltando a dimensão científica, acadêmica, enquanto outros destacavam a função política da entidade. Na entrevista concedida à pesquisa, respondendo a uma pergunta acerca da “mudança da Medicina Preventiva para a Saúde Coletiva”, e o surgimento do nome “Saúde Coletiva”, Paim destaca que:

Eu vou dar três elementos. Quer dizer, o primeiro elemento, que eu só vim saber depois, é que com a Reforma Universitária que ocorreu depois de 68, essa Reforma Universitária definiu que as faculdades de Medicina deveriam criar departamentos de Medicina Preventiva. Isso eu só vim descobrir depois que ao se justificar os departamentos de Medicina Preventiva, eles falavam em estudos de Saúde Coletiva. Então tem essa expressão: **estudos de Saúde Coletiva**, na Reforma Universitária ao criar o curso médico. Hoje nós chamamos de diretrizes, mas na época se falava em currículo mínimo de Medicina. Então eles falavam, escreviam em letras minúsculas alguma coisa como - se eu me lembro - estudos de Saúde Coletiva, ok? que seriam contemplados por esse departamento de Medicina Preventiva. Então um seria esse aí, mas isso aí eu só vim descobrir depois. **Primeiro contato mesmo com a expressão Saúde Coletiva eu fui ter ao visitar o departamento de Medicina Preventiva da USP em 1971**, quando iria conhecer o professor Guilherme, mas não o encontrei lá. E...se eu não me engano fui bem atendido por Euclides. Conversamos provavelmente junto do mimeógrafo, que estava rodando - ele não vai se lembrar disso- o mimeógrafo que estava rodando algumas apostilas e uma dessas apostilas eu peguei - ele me cedeu- era sobre o Curso Experimental de Medicina Preventiva que tinha sido iniciado, se eu não me engano em 68 por Guilherme e Dr. Marcondes da Pediatria. E este texto falava em Saúde Coletiva. Então **essa expressão Saúde Coletiva eu encontrei nessa apostila e tem uma curiosidade a mais nessa apostila: essa apostila falava das origens da Medicina Social, falava em Alfred Grotjahn, um alemão que no início do século trouxe para o estudo da Medicina Social, a idéia de classes sociais, falava do Sanitarismo inglês...então tinham alguns elementos das origens do "nosso campo"** e essa apostila me interessou muito e eu trouxe e li. Então foi o segundo momento que eu tive contato com a questão do nome, da expressão Saúde Coletiva. E morreu aí, nunca mais toquei no assunto (Jairnilson Paim em entrevista, 2008).

Na sequência, podemos perceber onde ocorreu o evento que conduziria à criação da ABRASCO, momento em que se deu a consolidação do nome Saúde Coletiva como uma alternativa para designar esta área de produção de conhecimentos articulada ao movimento pela Reforma Sanitária, que não se identificava com a Saúde Pública tradicional, e não

poderia ser Medicina Social, talvez porque esse termo remetesse ao Socialismo, segundo o ponto de vista de Paim, como segue:

Quando chegou em 1978, em que (...) nós tivemos uma ruptura política em relação à hegemonia que a fundação Rockefeller tinha sobre a pós-graduação em Saúde Comunitária -que era o Mestrado em Saúde Comunitária- nós organizamos um conjunto de discussões no colegiado de curso da pós-graduação para trazer temas de interesse crítico. Então trouxemos a tese de Arouca, a tese da Cecília, e fizemos com que aquele colegiado discutisse textos críticos. E a partir desse momento, (em 78 não houve seleção para turmas - também eu posso depois dizer por que) foi privilegiado, portanto esse 78 para uma reorganização pedagógica do curso de Mestrado, que trazia, portanto, novos enfoques para a questão da Medicina Comunitária, da Saúde Comunitária, da Medicina Preventiva. Esses novos enfoques naquele momento eram as teses de Cecília e de Guilherme. Então a idéia, portanto era de se criar um seminário e a partir desse seminário se reorientar o curso, e com isso você ter uma seleção para a turma de 79, ok? O nome do seminário, não queríamos botar o nome do seminário como Saúde Pública porque nós tínhamos críticas. A Medicina Preventiva desde a sua origem fazia sua diferença com a Saúde Pública institucional, convencional. Não queríamos também Medicina Preventiva, porque tínhamos a crítica do Sérgio Arouca à Medicina Preventiva. Não queríamos que fosse o seminário com o nome de Saúde Comunitária porque isso era reiterar o modelo da Rockefeller aqui, no nome do Mestrado de Saúde Comunitária e ainda era caminhar pela área da Medicina Comunitária que também já tinha sido objeto de crítica da tese de Cecília Donnangelo. Então o que nós defendíamos, eu e Dreyer?, Dreyer como representante dos estudantes e eu como uma pessoa convidada (depois você pode entender até porque é que eu fui convidado, porque eu não era do colegiado) nós defendíamos que fosse um seminário sobre Medicina Social. Mas não passou no colegiado a expressão Medicina Social. Por quê? Porque dentro do colegiado ainda havia controle por parte do Steve Planck, que era o “testa de ferro” da Fundação Rockefeller dentro do colegiado, dentro do curso, e da esposa dele, Lucília Milanese Planck, que era a coordenadora do próprio Mestrado. Então eles, uma com a formação da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo -da USP- e o outro da Harvard (eram casados e eram contrários ao social, porque o social provavelmente lembraria Socialismo), então foi vetado. Então a maneira que eu encontrei - e essa foi uma formulação minha- de não ser Medicina Social, mas também não ser Saúde Comunitária e Medicina Preventiva era criar o primeiro Encontro Nacional de Cursos de Pós-graduação em Saúde Coletiva e aí vinha tudo, vinha Saúde Pública, vinha Medicina Social, vinha Medicina Preventiva, vinha Saúde Comunitária e tal, mas o nome abrangente que conseguiu o consenso dentro do colegiado, foi “Saúde Coletiva”. E, por coincidência, não tanto por coincidência, mas neste evento, tinha uma proposta de criação de uma associação de Saúde Pública em termos nacionais, porque tinha uma em São Paulo. E Carlyle Guerra de Macêdo então fez a proposta da criação de uma associação de pós-graduação em Saúde Coletiva durante esse seminário. Então aproveitou-se o mote do nome do encontro que era Encontro Nacional de Saúde Coletiva e foi proposto nesse encontro a criação da ABRASCO. A ABRASCO nasceu em Salvador, portanto (Jairnilson Paim em entrevista, 2008).

Vale dizer que o nome Medicina Social apresenta um problema adicional de ser restritivo à Medicina, quando o movimento já era mais abrangente, incluindo profissionais

de diversas categorias da área de saúde. Aliás, sobre a abrangência do movimento, é bom destacar um trecho da entrevista com Nelson Rodrigues, que evidencia a composição heterogênea do movimento pela RSB e comenta acerca da participação de lideranças de diversos partidos, as quais, entretanto, tinham em comum o compromisso com a RSB. Nessa perspectiva, o entrevistado expressa seu ponto de vista acerca da atuação do movimento como um “partido sanitário”, embora não se contasse com uma organização burocrática semelhante a um partido político tradicional. A pergunta que desencadeou esta reflexão dizia respeito a episódios indicativos da existência de uma relação entre RSB e partidos políticos, ao que Nelson Rodrigues disse:

O mais relevante eu contei, mas tem um lado aí também que é não tão relevante, mas que eu acho que merece ser considerado, é um momento como a falência já do quadro partidário oficial já estava dada na ditadura e no pós ditadura e talvez seja umas das **explicações do movimento da reforma sanitária assumir características partidárias, apesar dele não ter nenhum comitê central, nem de dirigentes e nem comitês estadual, ele não tinha nenhuma forma orgânica, mas é um movimento muito semelhante a um partido político**, a reforma sanitária, esse movimento da reforma sanitária ele albergou dentro dele lideranças militantes que não tinham partido nenhum e eventualmente estavam até em partidos que a gente pensava que não pudesse, por exemplo, você é baiano, **tem o Ubaldo Dantas que é da Bahia, é da Arena, liderança consistente, séria, coerente, confiável, da Reforma Sanitária**, Ubaldo Dantas, ele estava por trás, ele foi deputado federal, ele estava por trás desses simpósios retumbantes de 79 e 82, em 79 era ele, e o Euclides Scalco que era no MDB. Euclides Scalco é paranaense até ele virou tucano depois, ele foi presidente da Itaipu, Fernando Henrique pôs ele lá, e o Euclides Scalco é um grande militante da Reforma Sanitária radical, ele foi deputado federal e ele bancou na comissão de saúde na câmara dos deputados (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Nelson Rodrigues quis demonstrar que o movimento da RSB conseguia agregar mesmo deputados¹⁰⁹ da Arena, caso eles fossem “confiáveis”, e pessoas de fora do espectro mais radical de esquerda. Isso se deve ao caráter de agregar em prol dos seus objetivos diferentes militantes, e a noção de partido sanitário, expressão utilizada na época, expressa essa visão do próprio movimento enquanto partido político, mas que, como Nelson Rodrigues aponta, não era de fato um partido político, pois carecia de elementos essenciais da organização de um partido.

¹⁰⁹ Além desse deputado da Arena, alguns deputados do MDB autêntico, como Euclides Scalco, na época vinculado ao MDB, deram apoio ao movimento da RSB durante o Simpósio sobre saúde realizado na Câmara de Deputados em 1979. Ver Paiva e Teixeira (2014 e também. Figueira, C, “O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)”. Acessado em 24/03/2016.
<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/desdobramentos/cebes.htm>

Outro entrevistado, Francisco Machado, reforça a pluralidade do movimento sanitário em relação a diferentes concepções e aos diferentes partidos. Ao ser perguntado sobre sua trajetória política e profissional, particularmente sobre sua participação no projeto Montes Claros, experiência inovadora que materializava os princípios e diretrizes do movimento pela RSB, (FLEURY,1995) Francisco Machado disse:

(...) eu achava que qualquer ação pudesse organizar era importante. E sempre defendi na minha atuação, nos vários projetos com naturalidade. Ou seja, aqui tinha lugar para Comunista, pra PCdoB, pra PT, para quem quiser, dentro desse tempo, promover uma mudança nas instituições que existe no país, no sentido de melhorar, fazer avançar a democracia. Esse era meu NORTE (Francisco Machado, entrevista em 2011).

Por fim, retornando ao Andrômeda, Carlyle, ao ser perguntado se já se discutia a Reforma Sanitária, expressa seu ponto de vista.

Não talvez com esse nome [de Reforma Sanitária] como eu disse, mas as mudanças que a conformariam sim: como mudar a organização dos serviços, a unificação era central, a responsabilidade do Estado com respeito à saúde era um princípio que todos nós aceitávamos, a participação social. A importância central da rede básica, que devia ser universal, aliás, todos os níveis de atenção, mas a rede básica devia estender-se com urgência para uma cobertura universal real, não apenas em termos de direito, mas real, porque naquela época havia muitos municípios (destaque nosso). Muitíssimos, que não tinham nada ainda. Então essas teses já estavam dentro da discussão do Andrômeda. A ABRASCO nasceu para dar vida a isso. Então ela nasceu realmente para promover a discussão, para organizar o “partido sanitaria” (Carlyle Guerra de Macedo em entrevista, 2008).

Importante constatar que nessa fala o entrevistado destaca a importância da ABRASCO, que se por um lado, teve seu caráter militante questionado por alguns dos nossos entrevistados, em sua gênese, segundo esse agente, tinha um caráter eminentemente militante. Em nossa entrevista com Nelson Rodrigues, fomos munidos dessas informações, a fim de conseguir mais detalhes sobre a importância do Projeto Andrômeda para a RSB, e para entender melhor o papel do PCB. Assim, ocorreu o seguinte diálogo:

AT¹¹⁰: E o que foi o projeto Andrômeda?

N¹¹¹: (risos) eu ia falar do projeto Andrômeda para você, achando que ia te surpreender, então você já sabia do projeto.

¹¹⁰ AT: André Teixeira

¹¹¹ N: Nelson Rodrigues dos Santos.

AT: Eu já conheço alguma coisa sobre ele.

N: Então o projeto Andrômeda, eu já tinha saído de Londrina, porque com a minha prisão no DOI-CODI, quando voltei da prisão esse reitor que era ligado a ditadura ele tirou todas as condições de prosseguir o meu trabalho politicamente engajado que eu tinha, eu fui preso e solto ao final de 75, em 76 foi o ano que eu fiquei em Londrina tentando reconstruir meu espaço de atividade política na periferia, a política não era política partidária era atividade política de política de saúde, de atenção primária à saúde. O reitor me cortou todas as possibilidades de continuar, aí eu tive um convite para ir pra OPAS em Brasília, então 77 eu fui para Brasília, fiado no Ministério da Saúde, mas como consultor da OPAS, num outro programa de intervenções de saúde e saneamento. Eu coordenei esse programa o PIASS em todos os estados do nordeste aí eu conheci o Carlyle e vários outros atores e no Rio de Janeiro, eu viajava muito no Brasil inteiro com esse programa e chegou num momento também final de 77 que nós **gastávamos articulando outra teia nacional, identificando atores militantes na área da saúde, tanto na área das ciências sócias, das ciências políticas, na política pública de saúde nós fomos mapeamento atores pra debater já alternativas da política pública brasileira** também por efeitos da consequência da ditadura a previdência social teve o seu orçamento brutalmente desviado para empreendimentos fora da previdência social, a previdência social entre numa crise quase mortal, já a partir dos anos de 77 a estrada, a transamazônica foi feita, foi construída com recursos previdenciários, a ponte Rio Niterói foi construída com desvios nucleares.

O Projeto Andrômeda além de uma maneira clandestina de discutir alternativas para o encaminhamento do processo de RSB era uma forma de articular diferentes pessoas em torno de um projeto comum. Assim, foram utilizadas atividades oficiais, algumas do próprio regime ditatorial para encontrar e articular essas pessoas. Vejamos na sequencia que Nelson Rodrigues confirma essa inferência:

(...) a previdência entra em crise e dentro da previdência tinha já o INPS o INAMPS, que tinha um componente grande que historicamente componente da previdência destinado a saúde dos trabalhadores formais de carteirinha, eram por volta de 25% do recurso previdenciário ia para a saúde, saúde da classe trabalhadora do Brasil. Então na crise previdenciária no final da ditadura também, encurtou esse dinheiro para a saúde e criou um clima dentro da própria ditadura de se buscar alternativas de sistema público de saúde que pudesse manter o sistema de saúde dentro da própria crise previdenciária, aí então essa conjuntura, essa situação foi, como se diz vulgarmente, um açúcar no mel para esses atores que nós estamos identificando e mapeando, o Carlyle estava na OPAS, e o Carlyle com o grupo que trabalhava com ele, eu o pessoal ligado a SUDENE, na área de saúde do nordeste, a Fiocruz do Rio de Janeiro com o Arouca e várias pessoas que trabalhavam com o Arouca, em São Paulo a Cecília Donnangelo (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Diante disso, perguntamos se esta era essa a articulação realizada pelo projeto Andrômeda, ao que o entrevistado respondeu:

Essa é a articulação do Andrômeda, então nós começamos a nos reunir em plena ditadura buscando alternativas, para apresentar para o próprio governo militar, que sabíamos que o governo militar estava pedindo estudos e aprofundando estudos de alternativas, então era um espaço político que nós queríamos disputar, e como uma grande parte dessas pessoas que nos articulávamos do nosso lado na política pública de saúde eram pessoas mais ou menos deglutíveis pelos militares, não tinha passado comunista, não tinha passado socialista, nós achamos que tínhamos espaços para disputar projetos, daí nasce o PREV-SAÚDE¹¹² é uma proposta de sistema público em saúde baseado no sistema de saúde inglês totalmente (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Aliás, os membros do Projeto Andrômeda se utilizavam de eventos oficiais como parte da tática para não serem descobertos, como vemos na sequência.

Andrômeda, o PREV-SAÚDE, o Andrômeda umbilicalmente ligados, só que o PREV-SAÚDE não foi só o PREV-SAÚDE, o PREV-SAÚDE era a alternativa mais visível que estava institucionalizada e aceita pela previdência social, o PREV-SAÚDE tinha¹¹³ proposta similares também crescendo e chegou a um ponto que esse projeto Andrômeda, pra você ter uma ideia, foi até de brincadeira que algum do grupo, eu me lembro até quem foi, o César Vieira, que trabalhava com Carlyle que é mineiro, depois foi para Washington na OPAS com o Carlyle, o César Vieira já aposentou na OPAS, mas o César Vieira era do grupo do Carlyle, como eu era também, éramos do mesmo grupo, o César Vieira um dia de brincadeira, que nós começamos a fazer reuniões clandestinas, mas reuniões clandestinas ligadas, vinculadas algum fato legal, por exemplo, havia um evento no congresso, na Câmara dos deputados, um evento na Câmara dos deputados pra debater saúde, um evento legal, convocado pela Comissão de Saúde da Câmara dos deputados, então nós aproveitamos esse evento oficial que implicava em nenhuma necessariamente nenhuma intensificação da repressão da ditadura em cima de nós e nesse evento legal, nós tínhamos passagens áreas legais, cada um estava na sua descrição, então nós mapeávamos quem dos nossos a gente confiava, a própria ementa era legal, e em uma ou duas noites paralelamente ao evento a gente se reunia para combinar coisas mais politicamente avançadas, mais exigentes e mais algumas táticas para cada um na sua instituição (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

No diálogo seguinte arguimos sobre a duração desse projeto, e obtivemos uma resposta que se desdobrou na análise das mudanças que ocorreram na conjuntura política no final dos anos 70 e início dos 80, bem como a contribuição dos debates promovidos

¹¹² O PREVSAUDE consistiu em uma proposta de integração do INAMPS, ao Ministério da Saúde, representando, assim, um projeto de unificação do sistema público de saúde, apresentado em 1980. Sofreu, entretanto, forte oposição, que gerou a elaboração de sucessivas versões da proposta até seu abandono, vindo a ser substituído, quando da criação do CONASP – Conselho Consultivo de Administração Previdenciária, em 1981, pelo Programa de Ações Integradas de Saúde- AIS (ESCOREL et al, 2005). Ver também (CEBES, [1981], 2008, p.152-156) TEIXEIRA e OLIVEIRA (1985, p.272-273).

¹¹³ O PREVSAUDE, entretanto, foi abortado.

através desse meio, para a discussão e amadurecimento com relação aos princípios que viriam a fazer parte dos princípios fundamentais do SUS, como segue:

ATJ¹¹⁴: Existiu de 77, até quando (o projeto Andrômeda)? Você lembra?

NRS¹¹⁵: Ah! Seguramente foi uns três anos.

AT: Até 1980.

É. Porque em 80, 79, 80, o governo assinou a anistia e muito mais que isso, os objetivos estratégicos nossos, era conseguir um espaço no governo para uma mudança da política pública de saúde, e foi criada uma comissão chamada CONASP (Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária)¹¹⁶, foi um decreto muito importante assinada pelo Figueiredo, se não me engano, não era mais o Geisel, e o CONASP para estudar a reestruturação da previdência social em função dessa crise da previdência social. Esse CONASP para nós foi um avanço, quer dizer, não foi totalmente produzido pelo projeto Andrômeda, mas grande parte foi, desse CONASP que veio nascer as Ações Integradas de Saúde que a partir de 83 pela primeira vez a previdência social fez convênios com secretarias municipais de saúde, sob os **princípios da universalidade e da integralidade**, dois dos principais princípios que vieram constar na Constituição oito anos depois, em 88. Universalidade e Integralidade já foram objeto de convênio do antigo INAMPS com as prefeituras municipais e com as secretarias estaduais de saúde, principais prefeituras municipais, por onde o dinheiro previdenciário de saúde que seria somente para os trabalhadores de carteirinha. Nesse convênio das ações integrais de saúde, ele seria para fazer não só prevenção, prevenção e cura que é a integralidade e fazer para a totalidade da população periférica do município, que fosse previdenciária ou não. Então foi um avanço estratégico de uma nova política pública que nasceu no CONASP, e nasceu também a famosa AIH que foi uma forma mais moderna de controlar as corrupções da internação hospitalar (Nelson Rodrigues dos Santos em entrevista, 2015).

Embora não uma criação interna do Projeto Andrômeda, se percebe que nessa forma clandestina de articulação, alguns princípios, ideias, que fazem parte da luta pela RSB, tiveram lá sua gestação e puderam ganhar materialidade. Talvez isso explique porque muitos militantes da RSB tenham tanto capital burocrático, porque optaram por se inserir na burocracia estatal como forma de efetivar seus projetos, e também como parte da concepção da guerra de posições, segunda a qual, ocupar os espaços da burocracia estatal é importante para criar condições político-institucionais para avançar a reforma

¹¹⁴ ATJ- André Teixeira Jacobina

¹¹⁵ NRS- Nelson Rodrigues dos Santos

¹¹⁶O CONASP foi criado no governo Figueiredo com objetivo de elaborar propostas racionalizadoras para o enfrentamento da crise financeira da Previdência Social. Para uma análise do plano CONASP. Ver PAIM (1986) e também, Escorel et al (2005).

Por fim, buscamos inquirir os entrevistados acerca do que era central, isto é, o papel do PCB em todo esse processo. Nelson Rodrigues negou que o partido tenha exercido um papel articulador. Com tantas lideranças que militavam no PCB essa era nossa expectativa, porém Nelson Rodrigues expressa um ponto de vista diferente. Vejamos:

ATJ: Pelo que eu entendi então o projeto Andrômeda reunia essas diversas pessoas que tinham alternativas na saúde, propostas de esquerda, eram participantes de um campo de centro esquerda que era o articulador, tinham pessoas que eram do PCB, mas o papel do PCB no projeto Andrômeda, como é que o Senhor vê?

N: Exato, eram todas de centro esquerda. Os ex membros do PCB eram pessoas a mais no projeto Andrômeda.

ATJ: Não eram os articuladores?

N: **Não eram os articuladores e muito menos se reuniam para combinar como é que iam se conduzir na reunião. O PCB não estava no ponto de organização de ser uma fração dentro do projeto Andrômeda, o projeto Andrômeda já era uma fração em si mesmo de mutua confiança em todas as partes do país**, então aproveitamos vários eventos, em que o maior número de nós nos reuníamos paralelamente a esse evento e por duas vezes, pelo menos, por duas vezes chegamos a fazer reuniões em saguões de aeroporto. Eu me lembro no aeroporto Tom Jobim, no Galeão no Rio de Janeiro, como em Guarulhos no aeroporto de São Paulo, duas vezes, foram duas vezes em Guarulhos-São Paulo, e uma vez no Galeão, nós combinamos voo e tinha alguns até com horários diferentes, ficávamos esperando duas horas, até três horas no aeroporto até chegar os outros, e em certos lugares do aeroporto, no restaurante em um canto no restaurante tinha lá dez a quinze pessoas que eram nós reunidos, então é disciplina de ditadura, segurança da nossa parte e tinha também um tom assim meio de encenação, era um prazer, um prazer revolucionário, mas havia um prazer existencial também, às vezes necessário a gente se colocar como pessoas tão importantes para a sociedade e que estávamos em uma reunião tão importante, tão sigilosa e tão escondida da repressão.

A caracterização de Nelson Rodrigues como um “prazer revolucionário” e “existencial” a participação nas reuniões promovidas pelo Projeto Andrômeda, é uma percepção distinta do ponto de vista de Carlyle, que enfatizava a necessidade de um “instrumento institucional que fosse capaz de promover a necessidade da mudança e mobilizar apoios a sua implementação”. Essa diferença pode ser entendida pelo fato de Nelson ser um militante comunista e Carlyle apresentar o depoimento de um alto quadro da burocracia da OPS.

Ainda sobre a participação do PCB no Andrômeda ao questionarmos Moises Goldbaum, que não participou do projeto, disse: “Pouco sei sobre o projeto. Pelo que sei foi uma articulação clandestina entre as lideranças do PCB da época”.

Na perspectiva bourdieusiana trata-se de analisar o espaço dos pontos de vista e explicá-lo. Considerando que Nelson Rodrigues, sem dúvida, sabe mais sobre o Projeto Andrômeda por ter participado diretamente e ter sido um dos seus articuladores, à primeira vista, poderíamos levar mais em conta seu depoimento sobre a articulação ou não do PCB. Era sabido por Nelson que muitas das lideranças no Andrômeda eram do PCB, inclusive ele próprio, porém pela ausência de ingerência do comitê central do partido, o Andrômeda podia ser visto como uma ação independente do partido. Já a percepção de Moises Goldman, de fora do Andrômeda, se explica por saber apenas que lideranças do PCB participavam dessa articulação, sem ter participado diretamente dela, o que o levou a deduzir que era uma articulação do partido. Novamente, se entendermos como sendo uma influência indireta do partido, algo que não vem do comitê central, mas de militantes do partido, esse ponto de vista ganha força argumentativa.

No que diz respeito à relação entre os partidos e o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, portanto, apareceram dois pontos de vista principais: por um lado, a ideia de que o MRSB era um movimento suprapartidário, da sociedade civil, com pouca ou nenhuma influência dos partidos e, de outro lado, a afirmação do protagonismo e articulação dos partidos e em particular do PCB. Esses pontos de vista provavelmente estão ligados às trajetórias dos entrevistados. O primeiro ponto de vista reproduz as críticas históricas feitas a Lenin segundo as quais este defenderia a tutela do partido sobre o movimento, mesmo que em nosso ponto de vista tais críticas sejam infundadas. Essa compreensão negativa e crítica do papel dos partidos que utiliza palavras como “tutela”, “cooptação”, “aparelhamento”, lança sobre a relação um custo elevado ao reconhecimento do papel do partido, pois esse reconhecimento estaria associado a toda uma visão pejorativa da influência partidária.

No caso em estudo, agrega-se a isso o fato dos partidos marxistas terem se mantido ilegais até 1985, assim, temos mais um fator que pode explicar a negação acerca de sua participação, ou seja, os efeitos da repressão. A defesa do caráter suprapartidário do MRSB possivelmente também se dava porque interessava aos dirigentes que as massas aderissem às bandeiras e lutas do partido (a luta democrática, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte etc.), ao tempo em que o fortalecimento de movimentos sociais

críticos às políticas governamentais auxiliava no desgaste do governo e poderia contribuir para elevar o nível de consciência política dos diversos segmentos da população.

Perceber isso, não significa afirmar o contrário, ou seja, que necessariamente os partidos tiveram um papel preponderante, mas significa que devemos ter cuidado com as declarações dos entrevistados, e através do cruzamento das evidências, cotejando os diversos depoimentos, procurar nos aproximar da natureza dessa relação. Se ela era tênue ou intensa, se acontecia apenas entre os militantes da RSB que militavam nos partidos, ou se envolvia a cúpula dos partidos, e de que forma essa relação influenciava (ou não) a formulação de propostas e a realização das ações políticas do movimento. Esse é o esforço da nossa investigação no capítulo 6, que vem a seguir.

6. RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO PELA RSB E OS PARTIDOS POLÍTICOS NOS ANOS 70-80

O PCB¹¹⁷ em várias resoluções políticas aprovadas no período de 1975 a 1979 reconhece o papel do partido em contribuir para o fortalecimento dos movimentos que estavam se configurando na sociedade brasileira naquele momento, a exemplo do movimento sindical, “os movimentos populares de protesto como o custo de vida na grande São Paulo, as lutas estudantis, os movimentos de mulheres, das comunidades católicas, dos índios, de um número crescente de profissões intelectuais, como os médicos, professores e outros” (PCB, [1978], 1980, p. 290). Tais resoluções chamam a atenção também para a importância de “expressivas entidades da sociedade civil, como a CNBB, SBPC, ABI, a OAB etc.” (Idem, p.290). Desse modo, reafirmam que a “tarefa tática principal definida pelo VI Congresso, ‘consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operaria e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista de liberdades democráticas” (PCB, [1979]1980, p. 321).

Se o partido não tinha uma estratégia detalhada com relação aos movimentos tinha baseado nesse documento, diretrizes gerais que indicavam a tarefa de mobilizar, unir e organizar as forças que faziam oposição ao regime militar visando, fundamentalmente, a democratização do Estado e da sociedade brasileira. Esse propósito se coadunava com os objetivos que moviam as forças que formaram o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira.

Sergio Arouca, que era simultaneamente uma das maiores lideranças da Reforma Sanitária Brasileira e um militante do PCB, assim se expressa sobre o papel do PCB junto a RSB:

Você teve um movimento social de luta contra a ditadura nesse Saúde e Democracia, que era um movimento social muito amplo. **Ele envolvia o Partido Comunista, que tinha um papel central, era o partido que mais tinha organização e pessoas na área de saúde, a Igreja, os movimentos de base da Igreja, os movimentos sociais comunitários, os movimentos de renovação do sindicalismo na área profissional de saúde, começaram a tirar pelegos, começaram a discutir uma nova forma de sindicalismo** (destaque nosso). Esse movimento cresceu muito como resistência à ditadura. Quando chega a Constituinte, esse movimento consegue gerar uma emenda popular que eu tive o privilégio e o prazer de mesmo não sendo constituinte, apresentar na Assembleia Constituinte com milhares de assina-

¹¹⁷ Apesar do destaque dado ao PCB, pela sua maior presença junto aos militantes da RSB praticamente todos os partidos de esquerda participaram ativamente da organização e do fortalecimento dos movimentos populares.

turas do Brasil inteiro. Essa emenda popular colocava a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, que isso devia ser feito por um sistema de saúde unificado, tentando acabar com essa divisão de Ministério da Saúde e INAMPS, que ele fosse descentralizado, quer dizer, em vez de resolver o problema do hospital de Batatais na Rua México [no centro do Rio de Janeiro], começar um processo de municipalização que tinha que ter um controle democrático. Tivemos a ousadia e alucinação de dizer que o sistema de saúde tinha de ter um Conselho Nacional de Saúde em que metade de representantes seria de usuários e isso deveria vir até o município. O princípio do planejamento de saúde é uma Conferência Nacional de Saúde, que começa com conferências municipais, que vêm subindo até ter uma grande Conferência Nacional de Saúde. Nessa Conferência definem-se diretrizes e, no mínimo 50%, dos presentes representam os usuários. Então essa reforma, que não nasceu no interior do Estado, mas sim de movimentos sociais, deu certo. Ela fez o texto da Constituição, criou as conferências, a primeira conferência, a oitava Conferência Nacional de Saúde foi uma loucura. No começo da democracia, você ter cinco mil pessoas num ginásio de esportes em Brasília, com tribos indígenas, associações de homossexuais, pacientes com hanseníase, os nefróticos crônicos e o sujeito sentado com o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e discutindo o modelo de saúde no Brasil. Todo mundo falando: “Isso não pode existir”. “Existe. Nós vamos fazer” e fizemos. O Carlos Santana foi o ministro¹¹⁸. Cinco mil pessoas discutiam em grupos de 70, 80 pessoas num ginásio de esportes e saiu de lá a proposta do SUS com todos esses princípios, diretrizes¹¹⁹.

De fato, a ênfase na luta democrática aparece no livro “O SUS que vivi”, uma biografia de Francisco de Assis Machado, militante histórico da RSB, que destaca sua participação na direção do CEBES ao tempo em que ingressou no PCB, explicitando o significado político desses processos, embora não os articule diretamente:

Dois acontecimentos vieram, em junho de 1984, criar novas e amplas oportunidades para ampliação e reforço de nossas alianças externas. Fui eleito Presidente do CEBES e ingressei oficialmente no Partido Comunista Brasileiro, a convite da Celce, que viera como funcionária do INAMPS e que era militante histórica do Partidão. O CEBES era (e continuou a ser por muito tempo) uma entidade que, mesmo sem se constituir em uma organização formal e apoiada em recursos administrativos e burocráticos, coordenava e “ancorava” o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Era o instrumento dos sanitaristas engajados naquele Movimento para se comunicarem entre si, em encontros, seminários e outros eventos similares que tivessem como objetivo discutir e debater temas relacionados com os rumos a serem dados à Reforma (MACHADO, 2014, p.313)

Esse trecho, que destaca a importância do CEBES para o Movimento da Reforma Sanitária, também sinaliza a importância para um agente que possuía muito capital militante, do ingresso no PCB. Sobre sua participação no CEBES e no PCB diz Machado:

¹¹⁸Segundo Arouca isso ocorreu em 1986, 1987. “no comecinho do governo Sarney quando o ministro era o Carlos Santana”

¹¹⁹ Arouca em entrevista de 2002, trecho na página 7-8. Acessado em 11/12/2015. <http://bvसारouca.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=275>

O exercício da presidência do CEBES, em um primeiro mandato e da vice-presidência, em um segundo subsequente, bem como na Direção estadual do PCB, em Minas, foram experiências que tiveram pelo menos dois resultados, aparentemente contraditórios, na minha prática política. Por um lado, levaram-me a uma compreensão menos real (talvez exagerada) da importância da minha atuação como sanitário, nas transformações que se anunciavam na vida política do País, enquanto participante mais efetivo do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Por outro (e talvez pela minha tendência a abraçar meus objetivos com muita paixão), contribuí para meu vínculo organizado com o PCB e, amarrado à disciplina da prática partidária, dedicar menos tempo e esperanças a participar do movimento sanitário como movimento político. Então, achei por bem renunciar, em 1986, a um cargo importante que exercia na Direção do INAMPS, para atuar, em todo tempo, no Partidão (MACHADO, 2014, p.315).

No caso de Machado houve uma escolha, e ele se dedicou prioritariamente ao PCB ainda que mantendo seu vínculo com o movimento sanitário, abrindo mão de atuar no espaço burocrático no Estado. Apesar disso, é importante ressaltar sua percepção acerca da influência da sua experiência no partido quando esteve atuando no movimento sanitário. Como ele mesmo destaca:

Eu tinha consciência das minhas limitações intelectuais quando comparado com as da maioria dos dirigentes do Movimento da Reforma Sanitária, **mas sabia também que, em termos de estratégia política, minhas experiências anteriores me colocavam como um quadro competente para cumprir a principal missão do CEBES:** articular o movimento para conquistar reconhecimento, credibilidade e respeito entre os políticos que ganhariam destaque em futuros governos democráticos. E sentia que era isso que meus companheiros esperavam de mim. Com a derrota da Emenda das “Diretas Já” e a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, participei junto com o Sérgio Arouca e outros companheiros de uma Comissão presidida pelo deputado Carlos Sant’Anna, que preparou a proposta para o setor saúde do governo da Nova República. Arouca sugeriu e o deputado concordou que eu, como Presidente do CEBES, tivesse a honra de fazer a entrega do documento, pessoalmente, ao já eleito Presidente do país. Minha indicação/ eleição para a Presidência e depois Vice-Presidência do CEBES, bem como os avanços e êxitos que possa ter conseguido nessas funções, devem-se em grande parte à consolidação do apoio que obtive dos sanitários participantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. De alguma forma eu contribuí bastante para seu crescimento, tanto na condução do Projeto Montes Claros como na do PIASS, sobretudo com a formação de quadros que, por representar todas as correntes de pensamento componentes daquele Movimento, fortaleciam sua unidade, na pluralidade. Com a abertura política, o engajamento dos quadros sanitários em diferentes partidos políticos ofereceu a oportunidade para que a Reforma Sanitária se tornasse bandeira nos partidos de maior expressão e, mais tarde, que aqueles quadros ocupassem lugares de poder nos governos federal, estaduais e municipais (MACHADO, 2014, p.315-316).

Esse tema da experiência partidária contribuindo para um conhecimento da prática política, como sendo uma forma fundamental que os partidos de matriz marxista

contribuíram para o Movimento da Reforma Sanitária, e inclusive e principalmente, para a noção de partido sanitário, aparece em mais de uma oportunidade em nossas entrevistas, como veremos ainda nesse capítulo. A experiência no PCB, inclusive, contribui para entender melhor lideranças da RSB, nas palavras de Machado:

Minha experiência como membro oficial do PCB marcou profundamente minha vida e de certa forma a de toda minha família. Reencontrei no convívio com camaradas “calejados” e orgulhosos de seus passados bem como naquele com os jovens recém-organizados, o “eu” coletivo que passou a ajudar-me nas reflexões e preparações para práticas mais coerentes e consequentes na construção de uma sociedade mais justa. Ali, consegui compreender melhor o sentido do agir de grandes companheiros e lideranças do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, que procuravam estabelecer a unidade de seus objetivos como profissional e como sujeitos políticos: a inclusão ou, talvez melhor, a substituição do grande Objetivo que até então perseguia, a construção de um Sistema de Saúde eficiente, democrático e justo, por um outro que era condição para seu alcance e que teria de ser atingido com urgência: o estabelecimento da democracia política no País (MACHADO, 2014, p.316).

Como se pode observar, Machado não via contradição entre a perspectiva do partido e a luta pela democracia, e entendia que todas as lutas estavam subordinadas a essa:

Muito embora o PCB se definisse, naquele momento, como partido marxista-leninista e defensor da Ditadura do Proletariado, não me parecia incoerente perseguir a Democracia, por intermédio da implantação de uma Ditadura de Classe. Pois, segundo a teoria do Partido, a Classe Proletária necessitava de um período, temporário de poder total para destruir o Estado Capitalista e construir um novo, totalmente livre para fazer prevalecer o interesse público de cidadãos autônomos e conscientes. Porém, mesmo admitindo a idéia de uma ditadura de classe, provisória, nos colocávamos, os melhores quadros do PCB, como defensores de uma saúde humana plena que jamais poderia existir sem a liberdade, uma vez que ela supõe a capacidade do ser, para tomar e cumprir decisões, como sujeito, no exercício de direitos e deveres. E aquele momento histórico exigia de qualquer brasileiro, particularmente os ligados ao setor saúde, o direcionamento e subordinação de todas suas atividades à luta contra a Ditadura (MACHADO, 2014, p.317).

Por fim, Machado relembra o papel da militância enquanto espaço de produção e acumulação de conhecimentos que subsidiam a prática política e destaca outro tema importante para nosso estudo, qual seja, como a militância viabiliza articulações ou relações entre pessoas, nas quais se forjam novas possibilidades de luta.

A minha militância no CEBES e no PCB trouxe para mim além de muitos conhecimentos novos sobre organização, articulação e outras práticas políticas, como relações, de muito maior confiança, com lideranças do setor saúde que se achavam presentes no interior de instituições ligadas ao setor Saúde. Daí o forte

apoio do INAMPS e do Ministério da Saúde às minhas iniciativas para implantação das AIS (Ações Integradas de Saúde), então PAIS (Programa das Ações Integradas de Saúde), na Região Metropolitana de Saúde de Belo Horizonte. E, em continuidade, o convite para assumir a coordenação do Programa, nacionalmente, que se deu de forma um tanto inusitada como veremos a seguir (MACHADO, 2014, p.318-319)

Existem ainda trabalhos que fazem algo que temos cautela em afirmar. Caso do livro “Razão e Planejamento: Reflexões sobre Política estratégia e Liberdade” de Edmundo Gallo, Emerson Merhy e Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves. Vejamos o que escreve quando trata dos dilemas da RSB. Os autores depois de destacarem que não há unidade orgânica ao movimento sanitário no sentido ‘ampliado’, como movimento social da saúde, indicam que isso é válido para a área da Saúde Coletiva. Nesta as diversidades disciplinares, conceituais e metodológicas são aproximadas por propósitos progressistas de mudanças esses também não exatamente homogêneos. Para então destacar que:

O que tem havido é a unificação conjuntural em torno de proposições comuns, mantendo-se a heterogeneidade das posições políticas, o que de resto não difere de outros movimentos sociais. Fazendo essas ressalvas necessárias, pude, entretanto, fazer um recorte no movimento sanitário, procurando analisar o substrato teórico e a experiência prática da parcela que então hegemoniza e que era responsável pela direção das instituições governamentais setoriais mais importantes: o Partido Sanitário, e mais especificamente o grupo mais influente dentro deste, ligado ao então Partido Comunista Brasileiro – PCB (GALLO,1995, p.47).

Não é porque se trata de uma fonte escrita que merece mais crédito, seria, se elencasse evidências para essa afirmação, o que não faz. Mas não deve ser descartada, pois demonstra o ponto de vista dos autores, o qual sinaliza que o PCB era o grupo mais influente dentro do Partido Sanitário, esse já um recorte do movimento. Os autores na nota sobre o PCB ainda dizem “A influência desse grupo na área da saúde, ainda que bastante conhecida, ainda está por ser estudada e não constitui objeto desse trabalho...” (GALLO,1995, p.109). Para os autores, curiosamente, essa seria uma questão “bastante conhecida”, quase consensual, porém como percebemos existem polemicas e pontos de vista divergentes sobre isso.

Outra dimensão que vamos aprofundar nesse capítulo é que o marxismo constitui uma referência que influenciou o processo de RSB, especificamente as concepções que nortearam a atuação do CEBES, seguindo a pista apontada no livro “Saúde e Utopia: O CEBES e a Reforma Sanitária Brasileira (1976-1986)”. Dois dos fundadores da entidade,

David Capistrano e Jose Ruben de Alcântara Bonfim, eram ligados ao PCB, sendo que o ultimo integrou o PCB posteriormente, pela mão de David (SOPHIA, 2015, p.95). Sobre o marxismo e sua importância para dois dos fundadores do CEBES destaca a autora:

Na reconstrução das redes tecidas em tempos da Ditadura, parece significativo o fato de as ideias de inspiração marxista ter estado fortemente presentes na reconstrução da memória do grupo fundador e na forma como seus integrantes passam a ler o mundo. David e José Ruben, mesmo sofrendo perseguições políticas, parecem não ter manifestado nenhuma dúvida quanto à convicção de que uma das principais vertentes dessa tradição intelectual, o marxismo, lhes fornecera: convencidos da verdade e da justiça de sua causa, estavam certos de que a marcha dos acontecimentos resultaria, inquestionavelmente, em uma mudança no padrão de saúde da população (SOPHIA, 2015, p.95).

Essas são algumas das fontes e trabalhos que destacam a relação entre partido e movimento sanitário. Optamos por apresentar essas evidências primeiro, a fim de indicar outras fontes que corroboram nossa análise, para, na sequência, examinar as fontes que privilegiamos, quais sejam, as fontes orais, cujas entrevistas foram conduzidas seguindo nosso referencial teórico, recorrendo a outras fontes, na medida da necessidade.

Com base em nossa revisão de literatura e nas entrevistas realizadas, percebemos que há um consenso quanto ao papel desempenhado pelo CEBES e pela ABRASCO, organizações que foram espaços importantes para a formulação das ideias da RSB. Por conta disso, duas questões iniciais nortearam nossa investigação: Quem eram os dirigentes dessas associações e qual a relação com os partidos políticos? Quais foram os principais formuladores das propostas da RSB? Eles eram filiados/militantes/ dirigentes de partidos políticos?

Para responder a estas perguntas, tratamos de identificar, nas entrevistas realizadas e utilizadas, o ponto de vista dos agentes envolvidos diretamente com a organização do Movimento nos anos 70 sobre esta relação e no segundo item, apresentamos relatos de episódios que indicam disputas envolvendo a influência dos partidos nas entidades ligadas à RSB principalmente nos anos 80.

No terceiro item descrevemos e analisamos um aspecto que nos pareceu extremamente relevante, qual seja, a incorporação do enfoque marxista nas análises sobre a problemática da saúde nesse período, por perceber, nas entrevistas analisadas, a importância deste referencial para o embasamento teórico-conceitual do Movimento Sanitário em sua gênese.

Finalmente, analisamos discursos dos entrevistados que enfatizam o caráter suprapartidário da RSB, buscando compreender até que ponto este aspecto foi meramente conjuntural, ou seja, fez parte de uma estratégia de ampliação das bases do movimento¹²⁰ no momento de sua emergência, ou se integra uma concepção do movimento que expressa o ponto de vista da maioria de suas lideranças com relação à natureza do movimento pela RSB, especificamente da relação que estes mantêm com os partidos políticos. Para isso, tratamos de identificar e analisar os conflitos que ocorreram no processo de construção do MRSB, analisando até que ponto tais conflitos expressaram simples tensões internas decorrente da existência de concepções distintas acerca da condução do MRSB ou se expressam conflitos políticos, disputas pelo poder tanto no campo militante quanto no campo político e burocrático na área de Saúde.

6.1 Relação entre o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e Partidos Políticos nos anos 70: pontos de vista dos agentes

Em que medida a iniciativa das ações das entidades protagonistas da RSB como CEBES e ABRASCO eram mediadas por discussão partidária? Em outras palavras, procurou-se saber se os agentes da RSB discutiam, no partido ao qual pertenciam, como deveriam participar do movimento, temas a serem discutidos e propostas a serem apresentadas, antes de levar essas propostas para as entidades mais vinculadas à RSB, como o CEBES e, posteriormente, a ABRASCO, à luz de suas trajetórias. Vários dos nossos entrevistados confirmaram a existência de uma relação, discorrendo sobre sua natureza em diversos momentos da conjuntura. Vejamos o que eles disseram:

A entrevistada 8, cientista social de grande relevância para a RSB e para o CEBES, que era filiada ao PCB, traz diversos elementos que apontam a relação entre o Movimento e o Partido, enfatizando a contribuição que este teria, segundo seu ponto de vista, dado à organização do Movimento. A pergunta que gerou a reflexão da entrevistada sobre esta questão era relativa a gostos culturais comuns entre os militantes da RSB, interrogando-se até que ponto isso contribuía para reuni-los, em termos de convivência, ou se era a própria questão política da RSB que preponderava como “elo de ligação” entre eles.

¹²⁰Ou mesmo decorre da conjuntura repressiva onde não era possível falar em partidos e as organizações de massa eram as “correias de transmissão” das ideias dos partidos em uma visão crítica da atuação dos partidos, como vimos na dicotomia direção consciente x espontaneísmo.

Eu penso que era política, grande coisa que nos unia era a política. A gente saía do CEBES, a reunião do CEBES era no centro da cidade no sindicato dos médicos e depois disso, a gente ia, todo mundo, para o “Amarelinho”¹²¹. Então, todas as reuniões terminavam com grande confraternização, era uma coisa muito legal isso. Depois, quando o Arouca encheu o saco, ele já ia direto para o “Amarelinho” então, ia mais para a reunião, ele encontrava a gente só depois, ele não deixava de ir, diretamente para lá. Era assim, muito forte essa ligação que nós tínhamos. As pessoas se namoravam umas as outras, tinha grandes identidades ali. O grupo era muito próximo, muito afetivo, havia muita solidariedade entre essas pessoas também. Eu acho que a experiência, **a ligação dessa reforma com o partido comunista, eu faço muita questão de sobressaltar por que acho que é pouco ressaltada e eu penso que a experiência de solidariedade, de organicidade do partido, ela foi fundamental.** Sem isso, esse negócio não tinha dado certo por que tinha que **saber fazer política e o partido sabia fazer.** Então, acho que isso foi fundamental, acho que foi fundamental, por exemplo, o papel de liderança do **Arouca para nos congregar e a experiência do partido para dar organicidade** a tudo isso (Entrevistada 8).

Percebemos que a entrevistada destaca não apenas a liderança de Antônio Sérgio Arouca, mas sua experiência no partido, no caso o PCB, como fundamental para fornecer organicidade ao movimento, organicidade esta construída em torno da identidade política, mas que se mesclava com a construção de laços de amizade e comprometimento afetivo entre os membros do grupo. Ela ressalta a relação com o partido comunista, chamando a atenção para um aspecto, a solidariedade entre os militantes, que talvez tenha a ver inclusive, com o fato de atuarem na clandestinidade, situação em que tratavam de se proteger, uns aos outros, em função dos riscos que corriam diante da ação dos aparatos repressivos do Estado. A política, a adesão ao projeto da RSB, o companheirismo e solidariedade, eram os articuladores dessa união de forças, entretanto o “saber fazer política”, contribuição específica da atuação no partido, é destacado pela entrevistada, e é uma das formas que os partidos, e em especial o PCB, teriam contribuído para a RSB.

Na sequência, a entrevistada fala de como a experiência no partido criou condições para a elaboração de estratégias de ação voltados ao enfrentamento das adversidades do tempo da ditadura, agregando elementos que corroboram a importância dos laços de solidariedade entre os militantes. O trecho a seguir evidencia uma das estratégias utilizadas para garantir a permanência no Brasil, de militantes que eventualmente perderam seus empregos ou estavam impossibilitados, por questões políticas, a trabalhar em organizações

¹²¹ Bar situado no centro do Rio de Janeiro, ponto de encontro de intelectuais, artistas e pessoas ligadas aos movimentos de oposição à ditadura militar.

estatais, principal empregadora de sanitaristas no período, pela própria natureza de seu perfil profissional.

Ah... As primeiras reuniões do chamado partido sanitário, você tinha o CEBES que era uma coisa, você tinha o próprio partido comunista, que era outra coisa, tinha os lugares que nós trabalhávamos, o PESES e tudo mais, mas, além disso, tinha o movimento, o partido sanitário que, tem toda aquela, conjunto de reuniões que atravessou essas décadas todas e, por exemplo, a primeira reunião, que foi na casa do Arouca, no dia seguinte foi na minha casa, por que não podia ter dois dias na mesma. Vai que a polícia e ainda por cima as pessoas entravam de quinze em quinze minutos assim, para não chegar nos horários, demorava horas para começar a reunião, que não podia chegar todo mundo junto. Essa primeira reunião, foi convocada pelo Arouca com o propósito de discutir o que que nós íamos fazer por que a ditadura estava apertando e, com aquele negócio de exigir que você tivesse ficha limpa no DOPS. [Assim] os sanitaristas não teriam emprego, eles tinham que trabalhar no Estado e o Estado era um Estado da ditadura e o que nós íamos fazer? E ai está, vieram as pessoas que já tinham algum nível de poder, que estavam, por exemplo, na OPAS, na universidade, ou tinha um projeto com financiamento externo. (...) E a gente traçou uma estratégia de que essas pessoas que perdessem os empregos, a gente ia mantê-las no Brasil com consultorias e nós mantivemos muita gente assim. Quer dizer, essa experiência não é uma experiência que vem da academia, ela vem do partido. (...) se não fosse isso, não tinha essa capacidade mesmo e não teve exilado na área de saúde coletiva (Entrevistada 8).

Estas ações exemplificam estratégias de resistência à repressão política e ajudam a entender a força que o Movimento adquiriu, pela coesão interna de seus militantes¹²², os quais atuavam em vários espaços simultaneamente ou alternadamente, seja no “campo militante”, no “campo político” e no “campo burocrático”, enquanto sanitaristas que encontravam no Estado, o espaço de inserção profissional. O PCB, partido de muitas das lideranças da RSB, havia optado por participar dos espaços legais, não apostando na luta armada contra a ditadura militar. Outros partidos de esquerda que haviam optado pela luta armada também apostaram, naquela conjuntura, em desenvolver um trabalho político junto aos movimentos sociais. Assim, esses partidos investiram no recrutamento de militantes dos movimentos sociais, entre os quais estavam os movimentos que compuseram o MRSB, a saber: o movimento estudantil, o movimento de Renovação Médica, os movimentos populares em saúde de bairros e o próprio CEBES. A entrevistada 8 reforça essa ideia de “transversalidade” da ação política, chamando a atenção para que, apesar das diferenças, havia um elemento comum, a militância política contra a ditadura, que contribui para a formação de laços de solidariedade e compromisso. Em suas palavras:

¹²² Nem todos eram militantes de partido. Carlyle era um dirigente que a OPAS apoiou e não era vinculado a partidos.

Aqui não teve exílio¹²³, nós passamos toda a ditadura militando aqui, formando quadros e tudo mais então, essa experiência é muito interessante, muito forte, eu acho que isso era a nossa identidade. A gente podia ter diferenças enormes, eu tinha diferenças muito mais diferenças de caráter, pessoas que eu continuo não gostando até hoje, mas, isso tudo era relevado em função de estarmos juntos, acho que isso foi muito importante. É claro que tem transversalidades e diferenças. (...). Mas, eu acho que o grande articulador era a política mesmo, essa ideia de estar juntos e de ser companheiros, essa coisa é muito legal (Entrevistada 8).

Vejamos o que Entrevistado 13 disse, em um contato complementar, a partir de uma pergunta específica sobre a relação entre o PCB e a RSB, devido à sua militância no PCB desde os tempos de faculdade. Esse entrevistado tem alto capital burocrático, alto capital científico, e muito alto capital militante, tendo sido, inclusive, presidente da ABRASCO.

Creio que o PCB, por intermédio de seus militantes, foi fundamental na RSB. Como "único" partido de esquerda, com maior parte do tempo na clandestinidade, seus militantes sanitaristas da área da saúde colocaram todo seu empenho e competência em trabalhar pela RSB, que resultou no SUS. Entendo que a malha existente permitiu a esses militantes nuclearem as atividades que se sucederam para desembocar na 8ª CNS. A presença deles em diferentes instâncias, sejam acadêmicas, sejam de serviços (especialmente municipais) e sua articulação, favoreceu a elaboração de projetos e ações de peso para a RSB e dadas as características de atuação do PCB, souberam de modo inequívoco articular as forças progressistas em direção à RSB. À ilegalidade do PCB obrigou a buscar-se guarida em partidos oficiais e à época restava o MDB, que depois se transformou no PMDB que abrigou os progressistas durante bom tempo (Entrevistado 13).

O depoimento do entrevistado 13 reafirma que o PCB teria tido esse caráter articulador do MRS, muito mais através da ação dos seus militantes. Esses achados são consistentes com os de Daniela Sophia, cujos entrevistados, porém, destacam outros aspectos, principalmente a importância da criação do CEBES, em 1976 (SOPHIA, 2014). De fato, a análise de vários depoimentos colabora para a identificação de CEBES como o núcleo articulador do conjunto de iniciativas que se desenvolveram neste período. Nesse sentido, ao serem questionados sobre a relação entre o Movimento pela RSB e os partidos políticos, vários dos entrevistados referem-se explicitamente ao trabalho desenvolvido no CEBES, e a partir daí é que expõem seu ponto de vista sobre a relação com os partidos políticos, especificamente o PCB.

¹²³ Julio Muller se exilou. No máximo pode-se dizer que o exílio não foi tão frequente entre os entrevistados.

Espaços do setor saúde, como Faculdades de Medicina, eram locais onde se “recrutavam”, ou se estimulava a adesão a partidos políticos de matriz marxista. Assim foi com o entrevistado 14, médico com influência importante no movimento sanitário. Quando perguntado sobre sua militância política, estudantil, em diretório acadêmico ou partido político, disse:

Quando eu entrei na faculdade, havia um núcleo do PCB na Faculdade de Medicina, que depois se constituiu no núcleo maior dos estudantes do Rio de Janeiro. Tinha cerca de 31. Uma base que tinha 30 alunos. Já no segundo ano de Medicina me filiei a essa base do PCB, embora minha família, minha mãe, fossem católicos, então isso era uma coisa absolutamente escondida que eu fazia e que eu ia para as reuniões de partido ... (Entrevistado 14).

Ou seja, no espaço de formação profissional, também era um espaço de formação da militância, embora isso seja bastante obvio, vale a pena destacar, para confirmar que no setor saúde isso também estava presente. Sendo a relação entre a militância estudantil em saúde, um componente importante da RSB, como apontou Escorel (1998), sua relação com partidos políticos ainda é uma lacuna a ser investigada.

O entrevistado 27, ex-presidente do CEBES, que militou não apenas no PCB, mas antes disso na Ação Popular (AP), apresenta como segue, seu ponto de vista sobre esta relação:

Não era formalmente militante do PCB entre 1976 a 1979, só ingressando nele depois, mas não havia subserviência do CEBES em relação ao PCB, uma vez que a entidade sempre foi independente e entre seus integrantes existiam militantes de diferentes correntes da esquerda. Creio que houve uma intensa troca de ideias, mas como registrou Sophia¹²⁴ em muitos momentos dos primeiros tempos do CEBES houve certa predominância de dirigentes da entidade que eram membros do PCB. A partir de 1982, com a reorganização partidária legal houve plena liberdade de escolha de filiações que, no entanto, não prejudicaram a continuidade do CEBES (Entrevistado 27).

O entrevistado 4, que passou a integrar o grupo que atuava no CEBES-RJ na segunda metade dos anos 70, ao ser questionado sobre sua filiação partidária, comentou:

Em 1978 entrei no PCB e a partir daí militei na “base do CEBES”. Faziam parte Arouca, Sonia Fleury (...) (Entrevistado 4).

A existência de uma “base do CEBES” revela a importância do CEBES e da RSB para o PCB. Significa que os militantes se reuniam e discutiam as políticas para o CEBES

¹²⁴Trata-se de Daniela Carvalho Sophia, autora do livro ‘Saúde & Utopia: o CEBES e a Reforma Sanitária Brasileira (1976-1986) HUCITEC Editora/SOBRAVIME, SP, 2015.

nessa base. O entrevistado, questionado, em seguida, sobre a atuação na “base do CEBES”, agregou informações relevantes acerca da relação da entidade com o PCB, dizendo:

A chamada (sic) “base do CEBES” do PCB no Rio se reunia regularmente e o centro da agenda eram os desafios colocados na conjuntura para fortalecer e expandir a entidade. Na prática institucional no CEBES nossa postura era pluripartidária, sem restrições (Entrevistado 4).

Ao ser perguntado se “As propostas a serem encaminhadas ao CEBES eram discutidas antes no partido?” o entrevistado respondeu “Na base sim, no partido em sentido amplo não creio.”, e, explica isso, em seu ponto de vista, agregando que:

Em torno do final dos anos 70, início dos 80, o PCB já vivia uma crise política interna por isso não havia discussões e/ou definições fora desse grupo de militantes (Entrevistado 4).

A natureza da relação entre “base” e partido em sentido mais amplo, pode ser melhor compreendida ao examinarmos a fala de outro entrevistado, que, diante da pergunta “Vocês discutiram no partido sobre a participação no CEBES, na ABRASCO, nas conferências de saúde? Em caso positivo, poderia narrar um pouco de como era essa discussão dentro do partido?”, respondeu:

Sim. Discutíamos, até onde era possível, as propostas a serem defendidas por essas entidades. No Partidão, durante alguns anos, o Núcleo da Saúde era muito forte e organizado (Entrevistado 5).

Do mesmo modo, quando perguntado sobre propostas encaminhadas ao CEBES e existência de documentos do partido que orientavam a ação nas entidades, o entrevistado 5 disse:

Sim. Em várias ocasiões eram redigidos documentos. Para a 8ª Conferência mesmo, o Partidão (já estava) na legalidade, levamos nossas teses impressas sob formato de jornal que foi amplamente distribuído. Infelizmente procurei por aqui e não encontrei nenhum exemplar. Encontrei sim outros materiais, um caderno com artigos meus sobre Saúde na Constituinte; meu discurso de por que PCB (1986) e depois outro, em 1991, de desfiliação. Também alguns materiais de divulgação de eventos promovidos pelo Núcleo do CEBES de Londrina (Entrevistado 5).

Como podemos perceber por esses trechos das entrevistas, a chamada “base do CEBES” do PCB e o núcleo da Saúde no “Partidão” (PCB) não eram necessariamente equivalentes. Os entrevistados se referem às pessoas do setor saúde, filiadas ao PCB que eram membros do núcleo Saúde do partido, porém não necessariamente atuavam no

CEBES. Quando indicam a existência de uma discussão prévia acerca de propostas de ação na área de saúde, geralmente apontam que esta discussão se dava nos núcleos do PCB.

As nossas entrevistas não permitem afirmar a existência de uma discussão no âmbito do partido (PCB), em especial durante os anos 70, que subsidiasse a elaboração de propostas e a atuação política do CEBES. O partido, usando a expressão de Nelson Rodrigues, estava desarticulado na década de 70, em decorrência da ação repressiva dos governos militares. Já nos anos 80, no contexto da abertura, com o fim da censura, a Anistia e a reforma política, o partido voltou à legalidade (em 1985), e, como diz o entrevistado 5, passou a acontecer um processo de produção de documentos que continham mais claramente sua posição. De fato, a ausência de uma perspectiva mais diretiva do PCB, nos anos 70 é confirmada, por exemplo, pelo entrevistado 9. Quando perguntado sobre a contribuição do PCB para a RSB, disse:

A contribuição do PCB para a RSB deu-se exclusivamente a partir da ação de seus militantes que estavam envolvidos com a questão da saúde. Não me recordo de uma ação organizada da máquina partidária nem de menções específicas à RSB em documentos ou debates do partido. Mas você deve ter cautela quanto a essa minha afirmativa, posto que em 1978 eu comecei a me afastar do PCB, haja vista ter chegado à conclusão de que este não era mais o melhor instrumento na luta pela redemocratização do país. Na verdade, mesmo antes desse afastamento eu já tinha me filiado ao MDB, como muitos outros militantes do PCB. O MDB era um instrumento político muito mais importante para derrotar a ditadura do que o PCB e a dessa primeira decisão "entrista" (sic) com dupla militância derivou-se um gradual afastamento do PCB e uma aposta maior na frente que era o MDB (Entrevistado 9).

O ponto de vista do entrevistado 9, que se aproxima da visão de entrevistado 4, é reforçado por outros depoimentos que enfatizam a “autonomia” relativa dos militantes da “base do CEBES”, o que pode estar refletindo certa especificidade da atuação do núcleo do PCB do Rio de Janeiro, estado onde atuavam os dois entrevistados. Cabe ressaltar a trajetória dos dois agentes (4 e 9), já que ambos apresentam capital militante elevado (muito alto e alto), capital também elevado (muito alto e alto), e ambos eram filiados ao PCB no período da gênese da RSB, tendo contribuído para a organização do CEBES.

A dupla militância, ou seja, a participação simultânea no PCB e no movimento sanitário aparece também na fala do entrevistado 14, cuja a trajetória apresenta similitudes com a dos dois entrevistados citados acima, na medida em que apresenta capital burocrático muito alto, capital militante alto e vinculação ao PCB. De fato, os pontos de

vista dos entrevistados na maioria das vezes podem ser entendidos pelas suas trajetórias, sendo esse um dos bons exemplos disso.

Com base nestas observações, pode-se considerar que a experiência desses entrevistados não pode ser generalizada para todo o Brasil. É possível pensar que em alguns Estados havia uma articulação do Núcleo Saúde do PCB, e uma discussão prévia nesse Núcleo acerca da atuação no MRS, enquanto em outros isso não acontecia. Na Bahia, por exemplo, a entrevista feita com um médico, participante das articulações do MRSB, revela o seguinte:

ATJ¹²⁵ – Havia uma discussão sobre participação no CEBES, na ABRASCO, nas conferências de saúde?

Entrevistado 1 – Não.

ATJ – Havia uma discussão dentro do partido sobre o que era o movimento sanitário?

Entrevistado 1 – Aparecia muito raramente, porque o único, dos membros do partido, que tinha uma inserção direta nesse **campo mais amplo, era eu**. Na base local.

ATJ – Aqui na Bahia.

Entrevistado 1 – E como estávamos num período de clandestinidade até a década de 80 que eu fiquei, éramos clandestinos, nós não podíamos ter contato com ninguém a não ser a própria base. E a base foi reorganizada por mim. Porque teve um período que o partido se dissolveu por segurança, o PCB, então a direção toda do partido teve que sair...

Esse trecho aponta a existência de uma situação que pode vir a ser investigada em outros estudos que tomem como objeto realidades específicas. O grau de discussão no núcleo saúde, aparentemente, depende da composição do PCB local em relação ao setor saúde, e do grau de penetração que tinha no movimento sanitário. Na Bahia, por exemplo, com um grau menor de penetração, não chegava a existir núcleo saúde do partido, enquanto que, em outros estados, como o Rio de Janeiro, existia, e é possível que esta relação fosse mais estreita.

Pelos depoimentos dos nossos entrevistados, nos anos 70, havia situações diferenciadas. Por um lado, aparece em alguns depoimentos a informação de que em função do grau de desagregação interna do Partido, o Movimento pela RSB decorreu mais

¹²⁵ATJ: André Teixeira Jacobina

da atuação relativamente autônoma dos militantes que se vincularam ao CEBES, ABRASCO, ao Reme, ao movimento estudantil da área de saúde, espaços onde, apesar da predominância de pessoas filiadas ao PCB, o debate sobre as questões de saúde não estava necessariamente subordinado às diretrizes e propostas elaboradas no âmbito do partido. Por outro lado, aparecem em alguns depoimentos a menção à chamada “base do CEBES”¹²⁶, que parece ter se constituído fundamentalmente a partir da articulação de militantes do PCB, o que sugere a possibilidade de uma relação mais estreita com as orientações gerais do partido, ainda que não houvesse uma ingerência direta de sua direção nacional.

A importância do partido para o MRS, entretanto, é ressaltada mesmo por entrevistados que não eram filiados¹²⁷, como é o caso da entrevistada 3, que se identifica como uma pessoa que não militava em partido, mas esteve na área de influência do PCB e do PT, em diferentes momentos e responde à questão da contribuição dos partidos para a RSB do seguinte modo:

Eu acho que o movimento da Reforma Sanitária, dava oportunidade de reunir pessoas com diferentes pensamentos sobre a sociedade, mas dentro de um espectro de esquerda, não é? Ou pelo menos de centro-esquerda, sem estabelecer dogmas ou disciplina partidária então a gente se aglutinava em torno de um projeto, um projeto de transformação e considerava como companheiros um leque maior de pessoas, justamente porque não existia dogmas partidários ou disciplina partidária. Certamente a experiência de algumas pessoas e algumas lideranças do movimento sanitário, **a experiência partidária trouxe para o movimento uma questão organizativa, que não existiria dentro do movimento se não fosse à experiência partidária de algumas pessoas. Porque o movimento, o que ele tem de bom e o que ele tem de ruim, é porque ele é fluido, não é? Então muitas vezes é difícil de você organizar e de você canalizar os objetivos.** Quer dizer, você junta as pessoas, mas não necessariamente você produz, ou seja, sua luta resulta em alguma conquista justamente porque é desorganizado, é fluido, não é? Então eu acho que esse é o benefício que algumas pessoas com experiência partidária trouxeram para o movimento. O que eu acho que o movimento pode trazer para os partidos e que eu não sei se traz. É de questões, que o Gramsci chamava de questão nacional, embora ele não falasse de movimentos sociais, não é? Mas assim, algo que vai além do corporativismo, vai além dos interesses particulares, vai além de uma determinada especificação doutrinária pode... (Entrevistada 3).

¹²⁶ Diversas falas indicam que havia uma “base do CEBES”, constituída por um grupo de militantes vinculados ao PCB que atuavam no movimento sanitário, discutindo inclusive eventuais candidatas a cargos na entidade, bem como o que apresentar na VIII Conferência Nacional de Saúde. Nesse sentido, cabe ressaltar que existiam duas formas organizativas o núcleo de saúde do partido e a “base do CEBES”, que não necessariamente convergiam. O exemplo de Isnard Teixeira ilustra exatamente a possibilidade de um militante ser do núcleo da saúde no partido e não ser militante da “base do CEBES.”

¹²⁷ A exemplo de Cecília Donnangelo, que não era militante do partido, mas integrava a área de influência do PCB, pelo que relatam alguns dos nossos entrevistados.

Nessa fala da entrevistada 3, observamos três aspectos importantes. O primeiro diz respeito à contribuição específica da experiência partidária, em seu ponto de vista, para o desenvolvimento da capacidade organizativa dos agentes da RSB, em função da “dupla militância”, isto é, tanto nos partidos políticos quanto no MRS. O segundo aspecto é o destaque dado pela entrevistada ao fato de que o Movimento pela RSB reuniu pessoas de diferentes formas de pensar dentro do espectro da esquerda, algo que é confirmado por diversos entrevistados. Por último, e não menos relevante, é a referência à Gramsci, teórico marxista e militante comunista cuja obra exerceu grande influência no pensamento da esquerda europeia e italiana, em particular, no âmbito do PCI, partido envolvido diretamente na luta pela Reforma Sanitária naquele país e interlocutor, através de Giovanni Berlinguer, de militantes brasileiros. Com esta referência à Gramsci, a entrevistada aponta a influência do marxismo na construção do pensamento sobre a RSB, não falando diretamente sobre isso, mas demonstrando, pela forma como ela própria reflete sobre a questão da relação entre partido e movimento, buscando em Gramsci¹²⁸ o referencial teórico.

Uma das entrevistadas, embora relutante inicialmente em comentar a relação entre partido e movimento sanitário, até porque, segundo ela, não militou em partidos, disse:

Prefiro não comentar este ponto, não porque tenha algo a esconder, mas porque considero que, se em algum momento o Partido Comunista tenha sido fundamental em sua capacidade de vocalizar e propor o projeto de reforma, ao longo do tempo a Reforma Sanitária passou a ser bandeira dos mais diferentes tipos de atores¹²⁹. Hoje, por exemplo, não se teria a menor condição de vincular a Reforma Sanitária a qualquer partido político (Entrevistada 17).

Entretanto, reconhece o papel do PCB, mas destaca que o processo da RSB passou a ser “bandeira dos mais diferentes tipos de atores”, logo “não pode se vincular, hoje, a RSB a partidos políticos”. Reconhecendo e destacando o caráter supra e multipartidário.

Outra entrevistada, que foi presidente do CEBES nacional, reforça a importância do PCB em seu depoimento. Porém, antes disso, destaca a influência de outras correntes, e faz uma importante observação sobre a RSB estar associada a um projeto socialista. A pergunta era relativa à discussão previa no partido acerca de propostas para se levar ao movimento.

¹²⁸ Gramsci não está presente na fala dos membros do MRSB que eram marxistas, mas foi uma influência para muitos autores, ao mesmo tempo agentes do MRSB, como Gastão Wagner, Sonia Fleury, Sarah Escorel, e principalmente Jairnilson Paim.

¹²⁹ Várias lideranças, embora reconhecendo a importância do PCB consideram que a RSB foi um movimento mais amplo.

Olha, é, eu devo dizer que lá pelo, quando começamos as inquietações que resultaram na formulação daquilo que virou é, o movimento sanitário, isso se deu lá nos projetos de docência/assistência, lá nos projetos de medicina comunitária, dos anos 70, nos encontros científicos de estudantes de medicina, os Encontros Científicos de Estudantes de Medicina (ECEMs), que nós criamos esses ECEMs chamando de científicos, mas, a gente ia fazer discussão política, não é, porque nós estávamos no meio da ditadura, então precisa de ter máscaras pra que a gente pudesse se reunir, enfim. Então, isso, naquele momento havia uma convergência de todas essas tendências, o partidão, os demais grupos, seja mais de cunho Trotskista¹³⁰, porque o jornal Trabalho não era o único Trotskista, já tinha outros campos mais próximos e de base Trotskista também né, tinha os Maoístas¹³¹, tinha os grupos os Posadistas¹³², então havia nessa efervescência dos movimentos estudantis dos anos 70, já havia uma, é aqui na Bahia tinha a POLOP¹³³ que era forte aqui, havia uma convergência né, já por uma, um sentimento que eu poderia dizer, que associava a saúde e o direito a saúde à justiça social e a um projeto socialista, isso era digamos transversalizado (Entrevistada 7).

Vejam os então o destaque em relação ao PCB

Nos diferentes movimentos. Na medida em que essa indignação, esse sentimento passa a se configurar como uma bandeira e ser instrumentado por uma luta como movimento da Reforma Sanitária, é que o partidão, que o partido comunista passa a ter protagonismo, né. Que mobilizavam mais e que tiveram a inteligência estratégica conformando e organizando, sistematizando estes pensamentos, eram do partidão né, não só o Arouca, o Eleutério, mas também a própria Cecília Donnangelo, aqui o “Chico Gordo” Francisco Campos, então (...), já existia uma forte presença do partidão (Entrevistada 7).

Por fim, quando perguntamos diretamente sobre a importância do PCB, entrevistada 7 diz:

Nos diferentes movimentos. Na medida em que essa indignação, esse sentimento passa a se configurar como uma bandeira e ser [incorporado] por uma luta como movimento da Reforma Sanitária, é que o partidão, que o partido comunista passa a ter protagonismo, ... (Entrevistada 7)

E mais adiante

¹³⁰ Referência aos militantes que seguiam a linha Trotskista, doutrina e corrente política dentro do movimento comunista internacional que se baseia nas ideias do revolucionário russo Lev Davidovitch Bronstein, dito Trotski 1879-1940 que, entre outras coisas, preconizava a 'revolução permanente, em oposição à teoria stalinista de 'socialismo em um só país'

¹³¹ Referência aos militantes que seguiam a linha política definida por Mao Tse Tung, líder da Revolução Comunista que proclamou a República Popular da China, em 1949.

¹³² Referência aos militantes que seguiam a linha política defendida por Juan R. Posadas, argentino filiado ao Partido Socialista Revolucionário, que exerceu a direção do Bureau Latino-Americano da IV Internacional na segunda metade do século passado. Faleceu em 1981.

¹³³ A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) foi uma organização da esquerda extraparlamentar brasileira, contrária à linha do Partido Comunista Brasileiro, e que deu origem a várias outras como o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e outras.

ATJ - Como é que você vê essa participação do partidão na Reforma Sanitária?

Entrevistada 7– Ah, eu acho que foi essencial, o partidão, é uma pena que naquele momento, não podia ser diferente, mas naquele momento havia uma, uma tensão entre os demais grupos do campo de esquerda e o partidão. Essa tensão existia na defesa (...) na 8ª Conferência Nacional de Saúde, por exemplo, houve um confronto real em relação a estatiza tudo agora ou estatiza depois ...

Pelo exposto até aqui, percebe-se que há um reconhecimento, unânime, que o CEBES, e o movimento sanitário, especialmente nos primeiros momentos, contaram com uma presença marcante de militantes do PCB. No caso do CEBES, a direção em especial, nesse momento inicial, estava majoritariamente com militantes do PCB. Agora, o caráter independente, e suprapartidário, acima dos partidos, que não se subordina aos partidos, está na fala de quase todos os entrevistados, fossem eles militantes do partido, como José Ruben, ou aqueles que não foram, como Cecília Minayo.

Mas é importante ter claro que não estar subordinado é diferente de estar livre de influência. Com efeito, o caráter suprapartidário muitas vezes é um dos primeiros elementos destacados nos depoimentos sobre a RSB, mesmo quando a pergunta não envolve a questão partidária. Como exemplo temos a resposta de Rita Barata, ex-presidente da ABRASCO, que interrogada sobre a RSB, afirmou: “A Reforma Sanitária Brasileira foi¹³⁴ um movimento político suprapartidário que reunia principalmente docentes e pesquisadores do campo da Saúde Coletiva” (Rita Barata em entrevista, 2010).

6.2 Disputas ao interior do MRSB relacionada aos PP de marxista nos anos 80

Existem episódios, reveladores de polêmicas, sobre as quais não temos condições de nos posicionar, devemos buscar explicar, porém entendemos que no momento as evidências são insuficientes, entretanto servem para ilustrar que a relação entre o MRS e os partidos políticos, não foi pacífica em vários momentos entre os diferentes agentes e em alguns casos a dimensão partidária faz parte do conflito, conforme relatos de vários dos nossos entrevistados. O fato de existir disputas faz parte de todos os espaços sociais e campos não podendo ser diferente no espaço da RSB, cujos agentes apresentam trajetórias

¹³⁴No ponto de vista de Rita Barata, a RSB foi um processo que aconteceu no passado, enquanto que, para outros agentes inclusive que realizaram uma reflexão sistematizada sobre o movimento sanitário, como PAIM (2008) a RSB ainda está em curso. Essa polêmica, entretanto, não é objeto do nosso trabalho.

também diferenciadas o que resultou em diferentes pontos de vista. O fato de congregarem agentes vinculados a partidos diferentes e mesmo sem filiação partidária refletia os conflitos partidários em relação a algumas questões, sendo a principal a disputa entre a proposta de “estatização imediata” do sistema de saúde e a proposta de “estatização progressiva”, disputa que se apresentou nos debates da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Uma primeira tensão que emergiu dos depoimentos diz respeito às mudanças que ocorreram na conjuntura política brasileira na passagem dos anos 70 para os anos 80, com o desenvolvimento da “distensão” (MATHIAS, 1995) e a posterior Anistia já no tempo da abertura, mudanças estas que afetaram a relação entre o partido (PCB) e o MRS¹³⁵. Essa mudança diz respeito ao fato da Anistia possibilitar o retorno de membros exilados do PCB, que examinamos na sequência.

Respondendo à nossa questão central acerca da existência ou não de uma discussão prévia no partido sobre a atuação no MRS, um dos entrevistados apontou a mudança da situação que ocorreu a partir da Anistia, informando sobre a diferença na atuação do PCB nos anos 80, a partir do regresso de antigos dirigentes que se encontravam exilados na Europa no período da ditadura militar:

Havia uma polêmica bastante grande(...), Distintas frações, esse povo eurocomunista dizia que tinha que levar a democracia para o movimento, a construção da democracia, a derrota da ditadura, passa pela construção da democracia social, de construir políticas públicas, nós tínhamos que criar um novo socialismo, e, ao mesmo tempo, nós tínhamos uma fração, ligada a Luiz Carlos Prestes e aos dirigentes que estavam em Moscou, que vieram em 79, foi quando eu saí do Partido, quando houve a anistia e os dirigentes do PC que estavam no exílio voltaram, predominou a visão autoritária, quase que empresarial, da organização do Partido, o Partido já estava em decadência, não é? E aí, em 79, eu saí do Partido, eu e quase toda a base de Santo André, e fomos para o movimento que seria o PT, já em 80. Nós teríamos sido expulsos, porque a gente apoiou as greves de 78, 79, apesar de eu não ser metalúrgico, mas boa parte da base de Santo André do PC era metalúrgica, principalmente, em Santo André, em São Bernardo também, o irmão do Lula, Frei Chico e todo mundo apoiou as greves de 78 e 79 e os dirigentes, que vieram de fora, diziam que era um movimento de provocação, para endurecer a ditadura, que o Lula, já dirigente, era um agente da CIA, tinha um discurso paranóico, conservador e autoritário, Contra a democracia partidária, institucional e aí nós saímos... (Entrevistado 2)

¹³⁵ Para mais sobre a conjuntura política consultar o capítulo em que examinamos as condições de possibilidade da RSB nos anos 70, e as mudanças com a Abertura.

Analisando a fala do entrevistado 2, percebemos a alusão ao debate interno que aconteceu no PCB, opondo a ala “eurocomunista”¹³⁶, à ala que retornou do exílio que seria em grande parte “stalinista”¹³⁷ ou “prestista”, processo que ocasionou, entre outros fatores, o desligamento de muitos militantes do Partido.

Essa disputa foi analisada em alguns trabalhos como o artigo de Napolitano (2014) que, por exemplo, discute o impacto da Anistia, com retorno de diversas lideranças, sobre as disputas internas do PCB, como vemos abaixo:

O fim do exílio aprofundou estas tensões internas do PCB. Giocondo Dias, da corrente pragmática, se afirmou como liderança partidária durante a crise de 1980, em meio à qual o núcleo prestista rompeu com o Partido e o próprio Prestes criticou duramente as novas diretrizes, acusando a direção partidária de abandonar "os objetivos revolucionários". Mas isso não significou maior espaço para os "renovadores eurocomunistas", como Guedes, Coutinho e Leandro Konder. As alianças pragmáticas com setores liberais acabaram dando o tom das discussões políticas do PCB. No Brasil, o grupo renovador tentou afirmar um novo espaço de debate, o jornal Voz da Unidade (fundado em março de 1980), mas os rumos da transição e o lugar do PCB nela acabaram por dispersar o grupo por volta de 1983, cujos membros mais destacados, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, acabaram se afirmando como intelectuais autônomos dentro do "marxismo acadêmico" (NAPOLITANO, 2014, p.51).

Isso é sinalizado em documentos do PCB, como no texto abaixo:

Reestruturando-se em todo o país desde 1979, o PCB realizou, em dezembro de 1982, o seu VII Congresso, que formulou uma linha política para as novas condições da sociedade, sob o título "Uma alternativa democrática para a crise brasileira". O PCB atualizava o seu projeto de tornar-se um partido nacional de massas vinculando organicamente o objetivo socialista a uma democracia de massas, a ser construída no respeito ao pluralismo e nos valores fundamentais da liberdade. O Partido, no encaminhamento deste Congresso, viu-se mais uma vez engolfado por lutas internas de graves consequências. Por um lado, o chamado eurocomunismo (que propunha a ocupação de espaços no interior da sociedade burguesa sem uma clara afirmação da luta de classes e da derrubada revolucionária do capitalismo, numa leitura deturpada das ideias do dirigente comunista italiano Antonio Gramsci) havia construído sólidas bases no pensamento partidário. Embora não contassem com grande número de militantes e dirigentes que se assumissem como tal, as formulações centrais do eurocomunismo permeavam todas as teses congressuais. Por outro lado, o grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, divergindo da orientação da maioria do Comitê Central, rompeu com o Partido, após inúmeros embates que vinham se acirrando desde o exílio¹³⁸.

¹³⁶ Influenciada pelo debate que se passava no continente europeu, especialmente no seio do Partido Comunista Italiano, o PCI. Ver NAPOLITANO (2014), op. cit.

¹³⁷ Ala que mantinha certa fidelidade à tradição do partido, ligada à condução exercida na União Soviética pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), sob comando de Stalin, à qual esteve vinculado o líder histórico do PCB, Luiz Carlos Prestes.

¹³⁸ Informação obtida na página oficial do núcleo do PCB da baixada santista, no setor “Sobre Nós”, dedicado a história do partido. Acessado em 13/02/2016. <http://www.pcb-baixadasantista.net/pcb-nacional/>

Essa disputa entre “eurocomunistas”, que adotaram as teses e as estratégias discutidas por vários Partidos comunistas europeus, principalmente o PCI (Partido Comunista Italiano), às quais aderiram muitos dos militantes que permaneceram no país durante os anos da ditadura e os “prestistas”, mais vinculados à liderança de Luís Carlos Prestes, é uma questão polêmica, que foi percebida diferentemente por vários dos nossos entrevistados. Segundo Gastão Wagner, as principais diferenças eram que a maioria dos que voltavam do exílio traziam consigo uma visão autoritária, uma visão que o partido deveria tutelar o movimento, já os eurocomunistas tinham uma visão de defesa da democracia que, como vimos, influenciaram inclusive a defesa da democratização como uma ideia forte no CEBES. Logo, seria justamente uma diferença no debate clássico da relação entre movimentos e partidos, na dicotomia direção consciente x espontaneísmo, que teria, entre outros possíveis motivos, contribuído para a saída de pessoas como Gastão Wagner, Hésio Cordeiro e outros, do PCB.

Esse debate aparece nos trabalhos de Lacaz, que se referindo às disputas internas com relação à estratégia de ação política do PCB junto às organizações de trabalhadores, comenta acerca das diferenças de concepção entre “eurocomunistas” e “prestistas”. Embora se refira a uma questão específica, ligada à área de atuação de “Saúde do Trabalhador”, que buscava articular profissionais de saúde, especialmente médicos, às lutas sindicais em torno da problemática de saúde ligada às condições de trabalho e remuneração, esse trecho do trabalho evidencia a existência dessas correntes de pensamento e de ação no âmbito do Partido. Vejamos:

Tal estratégia originou disputas internas quanto à sua operacionalização, que colocou em confronto duas concepções de ação militante na perspectiva da construção de uma aliança de seus quadros médicos e afins com o movimento sindical de setores industriais e de serviços tais como químicos, metalúrgicos, têxteis, marceneiros, petroquímicos, bancários, metroviários, dentre outros, para assessorá-lo em suas demandas relacionadas à questão do binômio Trabalho-Saúde. Frise-se que as **disputas internas ao PCB ocorreram em função de visões diferentes quanto ao que priorizar nesta empreitada: a atuação junto a uma instância inter-sindical ou junto a sindicatos específicos. Aqui vale dizer que os chamados “eurocomunistas” que compunham a direção do PCB à época optaram pela atuação por dentro de alguns sindicatos e os “prestistas” lançaram-se na construção de um órgão de assessoria intersindical.** Tal órgão iniciou-se a partir da Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho (Cisat) criada em 1978 e constituída por médicos, advogados, sociólogos, psicólogos e dirigentes sindicais. Esta Comissão organizou a I Semana de Saúde do Trabalhador (Semsat) em 1979 e deu origem, em 1980, após histórica reunião realizada no Sindicato dos Médicos de São Paulo em janeiro de 1979 ao Departamento Intersindical de

Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) inicialmente denominado naquela reunião de “Dieese da Saúde” e que teve na revista Trabalho & Saúde seu porta-voz ideológico. As Semsats passaram a ocorrer anualmente e constituíram-se, conforme (LACAZ, 1994, p. 50).

Um dos entrevistados, o 28, por exemplo, reconhece a existência dessa disputa interna ao Partido, mas não caracteriza Luiz Carlos Prestes nem sua facção, da mesma forma que o entrevistado 2, ou seja, não atribui à ala prestista um caráter “autoritário”, em oposição aos “eurocomunistas”, considerados, pelo entrevistado 2 como “democráticos”. O entrevistado fala do PCB neste período, dizendo que “a organicidade do partido acabou”. Ao buscar saber mais sobre sua experiência, conseguimos que ele expressasse seu ponto de vista, como segue:

O PCB com a ditadura ficou pulverizado internamente por causa da ação da repressão das mortes, das torturas. Os contatos foram quase todos desfeitos, permaneceram várias lideranças do PCB ainda mais, quase trabalhando a nível individual, inclusive produziam alguns documentos, alguns panfletos que circulavam de mão em mão, com muito cuidado, não tendo mais uma estrutura orgânica para se comunicar e reorganizar o partido. Então teve o pessoal que não foi, não estava exilado, ficou na clandestinidade aqui no Brasil, mas com muito pouco acesso de elaboração e compartilhamento dessa elaboração organicamente com os companheiros, isso não existia. Por outro lado, o Prestes, parte da família dele e outros dirigentes estavam exilados em vários países, estavam exilados e houve um momento que eles voltaram e essa volta esse retorno deles para o Brasil criou uma situação de grande tensão, eu fiquei sabendo também, não sei, teve outras análises e interpretações, mas o que me chegou foi que houve uma tensão muito grande entre as análises e propostas dos que estavam chegando de fora para o Brasil, e as análises e propostas daqueles que tinham ficado dentro do Brasil, houve um verdadeiro cisma, uma grande dificuldade de unificar uma nova direção de reorganizar o PCB, então da minha experiência pessoal, houve algumas esperanças de vários militantes de se organizar novamente na estrutura tradicional, estrutura de base e comitês de coordenação estadual, coordenação municipal, como era antes da ditadura e algumas esperanças, mas essas esperanças não corresponderam na prática e a diluição permaneceu. Na (minha) experiência pessoal não houve então rearticulação (Entrevistado 28).

Embora tenha havido consenso entre os entrevistados sobre a existência de disputas entre os militantes que estavam no Brasil e os que voltaram do exílio, havia divergências de interpretação dos entrevistados sobre o conteúdo da disputa entre prestistas e eurocomunistas. Alguns consideravam Prestes stalinista e outros não.

Outro episódio que revela a existência de disputas internas ao PCB que se refletiam nas concepções da luta em saúde, foi relatado pelo entrevistado 6, sanitarista militante, cuja trajetória política esteve vinculada ao movimento pela Municipalização da Saúde, uma das

vertentes que se agregaram ao MRS desde os anos 80. Este processo, inclusive, foi estudado posteriormente pelo nosso entrevistado (GOULART,1995), que enfatiza o fato da acumulação de experiências bem-sucedidas ao nível municipal ter conduzido à fundação do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que veio a se constituir nos anos 90 um dos principais espaços de atuação política no processo de construção do SUS.

Discorrendo sobre as pessoas que tiveram destaque nos acontecimentos da RSB, o entrevistado, que se identificou como não filiado a partido político, relatou como se deu a fundação do CONASEMS e expressou seu ponto de vista com relação à participação de lideranças do movimento neste processo. Segundo ele, havia uma disputa por parte dos partidos (e do PCB) e os diretores do CONASEMS:

Pessoas? Destaco uma, em especial: Nelson Rodrigues dos Santos, o querido Nelsão. Arouca, apesar de muito badalado, não teve participação tão ativa como dizem, ao contrário, fez intervenções pouco cuidadosas, no sentido de aparelhar a primeira diretoria do CONASEMS com militantes do PCB. Confesso (seria um pecado?): nunca discuti saúde em ambiente de partidos políticos.... Minha turma era outra, a dos gestores municipais, de forma absolutamente suprapartidária. Portanto, essas questões que se aplicam a “partido” não me dizem respeito (com todo respeito pelos militantes...); O CEBES apoiou o nosso movimento (fundação do CONASEMS), mas talvez por ter sua pauta congestionada pela Reforma Sanitária como um todo, seu apoio não se traduziu, por exemplo, em edição de número especial da Saúde em Debate ou promoção de debates específicos. Mesmo sua participação nos encontros de SMS foi pouco expressiva (Entrevistado 6).

Em contato posterior à primeira entrevista com esse agente, solicitamos maiores detalhes sobre estes acontecimentos, com a expectativa que ele fornecesse mais detalhes sobre o suposto “aparelhamento” (ou tentativa de aparelhamento) da Diretoria do CONASEMS, ao que entrevistado respondeu:

Sim já relatei acima dois episódios de bastidores. Um deles foi a tentativa de Arouca de aparelhar o recém-nascido CONASEMS (ao contrário, o que muitos dizem é que ele foi um dos criadores...). Outro caso é a da nomeação para a representação municipal na Comissão Nacional de Reforma Sanitária (CNRS), quando uma segunda vaga foi aberta para abrigar um representante do órgão oficial, no caso, eu. O “nomeado” dos gabinetes em Brasília é personagem notável da reforma sanitária e não teve culpa da tentativa de manipulação dos Arouca e Saraiva Felipe¹³⁹...O movimento era suprapartidário, embora seus militantes fossem quase sempre classificáveis como “de esquerda”, como maior influência do então proscrito (nos anos 80) “Partidão”. Desde sua fundação o PT adotou fortemente as teses da RSB, destacando-se, aí, a liderança de David Capistrano, além de outros. Na formação da primeira diretoria do CONASEMS, da qual fiz parte como vice-presidente, houve tentativa de aparelhamento por parte do PCB

¹³⁹Jose Saraiva Felipe médico mineiro, político profissional, vinculado ao PMDB.

(Arouca), mas isso não produziu maiores efeitos, pois a diretoria eleita era multipartidária e a presidência acabou nas mãos do PCdoB, não exatamente por partidarismo, mas pelo fato de o escolhido ser o secretário da cidade sede, Olinda (Paulo Dantas), com forte poder eleitoral regional (Entrevistado 6).

O relato do entrevistado 6, posto acima, além de demonstrar sua visão pessoal, ou seja, a de que um membro de um Partido teria tentado controlar ou ampliar o controle sobre uma determinada instituição, é consistente com a ocorrência de tensões, conflitos políticos, em suma, lutas pelo poder no âmbito de instâncias de articulação técnico-políticas, no caso, uma organização que congrega gestores municipais do SUS¹⁴⁰. Vale ainda destacar que seu ponto de vista sobre a adoção por parte do PT das teses da RSB não é unânime. Gastão Wagner, por exemplo, destaca que “os dirigentes do PT, a maior parte não acredita no SUS”. Embora a RSB não possa ser reduzida ao SUS, se trata de uma dimensão importante, e existe um contraste bastante nítido entre esses pontos de vista sobre a relação do PT com a RSB¹⁴¹.

Apesar desse relato, a admiração e o reconhecimento da importância de Arouca, para a RSB, é destacada pela maioria dos nossos entrevistados, o que implica que este agente detinha um elevado capital simbólico. De fato, Arouca foi um dos principais articuladores e formuladores do MRSB. Vejamos o que Paim diz sobre Arouca e seu papel na 8ª Conferência Nacional de Saúde, evento fundamental no processo de construção da RSB:

Sérgio Arouca foi o presidente da 8ª conferência e teve carta branca de Carlos Santana¹⁴² para convidar quem ele quisesse. Então ele estruturou a conferência e escolheu pessoas. Evidentemente não foi ele só, mas o grande mentor da 8ª e de encomenda de textos. Eu mesmo tive um texto encomendado; foi Sérgio Arouca. Ele tinha sido presidente do CEBES, mas foi muito anteriormente. Ele foi presidente do CEBES em 79, por aí. A Conferência foi em 86. (Jairnilson Paim, entrevista em 2008)

Hésio Cordeiro confirmou que foi Arouca e “o pessoal da Fiocruz” que articularam a 8ª. Conferência Nacional de Saúde. A esse respeito há ainda um ponto de vista que, embora reconheça a importância de Arouca, considera que a iniciativa de convocar a conferência foi de Carlos Santana (Fabiola Nunes, entrevista em 2008). Mas ainda que a iniciativa tenha partido do então Ministro da Saúde, um outro ponto de vista extraído de

¹⁴⁰Naquele momento dificilmente os gestores municipais não eram de partidos

¹⁴¹ Como o PT não apareceu tanto em nossas entrevistas em sua relação com a RSB, somado ao fato de termos priorizado a emergência do movimento, um período anterior a criação do PT, não nos aprofundamos nesse aspecto. Por isso, entendemos que essa é uma avenida de pesquisa possível para futuros trabalhos.

¹⁴² Ministro da Saúde em 1986, quando da realização da 8ª CNS, no Governo Sarney.

outras entrevistas aponta que Arouca e outros agentes do movimento sanitário e de partidos políticos, aproveitaram a oportunidade e transformaram esta Conferência no grande evento que ela se tornou.

Ainda sobre Arouca e o PCB é importante destacar uma fala de Sarah Escorel, que revela a existência de outro tipo de disputa, desta vez interna ao próprio PCB, no que diz respeito à condução das ações políticas na área de saúde. Discorrendo sobre a existência de uma célula do “partidão” dentro da Fundação Oswaldo Cruz em 1985/86, Escorel comenta que “o núcleo da Fiocruz do Partidão era muito diferenciado dos demais núcleos do Partidão no Rio de Janeiro” Ao pedirmos que explicitasse em que sentido esse núcleo era diferenciado, desenrolou-se o seguinte diálogo:

ATJ¹⁴³ – Em que sentido professora? Ele era diferenciado?

SE – É porque a luta da saúde foi muito diferente, quer dizer, até dentro do Partidão, o grupo que trabalhou na Reforma Sanitária não era bem visto. Quem comandava a saúde dentro do partido não era o Sérgio Arouca, era uma pessoa muito mais conservadora que é o Isnard Teixeira. Então as diretrizes que o Sérgio Arouca trazia, e que as pessoas diziam: “Ah, é o Partidão que está mandando no movimento sanitário.” Não tinha nada a ver com a postura do Partidão na área da saúde, entendeu? Era outra coisa que era essa pessoa carismática, profundamente ligada ao partido, mas de alguma forma era independente do partido que foi o Sérgio Arouca.

ATJ – Ele não era dominante no partido, não era?

SE – Não, não. Não era mesmo.

ATJ – Era vinculado.

SE – Era, ele era profundamente vinculado.

ATJ – Interessante.

SE – Agora, ele era minoritário, ele e o grupo dele do partidão era minoritário dentro do partido.

ATJ – Eles eram dominados.

SE – Exatamente. Eles eram chamados atenção, mas eles não davam a menor bola, entendeu?

ATJ – Claro. Claro.

SE – Então ao mesmo tempo em que eles eram o Partidão, eles não transmitiam a linha do Partidão na área da saúde. Eles tinham sua própria linha¹⁴⁴, e a Fiocruz

¹⁴³ ATJ- André Teixeira Jacobina

tinha isso, o núcleo da Fiocruz era diferenciado, não é? Aí eu fui a uma reunião em que veio uma pessoa do estadual, do comitê estadual, e que baixou a linha, e eu achei aquilo um acinte e saí e nunca mais voltei a nenhuma reunião do Partido. Então você vê que a minha vinculação com o partido foi sempre muito.... Quando ela existiu, foi muito tênue, passageira, não (Sarah Escorel em entrevista, 2014).

Isso é especialmente interessante, e, pela nossa revisão, amplamente desconhecido pelo movimento. Para não ficarmos apenas com o depoimento de Sarah Escorel, buscamos junto aos nossos entrevistados esclarecimentos sobre quem era Isnard Teixeira e qual o seu papel no PCB. Reinaldo Guimarães nos informou:

O Dr. Isnard Teixeira foi um médico cearense **que dominou a área médica do PCB durante muitos anos**, nas décadas de 1940, 1950 até meados de 1960. Era um quadro partidário típico do socialismo soviético, tendo sido stalinista quando essa era a orientação do Komintern, rompido com Stalin na época do degelo após a "denúncia do culto à personalidade" liderado por Krushev em 1956, o que o fez permanecer no PCB contra os que foram para o PCdoB, esteve com Prestes enquanto ele esteve no PCB e rompeu com ele quando ele se afastou. Tinha um grande apego ao poder na máquina do partido e tinha horror dos novos militantes que chegavam ao PCB com a luta pela redemocratização. Não suportava os eurocomunistas. Homem honesto pessoalmente, foi um quadro típico de comunista que viveu a 2ª Guerra, rígido no físico, na fala e nas ações (Reinaldo Guimarães, em informações complementares, 2015).

Além desse testemunho de Reinaldo Guimarães sobre Isnard Teixeira encontramos um depoimento de Zuleide Faria de Melo, militante que chegou a ser secretaria geral do PCB, acerca desse agente:

O Isnard Teixeira, que não ficou na clandestinidade, tinha uma característica que hoje eu acho que as pessoas não valorizam. É que, primeiro, ele era um médico importante, um dos maiores conhecedores de uma determinada doença, ele era, assim, vamos dizer, a pessoa que se dava de corpo e alma para a luta. Um socialista, um médico conceituadíssimo, com curso nos Estados Unidos, enfim, brilhante. E era o chefe do Laboratório de Análises Clínicas da Santa Casa de Misericórdia, adorado por todas as freiras, que diziam que ele não era comunista, ele era um santo¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Embora a entrevistada não explicita a que “linha” está se referindo inferir certa divergência a tática adotada pelo comitê estadual do PCB em relação aos movimentos em saúde, com aquela se identificava por participar do CEBES, mais próxima a perspectiva “eurocomunista” que apostava no aprofundamento da participação democrática.

¹⁴⁵ Acessado em 22 de setembro de 2015.

http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=615:zuleide-faria-de-melo-militante-comunista-de-toda-uma-vida&catid=5:entrevistas-com-a-historia

O prestígio de Isnard é claro, e temos fortes indícios, com as falas de Sarah Escorel, e de Reinaldo Guimarães¹⁴⁶ de que era dominante no setor saúde do PCB. Vale destacar que ao longo dos anos 80, atuando em entidades como a presidência da FIOCRUZ, Arouca, que não era dominante, acabou se tornando, pois chegou a ser candidato à vice-presidência pelo PPS (partido que foi criado a partir do PCB), na chapa com Roberto Freire, em 1989¹⁴⁷. Pode-se dizer que ele acumulou capital político¹⁴⁸ militante e burocrático, e converteu esse posteriormente em capital político-partidário dentro do PCB.

Outro episódio ilustrativo de conflitos intrapartidários e do partido com o movimento, foi narrado por entrevistado 1, que era membro do PCB na Bahia nos anos 70 e 80, tendo sido eleito deputado estadual pelo PMDB. A pergunta que fizemos era relativa à influência do partido no movimento sanitário, mas o entrevistado foi além e explicitou a ocorrência de situações nas quais se evidencia as lutas entre a direção do núcleo partidário e seus militantes de base:

Entrevistado 1 - Tem um momento, não era necessariamente no movimento sanitário, eu, por exemplo, fui extremamente crítico e insubordinado ao Partido Comunista, aqui da Bahia, direto que eu tinha ação, que é o que eu tinha acesso e eu tive um papel muito forte na crítica e aí eu cheguei a ter uns entrevistos mesmo com os dirigentes e esse processo, por exemplo, era decepcionante inclusive pela pobreza de alguns dirigentes (...), pobreza não é no sentido material não, estou falando de imaterial, espírito e intelectualmente, quer dizer pelo papel que ele tinha intelectualmente, quer dizer intelectual todos somos, mas o problema é mais no sentido político, estratégico, de pensar, de refletir, de discutir, isso eu tive vários desses eventos e alguns que eles queriam me obrigar, mas a primeira vez não foi sobre isso, foi para a eleição para o presidente do sindicato da APUB, já esse que eu criticava e eles queriam que eu apoiasse o candidato que pretensamente anunciaram que era do partido, que era do PCB.

ATJ¹⁴⁹ – Você pode me passar os detalhes?

Entrevistado 1 – Olhe a pessoa eu não sei se ele era do PCB, era médico, eu conheci.

ATJ – Que ano foi isso?

Entrevistado 1 – Olha isso foi nos últimos anos do partidão 79, 80, ele acabou sendo um presidente eu acho, ou foi a candidatura, eu não me lembro agora bem, e que eles me chamaram para uma reunião, me cobrar o porquê de eu não estar apoiando,

¹⁴⁶ Em contribuição extra, via correio eletrônico, respostas que foram anexadas a sua entrevista, procedimento realizado com outros entrevistados.

¹⁴⁷ Acessado em 22 de setembro de 2015. <http://www.faperj.br/?id=1967.2.0>

¹⁴⁸ Arouca acumulou as principais características do capital político, incorporado, nas disposições: falar bem em público, aglutinar pessoas em torno de propostas. E também do institucional pelos cargos que ocupou no PCB e no PPS além dos cargos eletivos de deputado federal.

¹⁴⁹ ATJ- André Teixeira Jacobina

eu disse que achava que ele não tinha mérito nenhum para ser presidente, não tinha mérito nenhum para ser candidato a presidente, porque eu tinha outra proposta, eles criaram problemas, teve uma reunião central e eu me manifestei e acabaram eles me dando com razão ou taticamente ou disseram que não podiam me forçar, até porque nós não tínhamos, esse foi meu grande argumento, participado do debate, então era uma imposição de cima para baixo e nós não fomos consultados em nenhum momento.

A contraposição entre a concepção do centralismo democrático, onde as decisões eram tomadas pelos órgãos centrais de direção e o partido de massas onde a decisão teoricamente deveria ser construída a partir das bases, foi uma das divergências que resultou em divisões, particularmente quando da criação do PT, como mostra o trecho da entrevista abaixo.

Não, a frente política sim, mas a gente defendia a recriação de um partido de massa, que fosse socialista e democrático, que não necessariamente seria o PC, que o PC era um pedaço disso, eles achavam que o PC era o futuro da humanidade. Então, isso também, ou seja, a gente era muito mais próximo (sic) da Ação Popular, da AP, dos outros grupos de esquerda, mesmo quanto os militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional)¹⁵⁰ começavam a voltar, nós recebemos essas pessoas, como companheiros, começamos a pensar juntos, discutir juntos e, no PC, não cabia todo esse movimento que estava nascendo, não é? A Teologia da Libertação¹⁵¹, a gente era muito próximo (sic), respeitava muito todo o pessoal da Teologia da Libertação, o Paulo Freire. Enfim, a divergência era por aí, a gente pensava em inventar um partido socialista e democrático e, a gente defendia isso, que depois marcou o começo do discurso do PT, que os sindicatos tinham que ter, a coisa do Gramsci lá em Turim (sic), não é? Tinham que ser dirigidos por cada fábrica, cada empresa na Universidade, tinham que ter os comitês de base e ser dirigido por um colegiado, representante dessas bases, não é? Contra a burocratização dos Sindicatos, associações. Quando eu estive no Sindicato dos Médicos, na primeira gestão, movimento Renovação, a gente criava comitês de médicos em cada hospital, na atenção básica, em cada região de saúde, em São Paulo já tinha centro de saúde. Então, a gente procurava fazer essa democracia de massa, na construção de um partido, de esquerda, de novo tipo, que fosse socialista

¹⁵⁰ “A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização revolucionária brasileira com traços comunistas que se lançou contra o regime militar em fins da década de 60. Seu principal líder Carlos Marighela fundou a organização em 1967 após romper com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois, este se opunha à luta armada. Marighela resolve resistir junto à massa popular, para, de armas em punho, enfrentarem a ditadura em vez de ficar à espera dos preceitos do jogo político convencional que imperava no País. O grupo surgiu porque seus integrantes entenderam que só uma ação armada poria fim ao regime vigente, desta forma, entusiasmados pelo aparecimento de guerrilhas em vários países da América Latina.”. Por Francisca Teixeira, “Ação Libertadora Nacional”, acessado em 24/03/2016.

<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/acao-libertadora-nacional/>

¹⁵¹ Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres. É considerada como um movimento apartidário que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Foi descrita, pelos seus proponentes como reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais, mas, seus oponentes a descrevem como marxismo, relativismo e materialismo cristianizado. Ver BOFF (2005).

e democrático, que tinha que repensar o socialismo. Enfim, não dava para conviver com o povo que veio de lá, o Tenório, não lembro os nomes... **Erico Correa, Salomão Malina, eram stalinistas, acostumados a aparelho, a intriga, a todo mundo que era... Quando eles chegaram, eles me encarregaram de expulsar o Herval Pina Ribeiro, que tinha vindo do... O Herval Pina Ribeiro é um médico sanitарista**, um ativista, ele tinha vindo do exílio, na época, era casado com a Professora Ana Pita, que está aí na saúde mental, disse que eu o expulsasse, porque o Herval criticava a burocratização do Partido, me encarregaram de ir lá expulsar, eu falei: “Vocês estão doidos? Estou fora.” E aí saímos para fora, mas, assim, depois dessa fase, eu não priorizei, na construção do PT, o ativismo partidário, eu não fui de diretório do PT, me filiei, votava, participava dos núcleos de base, que chamava, não é? Dos grupos de saúde e tal, mas não priorizei mais esse ativismo político partidário e aumentei a minha militância na saúde,¹⁵² não quis ficar em Sindicato de Médicos mais e fui trabalhar junto à Reforma Sanitária, movimento do CEBES (Entrevistado 2).

Essa fala é importante por dois motivos, um porque sinaliza mais uma vez que disputas e divergências do partido reverberam no movimento. A segunda razão é o episódio em si. O entrevistado 2 destaca esse episódio como central para sua ida ao PT, e o aprofundamento de sua militância na saúde. Sendo que, a pessoa que seria expulsa se trata de um médico sanitарista, alguém com adesão ao movimento, por quem o entrevistado nutria respeito e que inviabilizou sua ação. Vale dizer que não tivemos confirmação desse episódio, no que se refere a forma como teria ocorreria a expulsão, e por isso temos dúvidas, já que essa decisão é do secretariado ou dos comitês. Mantivemos a fala do entrevistado pelo que ela sinaliza em termos da existência de disputas que ecoavam divergências partidárias.

Por fim, o episódio do “racha” no CEBES de São Paulo, narrado por Paulo Elias, médico, professor universitário e militante da RSB a propósito da criação da ABRASCO, revela como o envolvimento dos militantes da RSB com os partidos afetava as disputas relacionadas com as entidades que se propunham a ser suprapartidárias:

Então, tinha duas concepções básicas que eu me recordo muito bem. Uma era uma Associação de Militantes, que era uma ampliação dos (...), o CEBES, que tinha sido concebido e criado como... uma coisa assim numa certa época ele foi isso, ele teve um racha muito intenso. Em São Paulo, por exemplo, **quem não era do Partido Comunista foi expulso (...). Ali teve um racha que teve até briga física entre o David Capistrano e o Eduardo Jorge numa assembleia no CEBES.** Toda essa ala saiu, toda uma ala saiu, eu estava na revista Saúde e Debate, tinha Cecília Sucupira, todo mundo foi excluído, aquela coisa como lá na União Soviética. Excluídos do CEBES e esse pessoal, grande parte dele se encontrou depois no PT, (Paulo Elias em entrevista, 2010).

¹⁵²Esse trecho serve para ilustrar a trajetória do entrevistado 2 que priorizou a militância na RSB e a construção do Espaço da Saúde Coletiva (ESC).

E, mais adiante, quando indagado por qual razão respondeu:

Na época, tentaram baixar um centralismo no CEBES, a briga era isso, ... Eram anos (...) setenta e sete, setenta e oito. A briga em relação ao que é reformismo, A briga começou por aí (...), eu sempre falo isso, **que o agente oculto do movimento da Reforma Sanitária no Brasil foi o Partido Comunista**. Então, (...) a briga foi um pouco por aí, quer dizer quem não era dançou, porque tinham essas visões. Foi um racha e que pegou, em São Paulo e dizimou, no Rio de Janeiro isso não aconteceu muito porque ele era muito hegemônico pelo PC, depois o PT deslocou o PC da área da saúde, mas nessa época o PC era hegemônico na área da saúde. **O PT começou a deslocar o PC da área de saúde na década de oitenta, mas antes não tinha nem o que acontecer, então, isso aconteceu mesmo, rachou, na época da ABRASCO**¹⁵³. O que eu me lembro é o seguinte, tinham duas concepções, ou fazer uma ABRASCO que seria um CEBES revigorado com uma espécie de um grande, não vou dizer um sindicato, mas uma Associação de militantes da área da saúde, e uma visão que era acadêmica, **que a ABRASCO deveria ser uma instituição de pesquisa, de desenvolvimento, implantação da área**¹⁵⁴. Isso confrontou pesadamente, só que venceu essa, tanto é que a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, os outros queriam Associação Brasileira de Saúde Coletiva, onde caberiam todos. Caberia à Universidade sem dúvida, mas, a grande massa seriam os funcionários público, vamos dizer assim que era a grande platéia como é até hoje a da ABRASCO. Seriam funcionários dos três níveis de governo e eu me lembro que um defensor intransigente dessa primeira visão da Associação Brasileira de Saúde Coletiva era o Chico Gordo. Contra ele se opunha muita gente, Professor Guilherme, por exemplo, tinham outros que ficavam meio em cima do muro (Paulo Elias em entrevista, 2010).

Já na percepção de Gastão Wagner não teria havido expurgo e sim disputa pelo controle da direção do CEBES entre o PCB e a APMML:

Recentemente Emerson Merhy escreveu uma carta - email - para José Ruben narrando este racha no CEBES São Paulo, em finais dos anos setenta e começo dos oitenta. Não houve expurgo nem expulsões, isto foi exagero do Paulo Elias. Houve uma divisão e concorreram duas chapas, uma organizada por David Capistrano e pessoal do PCB mais aliados e outra pelo pessoal pertencente a então APMML¹⁵⁵, liderados pelo Emerson. A chapa do David ganhou por pequena diferença e o grupo dissidente se afastou do CEBES. Foi uma luta por controle de aparelho, no caso o CEBES. Não havia grandes diferenças de projetos (Gastão Wagner, entrevista em 2014)¹⁵⁶.

¹⁵³ Anos 80 o PT desloca o PC na área da saúde, reforça a tese que militantes do PCB que não se identificavam com as mudanças migraram por exemplo, para o PT.

¹⁵⁴ Duas visões sobre a ABRASCO. Uma que pensa em uma associação de militantes da área da saúde, e outra de uma instituição de pesquisa. A proposta dos militantes, derrotada, o possível morto, era Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

¹⁵⁵ APMML: Ação Popular Marxista Leninista.

¹⁵⁶ Embora a entrevista tenha ocorrido em 2014, as informações sobre essa questão foram prestadas em 2015, em um contato subsequente especificamente sobre o racha.

Novamente, mesmo que aceitemos o ponto de vista de Gastão Wagner, que indica não ter havido uma expulsão, e sim uma saída motivada pela derrota sofrida por um determinado grupo na disputa pelo poder, pela direção do CEBES, a disputa está evidente. Trata-se de uma disputa político-partidária, entre o grupo que militava na APML e os agentes vinculados ao PCB, ambos disputando a direção do CEBES.

Para além de conflitos, como os analisados acima, buscamos também identificar se havia exemplos de tarefas atribuídas pelo partido aos militantes. Nesse sentido, o exemplo mais claro desse tipo de evidencia da relação entre o partido e o movimento apareceu na fala de Francisco Machado sobre a articulação em torno da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. A pergunta era relativa à sua participação na Conferência, especificamente se ele tinha escrito teses, ou propostas para serem discutidos neste evento, ao que ele explicitou:

Particpei da articulação, nesse momento eu estava trabalhando com Hésio Cordeiro, no INAMPS no Rio. Então lá no Rio Eu já estava no Partido Comunista e já fazia parte de uma célula, um grupo lá no Rio, que era da Saúde Pública. E ali dentre as tarefas do partido, **a gente tinha uma tarefa que dava um apoio às organizações [que consistia em] explanar[da maneira a] mais democrática possível a preparação dessa Conferência. Escrever tese, discutir, etc. Eu recebi como tarefa do meu grupo no Rio, minha célula, (...) escrever um texto sobre participação comunitária, alguma coisa assim. Escrevi um texto e ajudei na preparação da Conferência (Francisco Machado em entrevista, 2011).**

Ao ser indagado de quem foi a ideia de organizar a Conferência, o entrevistado descreveu o processo, indicando em sua fala a presença de outros partidos, como segue:

Na 8ª conferência? Bom, primeiro eu não me lembro, eu acho que surgiu dentro do movimento da Reforma Sanitária, com certeza. Mas eu sei que já tive, já existia a programação da 8ª Conferência com o governo já tinha como programação, já realizava; só que eu acho foi muito dinamizada por essas pessoas que estavam ocupando alguns cargos dentro do Governo, da democratização; teve o apoio de todos esses grupos e tanto, também de alguns movimentos como o próprio, Sedes (como no original), ABRASCO e enfim. (...) já tinha, né. Eu me aproximei bastante, me aproximei mais, me defini mais e até então, eu pairava acima dos partidos; brincava com todo mundo do PCdoB, PCB, ... as vezes eu colocava um confrontando o outro para brincar. Tinha o Erick que era o PCB firme, tinha outro, outro. Ai que eu me defini. Percebi mais maturidade no PCB e preferi me vincular a este partido. Na 8ª Conferência já era militante do PCB. Particpei da organização, das ideias (Francisco Machado em entrevista, 2011).

A entrevistadora, provoca o entrevistado a discorrer um pouco mais sobre esta controvérsia, comentando que “tem algumas teses de que foi movimento puramente popular, sem participação partidária”, ao que Machado responde:

Eles têm o direito de pensar isso, **espontânea. Movimento espontâneo.** Tem uma grande participação dos **partidos, de partido e da igreja.** Então, a Igreja católica tem um papel muito importante, o **Partido Comunista tem um papel muito importante,** Partido Comunista Brasileiro, principalmente ...por causa de alguns pensadores: Hésio Cordeiro. Eu acho que a **organização da 8ª Conferência foi uma organização feita por esses partidos que estavam com seus militantes incorporados em diversas organizações, instituições, etc. Prepararam a 8ª Conferência, cada um escreveu obrigado; a organizar uma Tese ou fazer com que alguém fizesse.** Foram distribuídos temas né? Participação popular, por exemplo, eu tive que escrever um texto, embora eu tenha muita dificuldade. Eu acho que foi decisiva a minha participação (Francisco Machado em entrevista, 2011).

Primeiro vale destacar os termos que o entrevistado usa, especificamente o termo “espontâneo”, que provem diretamente do debate de Lenin e Rosa Luxemburgo que opõe a a ênfase na direção consciente do partido ou na espontaneidade das massas (mesmo que ambos tenham reconhecido a importância do partido). Assim, percebemos como esse debate permanece vivo quando se trata de discutir o papel dos partidos políticos junto aos movimentos sociais. A fala do entrevistado reforça o papel dos partidos, em especial na organização da 8ª Conferência, que é o nosso marco final. Seu depoimento é um dos poucos que refere-se a “tarefas do partido”, e talvez o único que sinalize a participação de uma “célula” do partido no processo de divisão de tarefas em um momento de grande importância, embora não fique claro se esta “célula” era a direção estadual ou municipal do partido, ou algum órgão interno do partido responsável pelo setor saúde.

De qualquer forma, muitos dos depoimentos indicam que a direção do PCB não tinha uma posição sobre a RSB. Reinaldo Guimarães e Nelson Rodrigues dos Santos enfatizam isso em suas entrevistas. Apesar disso, há evidências, apontadas em múltiplas falas, de que houve participação do partido, em momentos chave, como disputas por direção de entidades, e cargos, ou na organização de Conferências Nacionais. Além disso, constatamos que os partidos contribuíram para a formação política de parte dos agentes da RSB e entre esses encontram-se diversas de suas lideranças mais expressivas. Finalmente, percebemos que existe um vínculo entre ideias provindas do eurocomunismo e outras tendências que apostavam na luta democrática, com a adoção dessas teses no movimento sanitário, tanto no plano das idéias como na ação política.

Diante das evidências, é com certa cautela, que inferimos que, existe um relativo self-deception¹⁵⁷ por parte dos militantes da RSB, no que se refere a influência e contribuição dos partidos. Dito de outra forma, interessava negar a participação dos partidos, seja pela defesa da autonomia do movimento, seja, pelo temor de cooptação, seja porque os partidos de matriz marxista, ilegais em praticamente todo o período de emergência da RSB, representavam um risco a mais para um movimento que era contrário à ditadura militar e por isso considerado subversivo. Desse modo, fazia sentido reforçar a dimensão suprapartidária da RSB.

6.3 Marxismo e Reforma Sanitária Brasileira

O marxismo, entendido tanto como um referencial teórico para compreender e investigar a realidade, assim como um saber com uma dimensão profundamente militante, (PAIM, 1997; 2002; 2003) foi uma influência fundamental nas formulações da RSB, que, fiel à visão de Marx¹⁵⁸ acerca do papel dos filósofos, considera que não basta compreender o mundo, é necessário transformá-lo. Essa relação entre marxismo e Reforma Sanitária Brasileira já foi analisada, por exemplo, por Paim, em “Contribuições do marxismo para a Reforma Sanitária Brasileira” (2006), porém cabe analisar esse aspecto em nosso estudo, dadas as evidências fornecidas pelos entrevistados, as quais lançam luzes sobre como se deu o processo de incorporação desse pensamento na produção de conhecimentos sobre a problemática de saúde, ao tempo em que subsidiava o debate e a ação política dos militantes da RSB. .

De fato, para se compreender as bases conceituais da Reforma Sanitária que, como apontado anteriormente, tinha por objetivo transformar o Estado e a sociedade brasileira, é essencial entender a contribuição do marxismo. Essa pode ser percebida nos trabalhos

¹⁵⁷ Esse self-deception ou automistificação, pode ser entendida como uma “self-deception individual apoiada por uma self-deception coletiva, um real desconhecimento coletivo’, cujo fundamento se inscreve nas estruturas objetivas (a lógica da honra, que comanda todas as trocas - de palavras, de mulheres, de homicídios etc.) e nas estruturas mentais’, excluindo a possibilidade de pensar e de agir de outro modo” (BOURDIEU, 1996a, p.161). Self-deception é o ato de enganar a si mesmo, porém esse autoengano, em geral, na análise bourdieusiana, corresponde a uma resposta a disposições não-conscientes, que servem a um propósito real e não se trata de um trabalho apenas individual, mas coletivo, que se forma no diálogo entre as estruturas objetivas e a subjetividade dos agentes. Na RSB isso pode ser visto como uma necessidade, já que interessava, em termos políticos, caracterizar o movimento como suprapartidário ou multipartidário, de forma a agregar mais pessoas e forças à ação.

¹⁵⁸Marx K. Teses sobre Feuerbach. In: Marx K, Engels F. Textos. Volume 1. São Paulo: Edições Sociais. 1977. p.118-120.

clássicos de Juan Cesar Garcia¹⁵⁹ (1972), Cecília Donnangelo (1975; 1976), Sergio Arouca (1975), entre outros, que claramente se ancoravam em conceitos e em uma perspectiva teórica marxista. Esses agentes da Reforma Sanitária ao fundamentarem o pensamento da reforma no marxismo realizaram uma ruptura com a Medicina Preventiva e com a Saúde Pública tradicional, fundando as bases do processo de constituição da Saúde Coletiva (DONNANGELO, 1983; FLEURY, 2011; PAIM, e ALMEIDA FILHO, 2000).

O marxismo e sua crítica ao capitalismo foram fundamentais para a elaboração do pensamento que embasa o movimento pela Reforma Sanitária. Em primeiro lugar, cabe destacar a ampliação da compreensão acerca da saúde, não apenas como a expressão de um mero estado biológico, mas na compreensão dos determinantes sociais do processo saúde doença, especialmente a partir dos trabalhos pioneiros de Asa Cristina Laurell (1985) e Jaime Breilh e Edmundo Granda (1985). Em segundo lugar, a crítica ao capitalismo que mostra como a medicina está relacionada com o capital, está firmemente presente nos trabalhos de Cecília Donnangelo, (1975; 1976), o primeiro dos quais analisa o papel do Estado brasileiro na organização social da prática médica, identificando as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e nas ideologias profissionais, base para a sistematização teórica que a Autora empreendeu em seu segundo trabalho, que aborda o processo de “medicalização da sociedade” nas sociedades capitalistas (DONNANGELO, 1976), isto é, a tendência à expansão do consumo de serviços de saúde como meio para a reprodução da força de trabalho e atenuação das tensões sociais, E, em terceiro lugar, na crítica ao processo de “mercantilização dos serviços de saúde”, ou seja, na transformação das ações de saúde em mercadoria, um serviço que pode ser comprado e vendido, e que, segundo a lógica capitalista, está disponível na medida em que o indivíduo possa pagar por ele. O que fundamentou, inclusive, o debate em torno da Saúde como direito social e a proposta de responsabilização do Estado para a garantia do acesso aos serviços, tornado assim, um bem público, e não uma mercadoria (TEIXEIRA, [1986],1987; PAIM,1987).

O marxismo vem realizando a crítica mais contundente ao capitalismo, logo é uma fonte lógica para os críticos da dimensão capitalista na saúde. Mas isso pode levar os leitores a inverter os fatores imaginando que a crítica à penetração da lógica de produção

¹⁵⁹ Médico, historiador, sociólogo e pensador social, Juan Cesar Garcia, nascido na Argentina, trabalhou durante 19 anos da OPAS, em Washington, inicialmente no Departamento de Recursos Humanos e posteriormente como coordenador de investigações. O estudo sobre “ Educação Médica na America Latina”, publicado em 1972, é considerado pelos estudiosos de sua obra como um marco pioneiro na introdução das ciências sociais em saúde no continente. Um balanço da sua contribuição foi feito por NUNES (1989), mas o impacto de sua obra permanece até hoje na Saúde Coletiva brasileira. .

capitalista no âmbito da saúde¹⁶⁰ seria o ponto de partida. O fato de muitos dos militantes da RSB atuarem em partidos de orientação marxista, caso, por exemplo, de Sergio Arouca, fazia deles críticos do capitalismo primeiro, sendo a crítica do capital na saúde um desdobramento dessa crítica maior ao modelo de produção capitalista. Obviamente que elas andam juntas, mas nossa compreensão é que a crítica que o marxismo fez, desde século XIX, contribuiu para estabelecer as condições discursivas, como diriam Laclau e Mouffe (2010), da crítica ao capitalismo no setor saúde e da formação de movimentos fortemente baseados nessa crítica e em uma proposta de mudança da atuação do Estado e de reforma dos serviços de saúde em direção a uma oferta universal e igualitária. Na trajetória dos sujeitos, o caminho pode ser inverso, chegando-se ao marxismo depois, buscando bases para a crítica da mercantilização da saúde.

Logo o marxismo, resultante do processo de conversão das teses de Marx em um “movimento social com características próprias” (GIANOTTI, 1996, p.17) tem sido uma influência tanto enquanto uma corrente teórica, com o materialismo histórico sendo a base para as análises realizadas pelos agentes da RSB, utilizando aportes de diversos marxistas, como Poulantzas, Gramsci, entre outros, para analisar a realidade brasileira, como o marxismo enquanto uma ideologia, no sentido não negativo, de falsa consciência, mas no sentido de um conjunto de ideias que subsidiam a luta política com o objetivo de encaminhar a transição para o socialismo, fornecendo elementos para doutrinação e mobilização dos trabalhadores e outros sujeitos sociais.

O marxismo, portanto, é simultaneamente uma influência em termos teóricos e em termos políticos. Considerando, entretanto, que o marxismo não é um pensamento monolítico e, em seu desenvolvimento histórico, contemplou o surgimento de várias correntes, cabe identificar que os agentes da RSB sofreram a influência do próprio debate interno que se dava no espaço marxista, ou, de modo mais amplo, no espaço da esquerda. Assim, se nos trabalhos pioneiros citados anteriormente, percebemos a influência de uma vertente estruturalista provinda do debate teórico que se dava na França nos anos 60, a partir dos trabalhos de Althusser (1979;1980;1985), encontramos, em trabalhos publicados nos anos 80, o reconhecimento da influência do pensamento gramsciano, provindo do debate teórico e político realizado na Itália, o que provavelmente reflete a influência do PCI no processo de Reforma Sanitária naquele país, e também no Brasil.

¹⁶⁰ Cabe registrar que esse processo foi analisado por Arouca, no capítulo de sua Tese intitulado “Medicina Preventiva e sociedade”, utilizando como referencial os conceitos da teoria econômica marxista, especialmente a teoria do processo de trabalho e a teoria do valor. Ver AROUCA, (2003, p 219-242).

O exemplo mais expressivo dessa perspectiva, já se encontra sistematizada em uma das primeiras publicações que busca sistematizar a “teoria” da Reforma Sanitária, como expressa sua organizadora, enfatizando, inclusive a contribuição do pensamento de Gramsci:

O esforço realizado nessa coletânea é exatamente o de encontrar uma base teórica na qual se possa aprofundar a discussão sobre a Reforma Sanitária. Este objetivo acabou por levar os autores a tratar a problemática da reforma dentro de uma perspectiva gramsciana, através da qual pode ser encontrado o instrumental teórico necessário para discussão de temas polêmicos como: democracia e socialismo, reforma e revolução, corporativismo e questão nacional, hegemonia e coerção, Estado e Sociedade, saber e práxis, burocracia e movimento sanitário (FLEURY, 1989, 4ª capa)

A busca de incorporação de conceitos presentes no pensamento gramsciano, a exemplo dos conceitos de “hegemonia”, “bloco histórico”, e “Estado ampliado” pode estar vinculada tanto ao fato de que tais conceitos permitem a análise histórica e política de sociedades complexas, como a brasileira, quanto ao fato de Gramsci ter desenvolvido sua teoria com a finalidade de propor os caminhos para a construção do socialismo no ocidente, defendendo que a “guerra de posições”, ou seja, a ocupação de espaços de poder ao interior do Estado e nas organizações da sociedade civil, poderia ser uma alternativa estratégica para a esquerda, diante da falta de condições objetivas para a realização da guerra de movimento. A conquista gradual da direção cultural e moral, através da guerra de posições, poderia levar a esquerda, segundo Gramsci, a ser dirigente, antes de ser dominante. Em sua época, Gramsci pensava, inclusive, no partido revolucionário de novo tipo, capaz de exercer esse papel de liderança em um processo de construção de uma contra hegemonia, o que influenciou alguns dirigentes do movimento sanitário a considerarem que estava se conformando um “partido sanitário” (ESCOREL et al. 2005).

O marxismo e sua relação com a RSB, no entanto, não se constituiu, a princípio em objeto desse trabalho, porém, uma fala de um dos nossos entrevistados sinalizou que essa dimensão poderia ser uma via fundamental de influência dos partidos políticos sobre a RSB, através da divulgação e internalização do pensamento marxista nos agentes fundadores da RSB. Dito de outra forma, sabendo que o marxismo foi de grande relevância para o desenvolvimento dos estudos que subsidiaram a formulação política da RSB, surgiu o interesse em investigar se os partidos de matriz marxista tiveram um papel relevante na introdução ou aprofundamento desse referencial, aspecto relevante em nossa pesquisa, pois

caso positivo, evidencia uma das formas através da qual, que os partidos políticos de matriz marxista influíram na RSB. Assim, mesmo que esta não tenha sido a via exclusiva de contato com o pensamento marxista, desde que houve uma via acadêmica, pode ter sido uma forma indireta de contribuição dos partidos para a RSB, através da formação política de seus quadros dirigentes.

As entrevistas sugerem que existe uma relação entre campo científico e o subespaço militante, e a adesão a ambos estaria conectada a uma visão de mundo, de esquerda, influenciada pelo marxismo, em boa parte dos agentes, embora existam variações entre eles. Percebemos isso na entrevista com Luiz Umberto Pinheiro, a primeira que realizamos. Respondendo a uma questão sobre a importância do marxismo no processo de RSB ele afirma que os partidos “trouxeram o marxismo”, fala que suscitou o pedido para que ele explicitasse melhor tal afirmação, ao que ele disse:

É óbvio, principalmente o PCB¹⁶¹. Que tinha mais ação na área de saúde, não é? E que tinha como método também diferente, porque ele não atuava, e aí é que é essa a diferença na relação com o movimento. O partido não atuava diretamente como se fosse cooptar, como se fosse engessar, como se fosse subordinar o movimento. Pelo contrário. Ele nem aparecia, porque as direções não atuavam. Quer dizer, os seus militantes, os seus quadros em cada área faziam isso, que eu não tive recomendação nenhuma para fazer o debate da psiquiatria na Bahia (Luiz Umberto Pinheiro em entrevista, 2014).

Cabe destacar que, do ponto de vista desse entrevistado, não havia cooptação do movimento pelo partido, não havia subordinação do movimento, mas o mais relevante dessa fala é o ponto de vista que foram os partidos que trouxeram o marxismo, em especial o PCB. De fato, como apontamos no início deste capítulo, vários de nossos entrevistados enfatizam a importância do PCB em suas trajetórias políticas, porém ressaltam a autonomia do movimento.

Paim, por exemplo, destaca esse aspecto, comentando que a RSB teve “um caráter suprapartidário. E a própria natureza descentralizada da organização do CEBES, mediante núcleos em estados e municípios, era pouco compatível com o ‘centralismo democrático’ que orientava muitos partidos de esquerda” (PAIM, 2008, p. 281). Logo, o CEBES, um dos principais sujeitos da RSB, não pode ser visto como um mero suporte de partidos marxistas, apresentando características próprias em sua atuação pela RSB, ainda que, como

¹⁶¹ O entrevistado destaca o PCB, mas como indica pessoas como Ana Maria Costa muitas tendências e partidos de matriz marxista contribuíram na introdução desse referencial para membros da RSB, e existe também a via acadêmica.

vimos anteriormente, suas diretorias iniciais tivessem grande presença de agentes que militavam no PCB.

Em nossa investigação, percebemos que, se não restam dúvidas que o partido pode ter introduzido, para muitos agentes da RSB, o marxismo¹⁶², e em outros ter contribuído para consolidar discussões em torno dessa referência teórica e de prática política, os partidos não foram os únicos a trazer o marxismo para o movimento. O marxismo penetrou na academia, enquanto uma teoria social utilizada para a compreensão e explicação da realidade, e embora tenha uma repercussão política, pode ser utilizado para fins exclusivamente acadêmicos.

Nossa investigação sugere, entretanto, que o contato de vários agentes da RS com o marxismo se deu no âmbito acadêmico e isso contribuiu, inclusive, para seu envolvimento com a militância. Isso ocorreu particularmente nos Departamentos de Medicina Preventiva e Social criados a partir da Reforma Universitária dos anos 60, quando as Ciências Sociais passaram a fazer parte do currículo médico. Em alguns departamentos, como o DMP da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o DMP da UNICAMP e o DMP da Faculdade de Medicina da USP, cientistas sociais passaram a integrar o corpo docente, a exemplo de Everardo Nunes (RP), Cecília Donnangelo (USP). Esta última, socióloga com formação marxista, que veio a se tornar orientadora de mestrado e doutorado de vários dos militantes históricos da RS, simboliza a trajetória de um marxismo mais acadêmico, já em Arouca, vemos o marxismo consolidado na relação com o partido.

Vejamos exemplos da introdução acadêmica do marxismo. Um deles aparece na entrevista concedida à pesquisa por Rita Barata, epidemiologista, ex-presidente a ABRASCO, especificamente no trecho em que ela discorre sobre a importância do DMP da Faculdade de Medicina da USP, principalmente do trabalho de Cecília Donnangelo, de Ricardo Bruno Mendes Gonçalves e também de Guilherme Rodrigues da Silva:

Ricardo nunca teve uma militância política mais clara. A militância dele era acadêmica, ele era um discípulo da Cecília, enquanto mentor intelectual, um cara que um pouco tinha esse papel ali no grupo de medicina preventiva, de ser um herdeiro dela, como pensador do campo. Porque a medicina preventiva tinha isso muito forte. Acho que ainda tem um pouco, mas hoje está um pouco diversificado isso. Mas naquele momento aquele departamento era onde se formulava as teorias sobre o campo. Esse era a grande marca da Cecília certamente, claro o professor Guilherme também tinha um papel nisso, mas a Cecília foi fundamental nessa elaboração. E era a Cecília quem trazia então os textos, e eram os franceses, eram esses autores que vinham inclusive nas primeiras turmas lá do mestrado, em

¹⁶² Nos baseamos não apenas no relato de Luiz Umberto, e sim de outros entrevistados cujas falas aparecem na sequência, porém, a entrevista com ele desencadeou a nossa curiosidade para essa dimensão da pesquisa.

francês ainda porque não tínhamos, as traduções em português, enfim, o Poulantzas, **toda essa literatura, o próprio Gramsci, que era uma literatura que a gente discutia, no mestrado e que era a Cecília evidentemente que era a introdutora, dessa discussão, dessa preocupação na, na formação dos mestrados.** E o professor Guilherme entrava mais com esta mesma preocupação de teorização, mas no campo da epidemiologia (Rita Barata em entrevista, 2010).

A entrevistada, portanto, considera que Cecília Donnangelo teria sido a introdutora dos textos de Gramsci, um dos marxistas mais importantes para a fundamentação teórica da RSB, embora existissem várias concepções acerca da RSB entre os fundadores da Saúde Coletiva (VIEIRA DA SILVA, 2014). Embora enfatize o papel de liderança intelectual exercido por Cecília Donnangelo no campo científico, Rita Barata comenta sobre sua militância, explicitando o seguinte ponto de vista:

Então a Cecília, era isso, eu acho que a militância da Cecília era muito parecida com a de todos nós. Quer dizer, era uma militância que a gente podia chamar de esquerda independente, não era através do partido necessariamente, mas era nessa luta pela redemocratização (Rita Barata em entrevista, 2010).

Sobre a filiação partidária de Donnangelo, consideramos mais plausível é que ela não fosse filiada, como relataram nossos entrevistados, embora estivesse na área de influência do PCB, devido à proximidade com pessoas do PCB. Vale destacar que ela pode também ter sido influenciada pelo grupo da sociologia da USP, já que a identidade de ideias com o marxismo era algo comum a praticamente toda a esquerda na época. Porém, independentemente disso, ao introduzir nos cursos, em espaço acadêmico, o contato com o marxismo, sem dúvida ela contribuiu para a incorporação desse enfoque aos estudos realizados sob sua orientação, os quais se difundiram em vários outros cursos de pós-graduação da área.

Com efeito, a introdução do marxismo nos cursos de pós-graduação na área de Medicina Preventiva e Social, Saúde Pública e correlatos, aparece em outros momentos na fala dos nossos entrevistados. Jairnilson Paim, narrando o processo de reformulação do projeto pedagógico do curso de Mestrado em Saúde Comunitária da UFBA, que havia sido criado em 1973, com apoio da Fundação Rockefeller, chama a atenção para a ruptura com esse modelo, e a adoção de uma perspectiva crítica, mais vinculada ao enfoque marxista introduzida por Juan Cesar Garcia, Cecília Donnangelo, Antonio Sergio Arouca e outros autores. Narrando a articulação que foi feita entre os docentes do DMP/FAMED/UFBA para a mudança no Mestrado sob a liderança de professores vinculado à vertente crítica, Paim diz:

Então a mudança do perfil do mestrado do “modelo rockefelleriano” para o modelo “marxista”, já não foi mais sob a coordenação de Sebastião Loureiro, foi na gestão de Fabíola Nunes! Quer dizer, a grande decisão foi de Fabíola a partir da ida dela a Washington. (...), mas ela teve um papel importante no que hoje somos no sentido da ruptura com o sanitarismo “rockefelleriano.” (...) Fabíola foi eleita coordenadora, (ela era vice) e passou a ser coordenadora, e Jairnilson foi eleito vice-coordenador do mestrado, ok? Em 78.(...) E houve a tensão de tal ordem que a nossa amiga, (isso foi em 79), Fabíola disse que o curso estava sendo marxista e nisso ela não ia, e Jairnilson virou o coordenador do mestrado. Então foi toda aquela barra de 79 que eu assumi até o final do ano, porque Fabíola foi embora. Só que Fabíola não foi embora - olha as contradições- porque o curso estava sendo marxista, é por que ela já tinha algum nível de articulação internacional pois ela foi para a Nicarágua. Quer dizer, uma pessoa que não era marxista foi para Nicarágua. Na Nicarágua ela conhece Sérgio Arouca que era o grande consultor do sandinismo¹⁶³ lá. E Fabíola já conhecia Arouca por nosso intermédio, por mim e Sebastião Loureiro que trouxemos Arouca para o seminário de 78. (Jairnilson Paim em entrevista, 2010)

Além da introdução ao pensamento marxista através da atuação de alguns professores responsáveis por disciplinas específicas e orientações de dissertações e teses, como foi o caso de Cecília Donnangelo, ou mesmo através da reorientação de um curso inteiro, como ocorreu na UFBA, a introdução ao marxismo poderia acontecer por “inquietação pessoal” de uma forma mais autodidata, por curiosidade, como aparece nessa fala de Gastão Wagner sobre o seu contato com o marxismo, inicialmente através de leituras e logo pela inserção na militância em partidos de esquerda.

Não, tive contato com marxismo por acompanhar os movimentos de 1968, eu vivia em BH em uma república, com militantes da AP e da luta armada, tive também contato com o pessoal da teologia da libertação em minha terra, Goiás, e por minha própria inquietação intelectual passei a ler livros e textos de esquerda desde os 16 anos. Na UnB me aproximei dos trotskistas, por sua posição combativa e contra a luta armada¹⁶⁴. Entrei no Partidão em 1978 e o abandonei em 1980 para aderir à construção do PT. Entrei no PCB por influência de Carlos Nelson Coutinho e de David Capistrano, mas não suportei os burocratas que voltaram do exílio (Gastão Wagner, entrevista 2014).

¹⁶³ Na Nicarágua em 1979, havia triunfado a Revolução Sandinista, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), e o novo governo tratava de reorientar a economia do país, ao tempo em que implementava políticas sociais que contemplavam a universalização do acesso a serviços de saúde, através do SNUS – Sistema Nacional Único de Saúde. Ver CASTANEDA, (1994); ZIMMERMANN, (2012).

¹⁶⁴ O debate ao interior das organizações de esquerda acerca da “luta armada” no período 1967 a 1974 gerou um processo de reorganização dos partidos políticos e tendências de orientação marxista (ver SILVA, 1989: p.102-148). Como existiam rachas entre as tendências, talvez o entrevistado esteja se referindo a sua vinculação a um grupo trotskista que era contrário a luta armada, algo que não necessariamente era comum a todos.

Uma fala relevante sobre o tipo de marxismo que muitos dos militantes da RSB buscavam foi feita por Hésio Cordeiro, quando questionado sobre o impacto que a conferência de Michel Foucault sobre a Medicina Social¹⁶⁵, proferida no IMS-UERJ, em 1974, teria tido sobre a constituição da Saúde Coletiva. Sobre isso, Hésio Cordeiro comenta:

Não. Repercutiu em termos de um desafio, de uma contestação até dos conceitos de quem estava usando, mas o Foucault era meio visto com um certo viés também anarquista, não marxista, mas muito desafiador em termos dos postulados e das propostas que ele estava fazendo. E a questão da sociedade disciplinar. Isso (...) [teve] uma repercussão muito importante em termo da discussão das instituições de saúde que a Madel Luz¹⁶⁶ estava desenvolvendo na tese de doutorado dela, não de doutorado não, no trabalho da pesquisa que ela fez de instituições médicas e isso somava muito na visão da idéia da sociedade disciplinar e da relação das instituições com pólo de poder em que não era uma espécie de concepção mecânica do poder e só vinculada a questão material, econômica e, sim, havia outros mecanismos mais sutis de dominação e de controle das pessoas e das sociedades, a partir da idéia das sociedades da microfísica do poder, especialmente, da microfísica do poder (Hésio Cordeiro em entrevista, 2009).

A fala seguinte ilustra o contato com o marxismo através da inserção precoce da entrevistada na militância do PCB, evidenciando uma forma de aprendizado e internalização dos conceitos marxistas a partir de um processo de sensibilização social que se traduziu em vinculação à prática político-partidária:

L- No segundo grau você já teve alguma participação política?

Entrevistada 10 - Já. Eu comecei a frequentar os centros acadêmicos, que era o que tinha lá, mas eu estava metida com o pessoal do partido comunista, o PCB.

L- Desde o segundo grau?

Entrevistada 10 - Eu não sabia o que era, quando eu comecei. Depois eu soube e comecei a frequentar as reuniões do partido, já sem muita ideia do que era efetivamente ser comunista mesmo. Eu tenho impressão que naquele tempo as pessoas iam ser comunistas por uma coisa muito afetiva, por se sentir imoral, uma coisa da injustiça. Não era você, não tinha, pelo menos onde eu morava, essa coisa. Eu lembro do Arouca. Você não tinha o que ler. Ele tinha essas coisas muito. Eu

¹⁶⁵ Michel Foucault, filósofo francês, cujos estudos sobre a “História da Loucura na Idade clássica”, e “o nascimento da Clínica”, estavam sendo divulgados no Brasil nos anos 70, foi convidado pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, em 1974, onde pronunciou conferências sobre “O nascimento da Medicina Social” (FOUCAULT, 2011) e a “Incorporação do Hospital na tecnologia moderna” (2011)

¹⁶⁶ Trata-se da socióloga Madel Therezinha Luz, docente do IMS-UERJ. Pela fala de Hésio Cordeiro, fiamos em duvida se ele se refere à tese de doutorado de Madel Luz, publicada com o título “Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia” (LUZ, 1977) ou se faz menção à sua pesquisa sobre “Medicina e ordem política brasileira” (LUZ, 1982), cuja segunda parte analisa as instituições médicas brasileira do século XIX aos anos 20, especialmente os “projetos de Medicina social e Saúde Pública”.

fui trabalhar e depois quando eu fui para Ribeirão Preto - convenci meus pais que eu tinha que ir para acabar de fazer o científico lá - e entrei para o centro acadêmico também. Naquele tempo foi quando eu conheci o Arouca, ele era do partido. A gente era amigo (sic), tinha muitas afinidades, foi no secundário.

Analisando o caso de Arouca, Anamaria Tambellini, que foi sua primeira companheira, diz que ele, já no curso secundário filiou-se ao partido e assim como Anamaria, eram apresentados a textos e outros materiais de leitura utilizados na formação de quadros. Através da fala de Anamaria também podemos constatar a existência de grupos ligados pelo PCB na área de saúde e na academia, que não eram compostos exclusivamente por pessoas ligadas à Medicina Preventiva e Social¹⁶⁷, ou seja, estavam vinculados a diferentes espaços acadêmicos da área de saúde.

Pesquisa básica. Ele descobriu a Bradicinina, foi o método Sergio Ferreira. Sergio Ferreira foi o meu professor e eu comecei a gostar daquele negócio, mas, ao mesmo tempo, era uma coisa maluca. Nós tínhamos um grupo de comunistas na faculdade que fazia ciência básica, matéria básica. Tinha da bioquímica, da bioestatística, na fisiologia, na patologia. Nós éramos um grupo grande (Anamaria Tambellini em entrevista, 2009).

A incorporação do marxismo também pode ser visualizada no relato de outro entrevistado, Sebastião Loureiro, que analisa a contribuição de uma pessoa que ficou esquecida, mas cujo pensamento teve, segundo ele, uma influência grande em alguns agentes da RS como é o caso de Samuel Pessoa¹⁶⁸, pesquisador que, segundo o entrevistado, contribuiu para a construção de um olhar sobre os determinantes sociais das doenças, e que pode ter sido influenciado justamente por uma visão crítica do capitalismo. Na fala de Sebastião aparece claramente a importância do trabalho desse pesquisador, voltado para o estudo de problemas de saúde da população, especialmente afetados pela pobreza, como era o caso das chamadas “doenças tropicais”:

Uma pessoa que me influenciou muito ...nessa visão ...foi o professor Samuel Pessoa. Ninguém mais fala nele, mas foi uma pessoa que inúmeras vezes teve uma importância muito grande, um pesquisador seríssimo, ... era do partido comunista,

¹⁶⁷ A participação de intelectuais de diversas áreas no PCB é apontada em vários trabalhos sobre o período, ver por exemplo, “No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970” (NAPOLITANO, 2014).

¹⁶⁸ Médico parasitologista (1898-1976), autor de *Ensaio médico-sociais*, clássico da saúde pública brasileira, reeditado pelo CEBES em 1978, com organização e prefácio de José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim e David Capistrano da Costa Filho, dois militantes históricos da RSB. A trajetória foi objeto de estudo recente de Paiva (2006), segundo o qual Pessoa demonstra que as “diferentes ‘escolas sanitárias’ (em disputa no Brasil em meados do século XX) não se encontravam necessariamente em perspectiva antagônica, ao contrário, ele se revelou não apenas um reconhecido adepto do ‘desenvolvimentismo’, influenciado por um modelo mais tecnicista no campo da saúde pública, como também não se afastou da arena de discussões dos anos 20, especialmente com sua vocação para o saneamento do interior do Brasil.”

e assim muito disponível [para o], diretório acadêmico...várias vezes para fazer conferência,...Então quando eu fui fazer residência em São Paulo eu tive muita aproximação com ele, eu ia de Ribeirão, ...com frequência a São Paulo, eu ia conversar com ele, ia à casa dele, a mulher dele também eu conheci, então o Samuel tinha uma visão muito ampla, estudava a doença tropical mas tinha uma visão das causas, [dos] determinantes sociais, das doenças ...(Sebastião Loureiro em entrevista, 2008).

Vale dizer que é possível se ter uma visão das causas do processo saúde-doença que contempla os determinantes sociais, sem necessariamente ser marxista, ou aderir ao marxismo, porém, no caso do professor Samuel Pessoa, citado por Sebastião Loureiro, essa hipótese parece menos provável, justamente por ele ser ligado ao partido comunista. Ser do partido comunista, especialmente para um acadêmico, implicava em conhecer a tradição marxista, e aderir a ela, embora, apenas uma leitura crítica de sua obra possa evidenciar se, do ponto de vista acadêmico, um determinado autor incorporou este referencial em suas análises.

Além da influência do pensamento marxista nos estudos sobre os determinantes sociais da saúde e da doença¹⁶⁹, aparece nas entrevistas a importância de alguns debates teóricos e políticos que ocorriam no âmbito dos partidos de orientação marxista para a articulação das concepções e práticas da RSB. Nesse sentido, devemos retomar Gastão Wagner, em um trecho já citado, quando foi perguntado sobre a RSB e a contribuição do PCB, diz:

Grande parte da teoria e da proposta que deveria se construir no SUS tem origem na esquerda, **no PCB (Partidão), nesses grupos de esquerda**, tanto esquerda católica, inclusive a esquerda que depois foi social democrata, não é? Alguns, da Ação Popular (AP), que uma parte virou marxista, outra parte, o Professor Seixas, o próprio Serra, o José Serra, depois eles ficaram na esquerda moderada, mas ajudaram a construir o conceito de direito a saúde, sistema de saúde, reforma sanitária. Esses eram muito democratas, radicais, a coisa da gestão participativa, não é? Parte desses Trotskistas tinha discurso autonomista, a Professora Marilena Chauí influenciava muito, a ideia da democracia direta e os eurocomunistas também, a ideia de que a democracia não era depois da revolução, era sempre, era no Partido, era na família... (Gastão Wagner em entrevista, 2014).

¹⁶⁹ Cabe registrar que, embora não tenham sido citados nas entrevistas, vários dos trabalhos realizados nesta época por pesquisadores brasileiros da área de Epidemiologia, incorporaram referenciais marxistas, a exemplo dos estudos de Moises Goldbaum, Ana Maria Tambellini, Mauricio Barreto, Marilisa Berti de Barros, Rita Barata, Carlos Monteiro, César Victora, Ligia Vieira da Silva e outros, constituindo, inclusive, uma vertente crítica denominada “Epidemiologia social”. Em nosso trabalho fomos guiados pelas falas dos entrevistados, porém é importante referir a existência de trabalhos recentes que resgatam a História da Epidemiologia no Brasil (MEDRONHO, ALMEIDA FILHO e SCLIAR, 2011), o desenvolvimento da Epidemiologia social” na América Latina e no Brasil, (BARATA, ALMEIDA FILHO e BARRETO, 2011), bem como estudos que traçam p “Estado da arte em Epidemiologia no Brasil” (ALMEIDA FILHO, MEDRONHO e BARRETO, 2014), os quais contribuem para a identificação das correntes de pensamento e das linhas de pesquisa onde se situam os diversos autores citados.

Cabe notar que, sua fala destaca, em seguida a importância do pensamento de Gramsci, particularmente em sua formação política, conectando, de imediato, essa lembrança com sua visão acerca das características do “projeto sanitário brasileiro”, isto é, o projeto político do MRSB, destacando, inclusive, a participação de dirigentes marxistas na formulação desse projeto:

E, depois, com Gramsci, então, isso me marcou muito, eu, até hoje é meu eixo, eu me organizo em torno dessas ideias e acho que o projeto sanitário brasileiro é um projeto construído pela esquerda, que se ampliou para parte dos profissionais de saúde, ganhou os Partidos na Constituinte, foi aprovado, enfim. Mas é um discurso, a raiz desse discurso, o núcleo desse discurso, é um discurso construído por Sérgio Arouca, Eleutério Rodrigues Neto, por Hésio Cordeiro, enfim, por figuras, marcadamente, de esquerda, **de alguma vertente marxista**, (Gastão Wagner em entrevista, 2014).

A influência, ou melhor, a incorporação da perspectiva marxista aparece inclusive quando os agentes da RSB fazem um balanço do movimento, e criticam a perda dessa dimensão. Podemos perceber isso na fala de Roberto Passos Nogueira, quando analisa o processo de RSB e discorre sobre as mudanças que ocorreram ao longo dos anos em termos da articulação política. Roberto Passos faz uma crítica mais contundente, referindo-se à ausência de autocrítica por parte das lideranças do MRS e a perda de sua “matriz marxista”¹⁷⁰. Desse modo, ele não apenas reconhece o marxismo enquanto matriz teórica e política do movimento sanitário, mas conecta sua crise ao que avalia como perda, mesmo que parcial, dessa matriz.

E essa encruzilhada eu acho que levaria a, através de uma autocrítica do próprio movimento. Que não é feita. O movimento não faz autocrítica. Eu acho que perde um pouco a sua matriz marxista. Deveria fazer autocrítica. Então, se considerando bem-sucedidos e pensando em continuar lutando para ser bem-sucedido. Além do que nós ocupamos posições, de muito interesse. Que envolve o sistema como um todo (Roberto Passos Nogueira, em entrevista, 2008).

A importância do marxismo no pensamento e na ação do MRS em sua gênese, como apontamos anteriormente, é algo já presente nos trabalhos de Paim (2006), Fleury (1989) entre outros. Tratando de rastrear suas origens, buscamos identificar em que

¹⁷⁰ Ver por exemplo as proposições elaboradas por Roberto Passos Nogueira na apresentação da coletânea “Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária”. O autor retomada do pensamento de Marx ao se pensar determinação social do processo saúde doença criticando a generalização do uso do termo determinantes sociais em saúde (NOGUEIRA, 2010).

momento e quem foram os responsáveis pela difusão desse enfoque entre professores envolvidos com as mudanças no ensino de graduação e de pós-graduação na área de saúde na década de 70¹⁷¹. A entrevista de Jairnilson Paim aponta a origem desse processo, reafirmando a importância de Juan Cesar Garcia, médico argentino, consultor da OPS, coordenador de extensa pesquisa sobre “Educação Medica na América Latina” (OPS, 1972), que organizou vários encontros internacionais onde se discutiu o ensino das Ciências Sociais em Saúde como um dos articuladores do movimento da Medicina Social Latino Americana. Vejamos o texto da fala de Paim que destaca a importância do trabalho de Juan Cesar Garcia, acrescentando informações mais precisas sobre a forma como este agente influenciou nos rumos do debate teórico e político que subsidiou a articulação em torno da RSB:

Olhe bem...mais uma vez Juan César Garcia. Juan César Garcia- isso tem em um capítulo meu sobre o marxismo e saúde, um capítulo que eu escrevi recentemente- é. Juan César Garcia fez a célebre reunião de Cuenca, no Equador em 1972. Ele levou Hésio Cordeiro, Nina e outras pessoas tantas aqui do Brasil pra discutir as Ciências Sociais em Saúde. E o tom deste encontro de Cuenca era exatamente criticar o funcionalismo como a única explicação para os problemas de saúde na perspectiva social, não é? E buscar outros **enfoques que explicassem numa perspectiva mais totalizadora os determinantes estruturais que explicavam tanto os problemas de saúde, como da organização social da prática médica, em outras palavras, marxismo**, ok? Então Cuenca foi um evento que problematizava os enfoques para questão das Ciências Sociais em Saúde. Dois: mais uma vez Juan César Garcia, ao propor cursos no Equador, no Rio e em Xochimilco, que trouxesse uma abordagem alternativa, ou seja, não funcionalista para a questão da saúde, ok? Nós estávamos por fora dessa discussão (Jairnilson Paim em entrevista, 2008).

A contribuição de Juan Cesar Garcia¹⁷² é então enfatizada mais uma vez pelo entrevistado, que ressalta seu papel na introdução do marxismo pela via acadêmica, ao estimular a criação de cursos de pós-graduação que adotassem esse referencial:

Isso. E Medicina Social era uma identidade política, ideológica com Virchow, com René Sand, com a Medicina Social da Europa do século XIX, na visão mais ampla das questões de saúde. De modo que se falava em Medicina Social latino-americana, já se começava a se falar isso. Por que? Porque estava sendo criado o

¹⁷¹ Ou seja, como se deu a incorporação de uma visão crítica acerca da difusão e incorporação do “movimento preventivista” nas Escolas Médicas, ponto de partida para, de um lado, a análise crítica de Arouca sobre o “discurso preventivista”, e de outro, a incorporação de cientistas sociais, como Donnangelo, nos recém-criados Departamentos de Medicina Preventiva.

¹⁷² A filiação de Juan Cesar Garcia ao marxismo em sua vertente estruturalista, encontra-se explicitada claramente em várias de suas obras. No estudo pioneiro sobre a educação médica na América Latina Garcia afirma que “Partimos da afirmação, consequente com o ponto de vista estruturalista adotado, de que a prática médica está ligada à transformação histórica do processo de produção econômica. Em outras palavras a estrutura econômica determina o lugar e a forma de articulação da Medicina na estrutura social (GARCIA,1972, p.390). Em outros trabalhos o autor discorre sobre a adoção desse referencial teórico, ver por exemplo, Garcia (1985; 1989).

Mestrado de Medicina Social na UERJ, o Instituto de Medicina Social com o Mestrado e Xochimilco também o Mestrado de Medicina Social. Então o que era mais avançado nesse campo amplo do coletivo em saúde na América Latina era Xochimilco e UERJ. Não era a ENSP, não era a Faculdade de Saúde Pública. Era Xochimilco e UERJ. E essas duas universidades tinham um tronco comum, **esse tronco comum se chamava Juan César Garcia, que concebeu mestrados inovadores que trariam uma ruptura do ponto de vista do enfoque de ciências sociais para introduzir o Marxismo**. Não era possível falar dessa forma, mas era para incluir o Marxismo com uma outra interpretação da realidade em saúde. E ele conseguiu recursos e mobilizou vontades para essas duas experiências, vamos dizer assim, Xochimilco e UERJ. E esses dois deram o nome de Medicina Social (Jairnilson Paim em entrevista, 2008).

A importância de Juan Cesar Garcia, do marxismo e do materialismo histórico que dele provêm, aparece também nas falas de Hésio Cordeiro. Respondendo uma questão acerca de sua motivação para desenvolver esse pensamento crítico em trabalhos acadêmicos, Hésio disse:

Acho que teve muito a ver com os seminários e reuniões que o Juan César Garcia promovia na OPAS sobre a introdução das Ciências Sociais. Ali havia um forte componente de crítica ao funcionalismo sociológico e a tentativa da construção de um modelo teórico de explicação distinto, inspirado no materialismo histórico. Isso teve uma forte influência sobre o interesse em desenvolver. Depois já fui fazer o doutorado com a Cecília Donnangelo (Hésio Cordeiro em entrevista, 2009).

Pelo exposto repetidamente nas entrevistas, constatamos que o marxismo foi de fundamental importância para a RSB, não apenas na avaliação dos agentes, mas se percebe que esses internalizaram conceitos marxistas, especialmente os gramscianos. O contato inicial se deu através de partidos de matriz marxista, da academia, de forma autodidata, mas para além do contato inicial, aqueles que militaram em partidos de matriz marxista, o PCB, a Ação Popular e o PC do B, referidos pelos entrevistados e aqueles que realizaram pesquisas usando este referencial imprimiram esse caráter ao MRSB, do qual eram membros fundadores.

Em nossa avaliação, o PCB em especial, mas também os demais partidos de matriz marxista e outras correntes de esquerda, contribuíram com essa construção discursiva, mas não podem ser vistos como os únicos responsáveis pela transmissão dessas ideias nos anos 70 e 80, junto aos agentes do movimento sanitário. O quanto a responsabilidade foi dos partidos, e o quanto foi da academia, ou por outros caminhos, não temos como aferir, e pode ser alvo de futuras pesquisas. Mas, a nossa pesquisa, apresenta evidências suficientes para sinalizar que essa foi uma das formas com que partidos de matriz marxista

contribuíram com a RSB, trazendo o marxismo para o interior dos estudos e pesquisas na área de saúde e fundamentando o debate e a ação política dos seus agentes.

6.4 Conflitos políticos na emergência da RSB

No decorrer da investigação uma hipótese foi se formando, a qual, antes do contato com o empírico, não teríamos como formular. A que não apenas o PCB teve importância para a RSB, mas que sua importância foi diferenciada em duas distintas conjunturas. Durante a distensão (MATHIAS, 1995), de 1974 a 1979, o partido estaria desarticulado, resultado do exílio, das mortes de seus membros, da perseguição efetuada pelos órgãos repressivos da ditadura militar. Já no ano de 1979, com a abertura, e a volta dos comunistas exilados, o PCB passa por um debate interno entre os eurocomunistas, que aderiram à luta democrática sendo influenciados por uma interpretação de Gramsci, que entendia que era necessário ser dirigente antes de ser dominante em sociedades complexas¹⁷³, e aqueles que vinham de uma tradição mais autoritária, ou burocrática. Obviamente, essa hipótese, reflete um ponto de vista, e é o ponto de vista do entrevistado que primeiro nos chamou a atenção para essa possibilidade, portanto vamos começar a analisar essa hipótese através de sua fala.

Quem primeiro nos chamou a atenção para essa questão foi o Entrevistado 2 em um trecho já citado, que devemos reexaminar. Vejamos como ele destaca isso em sua própria trajetória, citando o enfrentamento dessa questão como motivo para sua saída do PCB. A pergunta é relativa à questão se havia algum tipo de discussão, dentro do Partido, sobre como participar dos movimentos sociais, ao que ele respondeu:

Havia uma polêmica bastante grande, não é? Distintas frações, esse povo eurocomunista dizia que tinha que levar a democracia para o movimento, a construção da democracia, a derrota da ditadura, passa pela construção da democracia social, de construir políticas públicas, nós tínhamos que criar um novo socialismo, e, ao mesmo tempo, nós tínhamos uma fração, ligada a Luiz Carlos Prestes e aos dirigentes que estavam em Moscou, que vieram em 79, foi quando eu saí do Partido, quando houve a anistia e os dirigentes do PC que estavam no exílio voltaram, predominou a visão autoritária, quase que empresarial, da organização do Partido, o Partido já estava em decadência, não é? E aí, em 79, eu saí do Partido, eu e quase toda a base de Santo André, e fomos para o movimento que seria o PT, já em 80. Nós teríamos sido expulsos, porque a gente apoiou as greves de 78, 79, apesar de eu não ser metalúrgico, mas boa parte da base de Santo André do PC era metalúrgica, principalmente, em Santo André, em São Bernardo também, o irmão

¹⁷³ Essa afirmação não sumariza o pensamento eurocomunista. Ver mais detalhes no capítulo 3.

do Lula, Frei Chico e todo mundo apoiou as greves de 78 e 79 e os dirigentes, que vieram de fora, diziam que era um movimento de provocação, para endurecer a ditadura, que o Lula, já dirigente, era um agente da CIA, tinha um discurso paranoico, conservador e autoritário, não é? Contra a democracia partidária, institucional e aí nós saímos (Entrevistado 2).

Essa visão de Prestes como líder de uma facção mais autoritária é contestada pelo Entrevistado 28, porém mesmo este confirma a “tensão” entre os que ficaram e os que retornaram do exílio. Levantamos a questão que essa tensão não era apenas entre eurocomunistas e estalinistas, como apontou o entrevistado 2, mas que a disputa se refletia também na relação do partido com os movimentos sociais, sendo a tendência eurocomunista mais aberta, mais flexível na relação com os movimentos, e a estalinista mais tutelar. Nessa linha, tratamos de investigar se essa questão maior das tensões no PCB se refletia de alguma maneira no movimento sanitário, ao que o entrevistado 2 respondeu que “o forte do movimento é quando ele é controlado pelo movimento e não pelos partidos” (Entrevistado 2). Nessa perspectiva, obtivemos o seguinte depoimento:

A gente defendia a recriação de um partido de massa, que fosse socialista e democrático, que não necessariamente seria o PC, que o PC era um pedaço disso, eles achavam que o PC era o futuro da humanidade. Então, isso também, ou seja, a gente era muito mais próximo da Ação Popular, da AP, dos outros grupos de esquerda, mesmo quanto os militantes da ALN começavam a voltar, nós recebemos essas pessoas, como companheiros, começamos a pensar juntos, discutir juntos e, no PC, não cabia todo esse movimento que estava nascendo, não é? A teologia da libertação, a gente era muito próxima, respeitava muito todo o pessoal da teologia da libertação, o Paulo Freire. Enfim, a divergência era por aí, a gente pensava em inventar um partido socialista e democrático e, a gente defendia isso, que depois marcou o começo do discurso do PT, que os sindicatos tinham que ter, coisa do Gramsci lá em Turim, não é? Tinham que ser dirigidos por cada fábrica, cada empresa na Universidade, tinham que ter os comitês de base e ser dirigido por um colegiado, representante dessas bases, não é? Contra a burocratização dos Sindicatos, associações (Entrevistado 2).

Desse trecho da entrevista vale destacar que a Anistia permitiu o retorno não apenas dos chamados “estalinistas”, mas comunistas e militantes pertencentes a diversas correntes da esquerda, muitas das quais se incorporaram, posteriormente, ao “novo sindicalismo”¹⁷⁴, e ao movimento social desenvolvido a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

¹⁷⁴O surgimento do movimento sindical da região do ABC paulista, contestatório da direção sindical considerada “pelega”... exercida pelo antigo sindicalismo construídos bases “trabalhistas” e populistas no período anterior à ditadura militar.

da Igreja Católica, influenciadas pela “Teologia da Libertação”¹⁷⁵ que se articulariam na criação do que viria a ser o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980. Além disso, essa fala evidencia que o debate político que começou a acontecer envolvendo essa multiplicidade de agentes, militantes de diversas correntes da esquerda, contemplava a reflexão sobre a estratégia de construção da luta democrática, evidenciando a importância concedida, por um lado, à recriação dos partidos, e, por outro, ao fortalecimento dos movimentos sociais, debate esse não isento de conflitos ideológicos, relacionados com a tradição a que se vinculavam os diversos agentes envolvidos.

Outros entrevistados agregam informações que nos ajudam a elucidar estes conflitos, a exemplo do entrevistado nº 9 que apresenta seu ponto de vista sobre os efeitos da Anistia, com o retorno ao país dos comunistas exilados e o impacto que isto produziu no PCB e na RSB, ponto de vista distinto do que foi apresentado pelo entrevistado nº 2.

Na minha visão, O PCB começou a se desmilinguir (sic) a partir de 1967, quando (1) uma parte importante de seus dirigentes se afastou para abraçar estratégias crescentemente militares na luta contra a ditadura; (2) entre os militantes que ficaram, foi se aprofundando a divisão entre os que reiteravam uma adesão ao modelo e à orientação soviética e os que a criticavam, principalmente aqueles que estavam de olho nas propostas eurocomunistas, em particular a italiana. Essas divergências foram se aprofundando ao longo da primeira metade dos anos 70 e foram ainda mais agravadas com o assassinato de muitos dirigentes pela repressão e o exílio de muitos outros. Esse foi o caldo de cultura que existia em 1979, por ocasião da chegada dos exilados. A alegria de recebê-los (costumávamos ir ao aeroporto, independentemente de qual partido pertenciam) não foi suficiente para reunificar o PCB que, então, era um partido em frangalhos. Os militantes que estavam envolvidos com a RSB continuaram a trabalhar para ela, independente das querelas do PCB (Entrevistado 9).

Novamente percebemos o destaque conferido pelo entrevistado ao confronto entre a orientação eurocomunista em contraste com a orientação “soviética”. Vejamos o que Entrevistada nº 8 disse sobre a mesma questão, sendo que ela acrescenta também mais um ponto de vista sobre a introdução do pensamento de Gramsci como referencial teórico e político no MRSB:

¹⁷⁵ A teologia da libertação consistiu em um movimento de renovação do pensamento social da Igreja católica, que se expandiu a todo o continente sul-americano após a Conferência de Puebla, no México. Envolveu dirigentes e teólogos “progressistas”, a exemplo de D. Pedro Casaldáglia, e Leonardo Boff no Brasil, e outros membros da hierarquia católica que se envolveram direta ou indiretamente nos processos políticos democráticos e revolucionários que aconteceram em vários países, como em Nicarágua e El Salvador. Ver Boff (2005).

Acho que com relação à volta dos exilados a mudança maior no Movimento Sanitário foi a **influência de Gramsci que veio com o trabalho do Carlos Nelson Coutinho. A ideia de uma sociedade civil pujante e da luta pela hegemonia que o CEBES defendia foi fortalecida, face à orientação da Direção do Partido que acreditava que só deveríamos militar no sindicato, no partido e no local do trabalho.** A proposta deles era extinguir a base do CEBES. Convoquei um seminário com o Carlos Nelson Coutinho¹⁷⁶ e outro colega da Ciência Política - o Paulo Amarante¹⁷⁷ tem o cartaz - para discutirmos esse tema e saímos muito fortalecidos. Acho que no geral, não no movimento sanitário, **a volta dos exilados trouxe certo desconforto** porque foram tomados como heróis, face aos que tinham ficado aqui com risco de serem mortos pela ditadura, o que foi esquecido nesse momento. Mas, também houve um conagraçamento e a circulação de novas idéias. Com relação a influência do Partidão creio que foi a luta pela democracia, linha mestra desde o sexto Congresso. **Outros grupos como os guerrilheiros não tinham apreço pela democracia e nem pela luta institucional, hoje criticada, mas que permitiu incríveis avanços na saúde**¹⁷⁸ (Entrevistada 8¹⁷⁹).

A fala da entrevistada revela, em essência, a mesma dicotomia que apontamos anteriormente, fazendo uso da distinção gramsciana entre dominação e hegemonia, tratando das disputas internas do partido em relação aos locais que a militância deveria se desenvolver. Podemos interpretar sua fala nestes termos, percebendo que ela atribui à ação do MRSB a busca de fortalecimento da sociedade civil, no caso, das organizações que compunham a base do movimento, isto é, centros de estudo como o CEBES, organizações de estudantes e profissionais da área de saúde e associações populares, visando a difusão do pensamento crítico acerca da saúde

Uma explicação possível e provável, em nossa avaliação, para a maior liberdade dos militantes do movimento sanitário, que atuavam simultaneamente no partido seria o fato do PCB estar desarticulado nos anos 70, sofrendo ainda os efeitos da repressão. Uma das falas mais ilustrativas sobre isso foi enunciada pela Entrevistada 10. Ao ser perguntada sobre a influência do Partido nos debates que ocorriam no âmbito acadêmico em meados da década, a entrevistada, médica, militante do PCB, referiu que esta influência não ocorria. Pelo contrário, explicita certo distanciamento entre a direção do partido e os militantes do campo da saúde que eram filiados ao PCB, como segue:

Nesse momento o partido queria que a gente sumisse, porque a gente estava fazendo uma coisa que o partido não fazia. A gente, inclusive o Hésio depois

¹⁷⁶ Cientista político responsável pela tradução e difusão da obra de Gramsci no Brasil.

¹⁷⁷ Militante histórico do MRSB, editor científico da Revista Saúde em Debate, com atuação destacada na área de Saúde Mental.

¹⁷⁸ As diferenças de orientação política das diversas tendências que se configuraram na esquerda brasileira nesse período, são analisadas, por exemplo, por Silva (1989)

¹⁷⁹ A entrevistada 8 agregou essas observações na complementação da entrevista em 12/09/2015.

quando chegou no Rio veio para o partido também, ele era sempre um olhar a mais, inclusive ele entrou e a coisa ficou muito complicada, porque a gente começou a discutir os princípios de segurança, era aquela coisa que... **porque era tudo muito obediente ali, porque o tempo da repressão desfez aquela coisa fechada do partido, que é aquela disciplina partidária, e deixou a gente livre, entendeu?** (Entrevistada 10)

Não apenas esta entrevistada, mas também o entrevistado 2 se refere de forma relativamente vaga a uma noção de “liberdade de ação” nos anos 70, quando descrevem sua relação com a direção do partido comunista, sinalizando, uma filiação e uma militância, com pouca ingerência ou, dito de outro modo, com grande autonomia. O trecho a seguir fortalece esta interpretação, na medida em que aponta que quando o PCB se reorganizou após a Anistia, essa noção de “liberdade”, modificou-se:

Quando a gente se reorganizou o partido não podia ir ser contra, porque a gente já tinha uma importância muito grande, tinha uma influência grande. Eles não podiam mais bater e tinha é que usar, mas a coisa ficava e de vez em quando a gente apanhava e tinha discussões muito pesadas. Era mulher e sofria muito, teve uma vez no Rio que uma mulher virou e “mas eu não concordo com o que você está falando, veja você, o que você ousa, eu estou no partido há vinte e cinco anos”. Eu virei e falei “assim eu estou há quarenta anos, eu entrei não era menos, eu estou a trinta anos eu entrei no partido com quinze anos”. Se você vê o nível. Foi uma coisa tão brava e a gente no fim ficou sabendo que os caras negociavam coisas da gente. Chegou um dia eu falei “não isso está insuportável”. Eu e o Hésio falamos “nós estamos fora, nós não fazemos mais parte desse partido e nós saímos”. (Entrevistado 2)

A percepção de que a conjuntura política no tempo da repressão desfez a disciplina partidária, ou deixou os agentes mais livres, aparece, de fato, em diferentes momentos nas falas dos entrevistados. Gastão Wagner, por exemplo, quando questionado sobre o caráter da relação do PCB com o movimento sanitário, e se havia uma relação “tutelar”, disse:

Não foi, até porque (o partido) estava desorganizado, o Comitê Central estava no exílio, a repressão ao PC foi tardia, a guerrilha foi em 69, 61,62, aos partidos da luta armada, ao Partidão, foi de 74, 75, 76, então, a gente fazia no PC o que queria, o Comitê Municipal de Santo André que eu era, a gente não falava com ninguém, eram nós mesmos, o que a gente achasse, quando ele se reata como organização, todo aquele peso burocrático volta. Então, essa autonomia que a gente teve, nos anos 70, PT não existia ainda, era um conjunto de movimentos, os partidos de esquerda, os outros dissidentes do PC, duravam um ano, dois anos, se desfaziam. Então, foi uma fase de pensamento muito independente, dos pensadores, que permitiu esse dinamismo do movimento, eu acho, não sei, uma hipótese. É mais mérito do contexto do que dos partidos (Gastão Wagner em entrevista, 2014.)

Essa não era apenas a realidade do PCB, mas também do PC do B. A fala de Júlio Muller, que militou neste partido, é ilustrativa desse ponto. Em seu depoimento, Júlio

Muller inicialmente fala de sua trajetória acadêmica, já que a pergunta tratava de investigar se já havia Departamento de Medicina Preventiva ou ainda existia a cadeira de Higiene na época de sua formação como médico, mas acaba revelando informações importantes sobre sua vinculação ao movimento estudantil e a influência do PC do B neste processo. Vejamos o que ele disse:

A cadeira era Higiene e Saúde Pública, exatamente, era o nome, deve está no meu histórico escolar, mas quase certeza que era Higiene e Saúde Pública. Não tinha prova, eram só aulas e não teve nada. Por incrível que pareça, a minha aproximação foi se dando a partir de duas vertentes: da vertente da minha militância, que acaba que você passa pela visão de mundo, amplia seu campo de referência de atuação social e tudo o mais e também da prática psiquiátrica, porque eu também me interessei, passei a me interessar muito pelo campo da saúde mental, que é onde se faz exatamente a interface da Psiquiatria com a Saúde Pública. Então a experiência da comunidade terapêutica não deixa de ser uma experiência de Saúde Pública. Na época não tinha essa compreensão, passei a ter depois, mas é uma nova forma, um novo dispositivo, uma nova forma de trabalhar a questão da organização dos serviços, humanizar o cuidado. Essa própria prática como especialista em Psiquiatria num lado e a questão da militância e da consciência política, ideológica, eu acho que foram os fatores que terminaram por me aproximar da Saúde Pública. Mas isso eu só vim fazer depois que eu voltei do exílio, em 1979. Quando eu fui formalizar o meu estudo. Eu me formei em 73, eu acabei saindo para o exterior. Fiz uma primeira saída no final de 73, depois em 74, segundo semestre de 74, até porque eu e outras pessoas, um grupo que na época militava no movimento estudantil, éramos ligados ao PC do B e coincidiu esse período de 72 com o início do movimento armado, a guerrilha do Araguaia. Nós tínhamos uma influência importante, **o movimento estudantil do Rio de Janeiro controlava alguns setores importantes, e houve uma grande onda repressiva sobre todas aquelas pessoas, organizações, enfim, ligadas ao PC do B. Nós tínhamos também a União da Juventude Patriótica, o UJP, que era uma organização ligada ao PC do B, que a gente também desenvolvia** (Julio Muller em entrevista, 2008).

Quando questionado sobre o caráter clandestino da organização ele toca na questão da maior autonomia na atuação dos militantes, em decorrência da maior repressão política sobre as organizações e partidos de esquerda:

Era clandestina, completamente clandestina. Não, até o centro de estudante era clandestino. A repressão foi final de 72, eu estava acho que no quinto ano, o sexto ano eu praticamente fiz semiclandestino. Para minha sorte, eu só consegui me formar - eu, Osmar- porque a faculdade de Medicina não tinha um hospital universitário, ela era toda espalhada em muitos hospitais e muitos catedráticos. A faculdade credenciava os serviços deles para efeito de estágio, de formação de aula, tudo o mais e eu fiquei estagiando semiclandestino numa clínica particular, que era dirigida e era coordenada a parte toda científica por um catedrático da Psiquiatria da faculdade. Só eu, ele e a secretária da faculdade sabíamos disso, porque em tese eu estava sumido, desaparecido, escondido e estava. Eu só aparecia ali nessa coisa.

Porque a repressão começou a se estender e foi muito forte no Rio de Janeiro, prenderam mais de, nem me lembro a quantidade de pessoas, matou na tortura várias pessoas nessa época lá no Rio de Janeiro, o Lincoln Oest (Lincoln Cordeiro Oest, dirigente do comitê central do PC do B) que era o principal dirigente do movimento estudantil. Também assassinou, o Lincoln...perdão, Lincoln Oest não, o Lincoln Bicalho (Lincoln Bicalho Roque, líder estudantil)...que era o líder do movimento estudantil, o Lincoln Oest, que era dirigente do comitê central do partido comunista, o Carlos Danieli (Carlos Nicolau Danieli), Guilhardini, enfim, e torturou todo mundo, bateu em muita gente. Os que foram perseguidos acabaram tendo que se esconder em algum lugar. E eu sobrevivi ainda nesse jeito um ano e meio, trabalhando inclusive na organização clandestina da UNE, da União Nacional dos Estudantes. Eu fazia a ponte para a reorganização da UNE, **já inclusive sem contato com o partido porque como toda a direção tinha sido presa ou eliminada, a gente trabalhava já por conta própria, eu e outras pessoas, e nessa época acabei conseguindo**, houve aí uma cumplicidade muito grande da faculdade, quer dizer, da direção da faculdade de Medicina, cumplicidade no bom sentido, que entendendo essa dificuldade, acabou que nos garantiu esse internato fora do esquema (Julio Muller em entrevista, 2008).

Por fim, fala do exílio, dos motivos que o levaram a se exilar, e dos contatos que mantinha com o partido estando fora do país:

Isso valeu para mim e mais dois colegas, um deles Osmar Terra, hoje é deputado federal do Rio Grande do Sul, é o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), nós éramos colegas de turma. E se não fosse isso nós simplesmente teríamos sido presos, torturados, porque para você ter uma idéia, a nossa turma se formou em novembro de 1973 no teatro municipal do Rio de Janeiro e a formatura foi interrompida. Ela não se encerrou por tropas do primeiro exército, a polícia do exército, à caça de mim, do Osmar e de outros colegas, que não pudemos, não fomos à formatura e também porque nós escolhemos de paraninfo Dom Hélder Câmara. O discurso da turma foi a declaração dos direitos dos homens, que era uma coisa absolutamente subversiva naquele contexto. São essas coisas que a gente fala hoje a garotada não acredita (risos), acha uma coisa surreal, como diz a meninada. Mas era isso, a declaração dos direitos do homem era um documento altamente subversivo, perigoso, colocava em risco a segurança nacional e tudo o mais. E aí nós conseguimos tirar o diploma. Eu fui receber esse diploma às 11:30h da noite, na casa do diretor da faculdade, já em maio de 1974. Nesse período inclusive eu passei um tempo no Brasil, um tempo na Argentina, onde a gente estabeleceu contato com o PC do B no exílio. (Julio Muller em entrevista, 2008).

Isso serve para sinalizar que embora o PCB tenha sido o partido mais influente junto a RSB, especialmente em sua emergência, outros partidos, como PC do B¹⁸⁰, a AP e outras correntes de esquerda, como as Trotskistas, que são mencionadas nas entrevistas,

¹⁸⁰ O PC do B organizou um centro de estudos e pesquisas sociais cujo núcleo de saúde organizou seminário que debateu as propostas para a VIII Conferência. O programa do seminário onde está escrito que é uma preparação para a VIII Conferência Nacional de Saúde encontra-se no arquivo pessoal da professora Ligia Maria Vieira da Silva.

também fizeram parte dessa construção. Para entender com maior profundidade a relação dessas correntes com o movimento sanitário, especialmente em estados e municípios fora do eixo Rio- São Paulo, onde atuou a maioria dos entrevistados dessa pesquisa, são necessários novos estudos, acerca dessa dimensão, ainda pouco investigada, da RSB. Mesmo em relação ao eixo Rio-São Paulo, estudos focalizados podem aprofundar e contribuir para ampliar o conhecimento acerca da influência dessas diversas correntes e organizações de esquerda na gênese e no desenvolvimento da ação política do MRSB.

6.5. Discutindo hipóteses acerca da relação entre o movimento sanitário e os partidos políticos de matriz marxista

Uma das nossas primeiras hipóteses depois de realizar as entrevistas foi que nos anos 70 os partidos de matriz marxista se encontravam desarticulados, e isso, combinado com ideias de defesa da via democrática, favoreceu a dupla militância, nos partidos e no movimento sanitário, sendo a contribuição dos partidos muito mais na formação das lideranças do movimento sanitário, na conformação de um “saber” político traduzido em capacidade de organização segundo as estratégias discutidas no âmbito do pensamento político marxista.

Essa hipótese foi se confirmando ao longo da análise das questões apontadas nas entrevistas. Assim, podemos constatar que os “anos de chumbo” produziram uma desarticulação do PCB, e dos demais partidos de orientação marxista. Por estarem na clandestinidade, com muitos membros exilados, e com uma burocracia desarticulada, esses partidos, o PCB em particular, não tiveram uma postura mais ativa na direção dos movimentos, inclusive o movimento sanitário. Dessa forma, os agentes e militantes do movimento sanitário, que também militavam no PCB, iam para o movimento, de uma forma pouco ou quase nada coordenada pelo partido. Isso não implica em uma ausência da influência do partido, pois o partido contribuiu para a formação política desses agentes, tanto no que diz respeito à apropriação do pensamento marxista, quanto no desenvolvimento de suas capacidades organizativas¹⁸¹.

Além disso, como vimos, ocorriam discussões na base da saúde do PCB, em algumas células (núcleos), antes de se levar propostas para entidades ligadas a RSB, como

¹⁸¹ Vale ressaltar que a militância nos movimentos sociais era parte fundamental da militância partidária (PCB,1980).

o CEBES. Entre os membros do PCB que não foram exilados, muitos buscaram espaço no MDB e posteriormente no PMDB, que atuaram como “abrigo de comunistas”. Esta tornou-se, portanto, uma tática para ocupar posições de poder na burocracia estatal, influenciada por uma interpretação da noção de “guerra de posição”, elaborada por Gramsci, e da influência do partido comunista italiano e do eurocomunismo¹⁸². Entre os membros do partido que retornaram do exílio, priorizou-se a atuação junto a sindicatos e outras entidades, e essa atuação pós Anistia tinha a característica, na visão do entrevistado 2 e da entrevistada 10, de uma prática autoritária na relação do partido com os movimentos sociais, o que se constituiu em uma grande divergência entre os que ficaram e os que voltaram.

Por fim, o balanço que fazemos da relação é que ela existiu, porém não foi profundamente diretiva. Ela se deu porque muitos dos principais militantes do movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, também militavam em partidos políticos, e a vivência no partido contribuiu para o desenvolvimento de suas habilidades organizativas, que aplicaram junto ao movimento sanitário. Introduziu ou aprofundou uma discussão da tradição marxista, que foi de fundamental importância para o movimento sanitário. Além disso, discussões internas nos núcleos do PCB ligados a saúde, ou da base do CEBES do PCB, discutiam propostas antes de serem levadas ao movimento, demonstrando, que em algumas realidades, uma articulação partidária influenciava os debates nas entidades ligadas ao movimento sanitário. Finalmente, diversas disputas com caráter partidário, indicam ainda que mesmo que o movimento sanitário conseguisse abarcar uma diversidade de pontos de vista, e de filiações e pessoas não filiadas, a dimensão partidária era um dos fatores que poderia gerar tensões, conflitos e disputas por poder. Essas disputas, que aconteceram, não implicam que não houvesse laços de solidariedade para além das filiações, ao contrário, a adesão a RSB em muitos casos era muito mais importante do que uma adesão a um partido. Esses fatos demonstram, porém, que o processo de construção de um movimento com ligações a entidades, penetração no Estado, e diversidade de militantes, é muito complexo, e que a dimensão político-partidária não pode ser suprimida, somente pelo fato dos militantes terem interesse em destacar o caráter suprapartidário que, como ressaltamos, existia, mas não deixa o movimento, completamente imune à influência

¹⁸² Debate que envolve as controvérsias entre o papel do partido e a composição do partido na relação com as massas. Ou seja, a polemica entre “Democracia partidária X centralismo democrático” e a distinção entre “partido de massas X partido de vanguarda.”

dos partidos. Influência que, em diversos momentos, assume características de cooperação e em outros é geradora de conflitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reuniu diversas evidências que falam a favor de uma influência direta e indireta dos partidos sobre o MRSB. Em primeiro lugar importantes lideranças do MRSB, formuladoras da proposta e articuladores políticos eram militantes de partidos clandestinos de orientação marxista, particularmente o PCB, mas também o PC do B e outros correntes de esquerda. Existiam grupos específicos de militantes do PCB que atuavam no CEBES, e em alguns estados o Partido mantinha um núcleo de saúde. Há relatos de articulações prévias partidárias em relação ao movimento e também de debates que aconteceram em torno de disputas com relação à direção do CEBES e também com relação à composição de diretorias executivas do CONASEMS. A principal bandeira política do MRSB era coerente com a ênfase atribuída à luta democrática por alguns partidos de esquerda, naquele momento, e em particular o PCB. Por outro lado, há um ponto de vista importante sobre o caráter suprapartidário do MRSB que devemos discutir.

Através da investigação sobre a natureza da relação entre movimento sanitário e partidos políticos, buscamos compreender a intensidade e as formas que essa relação assumiu. Nesse sentido, entendemos que tentar responder uma questão associada contribui para comunicar nossas conclusões. Foi o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira um movimento suprapartidário? A resposta a essa questão depende fundamentalmente do entendimento acerca do significado do termo “suprapartidário”, ou seja, se o entendermos simplesmente como aparece nos dicionários, como algo que “está acima dos partidos”¹⁸³, “acima da ideologia de qualquer partido”, “congrega ou reúne vários partidos, mas não se subordina a nenhum deles”, ou se o entendimento é que não há influência ou contribuição dos partidos, ou se essa foi mínima, desprezível, o que parece muitas vezes subentendido no discurso que enfatiza essa dimensão.

Se o entendimento for que a Reforma Sanitária Brasileira não contou com uma contribuição relevante de partidos políticos para sua formação, ou foi imune à influência dos partidos, o que pode se deduzir presentemente, até pelo desinteresse anterior em se investigar esse objeto, nesse caso, divergimos, porque isso não corresponde ao que se

¹⁸³ A busca pelo significado da palavra suprapartidário no dicionário Básico da língua portuguesa Aurélio Buarque de Holanda, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, edição 1995, revelou-se infrutífera. Por isso consultamos dicionários online. Acessados em 08/02/2016.

<http://www.dicio.com.br/suprapartidario/>

<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/suprapartid%C3%A1rio>

apresentou em nossa pesquisa. De fato, a última acepção colocada nos dicionários é que mais se adéqua ao que detectamos em diversos momentos da pesquisa, na medida em que constatamos que o movimento sanitário congregou pessoas de diversos partidos, até da Arena, e pessoas sem filiação partidária, não se subordinando a nenhum deles, mas isso não implicou em ausência de influência, ou contribuição. Ou, dito de outra forma, a realidade da relação é mais complexa, não permitindo uma resposta sumária, apontando a necessidade de mais estudos para elucidar suas diversas dimensões.

Vale destacar que mesmo entendendo o movimento sanitário como suprapartidário, no sentido que a proposta e o projeto da RSB colocavam-se acima das diretrizes emanadas dos partidos aos quais os militantes eram filiados, isso não torna estas filiações irrelevantes, seja para se entender a trajetória dos agentes, seja para compreender o próprio movimento. Existem episódios, descritos no capítulo 6, que sinalizam que essa visão de o movimento estar acima das filiações partidárias nem sempre se manifestava, logo, mesmo que pudesse ser uma característica marcante deste, pela diversidade de filiações e pontos de vista, isso não significa que em circunstâncias específicas a questão da filiação partidária não teve relevância.

Então, de que forma os partidos políticos contribuíram para a RSB? Para responder a essa questão é preciso primeiro, restringir a que partidos estamos falando. No período de 1976 a 1979, do ponto de vista legal, existiam apenas dois partidos, o MDB e a Arena, mas os partidos de matriz marxista, que estavam na ilegalidade, direcionaram sua luta para o campo institucional e muitos buscaram abrigo no MDB. Mesmo depois de 1979 esses partidos permaneceram na ilegalidade, voltando à legalidade apenas em 1985, entretanto em 1979, com o fim do bipartidarismo muitos partidos surgiram¹⁸⁴, entre eles o PDS (Partido Democrático Social, antiga Arena, 1980)¹⁸⁵, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB, de 1981), o PT (Partido dos Trabalhadores de 1982), o PDT (Partido Democrático Trabalhista de 1981) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, em sua segunda versão e atual em 1981¹⁸⁶). Entretanto, por que estes partidos não aparecem muito no nosso trabalho? Como utilizamos como fonte principal as entrevistas,

¹⁸⁴ Utilizamos a data de deferimento, o registro definitivo, como referência usando o TSE, mas a fundação desses partidos é um pouco anterior e o registro provisório também. Porém todos datam da Abertura, que começa em 1979. Acessado em 14/02/2016.

<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>

¹⁸⁵ Acessado em 14/02/2016.

<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/partido-politico>

¹⁸⁶ O PTB existiu de 1945 a 1965.

estas indicaram quais os partidos que foram mais relevantes no período de emergência do movimento sanitário, e ficou evidente durante a investigação, que eram os partidos de matriz marxista, ilegais por quase todo o nosso recorte temporal, e entre eles, especialmente o PCB, embora o PC do B, a AP e outras organizações de esquerda que estavam na ilegalidade tenham tido também sua importância. Além disso, ao focarmos com mais ênfase na emergência, período de 1976 a 1979, muitos dos outros partidos ainda não existiam.

Sabendo então que tratamos dos partidos de matriz marxista, de que forma estes contribuíram? Sonia Fleury forneceu uma primeira pista, ao dizer que o partido “sabia fazer política” e que essa foi uma de suas contribuições. Os militantes da RSB que também militavam em partidos de matriz marxista, trouxeram esse saber, essa capacidade, essa disposição, adquirida na militância no partido político, para a sua militância no movimento sanitário. A outra forma foi sinalizada por Luiz Umberto Pinheiro, quando destacou que os partidos “trouxeram o marxismo”, o que não subscrevemos integralmente já que o contato com marxismo teve outras vias além dos partidos marxistas, porém essa observação abriu essa avenida de investigação. O marxismo foi o referencial teórico central da RSB, está presente em grande parte dos trabalhos científicos desenvolvidos pelos militantes da RSB, mesmo que não houvesse uma visão unificada desse referencial, o que reflete a própria diversidade de correntes teóricas no seio do pensamento marxista, das quais o movimento sanitário parece ter adotado uma menos ortodoxa ou, como afirmou Hésio Cordeiro, um “marxismo não economicista”.

Os partidos não foram a única fonte para a adoção deste referencial, na medida em que identificamos e discutimos que este também foi incorporado através de uma via acadêmica¹⁸⁷. Entretanto, as falas dos agentes que tinham dupla militância, isto é, na academia e no partido, sinalizam que mesmo quando não foi o partido o espaço que possibilitou o contato com o referencial marxista, a militância em um partido de matriz marxista contribuiu para solidificar a adoção e a relevância desse referencial em seu pensamento e em sua prática política. Em ambos os casos, os partidos de matriz marxista contribuíram para a formação de agentes da RSB, na medida em que estes trouxeram o conhecimento e a experiência adquirida na militância no partido político, para dentro da RSB, para suas entidades, CEBES e ABRASCO, e demais entidades como sindicatos,

¹⁸⁷ Não temos como mensurar o quanto foi acadêmica e quanto foi partidária, e o quanto foi autodidatismo, mas podemos afirmar que diferentes vias, inclusive a partidária, contribuíram para introduzir ou aprofundar o referencial marxista junto ao movimento pela RSB.

expressando essa perspectiva na sua produção científica e na prática político-burocrática quando no âmbito da gestão do Estado.

Agora, para além de uma contribuição para a formação desses agentes, os partidos políticos de matriz marxista, contribuíram ou participaram de mais alguma forma? Aqui uma fala de Francisco Machado é central. Ele destacou, como vimos, que sua célula lhe atribuía a tarefa de escrever teses, e o cumprimento de uma dessas tarefas implicou na redação de um texto justamente para a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Isso, combinado com os diversos exemplos que apontam o envolvimento dos partidos nas disputas por cargos em períodos de eleições para diretorias de entidades, sinalizam que, se os partidos de matriz marxista não necessariamente se envolviam no dia-a-dia da militância dos movimentos sociais, em determinadas circunstâncias vistas como politicamente relevantes, havia uma influência e em alguns casos até participação em disputas mais direcionadas, e não apenas a contribuição destacada anteriormente na formação de parte dos agentes da RSB.

O quanto essas tarefas do partido se fizeram presentes nos momentos mais relevantes da RSB é algo que outras pesquisas podem aprofundar. Em nosso caso, partimos do movimento sanitário, para buscar em seus agentes, a contribuição dos partidos, sendo que pode vir a ser mais eficiente, partir dos partidos de matriz marxista, e realizar novas entrevistas com agentes da RSB que tinham dupla militância, buscando justamente investigar essa questão, qual seja, as “tarefas do partido para o movimento”.

Nosso estudo abre possibilidade de outras investigações que aprofundem dimensões que abordamos na tese. Por exemplo, a contribuição dos partidos políticos para a presença do referencial marxista na RSB. Já destacamos que houve essa contribuição, mas o quanto ela foi relevante, e especificidades acerca dessa contribuição não nos aprofundamos, havendo margem para estudos nesse sentido. Um estudo que tenha esse objeto, além de entrevistar militantes da RSB que também eram filiados a partidos de matriz marxista, pode partir da leitura dos trabalhos clássicos dos militantes históricos da RSB, a exemplo de Cecília Donnangelo, Sergio Arouca, Sonia Fleury, Jairnilson Paim, produzidos na época, buscando analisar como o referencial marxista foi aplicado pelos militantes da RSB em seus trabalhos acadêmicos, levando em conta inclusive que o partido, como indicamos, não foi a única fonte para o marxismo, havendo o que chamamos de via acadêmica. Essa investigação poderia utilizar fontes do próprio partido, para além das resoluções que citamos, embora suspeitemos que um trabalho desta natureza encontraria as mesmas

dificuldades que encontramos com relação ao período da ditadura, já que a ilegalidade desses partidos fez com que muitos documentos tenham sido destruídos a fim de proteger seus membros, algo que foi confirmado por diversos dos nossos entrevistados.

Outra possibilidade de estudo se refere aos conflitos, disputas internas no âmbito do movimento pela RSB, e a relação dessas disputas para com os partidos políticos dos agentes. Apontamos e discutimos vários desses conflitos no nosso trabalho, porém, uma investigação que tome por objeto tais disputas, conduzindo entrevistas que esclareçam melhor as questões embutidas nesses conflitos, pode aprofundar a compreensão desse aspecto. Nessa perspectiva é importante destacar que nosso estudo traz um ponto de vista diferente de uma noção implícita, ou tácita, presente no discurso dos militantes da RSB, qual seja, a de que este congregava de forma pacífica e cordial os diferentes pontos de vista e diferentes grupos¹⁸⁸. Assim, um estudo que tome essas disputas por objeto pode, talvez, compreender melhor sua relevância para a formação do movimento, e como eles se manifestaram em outras conjunturas. Talvez até lançando luzes sobre o enfraquecimento do movimento, sua possível “cooptação”, em determinados momentos, pelo Estado, levando a um esvaziamento, ao menos parcial, da dimensão crítica que o fundou. Esse estudo, além das entrevistas, poderia utilizar, como fontes, documentos elaborados pelas entidades importantes do movimento, e usar os conflitos que elencamos como ponto de partida.

Finalizando, devemos resgatar a revisão que fizemos acerca da emergência do debate sobre a relação entre partido político e movimento, que inclusive surge dentro da esquerda marxista, entre Lênin e Rosa Luxemburgo, e da nossa revisão de literatura sobre essa relação. A visão negativa, com viés pejorativo, acerca dessa relação, como podendo ser de “tutela”, “cooptação”, segundo a qual os partidos poderiam “roubar” a autonomia e independência do movimento é uma preocupação constante. O fato de Lênin ter ressaltado que o movimento deveria ser independente, e que a direcionalidade fornecida pelo partido, não deveria negar ou reduzir isto, nos levou a avaliar que a controvérsia entre Lênin e Rosa Luxemburgo apesar de ser maior em outras questões, não deixa de evidenciar que essa crítica, esse ataque ao papel dos partidos junto aos movimentos fazia parte do universo discursivo e simbólico dessa relação. Analisando o nosso objeto à luz dessa questão, vale lembrar também o fato do movimento pela Reforma Sanitária Brasileira ter surgido em um

¹⁸⁸ Já que a RSB congrega essas diferentes visões e pessoas, nem sempre de forma tão pacífica, nem com tanta unidade quanto possa se imaginar. O que não significa conflito permanente, entretanto, mais apropriadamente, sua presença, como parte da dinâmica do movimento e suas entidades.

período que os partidos de matriz marxista estavam na ilegalidade, e que estavam sendo alvo da repressão, mesmo durante a distensão¹⁸⁹, logo ressaltar sua importância era algo cercado pelo temor de seus militantes face à possibilidade de serem alvo de repressão política.

Tudo isso concorre para produzir pontos de vista sobre a independência do movimento frente aos partidos, logo a defesa da RSB, enquanto autônoma, diria até “pura”, era importante, daí se ressaltar que os partidos tiveram pouca influência. Some-se a isso depoimentos, como de Reinaldo Guimarães, que indica que a direção do PCB não tinha uma posição sobre a RSB, e indícios encontrados em nossa pesquisa de que a contribuição dos partidos não se deu predominantemente pela ação da direção dos partidos. Embora isso ainda precise ser melhor investigado, fortalece o desinteresse, já que a contribuição dos partidos não estava tão visível, e havia interesse em minimizá-la. Seria o interesse pelo desinteresse, ou dito de outra forma, o universo social da RSB encorajava o desinteresse pela influência partidária, inclusive devido as implicações discursivas e históricas desse interesse, como potencialmente algo que corrompesse o movimento (BOURDIEU,1996a, p.150).

Mas, então, como explicar que muitos dos nossos entrevistados destacassem a importância dos partidos de matriz marxista? Entre os militantes, e os simpatizantes, isso se deve ao fato que eles não guardam responsabilidade, ou obrigação, apenas com o universo social da militância no movimento, nem estiveram imersos apenas no jogo constituído pela elaboração do projeto e do processo da RSB, mas estiveram imersos também no jogo, projeto, dos partidos em que militavam ou dos quais eram simpatizantes, próximos, estando em sua área de influência. Assim sendo, no momento das entrevistas, ficou evidente que estas duas disposições caminhavam juntas para os que tiveram essa dupla militância, e isso explica porque tantos sentiram até certa noção de dever¹⁹⁰ ao contar sua história, e por consequência, a história do movimento e do partido, em seu ponto de vista.

Em síntese, os partidos políticos de matriz marxista contribuíram para a RSB, especialmente através da sua participação na formação política e intelectual de parte das lideranças que militaram na RSB. Antonio Sérgio Arouca, Sonia Fleury, Gastão Wagner,

¹⁸⁹ Ver SILVA (1989, p.150-151).

¹⁹⁰ Alguns dos entrevistados falaram sobre o dever que entendem enquanto militantes, de narrar essa história. Outros falaram sobre o dever de reconhecer o papel dos partidos. Uma noção de dever permeia parte da militância, o que detectamos em parte das entrevistas, e é a esta que aqui nos referimos.

Nelson Rodrigues dos Santos, Reinaldo Guimaraes, Sebastião Loureiro, Francisco Machado, José Ruben Bonfim, são algumas das lideranças, entre outras, para as quais a experiência no partido trouxe uma disposição do saber fazer política, trouxe, ou aprofundou, o referencial marxista com menor ou maior grau dependendo do militante. A questão da influência direta dos partidos, aparece na redação de documentos, que em sua maioria não tivemos acesso, apenas temos o depoimento de alguns militantes, e em conflitos, disputas por cargos. Essa influência não temos como mensurar, e mais, as evidências não são tão abundantes. Por isso, temos cautela em fazer afirmações, e preferimos indicar que se trata de uma área aberta para novas investigações. Suspeitamos, baseando-se nos 31 entrevistados que, em circunstâncias específicas, houve participação dos partidos, mas também foi e é fortemente presente na RSB a defesa do pluripartidarismo, do suprapartidarismo, da não submissão aos partidos. Esse valor, compartilhado por militantes dos mais diversos, não pode ser esquecido ou descartado. Entendemos como valor, pois desse decorre um mérito central da RSB de não estar submetida a interesses de partidos específicos, e ter sido e ser um movimento aberto a todos que aderem aos seus ideais independentemente de sua filiação partidária.

Mais do que confirmar nossa hipótese o estudo nos levou a um entendimento que os dois pontos de vista não são contraditórios: Suprapartidarismo X partidos tendo papel central. Correspondem a uma “dupla verdade” (BOURDIEU, 1996^a, p.85) em relação a esse fenômeno social. A contribuição dos partidos de matriz marxista, em um saber fazer política, aprofundando o marxismo entre parte das lideranças significou que os partidos de matriz marxista tiveram um papel central na trajetória de muitas das lideranças da RSB. A participação e contribuição dos partidos de matriz marxista na RSB, não significou a submissão do movimento a esses partidos, entretanto, minimizar ou negar sua contribuição, não a compreender, mesmo com seus limites, reduziria o entendimento do próprio movimento e a sua complexidade, incluindo as tradições da qual ele é devedor. Essa é uma tarefa para a qual esse trabalho é um passo, em uma caminhada ainda em curso.

O projeto da RSB ousou pensar uma reforma do Estado e da sociedade brasileira, sintetizou múltiplas contribuições, em uma luta pela democratização do país e da saúde. Diante da crise de representação atual, e da necessidade de repensar a democracia, e mais apropriadamente os partidos, se, como vimos, os partidos contribuíram para esse movimento social, talvez seja hora de os movimentos sociais transformarem os partidos,

recuperando e atualizando as bandeiras e ideais que fundaram o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, a fim de aprofundar a democracia.

8. Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, Naomar, MEDRONHO, Roberto e BARRETO, Mauricio. Estado da arte em Epidemiologia no Brasil. In: PAIM, JS e ALMEIDA FILHO, N. Saúde Coletiva: teoria e prática, Medbook, Rio de Janeiro, 2014, p. 557- 565.
- ALTHUSSER, Louis. Ler O Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. v.1.
- ALTHUSSER, Louis. Ler O Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. v.2.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado (Notas para uma investigação) 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis, Vozes, 1985.
- AMARANTE, Paulo; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon and COSTA, Ana Maria. Memória de um movimento: a revista *Saúde em Debate* e a reforma sanitária brasileira. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2015, vol.20, n.7, pp. 2023-2029. ISSN 1678-4561.
- BARATA, Rita; ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio, Epidemiologia social. In: ALMEIDA FILHO, N.e BARRETO. M. Epidemiologia e Saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011, p. 375- 385.
- BERLINGER, G, TEIXEIRA, S.M.F, CAMPOS, G.W. S, Reforma Sanitária Itália e Brasil, Editora Hucitec, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, São Paulo, 1988.
- BOBBIO, Norberto, Dicionário de Política, / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino: tradução Carmen C. Varnale, coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral Joao Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais, Brasília. DF. Editora Universidade de Brasília, 1991.
- BOFF, Leonardo. e BOFF, C. Como fazer Teologia da Libertação. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre, O senso prático, Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre, Questões de Sociologia, Fim de Século – Sociedade Unipessoal, LDA, Lisboa, 2003
- BOURDIEU, Pierre, Algumas propriedades dos Campos. Exposição feita na École Normale Supérieure, em novembro de 1976, para um grupo de filólogos e historiadores da literatura.
- BOURDIEU, Pierre, A representação política: Elementos para uma teoria do campo político, In: BOURDIEU, Pierre O poder simbólico, Tradução: Fernando Tomas, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.

- BOURDIEU, Pierre, O poder Simbólico, tradução de Fernando Tomaz, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989B, 331p.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, L.J.D. From ruling Class to Field of Power, Theory Culture and Society, Sage, London, New Bury Park and New Delhi, vol10, 1993,19-44.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas-SP. Papyrus, 1996A.
- BOURDIEU, Pierre. As Regras da Arte, Tradução Maria Lucia Machado, Companhia das Letras, São Paulo, 1996B.
- BOURDIEU, Pierre, Sobre o Estado, tradução Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, 576p.
- BREILH, Jaime e GRANDA, Edmundo, Os novos rumos da Epidemiologia. IN: NUNES, E. D. As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas. OPAS/OMS, Brasília, 1985, p. 241-253.
- BRESSER PEREIRA, Ideologias econômicas e democracia no Brasil, Trabalho apresentado no seminário *L'internationalisation de la Democratié Politique*, organizado pela Universidade de Montreal, 28 de setembro a 5 de outubro de 1988. p. 48. Consultado pela última vez em 23/08/2009: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a04.pdf>,
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Ideologias econômicas e democracia no Brasil, Trabalho apresentado no seminário *L'internationalisation de la Democratié Politique*, organizado pela Universidade de Montreal, 28 de setembro a 5 de outubro de 1988. Consultado pela última vez em 23/08/2009. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a04.pdf>
- BROWN, P et al. Embodied health movements: new approaches to social movements in health. *Sociology of Health & Illness*. vol 26, n. 1, 2004, p 50-80.
- BUCI-GLUCKMANN, Christinne, Gramsci e o Estado, tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BUSS, Paulo Marchiori. A IX Conferência Nacional de Saúde. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1991, vol.7, n.3, pp. 297-300. ISSN 1678-4464.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. . Os Médicos e A Política de Saúde. 1. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique, in: CARDOSO, F. H. & Lamounier, B., eds. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, Maria Alba de Oliveira, Salvador nos anos 80: Tempos de normalidade e rebelião, um estudo sobre os movimentos sociais em Salvador, dissertação apresentada na pós-graduação de ciências Sociais da UFBA em 1992,

CASTANEDA, Jorge G. “De uniforme verde-oliva em Manágua” In: CASTANEDA, J.G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 94-99.

CAVA, Ralph Della, *A Igreja e a abertura 1974-1985*, In: STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988,

CEBES, A Questão Democrática na Área da Saúde, elaborado por Hésio Cordeiro, José Luis Fiori e Reinaldo Guimarães, publicado no número 9 da Revista Saúde em Debate, jan-fev-mar. p.11-13. In: FLEURY, Sonia, Bahia, Ligia e AMARANTE, Paulo (org), *Saúde em Debate Fundamentos da Reforma Sanitária*, CEBES, Rio de Janeiro, 2008, p.149-151.

CEBES, Considerações sobre o prev-saúde, *Saúde em Debate*, número 12, p.21-25, 1981, In: Fleury, Sonia, Bahia, Ligia e Amarante, Paulo(org), *Saúde em Debate Fundamentos da Reforma Sanitária*, CEBES, Rio de Janeiro, 2008, p.152-156.

CEBES, *A Saúde em Debate nas Eleições presidenciais: Memória e Perspectivas*, volume 34, Rio de Janeiro, número especial de setembro de 2010.

CORDEIRO, Hésio. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis* [online]. 2004, vol.14, n.2, pp. 343-362. ISSN 1809-4481.

COTT, D LV, *From Movements to Parties in Latin America: The Evolution of Ethnic Politics*, Cambridge University Press, New York, USA, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: Coutinho C. N. & Nogueira, M.A. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.103-127.

COUTINHO, Carlos Nelson, Representação de interesses formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.). *Reforma Sanitária em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO. 1989. p. 47-60.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco, *Empresariado e estado na transição brasileira um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1995.

CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos Estevam, De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’ in: *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

DANTAS, André, *Do Socialismo à Democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira*. Tese apresentada à Escola de Serviço

Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Serviço Social.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a educação do educador. Cad. CEDES [online]. 2006, vol.26, n.70, pp.311-328. ISSN 1678-7110.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho. São Paulo: Pioneira; 1975.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. Saúde e sociedade. São Paulo: Duas Cidades; 1976.
DONNANGELO MCF. A Pesquisa na Área de Saúde Coletiva no Brasil: a década de 70. Ensino da Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil. Rio de Janeiro: ABRASCO, PEC/ENSP. 1983;vol. 2. p. 17-35.

DREIFUSS, René, 1964: A conquista do Estado, Petrópolis, Vozes, 1981. (Capítulo VIII).

DURAND GUEVARA, Anahí. Movimientos sociales y política en el Perú de hoy. Latinoamérica [online]. 2014, n.58, pp. 59-84. ISSN 1665-8574.

DUARTE, Adriano Luiz. "Em busca de um lugar no mundo": movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2008, vol.21, n.42, pp. 195-219.

SCOREL Sarah. História das políticas de saúde no Brasil de 1922 a 1963: do império ao desenvolvimento populista. In: Giovanella L et al., (orgs.) Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ; 2008. p.333-383.

SCOREL, Sarah, Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1998.

SCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flávio Coelho. As Origens da Reforma Sanitária e do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade et al (org.). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 59-81.

ESPINEIRA, Maria Victória e TEIXEIRA, Helder. Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 477-492. ISSN 1983-8239.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A "Nova Velha História". O retorno da História Política. Revista Estudos Históricos, 1992 p..265.

FERREIRA NETO, João Leite et al. Usos da noção de subjetividade no campo da Saúde Coletiva. Cad. Saúde Pública [online]. 2011, vol.27, n.5, pp. 831-842. ISSN 0102-311X.

FERNANDES, Florestan, A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.413 p.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2011, p. 402-424.

FOUCAULT, Michel. A incorporação do Hospital na Tecnologia Moderna. In:

FOUCAULT, M. Ditos e escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2011, p. 444 - 458.

FRAZÃO, Paulo, Saúde bucal no Sistema Único de Saúde: 20 anos de lutas por uma política pública, Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 64-71, jan./abr. 2009, p.64-71.

FLEURY, Sonia (org.), Projeto Montes Claros: A Utopia Revisitada, Rio de Janeiro, ABRASCO, 1995.

FLEURY, Sonia (org.). Reforma Sanitária em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO. 1989. [contracapa].

FLEURY, Sonia (Org.) Reforma Sanitária em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO; 2011.

FLEURY, S. Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.). Reforma Sanitária em busca de uma teoria. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO. 2011. p. 17-46.

FLEURY, S. Cidadania, Direitos sociais e Estado. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Anais... Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. p.91-112.

FLEURY, S (org). Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.325p.

GARCIA, JC, La educación médica em América Latina, OPS-OMS, Publicación científica, nº 255, Washington, DC, 1972.

GARCIA, JC. Apresentação: Juan César Garcia entrevista Juan César Garcia In: Nunes, E. D. (Org.). As ciências sociais em saúde na América Latina. Tendências e Perspectivas. Brasília: OPAS; 1985.

GARCIA, JC, A articulação da Medicina e da Educação na estrutura social, In: Nunes, E. D. (Org), Juan Cesar Garcia: o pensamento social em saúde na América Latina, São Paulo, Cortez, 1989.

GARCIA ONORO, Jairo and GODOY, HORACIO. Partidos, Movimientos y Facciones en las elecciones populares de Alcaldes en Barranquilla (Colombia), 1988 - 2007. Investig. desarro. [online]. 2009, vol.17, n.1, pp. 62-83.

GALLO, Edmundo. & Nascimento, P.C. Hegemonia, Bloco histórico e movimento sanitário. In: Fleury, S. (Org.). Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. Cortez Editora/ ABRASCO, São Paulo, 1989, p.91-118.

GALLO, Edmundo (Org), Merhy, Emerson e Mendes-Gonçalves, Ricardo Bruno, Razão e Planejamento Reflexões sobre Política Estratégia e Liberdade. Editora Hucitec-Abrasco, São Paulo- Rio de Janeiro, 1995.

GARRIDO, Sandra, A Política Nacional de luta contra AIDS e o espaço AIDS no Brasil, tese de doutoramento, PPGSC, ISC-UFBA, Bahia, Salvador, 2013.

GERSCHMAN, S, A democracia Inconclusa: Um estudo da Reforma Sanitária, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GERSCHMAN, Silvia, *A democracia Inconclusa: Um estudo da Reforma Sanitária*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GIANOTTI, J. Vida e obra. In: Marx. Os pensadores. São Paulo; Nova Cultural, 1996.p.5-18.

GOHN, Maria da Gloria, Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.71, pp. 431-441. ISSN 0103-4979.

GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. O Partido, A Igreja e o Estado nas Associações de Bairros. Salvador, Assembleia legislativa do Estado da Bahia/EDUFBA, 1997, 125 p.

GOULART, Flávio A. de Andrade. Municipalização: veredas; caminhos do movimento municipalista de saúde no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, 1995. 23p.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Edição. 1980.

GRAMSCI, Antonio, Maquiavel a política e o Estado Moderno, tradução de Luiz Mário Gazzaneo, Editora Civilização Brasileira, 3ed, Rio de Janeiro, 1978.

GRANGEIRO, A. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária, Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health 26(1), 2009, p.87-94

HARRIS, A, Sex, Stigma, and the Holy Ghost: The Black Church and the Construction of AIDS in New York City Journal of African American Studies, March 2010, Volume 14, Issue 1, p. 21-43

HESS, D, Medical modernization, scientific research fields and the epistemic politics of health social movements, Sociology of Health & Illness Vol. 26 No. 6 2004 ISSN 0141-9889, pp. 695-709

HOFFMAN, B. Health Care Reform and Social Movements in the United States January 2003, Vol 93, No. 1, American Journal of Public Health, p.75-85.

HALL, Michael M. História Oral: Os riscos da inocência. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória*. São Paulo: Departamento do Patrimônio histórico, 1992.

HABER, Paul. La migración del Movimiento Urbano Popular a la política de partido en el México contemporáneo. Revista Mexicana de Sociología [online]. 2009, vol.71, n.2, p 213-245.

IGLESIAS, Esteban. De la colonización de la sociedad civil a las tensiones entre partidos en el gobierno y movimientos sociales. Lua Nova [online]. 2012, n.87, pp. 113-137. ISSN 0102-6445.

JACOBINA, André Teixeira, Clivagens partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979), dissertação de mestrado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.

KECK, Margaret, *O "novo sindicalismo" na transição brasileira*, In: STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

KOLKER, Emily, Framing as a cultural resource in health social movements: funding activism and the breast cancer movement in the US 1990–1993, *Sociology of Health & Illness* Vol. 26 No. 6 2004 ISSN 0141–9889, pp. 820–844.

KUPERMAN, Esther, Da Cruz à Estrela: A Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista, *Revista Espaço Acadêmico*, ano III, Numero 25, Junho de 2003. Também disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/025/25ckuperman.htm> (acessado em 18/05/2016 pela ultima vez)

LACAZ, F.A.C. A atuação do PCB e a Reforma Sanitária Brasileira. Publicado em 24 de agosto de 2011. Visualizado em 09/04/2014.
http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2956:a-atuacao-do-pcb-e-a-reforma-sanitaria-brasileira&catid=1:popular

LACAZ, F.AC.. Reforma Sanitária e Saúde do Trabalhador. *Saúde e Sociedade*, 3 (1): 41-60, 1994.

LACLAU, Ernesto, Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social, Texto apresentado no workshop promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título "Novos Movimentos Sociais e Estado na América Latina". Publicado originalmente na revista do CEDLA, *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo. Acessado 03/09/2011. http://www.ileel.ufu.br/lep/arquivos/textos_geral/Laclau-Novos_Sujeitos_3_.pdf

LACLAU, E.& MOUFFE, C. Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia. Tercera edición–Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p.191-239.

LAURELL, Asa Cristina Saúde e Trabalho: os enfoques teóricos.In: NUNES, E. D. As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas. OPAS/OMS, Brasília, 1985, p. 255- 276.

LENIN, Vladimir I. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento In: LENIN, V.I. Obras escolhidas, Lisboa-Moscou, Edições Avante - Edições Progresso, 1977, p 80-214.

LENIN, Vladimir I. Tarefas urgentes do nosso movimento. In: LENIN, V.I. O trabalho do partido entre as massas, São Paulo, Livraria editora Ciências humanas, 1979, p. 7-14

LENIN, Vladimir I. Confusão entre política e pedagogia. In: LENIN, V.I. Obras escolhidas Tomo 1, São Paulo, Livraria editora Ciências humanas, 1979, p. 32-26

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante de Diretas Já: *15 meses que abalaram a ditadura*, Rio de Janeiro, Record, 2004.

LIH, Lars T. “Introduction”. In: Lenin rediscovered. What Is to Be Done in context. Chicago: Heymarket Books, 2008

LIMA, Nísia Trindade (org.), Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred, A democracia e seus campos. In: A transição e consolidação da democracia: A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul. Editora: Paz e Terra, 1999, p.21-22.

LUZ, Madel Therezinha, As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

LUZ, Madel Therezinha, Medicina e ordem política brasileira. Graal, Rio de Janeiro, 1982.

MACHADO, Francisco de Assis, *O SUS que eu vivi*, Rio de Janeiro, CEBES, 2014.

MARMOT, M, A social movement, based on evidence, to reduce inequalities in health, Social Science & Medicine 71 (2010) 1254-1258

MARX K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX K, ENGELS F. Textos. Volume 1. São Paulo: Edições Sociais. 1977, p.118-120.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, Campinas, SP: Papyrus, 1995. 158p.

MEDINA, Paula Abal, Escritos urgentes. NikosPoulantzas y el eurocomunismo de izquierda,Andamios vol.8 no.17 México sep./dic. 2011.

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632011000300013&lang=pt#notas

MEDRONHO, R. ALMEIDA FILHO, N. e SCLIAR, M. Nota sobre a História da Epidemiologia no Brasil In: ALMEIDA FILHO, N. e BARRETO, M. Epidemiologia e Saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011, p. 24-28.

MOLESINI, J, A reforma sanitária na Bahia: um lugar na história (1987-1989), Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011

MONTEIRO, Rosa. A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. Anál. Social [online]. 2012, n.204, pp. 586-605. ISSN 0003-2573.

MONTEIRO, Rosa e FERREIRA, Virgínia. Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia. Ex aequo [online]. 2012, n.25, pp. 13-27. ISSN 0874-5560.

MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. Opin. Publica [online]. 2000, vol.6, n.1, pp. 17-54. ISSN 1807-0191.

MOTA, André e SCHRAIBER, Lilia Blima. Institucionalização da saúde pública paulista nos anos 1930-1940. Rev. Saúde Pública [online]. 2013, vol.47, n.5, pp. 839-845. ISSN 0034-8910.

MOTTA, Luiz Eduardo, A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas) Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.13 Brasília Apr. 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522014000100002>

NAPOLITANO, Marcos, No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970, Revista estudos avançados, número 28 (80), 2014.

NOGUEIRA, Roberto Passos (org.), Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária/ Rio de Janeiro: CEBES, Coleção Pensar em Saúde, 2010, 200p.

NUNES, Everardo Duarte. Introdução, In: NUNES, E D. (org.) Juan Cesar Garcia: pensamento social em Saúde na América Latina, Cortez/ABRASCO, São Paulo, 1989, p. 11-33.

O'DONNELL, G SCHMITTER, P. & WHITEHEAD, L. (editores). Transições do Regime Autoritário, São Paulo, Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. De Geisel a Collor: Forças Armadas Transição e Democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Estado e Política),

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Os usos da educação no militantismo ambientalista. Pro-Posições [online]. 2009, vol.20, n.2, pp. 77-92..

PAIM, Jairnilson Silva. A gestão do SUDS no Estado da Bahia, Cadernos de Saúde Pública, 5(4): 365-375, 1989.

PAIM, Jairnilson Silva, Obstáculos não superados na implantação do sistema unificado e descentralizado de saúde (SUDS-BA), Saúde em Debate, 28:16-21, 1990.

PAIM, Jairnilson Silva, *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*, Salvador: EDUFBA, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2008a.

PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. Physis [online]. 2008b, vol.18, n.4, pp. 625-644..

PAIM, Jairnilson Silva, Contribuições do Marxismo para a Reforma Sanitária Brasileira (RSV). In: PEREIRA, M.F E SILVA, M.D.F.(org.). Recortes do Pensamento Marxista em Saúde. Brasília, Dreams, 2006, p.29-41.

PAIM, Jairnilson Silva, Bases conceituais da Reforma Sanitária Brasileira. In: FLEURY, S. (org.) Saúde e democracia – a luta o CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997, p. 11-24.

PAIM, Jairnilson Silva, Saúde, Política e Reforma sanitária. Salvador, CEPS-ISC, 2002, 447p.

PAIM, Jairnilson Silva, Do ‘Dilema preventivista’ à Saúde Coletiva. In; AROUCA, A. S. O Dilema Preventivista contribuição e crítica da Medicina preventiva (edição comentada). Editora UNESP, São Paulo, 2003, p. 151- 156.

PAIM, Jairnilson Silva. Direito à saúde, cidadania e Estado. In: VIII Conferência Nacional de Saúde, Brasília. Anais... Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1987. p. 45-59.

PAIM J.S, ALMEIDA-FILHO N. A crise da Saúde Pública e a Utopia da Saúde Coletiva. Salvador: Casa da Qualidade Editora; 2000.

PAULA, S.H.B.; SANTOS, R.M.B.; BONFIM, J.R.A.; MORAES, M.L.S., A criação de Saúde em Debate, revista do CEBES Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 148-155, jan./abr. 2009

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. Hist. cienc. Saúde-Manguinhos [online]. 2006, vol.13, n.4, pp. 795-831. ISSN 1678-4758.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014,p.15-35.

PCB: Vinte Anos de Política 1958-1979 (documentos), Lech – Livraria Editora Ciência Humanas, 1980.

PCB, Resolução política do Comitê Central, Dezembro de 1975, In: PCB: Vinte Anos de Política 1958-1979 (documentos), Lech – Livraria Editora Ciência Humanas, 1980p. 231-241.

PESSOA, Samuel Barnsley, Ensaio médico-Sociais, organização e prefácio de José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim, David Capistrano da Costa Filho. 2ª. Ed – São Paulo, Hucitec- CEBES, 1978.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. À sombra de José Carlos Mariátegui: socialismo e movimentos políticos de esquerda no Peru (1960-1980). *História* [online]. 2009, vol.28, n.2, pp. 837-866. ISSN 1980-4369.

PINTO OCAMPO, María Teresa. La lucha y la disputa: Propuesta metodológica para el estudio de la política. *Pap.polit.* [online]. 2009, vol.14, n.2, pp. 365-391. ISSN 0122-4409.

POSSAS, Cristina A, Prefácio In: FLEURY, S. F. BERLINGUER, G. CAMPOS, GW. Reforma Sanitária Itália e Brasil, Editora Hucitec, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, São Paulo, 1988.

PORTELLI, Alessandro. The Peculiarities of Oral History, In: *History Workshop: A Journal of Socialist Historians*. Issue 12, autumn 1981.

RELMAN, Arnold S, *A Second Opinion: Rescuing America's Health Care*, A Century Foundation Book, US, 2007.

RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1994. Este texto foi a transcrição da conferência pronunciada por René Rémond, traduzida por Anne-Marie Milon Oliveira.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1969/1108>

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RHIANNON, Lee, Social movements and political parties: conflicts and balance, *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, Vol.1, No.2, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloisio, Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1999.

SAMPEDRO BLANCO, Víctor F.; SANCHEZ DUARTE, José Manuel and POLETTI, Monica. Ciudadanía y tecnopolítica electoral. Ideales y límites burocráticos a la participación digital. *Co-herencia* [online]. 2013, vol.10, n.18, pp. 105-136. ISSN 1794-5887

SANTOS, Regina Maria dos; TREZZA, Maria Cristina Soares Figueiredo; BARROS, Walcyr de Oliveira and LEITE, Josete Luzia. História e perspectivas da organização dos

enfermeiros nos movimentos sindicais. Rev. bras. enferm. [online]. 2006, vol.59, n.1, pp. 89-94. ISSN 1984-0446.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

SANTOS, R.T, O Fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Políticas.

SCHRAIBER, LB. PEDUZZI, M.; SALA, A.; NEMES, MIB. CASTANHERA, E. R. L. KON, R. Planejamento, gestão e avaliação em saúde: identificando problemas Ciência & Saúde Coletiva, 4(2):221-242, 1999

SILVA, Antônio Ozai, História das Tendências no Brasil: Origens, cisões e propostas, 2ª edição (revisada e ampliada), Dag Gráfica e Editorial, São Paulo, 1989.

SILVA, M; OLIVEIRA, GL, A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, Crise da Ditadura militar e o processo de abertura política, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, 4ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (O Brasil Republicano; v.4)

SKIDMORE, Thomas E. “A lenta via brasileira para a democratização 1974-1985” in: A. STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 27-81.

SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de história da cultura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.136 p.

SOPHIA, Daniela Carvalho, Saúde e Utopia: O CEBES e a Reforma Sanitária Brasileira (1976-1986), São Paulo: Hucitec, Sobravime, 2015.

SOMUANO VENTURA, Ma. Fernanda. Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina: una relación cambiante y compleja. Polít. cult. [online]. 2007, n.27, pp. 31-53.

TORRES, Andréa Côrtes, A memória da Voz e a voz da Memória: o jornal Voz da Unidade (1980-1991) / Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH/PPGMS, 2009.

VIEIRA da SILVA, LM, A descentralização das ações de saúde no município: o caso de Camaçari, Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, USP Brasil, 1990.

VIEIRA da SILVA, L M. et al, O espaço da saúde coletiva. Relatório de pesquisa. Salvador, Bahia, 2011, 98p.

VIEIRA da SILVA, LM; PINELL, Patrice, The genesis of collective health in Brazil, *Sociology of Health & Illness* Vol. XX, 2013, p. 1–15.

VIEIRA da SILVA, LM; PINELL, Patrice, Gênese Sócio Histórica da Saúde Coletiva no Brasil, In: LIMA, Nísia Trindade, SANTANA, José Paranaguá, PAIVA, Carlos Henrique Assunção (orgs). *Saúde Coletiva: a Abrasco em 35 anos de história*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/ ABRASCO, 2015, p.25-45

VITORINO, Artur José Renda e SOUSA, Eliana Cristina Batista de. "O pássaro e a sombra: instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2008, vol.21, n.42, pp. 303-322. ISSN 0103-2186.

XAVIER, Iara de Moraes; GARCIA, Carmen L. L.; NASCIMENTO, Maria Aparecida de Luca. A reforma sanitária e a participação do enfermeiro. *Rev. bras. enferm.* [online]. 1988, vol.41, n.3-4, pp. 190-198.

WACQUANT, Loïq J. D..O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2002, n.19, pp. 95-110. ISSN 1678-9873.

ZIMMERMANN, Matilde, Carlos Fonseca e a revolução nicaraguense, São Paulo, *Expressão Popular*, 2012.

APENDICES

Apêndice 1 Termo de consentimento livre e esclarecido¹⁹¹.



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Saúde Coletiva

Rua Basílio da Gama, s/nº 1º andar – Canela

Salvador – Bahia - Brasil CEP 40110-040

TELEFAX (71) 2226-0172 2282-7207 / 7208

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Espaço Social da Reforma Sanitária Brasileira: as relações entre o campo político e o campo militante.

O presente projeto de doutorado em Saúde Coletiva, com autoria de André Teixeira Jacobina, sob a orientação de Ligia Vieira da Silva, tem por objetivo investigar a relação entre a política partidária baiana e os movimentos sociais em saúde durante o período de distensão e abertura política, em outras palavras as relações entre campo político e campo militante no espaço social da Reforma Sanitária Brasileira. A produção de dados desta pesquisa implicará na realização de análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, que serão solicitados a responder perguntas relacionadas ao contexto, as características dos movimentos sociais em saúde, especialmente sua relação com a política partidária no período 1976-1990.

As informações contidas nas entrevistas serão gravadas após o entrevistador estar ciente deste documento e aceitar colaborar com a pesquisa. Ressalta-se que as informações prestadas serão utilizadas exclusivamente para a finalidade da pesquisa, estando submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil. Neste sentido, essas informações serão analisadas e apresentadas à instituição investigada sob a forma de um relatório de pesquisa. Como fins acadêmicos, os resultados elaborados serão apresentados também sob a forma de artigos a fim de serem submetidos a periódicos científicos.

Destaca-se que a participação é voluntária, podendo ser interrompida pelo entrevistado a qualquer momento do estudo. Vale ressaltar que a participação nesta pesquisa não envolve benefício direto ao entrevistado, também não há despesas nem compensações financeiras. Em qualquer momento, o (a) Sr. ou Sra. terá a garantia de receber a resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa, podendo contatar com a pesquisadora responsável pelo estudo no Instituto de Saúde Coletiva/UFBA pelos telefones: (71-33435527) do pesquisador principal: André Teixeira Jacobina ou pela orientador (a) Ligia Maria Vieira da Silva. Além disso, terá garantida a segurança de que não será identificado e que será mantido o caráter confidencial caso assim deseje.

Tendo recebido todas as informações e esclarecido dos meus direitos apontados anteriormente, declaro estar ciente do exposto e concordo em participar do estudo, sabendo que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

Salvador, _____, _____, 2014.

Assinatura do informante

André Teixeira Jacobina (Pesquisador responsável)

Permite que seja identificado

() Sim () Não

¹⁹¹ Esse foi o termo de consentimento que foi apresentado ao Comitê de Ética e aos entrevistados. Houveram alterações no título da tese e outras alterações menores.

APÊNDICE 2 - Resumo das trajetórias dos agentes entrevistados.

Entrevistado 1: Avó pequeno/médio comerciante, avó lavadeira, filho de pai médico e mãe professora de ensino fundamental. Estudou no Colégio de Aplicação. Identifica-se como Professor universitário, não tem religião e adota o marxismo como visão secular e materialista. Graduou-se em Medicina (1967), residente no Hospital Prof. Edgard Santos. Especialização em Psiquiatria, 1968 e Mestrado em Saúde Comunitária, UFBA, 1980. Especialização em Epidemiologia Psiquiátrica, pela Universidade de Londres, Inglaterra, 1974. Mestre em saúde comunitária (Capital científico pequeno). Foi Secretário estadual de Saúde (alto capital burocrático) e deputado estadual (Capital político-partidário alto). Participou do Diretório Estudantil, 1964, representante dos Estudantes na Congregação da Faculdade de Medicina da UFBA, membro da Diretoria de Medicina da União de Estudantes da Bahia-UNE, 1966. Militou no PCB e ingressou no MDB como uma forma de disputar eleições, mas nunca assumiu cargos no partido. Tem capital militante médio, pois atuou apenas no CEBES local (Bahia), e não assumiu cargos em âmbito nacional em entidades ligadas a RSB.

Entrevistado 2: Avô maestro e o outro agrimensor, ambas avós donas de casa, pai juiz de Direito e mãe Pedagoga. Identifica-se como professor, não tem crença religiosa, tornando-se materialista aos 15 anos. Graduou-se em Medicina (1975), especializou-se em Saúde Pública (1977), e é Professor titular com Doutorado (alto capital científico). Trabalhou no alto escalão do Ministério da Saúde (alto capital burocrático). Integrou a primeira diretoria do Sindicato dos médicos e do CEBES- SP (Médio capital militante). Identificou-se inicialmente com o Trotskismo, militou no PCB e posteriormente no PT, mas foi apenas filiado, sem assumir cargos eletivos no partido (Capital político partidário pequeno).

Entrevistado 3: Um dos avôs advogado e outro comerciante, ambas as avós donas de casa, Pai diplomata, a mãe dona de casa. Identifica-se como Pesquisadora-Sanitarista. Nunca participou de organizações religiosas. Embora não tenha especificado crenças ou ausência delas, a influência do marxismo e do pensamento de Gramsci sugere a adoção de uma perspectiva materialista. Formada em medicina em 1977. Pesquisadora titular da FIOCRUZ, com doutorado (Capital científico alto. Foi assessora de secretaria municipal de saúde (Capital burocrático pequeno). Participou do movimento estudantil, e em outros movimentos sociais e foi presidente do CEBES nacional (Capital militante muito alto). Simpatizante do PT em 1978, afastando-se em 1983. Nunca se filiou a partidos políticos, logo não tem capital político-partidário

Entrevistado 4: Avô paterno Mestre de obras, avô materno agricultor pobre. Pai comerciante, mãe dona de casa, estudou no Colégio Pedro II. Identifica-se como Médico. Não têm crença religiosa e, além disso, destacou que detesta religião. Formado em Medicina em 1977. Mestre e Doutor, Pesquisador Titular FIOCRUZ (Capital científico alto). Ocupou cargo de alto escalão no Ministério da Saúde (capital burocrático muito alto). Foi Presidente do CEBES (Capital militante muito alto). Em 1978 filiou-se ao PCB e a partir daí militou na “base do CEBES”. Embora filiado não assumiu cargos de destaque no partido, nem cargos eletivos (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 5: Avô paterno, pequeno comerciante avô materno madeireiro, lavrador. Pai bancário a mãe professora primária. Estudou em Colégio público estadual. Identifica-se como Médico. Não tem crenças religiosas se identifica como Ateu e/ou Agnóstico. Graduou-se em Medicina (1974), especializou-se em Medicina do Trabalho (1975) e Administração de sistemas de saúde (1979). Professor Sênior com doutorado (Capital científico alto). Foi supervisor de projetos no governo Estadual (alto capital burocrático). Fundador e presidente do CEBES (muito alto capital militante). Filiou-se ao PCB em 1974 permanecendo até 1991. Militou no PMDB de 1980 a 1983 e atualmente no PSDB. Sempre foi apenas filiado a partidos, sem assumir cargos eletivos, nem na burocracia do partido (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 6: Avô advogado, pai técnico agrícola, mãe “de prendas”. Estudou no Colégio Estadual de MG, em BH, “escola pública onde estudavam os filhos da elite (inclusive do então governador, Magalhães Pinto)” (sic). Identifica-se como Médico. É de família católica (moderadamente) e há muitos anos se desligou da Igreja, embora recentemente “venha experimentando um ‘reavivamento’ espiritual no Mosteiro de São Bento de Brasília” (sic). Militou em organizações religiosas como a Pastoral da Saúde, a convite do Bispo de Uberlândia. Graduou-se em Medicina (1976) e especializou-se em Saúde Pública (1992). Professor Titular com doutorado (Capital científico alto). Foi Secretário Municipal de Saúde e consultor do Ministério da Saúde (Capital burocrático médio). Membro do CEBES desde os anos 70 e participou da reunião que fundou a ABRASCO, em 1978, mas nunca assumiu cargos (capital militante médio). Foi “constrangido” a se filiar ao PMDB, quando convidado pelo prefeito da cidade a atuar como Secretário Municipal de Saúde (Capital político-partidário pequeno) filiação circunstancial para viabilizar sua participação na administração municipal.

Entrevistado 7: Avós e pai fazendeiros (médio), mãe dona de casa. Identifica-se como médica. Graduou-se em Medicina (1977) e fez especialização em Saúde Pública (1978.) Professora universitária com doutorado (capital científico médio). Diretora de departamento no Ministério da Saúde, Gerente de unidade operacional de saúde de um governo Estadual. Militante no movimento estudantil na Universidade de Brasília, simpatizante do trotskismo. Foi Presidente do CEBES (Capital militante muito alto). Fundadora do partido dos trabalhadores. (Médio capital político-partidário).

Entrevistado 8: Avô paterno fazendeiro e materno engenheiro que trabalhou com administração pública, e avó era dona de casa. Pai fazendeiro e posteriormente advogado, mãe dona de casa, posteriormente formada em letras, tornando-se professora. Identifica-se como Professora de Política. Graduação em Psicologia em 1976 – 1977. Especialização em Medicina Social em 1976. Doutorado em Ciência Política. Professora titular (Capital científico alto). Presidente do CEBES e vice-presidente da ABRASCO (Capital militante muito alto). Filiada ao PCB nos anos 70, não ocupou cargos eletivos nem na burocracia do partido (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 9: Pai Médico. Pesquisador no Instituto Oswaldo Cruz. Não informou profissão da mãe e não conheceu avós. Identifica-se como gestor público, mas registrava-se em fichas de hotel como “professor universitário” e quando assumiu cargo no Ministério da Saúde passou a escrever “médico”. Sobre crença religiosa disse “*Deus não me concedeu a graça da fé. Afora considerações históricas e estéticas, não tenho qualquer interesse em*

ideologias religiosas. Finalmente, considero as instituições eclesiásticas como partidos políticos e jamais me comoveram. Essa confissão de princípios, entretanto, não me impede de reconhecer a enorme importância que segmentos da hierarquia e das bases religiosas (católicas em particular) tiveram na luta contra a ditadura brasileira.”. Graduado em Medicina (1971), Mestrado em Saúde Coletiva (1978). Não tem doutorado (Capital científico pequeno). No Ministério da Saúde ocupou cargo no primeiro escalão (alto Capital burocrático). Fundador e membro da primeira diretoria do CEBES sendo um dos articuladores da RSB (Capital militante alto). Filiado ao PCB desde o final dos anos 60, sem ocupar cargos (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 10: Avó Materno fazendeiro e avós donas de casa, pai advogado. Identifica-se como Professora universitária. Doutora em Medicina Preventiva e Social em 1976, (Capital científico médio). Ocupou cargos no Ministério da Saúde 2006 – 2007 (Alto Capital burocrático). Vinculada ao CEBES desde sua fundação, integrou o Conselho Fiscal da revista Saúde em Debate (Capital militante alto). Filiada ao PCB, mas sem assumir cargos eletivos ou na burocracia do partido (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 11: Avô paterno professor, materno farmacêutico e fazendeiro, avós donas de casa. Pai militar normalista, e a madrasta também era normalista. Identifica-se como socióloga. Graduação em Ciências Sociais (incluindo Licenciatura) em 1960. Especialização em Antropologia Social e Cultural. Professor Adjunto com doutorado em Sociologia (Capital científico alto). Ocupou cargos em Universidades e instituições ligadas ao ensino e ciência, tendo sido Diretora do Instituto de Medicina Social da UERJ e presidente da CAPES. (Capital burocrático Médio). Participa da ABRASCO desde sua fundação, atuando na Comissão de ciências sociais, porém não ocupou cargos (Capital militante pequeno). Nunca se filiou a partidos políticos logo não tem Capital político-partidário.

Entrevistado 12: Avô materno comerciante de fumo e avó dona de casa. Não conheceu os avós paternos. Pai militar, general reformado. A mãe cursou enfermagem, mas não concluiu o curso. Estudou em escola particular. Identifica-se como Pesquisador ou Médico, dependendo da situação. Optou por estudar Medicina “porque eu queria fazer psiquiatria” e graduou-se em 1973. Doutor em Saúde Coletiva (1999) (Capital científico médio). Trabalhou no Ministério da Saúde de 1996 – 1997 ocupando cargos de Direção e administração- Coordenação de Recursos Humanos para o SUS, Secretaria Executiva, Coordenador-Geral de Recursos Humanos para o SUS, e na Organização Pan-americana da Saúde como funcionário nacional e internacional (Capital burocrático alto). Militou no CESBES, tendo integrado a diretoria como primeiro secretário em 1985 (Capital militante alto). Membro do PCB, apenas filiado (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 13: Pai era ativista político grande, membro do partido comunista desde a época em que vivia na Polônia onde tinha uma fábrica de camisas e “por conta dessa atividade político-social dele ele quase faliu, quase não, ele chegou a falir”. Mãe dona de casa. Avós morreram na segunda Guerra Mundial. Diz não possuir crenças religiosas acrescentando “Respeito as convicções de quem as seguem, mas não compartilho.”. Identifica-se como Professor Universitário. Graduação em Medicina (1962- 1967). Especialização em Saúde Pública (1974 – 1976). Doutor em Medicina Preventiva, Professor Sênior (Capital científico alto). Ocupou cargos na administração pública em saúde ao nível estadual (Superintendente na SES) e federal (Secretário de Ciência e

Tecnologia do Ministério da Saúde) (Capital burocrático alto). Foi presidente da ABRASCO (Capital militante muito alto). Filiado ao PCB apenas no período em que estava na faculdade. (Capital político – partidário pequeno). .

Entrevistado 14: Avô paterno ferroviário e materno advogado. Avó paterna dona de casa e não conheceu avó materna. Pai médico veterinário e também militar. Mãe professora, mas nunca exerceu. Graduação em Medicina (1960 – 1965). Professor adjunto com doutorado em Medicina Preventiva, reitor de Universidade Federal (Capital científico médio). Presidente do INAMPS (Capital burocrático muito alto). Suplente na diretoria nacional do CEBES (Capital militante alto). Filiados ao PCB até meados dos anos 80 quando se afastou (Capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 15: Pai músico, depois funcionário de cartório, “mas também ganhava dinheiro aplicando injeções e aconselhando pessoas com relação à saúde” A mãe conheceu muito pouco. Estudou em um colégio interno, cuja mensalidade era “bastante inacessível para pobres como no caso de meus pais”. Identifica-se como Médico. Ligado à Ação católica, mantém vínculos com lideranças e militância católica. Não tem Lattes (Capital científico pequeno). Trabalhou como secretário adjunto em uma Secretaria estadual (Capital burocrático alto). Participou da RSB desde o começo, e participava de todos os movimentos ajudando a organizar conferências e outras atividades. tendo sido presidente do CEBES (Capital militante muito alto) Filiado ao PCB, foi da Direção geral do Partido em Minas, (Capital político partidário alto).

Entrevistado 16: Avôs paternos eram pequenos agricultores, pai era fazendeiro e pequeno comerciante e mãe “sempre foi do lar. ”. Identifica-se como Médico. Não especificou crenças religiosas. Graduiu-se em Medicina em 1961. Complementou sua formação com vários cursos - Capacitação em Técnicas de Desenvolvimento Econômico, (SUDENE/CEPAL), licenciatura em Saúde Pública na Universidade do Chile em 1968 e curso sobre Dinâmica da População no Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), ainda no Chile. Não tem Lattes (Capital científico pequeno). Consultor e instrutor do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (ILPES) de 1969 a 1975. De volta ao Brasil coordenou o Grupo Técnico do Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS) de 1975 a 1983, dirigiu o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (1981), integrou o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho de Recursos Humanos do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição e o Conselho Nacional de Saúde. Assumiu a Direção da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) em Washington em fevereiro de 1983, após eleição no ano anterior, permanecendo no cargo por dois mandatos, até 1995. Foi também vice-presidente da Comissão Mundial para a Certificação da Erradicação da Poliomielite, da Organização Mundial da Saúde (OMS). (Capital burocrático muito alto). Participou da fundação da ABRASCO (Capital militante alto). Não tem filiação partidária.

Entrevistado 17: Avós eram pessoas do interior que tinham fazenda (pequenas) e trabalhavam na agricultura. O pai era comerciante, agricultor, depois dono de uma fazenda e político “importante”. Mãe trabalhava nos Correios. Identifica-se como cientista social na área de saúde, indicando a atividade de pesquisadora como elemento central de sua identidade profissional. Não destacou crenças religiosas, embora informasse que os pais eram católicos. Graduada em Sociologia (1974 – 1978), Doutorado em Ciências Sociais (1981 – 1985), Doutorado em Saúde Pública (1989). Pesquisador Titular. (Capital

científico alto). Coordenadora da pós-graduação da ENSP e vice-presidente da FIOCRUZ (Capital burocrático pequeno). Presidente da ABRASCO (Capital militante muito alto). Somente se filiou ao Partido Socialista Brasileiro em 1996 (capital político-partidário pequeno).

Entrevistado 18: Avô paterno, trabalhador rural, sem escolaridade, nordestino que migrou para ser seringueiro no Pará, avó filha de família de alta classe burguesa de Belém. , Pai economista, inicialmente professor, depois economista do Banco Central. Mãe dona de casa. Identifica-se como pesquisador em saúde, biólogo, antropólogo, mas em geral registra-se como professor. Graduação em Ciências Biológicas (1977 – 1981), Doutorado em Antropologia (1989). Pesquisador Titular FIOCRUZ, (Capital científico alto). Membro de comitê assessor do CNPq (Capital burocrático pequeno). Colaborador da ABRASCO (Capital militante médio). Não tem vinculação a partidos políticos.

Entrevistado 19: Pai telegrafista, e mãe dona de casa. Estudou no Colégio Central da da Bahia (1957-1959). Identifica-se como Médico e Epidemiologista. Graduação em Medicina (1960 – 1965). Doutorado em Medicina Preventiva (1971). Professor Titular (Capital científico alto). Ocupou cargo no Ministério da Saúde (Capital burocrático alto). Filiado à ABRASCO desde sua fundação (Capital militante pequeno). Não se filiou a partidos políticos, mas considera-se na área de influência do PT.

Entrevistado 20: Pai agrimensor, topógrafo de profissão, mãe professora. Estudou na Escola Normal, interessando-se por Sociologia Geral e Sociologia Educacional. Identifica-se como sendo sociólogo da saúde. Graduação em Ciências Sociais (1956 – 1960). Mestrado em Sociologia da Medicina (1974). Doutorado em Ciências (s/d). Professor assistente doutor (Capital científico Alto). Atuação no âmbito administrativo da Universidade (Capital burocrático pequeno). Membro fundador da ABRASCO (Capital militante alto). Não filiado a partidos.

Entrevistado 21: Bisneta, neta e filha de médico. Pai médico sanitarista, mãe formada em Direito. Graduada em Medicina (s/d), Mestrado na Universidade da Califórnia. Não tem lattes (Capital científico pequeno). Ocupou cargas na administração pública de serviços de saúde (Diretora de centro de saúde, vice-diretora de hospital e secretaria do DF), na universidade (coordenação de curso de PG). (Capital burocrático médio). Simpatizante do movimento pela RSB (Capital militante pequeno). Sem vinculação a partidos políticos (Não tem CPP).

Entrevistado 22: Pai estudou medicina, porém não concluiu o curso e trabalhou como fazendeiro. Mãe fez um curso técnico e trabalhou como enfermeira da Cruz Vermelha. Estudou em escola pública “muito boa” (1966 – 1971). Graduação em Medicina (1974), Residência em Pediatria. Mestrado em Medicina Preventiva (1979). Doutorado em Medicina Preventiva (1987). Professor Associado (Capital científico alto. Não há registros de ocupação de cargos na administração pública (Capital burocrático pequeno.) Participação em reuniões da ABRASCO e em 2015 recebeu o Prêmio Eleutério Rodrigues Neto, da ABRASCO. (Capital militante médio). Sem filiação a partidos políticos (não tem Capital político-partidário).

Entrevistado 23: Avô paterno trabalhava com seleção de café e exportação de café, avó paterna tinha escolaridade média, falava francês, tocava piano, lia os clássicos da literatura

internacional, Avô materno era técnico de construção civil, avó, escolaridade média, dona de casa. Pai odontólogo, mãe farmacêutica. Identifica-se como professora universitária de epidemiologia e pesquisadora desse campo. Graduação em Medicina (1970 – 1975), Especialização em Saúde Pública (1977 – 1977). Mestrado em Medicina Preventiva (1985), Doutorado em Medicina Preventiva (1993). Professora adjunta (Capital científico alto). Nada no Lattes sobre cargos na burocracia (Capital burocrático pequeno). Participou no início do CEBES e foi Presidente da ABRASCO (Capital militante muito alto). Não tem vinculação partidária, considera-se parte da “esquerda independente”. (Não tem Capital Político partidário).

Entrevistado 24: Avô materno tinha título de coronel da guarda nacional e exercia esta função de chefe político da cidade. Avó materna tinha educação primária até o curso ginásial somente Pai bacharel em Direito, que abandonou a carreira, entrou para a política, foi prefeito da nossa terra natal e terminou se especializando em Economia e fez concurso para Cátedra de Economia Política do curso de Direito da Faculdade de Direito do Piauí. Mãe professora primária que abandonou a profissão para cuidar da educação dos filhos (6). Graduação em Medicina (1968 – 1974), Residência médica (1975), Mestrado em Medicina Tropical (1980). Doutorado em Ciências da Saúde (2008 – 2012) Professor Auxiliar de Ensino (Capital científico médio). Ocupou cargos no Ministério da Saúde (Coordenador Geral) (Capital burocrático alto). Participante de eventos do CEBES no Rio e na Bahia, integrando também o Conselho fiscal da Diretoria nacional em 1991(Capital militante alto). Nunca se filiou a partidos políticos, mas se considera da área de influência do PCB (Não tem Capital político-partidário).

Entrevistado 25: Avô paterno, migrante do Líbano, mascate, avó dona de casa. Avô materno descendente de franceses, mineiro de Ouro Fino. Pai industrial, dono de uma indústria de calçados pequena e um curtume, mãe fez curso de Letras, Inglês, Anglo-latina, e era professora de Inglês no Ginásio. Estudou no Colégio de Aplicação (1970 – 1975). Graduação em Medicina (s/d). Mestrado em Medicina (1987), Doutorado em Medicina Preventiva (1996), Professor doutor (Capital científico alto). Trabalhou como consultor no Ministério da Saúde (Capital burocrático médio). Membro de Conselho e Vice-presidente do CEBES, Diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Capital militante alto). Não filiado a partido político, atuou na área de influência do PCB (Não tem Capital político-partidário).

Entrevistado 26: Avô materno da cidade de Canavieiras, avó materna professora no interior. Não informa profissão dos pais. Estudou em Canavieiras e depois em Salvador, em colégio particular depois em escola pública. Graduação em Medicina (1959 – 1964) Residência médica (1965 – 1966). Mestrado em Tropical Public Health (1968). Doutorado em Epidemiologia (1978). Professor Adjunto (Capital científico médio). Coordenador de programa da OMS (Capital burocrático alto). Presidência da ABRASCO e Presidente da ALAMES. (Capital militante muito alto). Filiado ao PCB (Capital político-partidário pequeno)

Entrevistado 27: Avôs paternos e maternos de origem rural, pequenos fazendeiros, em Pernambuco e Bahia respectivamente. Pai Subtenente do Exército aposentado em 1962 tornou-se comerciante de ovos e frutas e depois instalou pequena granja de galinhas. Mãe administrava pensão e também era costureira. Estudou no Colégio Militar do Recife (1960-1966). Considera-se ateu desde a juventude. Identifica-se como Médico na ficha de hotel,

mas se entende como sanitarista com formação em medicina. Graduação em Medicina (1968-1073), Especialização em Saúde Pública (1976) Mestrado em Ciências (2006). Doutorado em andamento em Programa de Pós-graduação em Saúde Pública (Capital científico médio). Funcionário da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Capital burocrático pequeno). Vinculação à JUC - Juventude católica, que atuava na diocese de Dom Hélder Câmara, em educação popular nos bairros da periferia do Recife, participação no movimento estudantil na Faculdade de Medicina em 1968, atuação clandestina na Ação Popular, de 1968 a 1973, Fundador e presidente do CEBES (Capital militante muito alto). Filiado ao Partido Comunista Brasileiro de 1979 a 1982, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro em 1981-1982 quando disputou cargo de vereador em São Bernardo do Campo. Desde 1983 não participa de atividade política partidária (Capital político-partidário médio).

Entrevistado 28: Avô paterno professor de direito em São Paulo, avô materno médico clínico. Pai médico, mãe professora na área das ciências exatas. Identifica-se como médico (na ficha de hotel), mas considera-se sanitarista. Não tem crenças religiosas considera-se agnóstico. Graduação em Medicina (1955 – 1961), Especialização em Saúde Pública (1968 – 1969), Doutorado em Medicina Preventiva (1967), Professor Assistente Doutor (Capital científico Médio). Secretário municipal de saúde de Campinas (1983-1988), Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (Capital burocrático alto). Participação no CEBES desde sua fundação, sendo membro da Diretoria em 1985-86, Vice-presidente em 1991 e a partir de 2005, membro de conselho consultivo (Capital militante muito alto). Filiado ao PCB desde a época de estudante, foi responsável pela organização de base da faculdade, e membro do comitê universitário do partido comunista que coordenava e dirigia todas as ações de bases de as faculdades de São Paulo (Capital político-partidário médio).

Entrevistado 29: Avôs maternos, cearenses que migraram para o Pará. Pai professor na área de contabilidade, mãe professora de escola primária de ensino fundamental, identifica-se com Socióloga do campo da saúde. Graduação em Filosofia. Mestrado em Sociologia (1969). Doutorado em Ciência Política. Professor Titular (Capital científico alto). Consultor Ad hoc da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capital burocrático pequeno). Militante do movimento da juventude universitária católica (1958- 1962). Participa da construção do campo da Saúde Coletiva e foi vice-presidente da ABRASCO (Capital militante alto). Não tem filiação a partidos, porem sempre votou no PT e às vezes no PSB (Não tem Capital político-partidário)

Entrevistado 30: Avó materna professora primária, falava francês fluentemente. Avô materno era funcionário do Banco do Brasil. Pai e mãe “formados” em professores primários, porém o pai sempre atuou no comércio, como despachante aduaneiro. Identifica-se como professor. Graduação em Medicina (1972). Mestrado em Medicina Interna (1975). Doutorado em Saúde Coletiva (2007). Professor Titular (Capital científico alto). Ocupou cargo de Assessor especial na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Capital burocrático médio). Fundados do núcleo do CEBES na Bahia, integrou a primeira Diretoria da ABRASCO. (Capital militante Muito Alto). Não tem filiação político-partidária, (Não tem Capital político-partidário).

APENDICE 3 - Lista de entrevistados por ordem alfabética discriminando quem realizou a entrevista e a data.

| Entrevistado | Entrevistador | Data da entrevista |
|---|-------------------------|---------------------------|
| Ana Maria Costa | André Teixeira Jacobina | Novembro de 2014 |
| Anamaria Testa Tambellini | Ligia Vieira da Silva | 27/05/2009 |
| Carlyle Guerra de Macedo | Ligia Vieira da Silva | 13/11/2008 |
| Cecilia Minayo | Ligia Vieira da Silva | 28/05/2009 |
| Carlos Everaldo Alvares Coimbra Junior | Ligia Vieira da Silva | 22/07/2010 |
| Euclides Aires Castilho | Ligia Vieira da Silva | 08/06/2008 |
| Everardo Duarte Nunes | Ligia Vieira da Silva | 24/04/2009 |
| Fabíola de Aguiar Nunes | Ligia Vieira da Silva | 12/11/2008 |
| Flavio A de Andrade Goulart | André Teixeira Jacobina | 28/05/2015 |
| Francisco de Assis Machado | Ligia Vieira da Silva | 23/09/2011 |
| Gastão Wagner de Sousa Campos | André Teixeira Jacobina | 18/11/2014 |
| Hésio Cordeiro | Ligia Vieira da Silva | 26/03/2009 |
| Jairnilson Paim | Ligia Vieira da Silva | 28/05/2008 |
| José Gomes Temporão | André Teixeira Jacobina | Março/abril 2015 |
| José Paranaguá de Santana | Ligia Vieira da Silva | 11/11/2008 |
| José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim | André Teixeira Jacobina | 10/08/2015 |
| Julio Muller ¹⁹² | Ligia Vieira da Silva | 16/10/2008 |
| Luiz Umberto Ferraz Pinheiro | André Teixeira Jacobina | 09/09/2014 |
| Madel Luz | Ligia Vieira da Silva | Mai 2009 |
| Marcio Almeida | André Teixeira Jacobina | 5/4/2015 |
| Maria Andrea Loyola | Ligia Vieira da Silva | 21/05/2009 |
| Hillegonda Maria Dutilh Novaes | Ligia Vieira da Silva | 8/06/2008 |
| Moisés Goldbaum | Ligia Vieira da Silva | 06/06/2008 |
| Nelson Rodrigues dos Santos | André Teixeira Jacobina | 31/06/2015 |
| Paulo Elias | Ligia Vieira da Silva | Junho 2010 |
| Reinaldo Felipe Nery Guimaraes | Ligia Vieira da Silva | 18/10/2010 |
| Rita de Cássia Barradas Barata, | Ligia Vieira da Silva | 08/03/2010 |
| Roberto Passos Nogueira | Ligia Vieira da Silva | 07/11/2008 |
| Sarah Escorel | André Teixeira Jacobina | 17/12/2014 |
| Sebastiao Antônio Loureiro de Souza e Silva | Ligia Vieira da Silva | 02/06/2008 |
| Sonia Fleury | Ligia Vieira da Silva | 25/03/2009 |

¹⁹² A entrevista de Julio Muller foi utilizada para produção de dados, porém ela não fez parte da análise comparativa das trajetórias, nem dos quadros que montamos. Fizemos o processamento da entrevista, porém, como ela foi incluída posteriormente não havia tempo para inclui-la nos quadros de análise, nem no diagrama que fizemos a partir dos quadros. Esses quadros foram montados a partir de tabelas no Excel, que tinham todos os dados coletados sobre os entrevistados, que permitiam aferir os capitais.

APENDICE 4 – Distribuição dos capitais dos agentes entrevistados

C) Capitais dos agentes até 1986.

| Entrevistados | Capital Burocrático. | Capital científico | Capital militante | Capital político-partidário |
|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| Entrevista 1 | Médio | Pequeno. | Pequeno. | Alto. |
| Entrevista 2 | Médio | Médio | Médio. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 3 | Pequeno. | Médio | Médio | Não tem. |
| Entrevista 4 | Alto | Médio | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 5 | Alto. | Alto | Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 6 | Médio | Pequeno | Médio | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 7 | Médio | Pequeno | Pequeno | Médio |
| Entrevista 8 | Pequeno. | Alto. | Alto. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 9 | Pequeno | Pequeno. | Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 10 | Pequeno. | Médio. | Pequeno | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 11 | Pequeno | Médio. | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 12 | Pequeno | Pequeno | Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 13 | Médio | Médio | Médio | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 14 | Muito alto | Médio. | Alto. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 15 | Alto | Pequeno. | Muito Alto | Alto. |
| Entrevista 16 | Muito Alto | Não tem lattes. Pequeno. | Alto | Não tem. |
| Entrevista 17 | Pequeno | Médio | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 18 | Pequeno | Médio | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 19 | Pequeno | Médio | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 20 | Pequeno | Médio | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 21 | Médio | Pequeno. | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 22 | Pequeno | Médio | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 23 | Pequeno | Médio | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 24 | Pequeno | Pequeno | Médio | Não tem. Simpatizante do PCB |
| Entrevista 25 | Médio | Médio | Médio | Não tem. Simpatizante do PCB |
| Entrevista 26 | Pequeno. | Médio | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 27 | Pequeno | Pequeno. | Muito Alto | Médio |
| Entrevista 28 | Alto | Médio | Alto | Médio |
| Entrevista 29 | Pequeno | Médio | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 30 | Pequeno | Médio | Muito Alto | Não tem. Simpatizante do PCB |

D) Capitais dos agentes na data da entrevista.

| Entrevistados | Capital Burocrático. | Capital científico | Capital militante | Capital político-partidário |
|----------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Entrevista 1 | Alto | Pequeno. | Médio | Alto. |
| Entrevista 2 | Alto | Alto. | Alto. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 3 | Pequeno. | Alto. | Muito Alto | Não tem. |
| Entrevista 4 | Muito alto | Alto. | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 5 | Alto. | Alto | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 6 | Médio | Alto. | Médio | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 7 | Alto | Médio. | Muito Alto | Médio |
| Entrevista 8 | Pequeno. | Alto. | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 9 | Alto. | Pequeno. | Alto. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 10 | Alto | Médio. | Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 11 | Médio | Alto. | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 12 | Alto | Médio. | Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 13 | Alto | Alto | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 14 | Muito alto | Médio. | Alto. | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 15 | Alto | Pequeno. | Muito Alto | Alto. |
| Entrevista 16 | Muito Alto | Pequeno. | Alto | Não tem. |
| Entrevista 17 | Pequeno | Alto | Muito Alto | Não tem. |
| Entrevista 18 | Pequeno | Alto | Médio | Não tem. |
| Entrevista 19 | Alto | Alto | Pequeno. | Não tem. |
| Entrevista 20 | Pequeno | Alto. | Alto (abrasquiano histórico) | Não tem. |
| Entrevista 21 | Médio | Pequeno. | Pequeno | Não tem. |
| Entrevista 22 | Pequeno | Alto | Médio | Não tem. |
| Entrevista 23 | Pequeno | Alto | Muito Alto | Não tem. |
| Entrevista 24 | Alto | Médio | Alto | Não tem. Simpatizante do PCB |
| Entrevista 25 | Médio | Alto | Alto | Não tem. Simpatizante do PCB |
| Entrevista 26 | Médio | Médio | Muito Alto | Pequeno. Filiado |
| Entrevista 27 | Pequeno | Médio | Muito Alto | Médio |
| Entrevista 28 | Alto | Médio | Alto | Médio |
| Entrevista 29 | Pequeno | Alto | Alto | Não tem. |
| Entrevista 30 | Médio | Alto | Muito Alto | Não tem Simpatizante do PCB |